

O TURISMO NOS ACERCA

ENCONTROS TEMÁTICOS NOS ESTUDOS

TURÍSTICOS ENTRE A UNIPAMPA (BRA) E UDELAR (URU)

Imagem da Capa: Leandro Barrios

Agradecemos aos familiares pela disponibilização da obra para a capa

VOLUME 02

ORGANIZADORES

Ângela Mara Bento Ribeiro

Martín Fabreau

Alan Dutra de Melo



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY



Universidade Federal do Pampa

O TURISMO NOS ACERCA

Encontros Temáticos nos Estudos
Turísticos entre a UNIPAMPA (BRA) e UDELAR (URU)

VOLUME 02

Unipampa Internacional: <http://international.unipampa.edu.br>

ISBN 978-65-983030-0-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O turismo nos acerca [livro eletrônico] :
encontros temáticos nos estudos turísticos
entre a UNIPAMPA (BRA) e UDELAR (URU) : volume
2 / organizadores Ângela Mara Bento Ribeiro,
Martín Fabreau, Alan Dutra de Melo. --
Bagé, RS : Innova Media Comunicação e
Serviços Empresariais, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-983030-0-6

1. Artigos - Coletâneas 2. Turismo - Brasil
3. Turismo - Uruguai I. Ribeiro, Ângela Mara Bento.
II. Fabreau, Martín. III. Melo, Alan Dutra de.

24-198570

CDD-338.4791

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Economia 338.4791

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

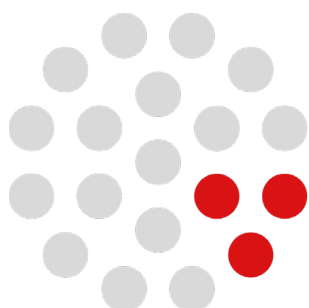




UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY



FHCE
Facultad de Humanidades
y Ciencias de la Educación



CURE
Centro Universitario
Regional del Este



Universidade Federal do Pampa



APRESENTAÇÃO

Jeferson Francisco Selbach¹

Paula Oliveira Pinheiro²

Apresentamos ao leitor o presente livro, publicado em formato eletrônico, que se propõe a realizar uma junção acadêmica entre duas instituições localizadas ao sul do continente latino-americano. **O Turismo nos Acerca**, título desta publicação, reúne artigos temáticos nos estudos turísticos entre a brasileira Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a uruguaia *Universidad de la República* (UDELAR).

Realizar esta junção de estudos não é tarefa fácil. Apesar da proximidade geográfica, duas culturas distintas separam as populações que habitam esse pedaço de mundo. Ao mesmo tempo em que estabelecem fortíssimas relações humanas, se veem separadas por barreiras linguísticas, econômicas e sociais, que muitas vezes distanciam as populações fronteiriças.

Por isto a importância de fomentar ações que promovam a união entre povos distintos, que aproximem os habitantes dos dois lados, para que juntos possam estabelecer novas tramas e construir novos caminhos comuns. E nada mais apropriado do que se utilizar do turismo como ferramenta deste embricamento cultural.

Explorar os pontos de atração de ambos os países, em momentos de descontração e viagem, nas férias ou feriados prolongados, sintetiza da melhor forma possível o sentimento que une as pessoas. É o turista que, imbuído de boa vontade que está ao realizar um lazer, possibilita uma difusão das culturas locais com a sua própria cultura, com sua própria experiência de vida, algo que levará para toda sua eternidade. Conhecer lugares é imprimir na alma um movimento taciturno, mas que marca o sujeito de forma indelével.

O livro se divide em sete eixos, com 19 artigos de 38 pesquisadores, sendo 18 brasileiros e 20 uruguaiois.

O primeiro eixo trata da história e memória da badalada cidade costeira uruguaia Punta del Este.

Punta del Este: El verano más atípico de su historia – La ciudad imaginada y la irrupción del Covid-19, de Gabriela Angelo traz uma análise da cidade balneária de Punta del Este e os efeitos da pandemia de Covid-19 no turismo local. A cidade, surgiu como povoado em 1907 e como região de interesse turístico em 1934, é reconhecida internacionalmente e passou a receber novos visitantes diante da nova realidade que se apresentava, os próprios uruguaiois. Até então, os principais frequentadores eram da elite argentina o que favorece um espaço de grande circulação cultural. No entanto, em 2020 as fronteiras se fecham e o Ministério do Turismo passa a focar no turismo inter-

¹ Jeferson Francisco Selbach, graduado em ciências sociais, mestre em planejamento urbano e regional e doutor em história. Professor titular do magistério superior na Unipampa, campus Jaguarao.

² Paula Oliveira Pinheiro. Diretora da Daiinter, Graduada em letras pela UFSM, Mestre em Ensino pela Unipampa e doutoranda em Educação na UFSM.

no, inclusive fomentado no interior do país. Os turistas argentinos e também os brasileiros voltaram a frequentar Punta del Este, mas agora com eles são percebidos mais uruguaios a disfrutar das suas praias.

Bienes culturales y memoria en la península de Punta del Este, Uruguay: producción de materiales multimedia con fines turísticos, de Gabriela Campodónico, Mariciana Zorzi e Facundo Bianchi. O artigo aborda a valorização dos bens patrimoniais de Punta del Este através de seus registros e tem como principal objetivo apresentar possibilidades de integração do lazer e conhecimento na cidade. A partir do projeto que integrou ações da Universidad de la República (UdelaR) e da *Comisión de Cultura y Patrimonio* e do *Departamento de Ciencias Sociales y Humanas de Punta del Este*, foi possível perceber a necessidade de que seus habitantes permitam que seus bens culturais sejam conhecidos compartilhando a diversidade de identidades e memórias vinculadas a estes patrimônios.

Punta del Este, destino estratégico entre Uruguay y Brasil: aproximaciones desde la historia social, de Daniel Cajarville Fernández. Este terceiro artigo relata as relações entre Brasil e Uruguai através da cidade de Punta del Este como destino turístico, residencial e de investimento estratégico para os dois países, constituindo-se uma via para a compreensão das dinâmicas de integração regional e estreitamento das relações binacionais. A integração dos dois países, especialmente com o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, sustenta relações internacionais de longa data promovendo laços de “boa vizinhança” e possibilita a estruturação de uma dinâmica transfronteiriça para a integração econômica, social e cultural do Brasil e do Uruguai.

O segundo eixo traz a história do turismo organizado.

Estancia, Hotel, Balneario. Sobre Solís y sus Transformaciones, de Martín Fabreau. O primeiro artigo do segundo eixo discute, a partir de uma visão antropológica, a presença inglesa em Solís que, apesar de sua importante influência nos séculos XIX e XX é pouco estudada culturalmente. O trabalho apresenta desde a origem de Solís, que ocupava os atuais departamentos de *Canelones*, *Lavalleja* e *Maldonado*, constituindo as *Reales Haciendas de España*, a concretização de uma “*sociedad anónima*” para trabalhar em um projeto de investimento turístico e florestal, o desenvolvimento da “*Compañía Parque Balneario Solís*”, o apogeu de Solís nos anos 1940 até o processo de massificação de práticas turísticas e de democratização do acesso ao espaço costeiro. O fato é que, apesar das variadas informações sobre a presença de ingleses em Punta del Este, que os recebeu desde sua origem, o balneario elegido por eles para instalar-se foi Solís.

Los sectores medios se van de vacaciones. Uruguay 1930-55, de Rossana Campodónico. O segundo artigo do eixo trata da imagem do “*Uruguay país turístico*” que teve início na década de 1930 com o objetivo de atrair mais visitantes para favorecer o turismo interno. As ações tinham como objetivo consolidar esta imagem e o reconhecimento dos benefícios naturais e culturais das diferentes regiões uruguaias, bem como a apropriação do território como componente do imaginário turístico, especialmente no período de 1930 a 1955. Com o intuito de estudar esta imagem a partir do conhecimento de práticas sociais do período foram consultadas diferentes fontes (imprensa escrita nacional e departamental, revistas, encartes e materiais bibliográficos) que permitiram uma interpretação de quem foram os atores deste processo. O destaque é dado aos “sectores medios”

que desempenharam um papel importante na época e foram reconhecidos como “un grupo de interés”, que compartilham de uma mesma maneira de ganhar a vida.

O terceiro eixo reúne tópicos emergentes do turismo.

Turismo y cannabis en el Uruguay. Aportes para la reflexión en torno a un vínculo complejo, de Rocío del Pilar Deheza. Este eixo tem início abordando a legalização da cannabis, através do Decreto n.º 120/014 (URUGUAY, 2014) que regulamentou a Lei n.º 19.172, para uso dos uruguaios maiores de 18 anos, e tem como foco explorar os vínculos entre o turismo e a cannabis no Uruguai, o turismo de drogas e o turismo “cannábico”. Nos dias atuais diversas atividades econômicas estão relacionadas à cannabis legalizada e são descritas neste artigo que menciona um número relevantes de empregos gerados a partir da Lei mencionada. O turista que visita o Uruguai hoje consegue adquirir cannabis para consumo apenas no mercado ilegal e diante desta situação alguns atores locais buscam ampliar o acesso através de um projeto de regulamentação do chamado “turismo cannábico”, já que seu uso vai além da busca por efeitos psicoativos, pois inclui usos terapêuticos, medicinal, estético, gastronômico entre outros.

O segundo artigo desse eixo, de Raíssa Souza de Moura e Alessandra Buriol Farinha, apresenta um passeio no Cemitério das Irmandades de Jaguarão (RS), que pode ser espaço de atração de turistas, pela antiguidade do local, inaugurado no ano de 1858. Os cemitérios oitocentistas brasileiros eram construídos afastados dos centros urbanos, no intuito de atender a medidas higienistas vigentes à época, para evitar a contaminação por epidemias. Desde 2017 recebe visitas guiadas por docentes e discentes do curso de Tecnologia em Gestão do Turismo da UNIPAMPA, explorando as manifestações simbólicas, religiosas, posição social, dentre outros aspectos dos indivíduos e famílias ali sepultadas.

Por terceiro vem o artigo de Simone da Silva Oliveira e Juliana Rose Jasper, que versa sobre turismo no meio rural em Arroio dos Ratos (RS) e explorar as potencialidades turísticas daquele município da região carbonífera. Explicam como no meio rural deva ser realizado inventário para a oferta turística que compreenda levantamento, identificação, registro dos atrativos, dos serviços e equipamentos turísticos da infraestrutura de apoio à atividade, além da necessidade de estabelecer parcerias visando a formação de redes estratégicas para viabilizar o turismo rural e de envolver a comunidade local.

O quarto eixo do livro trata do turismo, meio ambiente, território de desenvolvimento.

Palmeras, poscolonialismo y turismo en Uruguay, de Juan Martin Dabezies. O primeiro artigo do eixo analisa as relações entre pós-colonialismo, turismo, modernidade, identidade e palmeras no Uruguai, abordando não apenas imagens e representações, mas também as modificações ambientais associadas à geração de imaginários através da análise de uma espécie de palmeira presente no departamento de Rocha. Estas palmeiras retratam um ambiente natural, exótico e autêntico, e geralmente são utilizadas para transmitir uma atmosfera tropical, sejam elas naturais ou artificiais, contribuindo para uma sensação de “tropicalidade” com o intuito de satisfazer as expectativas dos turistas. Apesar de não ser uma espécie muito abundante no país, as palmeiras se espalharam pelo

Uruguai, algumas nativas e outras trazidas pelos colonizadores. A autora aborda ainda questões representativas de algumas palmeiras para a região, já que suas imagens são utilizadas por instituições públicas e empresas privadas para tornar os locais turísticos mais atrativos.

Desarrollo sostenible: la paradoja de los balnearios de Rocha, Uruguay, de Elvira Demasi Zavala. O segundo artigo discorre sobre o crescimento de alguns balneários de Rocha, no Uruguai e sobre a constatação de que o aumento das atividades turísticas não se traduz em benefícios sociais, ambientais ou econômicos para as comunidades dentro do marco de desenvolvimento sustentável. A visão territorial que entende o turismo como uma atividade integrada ao território e o foco na política econômica e no urbanismo, demandam uma política turística para a região com a finalidade de fortalecer a visão territorial das atividades no departamento de Rocha, conhecido historicamente como um lugar de balneários tranquilos. A autora aponta que uma análise territorial do turismo se converte em uma análise sistêmica que coloca o turismo dentro de um sistema mais amplo e que o planejamento de uma política turística deve apontar mudanças específicas nos componentes deste sistema onde ocorrem as atividades turísticas.

Sinapsis territorial: la articulación de sectores productivos locales en la gestión de destinos turísticos, de Luis Francisco Chalar Bertolotti. O último artigo deste quarto eixo aborda o vínculo do turismo com outras atividades socioprodutivas remetendo à articulação intersetorial local que compreende o turismo objetivando a um maior envolvimento entre os setores produtivos. Além das atividades habituais que envolvem o turismo, como a gastronomia, a hospedagem, o transporte e os serviços culturais, a interação com a comunidade representa uma forma de fazer o turismo com foco na autenticidade, diversidade cultural e as experiências e identidades locais. O enfrentamento de constantes desafios e a adaptação a novos e complexos cenários são inerentes à gestão de destinos turísticos o que implica, desta forma, trabalhar a articulação intersetorial do sistema socioprodutivo com o turismo.

O quinto eixo aborda o turismo e as cidades.

Ciudad y turismo: una relación con tensiones y desafíos permanentes. Aproximaciones para el caso de Montevideo, de Alfredo Falero. O eixo tem como primeiro artigo disserta sobre a mobilidade de pessoas para as regiões turísticas, em especial em Montevideu, seja como destino de férias ou de encontros e congressos. Ao longo do trabalho são abordadas quatro tensões e contradições das cidades, com destaque para as periféricas, e seus esforços para melhorar suas instalações para as rotas de turismo, destacando a necessidade de se pensar as cidades e o turismo gerindo a convivência territorial de atividades industriais, logísticas, financeiras ou de serviços globais e turísticas. Encerrando o artigo o autor menciona que, embora o discurso do turismo seja de um benefício para todos, é preciso ter clareza de que ofusca o fato de que pessoas são afetadas pelas e soluções precisam ser encontradas.

O segundo artigo deste eixo traz um percurso por cidades educadoras brasileiras e uruguaias, especificamente a dimensão pedagógica intrínseca ao turismo. Escrito por Francielle de Lima e Marcia Maria Cappellano dos Santos, mostram como estas regiões assumem explicitamente o compromisso de transversalizar a educação em suas áreas governamentais, incluindo aí todas as mo-

dalidades de educação, como formal, não formal e informal. Neste contexto procuraram entender como o turismo poderia ser um agente promotor e protagonista de aprendizagens.

O sexto eixo reúne artigos sobre os espaços de fronteira.

A começar pelo turismo cultural de Maria de Fátima Bento Ribeiro, Angela Mara Bento Ribeiro e Carlos Jose de Azevedo Machado, que se propõe a pensar a conexão dos espaços e a integração das nações através do fortalecimento das fronteiras, tidas como patrimônio cultural no Mercosul. Buscam discutir a relação do turismo cultural e a sua integração no ambiente fronteiriço. Como as mudanças e os desafios recentes fomentaram projetos de integração regional, em contínuo processo de transformação devido ao fortalecimento das organizações internacionais, num cenário em que as fronteiras são cada vez mais de cooperação.

La movida de la frontera a partir de la lectura de Aldyr García Schlee: una propuesta didáctica, de Cristina Pureza Duarte Boessio, Maria do Socorro de Almeida Farias Marques, Tuesly de Carvalho Machado e Patrícia Schneider Severo. O segundo artigo do eixo busca discutir o turismo pedagógico/educativo como estratégia para o ensino de língua espanhola a partir de Aldyr Garcia Schlee. A partir da análise da autoras é possível inferir que as fronteiras como Jaguarão-Río Branco não possuem diferenças e a interação e o trânsito entre as cidades são como “si todo fuera lo mismo”, além das questões linguísticas e territoriais que também são analisadas nas obras. As pessoas que residem na fronteira não percebem tamanha riqueza e poucas vezes lhes interessa o acervo cultural do qual dispõem, desta forma fica explícita a importância do Turismo Pedagógico/Educativo que também é uma forma de despertar nos estudantes a vontade de conhecer mais sobre o lugar onde vivem.

O terceiro artigo trata das memórias de folias no Clube 24 de Agosto de Jaguarão (RS). Douglas Conceição Cardoso e Alessandra Buriol Farinha se debruçam sobre os antigos carnavais desta agremiação social que se caracteriza como lugar da cultura negra na fronteira. Estes espaços eram tidos como destino para o fim de noite dos foliões, após os desfiles de carnaval nas ruas. A festa no clube com música seguia até clarear o dia, com as marchinhas que atraíam muitas pessoas.

No quarto artigo, Angela Mara Bento Ribeiro, Sergio Ricardo de Oliveira Affonso e Rodrigo da Costa Segovia tratam da agenda binacional de integração fronteiriça como vetor de desenvolvimento regional, focando nos esportes náuticos e nas potencialidades do rio Jaguarão. Através do calendário binacional esportivo, que proporciona a organização de eventos no Brasil e no Uruguai, exploram as possibilidades de regionalização turística através de eventos esportivos. Trazem a participação dos praticantes de esportes, políticos e representantes consulares para a difusão e consolidação do projeto.

O sétimo e último eixo aborda turismo e imagens.

EI arte rupestre dei norte dei Uruguay como experiencia hacia el pasado e imagen turística dei presente, de Gabriel de Souza Cabrera, Diana Rosete Simonet, Verónica Gabriela Albarellos Berardi e Andrés Costa. O primeiro artigo do último eixo desta obra propõe o aprofundamento na questão das transformações turísticas e patrimoniais a partir da valorização do *Centro de Interpretación de*

Arte Rupestre, inaugurado em 2019, nas Termas de Arapey, em Salto – Uruguai. Os departamentos de Flores e Durazno constituem-se duas grandes regiões de manifestações rupestres onde podem ser encontrados desenhos de mais de 4000 anos. Segundo os autores o processo de valorização da arte rupestre está balizado através de três eixos: artístico, acadêmico e social através dos quais é necessário refletir sobre o presente e assumir o papel de herdeiros de um passado rico.

Fechando a série de artigos, Ieda Nunes Corrêa e Alice Leoti analisam o conjunto escultórico *El pobre que va por pan*, que retrata os quileiros, moradores locais que vivem de comprar produtos de um lado da fronteira para revender do outro lado. A atividade muda conforme as cotações cambiais das moedas dos países fronteiriços, podendo as mercadorias seguirem do Brasil para o Uruguai e vice-versa.

Ao final consta a relação de todos os 38 autores, para que o leitor possa conhecer um pouco mais dos seus currículos e de suas trajetórias acadêmicas.

Segue por fim textos dos estudantes.

O artigo *Análisis de los Eventos Deportivos realizados entre 2012 y 2019 en la Conurbación Maldonado – Punta del Este*, de autoria de Antonio Gómez Silvino David, relata a expressiva quantidade de eventos esportivos em Maldonado e como estes eventos podem ser vistos como uma oportunidade para reforçar a imagem positiva dos destinos. Além disso a pesquisa destaca que os estudos sobre as atividades esportivas na região são escassos e que o cenário esportivo está presente durante todo o ano e possui uma relação direta com o turismo no Uruguai.

O artigo *Accesibilidad física y sensorial en la Avenida Gorlero, Punta del Este – Uruguay*, que tem como autora María Florencia Concepción Aldacour, aborda acessibilidade no turismo em Punta del Este, em especial na Avenida Gorlero, que é considerada a principal via de circulação e atrações turísticas da cidade. Através da pesquisa foi possível identificar que a acessibilidade está presente na avenida, mas que alguns fatores podem ser aperfeiçoados para garantir a acessibilidade de moradores locais e turistas que visitam Punta del Este.

O artigo *Sobre la Prevención de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo (PESNNA-VT)*. Acciones en el sector turístico de las Américas, elaborado por Jorge W. Morandera, tem como referência as declarações de uma ex-ministra de turismo do Uruguai sobre a exploração sexual e o turismo no país. No texto fica clara a importância do trabalho coordenado entre os órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, para que os direitos dos moradores locais não sejam violados.

O artigo *"Turismo social en Montevideo: La participación de las y los jóvenes en el programa departamental Paseos de la Ciudad"*, escrito por Fernanda Olascoaga Roland, trata de descrever e analisar desde o projeto à evolução do Programa *"Paseos de la Ciudad"*, implementado em Montevideo. A análise destaca a importância do desenvolvimento de políticas turísticas que aproxime a região da metrópole, com turismo social com baixo custo para que os que vivem próximo de Montevideo, configurando-se um programa para toda a população.

SUMÁRIO

5. TURISMO Y CIUDADES	15
Ciudad y turismo: una relación con tensiones y desafíos permanentes. Aproximaciones para el caso de Montevideo - <i>Alfredo Falero</i>	16
Um percurso por Cidades Educadoras do Brasil e do Uruguai por caminhos orientados pela dimensão pedagógica intrínseca ao turismo <i>Un recorrido por las Ciudades Educadoras de Brasil y Uruguay por caminos guiados por la dimensión pedagógica intrínseca al turismo - Francielle de Lima, Marcia Maria Cappellano dos Santos</i>	37
6. ESPACIOS DE FRONTERA	55
O turismo cultural conectando espaços, integrando nações: as fronteiras e o patrimônio cultural no mercosul - <i>Maria de Fátima Bento Ribeiro, Ângela Mara Bento Ribeiro, Carlos José de Azevedo Machado</i>	56
La movida de la frontera a partir de la lectura de Aldyr García Schlee: una propuesta didáctica <i>O movimento da fronteira a partir da leitura de Aldyr García Schlee: uma proposta didática - Cristina Pureza Duarte Boéssio, Maria do Socorro de Almeida Farias Marques, Tuesly de Carvalho Machado, Patrícia Schneider Severo</i>	69
Memórias de Folias na Fronteira: O Clube 24 de Agosto e seus antigos carnavais - <i>Douglas Conceição Cardoso, Alessandra Buriol Farinha</i>	90
Agenda binacional de integração fronteiriça como vetor de desenvolvimento regional: os esportes náuticos e potencialidades do rio jaguarão - <i>Ângela Mara Bento Ribeiro, Sérgio Ricardo de Oliveira Affonso, Rodrigo da Costa Segóvia</i>	112
7. TURISMO E IMAGEN	131
EI arte rupestre dei norte dei Uruguay como experiencia hacia el pasado e imagen turística dei presente - <i>Gabriel de Souza Cabrera, Diana Rosete Simonet, Verónica Gabriela Albarellos Berardi, Andrés Costa</i>	132
Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan”: uma análise iconográfica - <i>Ieda Nunes Corrêa, Alice Leoti</i>	149

8. TRABALHOS DOS ALUNOS	167
Accesibilidad física y sensorial en la Avenida Gorlero, Punta del Este - Uruguay - <i>María Florencia Concepción Aldacour</i>	168
Análisis de los Eventos Deportivos realizados entre 2012 y 2019 en la Conurbación Maldonado – Punta del Este - <i>Antonio Gómez Silvino David</i>	176
Turismo social en Montevideo: La participación de las y los jóvenes en el programa departamental Paseos de la Ciudad Turismo social em Montevideú: a participação de jovens no programa departamental Paseos de la Ciudad - <i>Fernanda Olascoaga Roland</i>	183
Sobre la Prevención de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo (PESNNA-VT). Acciones en el sector turístico de las Américas - <i>Jorge W. Morandeira</i>	190
BIODATAS	199



5. TURISMO Y CIUDADES

Ciudad y turismo: una relación con tensiones y desafíos permanentes. Aproximaciones para el caso de Montevideo¹

Alfredo Falero²

Introducción

El turismo como práctica social se despliega con fuerza. Los videos de viajes se acumulan en internet, el viaje y la estadía para asistir a conferencias, seminarios y encuentros de los más diversos se vuelven un mecanismo de reparto desigual de premios de empresas, gobiernos y academia y el que se realicen tales eventos, configuran formas de atracción turística para las ciudades. De hecho, por momentos parece que no hubiera existido pandemia que afectó la actividad profundamente y que –una vez que fue posible- se volvió inmediatamente a una gran movilidad de personas a nivel global con actividades directa o indirectamente relacionadas con turismo.

Se volvió a la “normalidad” de la movilidad geográfica (a partir de 2022) pero ¿qué “normalidad” es esa?. En verdad, la movilidad implica un amplio abanico de situaciones y lejos está de ser solo por turismo por más amplitud que se tenga en lo que allí se incluye, como hace la Organización Mundial del Turismo (UNWTO). Es preciso ir más allá de las apariencias: la movilidad por turismo convive con la movilidad no deseada de personas, que migran en las más duras condiciones, algo muy evidente en la frontera de México con Estados Unidos o en el mar Mediterráneo donde operan maquinarias transnacionales de bloqueo.

En cuanto a la relación con las ciudades, la “normalidad” del turismo significa que se vuelven a hacer patentes las contradicciones del turismo masivo: por un lado es impulsado como mecanismo de acumulación y se da una estratificación de beneficiarios, por otro lado se generan problemas sociales como puede ser el desplazamiento forzado de anteriores habitantes de barrios en los que se vuelve imposible de permanecer por los costos de la vivienda, la llamada gentrificación. Claro que no solo cuestiones de turismo pueden incidir en procesos de gentrificación, pero sin dudas está operando como se verá enseguida.

Muchas veces quienes son propietarios de viviendas son proclives a mudarse y a rentar por períodos cortos apartamentos o casas de propiedad a turistas y de esta manera ser integrados en lógicas como la de la transnacional Airbnb. La economía de plataformas, que lleva a la “ciudad uberizada” y al vaciamiento de población permanente, tiene un conjunto amplio de consecuencias

¹ Agradezco los comentarios realizados por el Arquitecto Luis Fabre a una primera versión de este artículo.

² Dr. en Ciencias Sociales especialización Sociología. Integrante del Sistema Nacional de Investigadores de Uruguay y docente e investigador del Programa de Posgraduación en Sociología de la Universidad Federal de Pelotas (Brasil). Mail de contacto: alfredof@adinet.com.uy

sociales en comercios, centros educativos, entre otros. Esto mismo examina Ian Brossat a partir de su propia experiencia de gestión para el caso de París (Brossat, 2022). De este modo, el turismo se entrelaza más aún con las actividades inmobiliarias y financieras.

Ahora bien, abierto este panorama general, debe adelantarse ya que el foco de atención del presente capítulo, estará puesto en algunas tensiones y contradicciones que emergen en las ciudades de regiones periféricas como América Latina en sus esfuerzos constantes para mejorar su lugar en los circuitos del turismo. Por ejemplo, los intereses turísticos pueden competir territorialmente con otros intereses económicos y profundizar consecuencias sociales negativas que los gobiernos locales, estatales/provinciales y nacionales, según los casos, deben gestionar de alguna manera.

Cuando esto se da en ciudades de regiones centrales de acumulación, existe potencialmente mayor capacidad estatal de actuar y disolver conflictos. En regiones periféricas esta capacidad es menor y queda frecuentemente prisionera de las urgencias del crecimiento, la búsqueda de un mejor posicionamiento de las ciudades, la necesidad de impulso a la actividad turística por un amplio conjunto de agentes sociales (desde empresarios de distintos rubros hasta agentes estatales de distintos niveles), entre otros elementos, que terminan desplazando otras preocupaciones. Y esto puede llevar a pensar el tema del turismo en forma reduccionista, pragmática e instrumental, aún en la academia, obviando enfoques relacionales, no abriendo contradicciones y tensiones que genera.

Y este constituye un primer criterio teórico-metodológico y a la vez un objetivo a considerar en este trabajo: la necesidad de pensar las ciudades y el turismo en forma relacional con otros problemas y al mismo tiempo hacerlo teniendo presente una economía-mundo en la que se profundiza la diferencia de posibilidades entre regiones centrales y regiones periféricas con la revolución informacional en curso.

Con esos parámetros teóricos generales, se verá cómo se pasa “de la fábrica a la metrópolis”, por utilizar el título del libro conformado por una recopilación de trabajos del filósofo italiano Antonio Negri (2020, fallecido en diciembre de 2023). Es decir, la ciudad transformada en base social, territorial, de acumulación de capital. Esto implica dar cuenta en forma somera de cómo algunos autores (como el citado), visualizaron las nuevas dinámicas capitalistas de producción y extracción de valor a nivel de la ciudad.

Teniendo presente lo anterior, se llega entonces a un segundo criterio teórico-metodológico importante: así como la inserción periférica en la economía-mundo lleva al territorio en América Latina a predisponerse a dinámicas de producción extractivas clásicas para la venta de productos primarios y commodities (en función de la división global del trabajo), a nivel de las áreas urbanas específicamente se pueden dar formas extractivas más ocultas (con la renta urbana y el gran capital).

También implica gestionar la convivencia territorial –con mayor o menor tensión entre sí– de actividades industriales, logísticas, financieras o de “servicios globales” y turísticas según los casos. Y esto lleva a nuevas articulaciones y tensiones entre sectores del capital por el uso del territorio urbano que el investigador debe identificar y explicar. El objetivo es visualizar esto en el caso espe-

cífico de Montevideo retomando algunos elementos planteados en un anterior trabajo (Falero, 2014) actualizándolos, así como agregando elementos nuevos.

Ciudades, revolución informacional y turismo.

Debe reconocerse a Henri Lefebvre su capacidad de visualizar anticipadamente ese nuevo papel de las ciudades en la acumulación de capital. Su contribución y actualidad como autor fue redescubierta hace algunos años a nivel global. En el caso uruguayo, ese legado fue puesto de manifiesto en un encuentro y un libro publicado en 2021 y luego reeditado al año siguiente (Ceroni, 2022). Para alguien fuera de Uruguay esta referencia puede sonar innecesaria pero considerando la marginación de la teoría social para abrir planos de análisis en la investigación social, es clave mencionar este esfuerzo de compilación de trabajos –que incluye el tratamiento del turismo- a partir de reconocer aportes de un autor pionero para pensar temas urbanos en perspectiva crítica.

En la búsqueda de tendencias del capitalismo, Lefebvre, sustentado en Marx, identifica la profundización a nivel urbano de la contradicción entre valor de uso y valor de cambio. La industrialización induce la urbanización y Francia es un ejemplo de cómo se estaba prefigurando el dominio de lo urbano sobre lo industrial (Lariagon, 2022: 71 y ss). Se puede decir entonces que el urbanismo nace en el siglo XIX (si bien existen antecedentes antes, claro) con la ampliación de la lógica empresarial en la configuración de la ciudad. En esta perspectiva de expansión de esta lógica, se llega a que la urbanización capitalista actual –en términos generales- se vea por corrientes críticas como un proceso extractivo o de despojo.

La revolución urbana publicado en 1970 (Lefebvre, 1983) tenía por objetivo evidenciar el cambio del fenómeno urbano, que denominaba “la sociedad urbana”. Por aquel tiempo el contexto se caracterizaba como era “post-industrial”. Para Lefebvre además, el fenómeno urbano modifica profundamente los dispositivos de la producción y profundiza lo urbano como lugar de expresión de los conflictos. En ese marco debe señalarse justamente que el concepto de “derecho a la ciudad” de fines de los sesenta (Lefebvre, 1978) probablemente sea el más recordado del autor.

David Harvey lo rescata claramente con su trabajo “ciudades rebeldes” que precisamente lleva el subtítulo de “del derecho a la ciudad a la revolución urbana”. El derecho a la ciudad es “mucho más que un derecho de acceso individual o colectivo a los recursos que esta almacena o protege; es un derecho a cambiar y reventar la ciudad de acuerdo con nuestros deseos. Es, además, un derecho más colectivo que individual, ya que la reinención de la ciudad depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo sobre el proceso de urbanización” (Harvey, 2013: 20). Esto significa pensar en la potencialidad de ese poder colectivo frente al poder del capital, también con capacidad de reconfigurar las ciudades.

Desde una perspectiva autonomista de las luchas sociales y de una nueva era de “capitalismo cognitivo” que supone un profundo cambio cualitativo, converge en este tema Antonio Negri de quien ya se adelantó algo en la introducción. Precisamente, la idea de traerlo aquí es que ya se adelantó algo con la referencia a Negri (2020). La idea de traerlo aquí es que con un marco teórico diferente, también va en la dirección de posicionar con un mayor protagonismo a las metrópolis.

Si de la fábrica se pasa a la ciudad como una gigantesca máquina de acumulación de capital, esto también implica que de las clásicas luchas vinculadas al trabajo, se pasa a un abanico más amplio y diverso.

Y de esta manera –al colocar a la ciudad como centro de acumulación de capital y a la vez como centro de despliegue de contradicciones sociales- se pueden identificar luchas contra la gentrificación de las ciudades vinculadas a procesos de especulación financiera e inmobiliaria, muchas veces –pero no siempre- conectadas a las necesidades del turismo.

En base a lo anterior, se puede derivar la siguiente premisa para este trabajo: si bien pueden generarse mecanismos de mitigación habitacional de los procesos mencionados, si bien se pueden inducir desde el Estado formas de desconfliktización por el uso del suelo urbano, debe considerarse que el incremento de la actividad turística a nivel de ciudades, también lleva a que aumenten los conflictos, aunque algunos no sean necesariamente visibles. Por ejemplo, intereses empresariales pueden estar en tensión con intentos de generar un espacio público o la construcción de viviendas de interés social. Una de las tareas del investigador es precisamente hacerlos visibles para luego poder actuar.

Algunos cambios cualitativos en la relación entre transformaciones territoriales y conflictos sociales, no se explican sin considerar la revolución informacional ya mencionada. Por ejemplo, las nuevas tecnologías, los nuevos requerimientos, las posibilidades que se abren, llevan a una renovada forma de economía de enclaves. No está de más recordar en ese sentido, que así como se generan dinámicas de enclaves agrarios, mineros o industriales, también se tienden a generar enclaves turísticos e informacionales en regiones periféricas como lo es América Latina (Falero, 2011, 2015). Incluso se pueden generar enclaves turísticos dentro de las ciudades o muy próximas a las mismas, es decir, territorios separados del resto, operados por agentes económicos transnacionales, sin mayores conexiones económicas y sociales con el resto del entramado urbano.

Tres elementos aclaratorios entonces a tener presente dichos en forma muy telegráfica. Primero que este cambio cualitativo global se articula con formas anteriores de producción y de relaciones sociales pero no anula la polarización global de la economía-mundo entre regiones centrales y regiones periféricas sino que la profundiza. Segundo, revolución informacional no debe confundirse con meros desarrollos informáticos aunque éstos sean claves y son los que permiten la llamada “economía de plataformas” como UBER y AIRBNB y a la inteligencia artificial y sus aplicaciones también para el turismo.

Toda gran revolución tecnológica está en una relación dialéctica con una intensa reorganización de la economía, del territorio, de la sociedad en su conjunto. Así que tal como ocurrió con la revolución industrial y el advenimiento de la máquina de vapor, de los ferrocarriles, de la electricidad y de las condiciones sociales que la hicieron posible, también ocurre ahora con el mayor papel del conocimiento aplicado y la transversalización de desarrollos informáticos y de las telecomunicaciones, de los avances en biotecnología y nanotecnología con aplicaciones aún no difundidas y un conjunto de modificaciones que se están cristalizando cotidianamente como puede ser la mencionada inteligencia artificial. Además está en curso una transición energética que debe analizarse en sus

complejidades geopolíticas (Falero, 2022) y que, por ejemplo, modifica los anteriores parámetros culturalmente aceptados de movilidad y consumo. Por todo ello, la idea informacional procura ser más amplia que la idea de informática.

Tercer elemento: en función de lo anterior, se entiende que no es adecuado caracterizar lo que está sucediendo como tercera o cuarta revolución industrial, pues es algo cualitativamente diferente a la idea de industrial. En ese marco se prefiere el rótulo de revolución informacional que implica una mayor integración de las actividades materiales e inmateriales como es una creciente integración de la dimensión del conocimiento en la producción global. O, más específicamente, de un tipo de conocimiento aplicado que integre "innovación" (casi convertida en una palabra mágica) para la rápida comercialización de algo (Falero, 2021).

El análisis del turismo puede potenciarse al comprenderse bien los alcances y contradicciones de la revolución informacional y las mutaciones globales implicadas. Actualmente el tiempo de vida humana ha sido totalmente "vampirizado" por el de la "producción social" y el consumo –incluyendo el turístico- tiene un lugar mucho mayor en la reproducción del tejido social. La explicación hay que hallarla en el pasaje a una sociedad basada en la supeditación o subsunción real del trabajo en el capital -todo termina siendo "absorbido" en el capital- que sustituye la etapa de supeditación o subsunción formal del trabajo en el capital típica del capitalismo de base hegemónica industrial fordista.

Desde esta perspectiva, la producción de bienes "inmateriales" (no el sentido del proceso de trabajo, sino de la intangibilidad del producto final) y que implica como nunca antes la cooperación, la comunicación y la creatividad en el trabajo -aunque esto último solo en algunos casos- cobra otro valor y, por tanto, requiere otra atención en el análisis. De todo lo cual se puede concluir que la "producción" del turismo no solo debe valorarse en sus dimensiones tangibles (infraestructura, por ejemplo), sino, cada vez más, en sus aspectos simbólicos e inmateriales.

Un último aspecto a remarcar aquí es que en este marco de transformaciones globales y revolución informacional, ya no se trata solo de estados-nación que compiten por la atracción del turismo sino de ciudades que compiten entre sí, cada vez más, por ese mercado global. Hace ya varios años que la investigación sobre globalización, viene hablando de la "desnacionalización" de componentes de los Estados-nación (por ejemplo, Sassen, 2007).

Sin intentar sobreestimar el papel de las ciudades sobre los Estados (además puede existir una enorme variedad de situaciones), debe tenerse en cuenta el nuevo papel de las mismas pues supone considerar que siendo más feroz la competencia, se llega a una permanente necesidad de estrategia de adaptación urbana pensando en el turismo, de énfasis en el marketing urbano para la construcción de una imagen. Además, captación de turistas muchas veces está relacionada con captación de "inversiones" o de negocios más general. Un caso claro ya aludido es la inversión in-

³ No es posible extenderse sobre el punto pues significa un desvío innecesario y se remite al trabajo propio ya referenciado. En cuanto a los aportes de Antonio Negri, véase la trilogía con Hardt comenzando con su conocido "Imperio" (2002). Para los conceptos de subsunción formal y real del trabajo en el capital, el autor sigue a Marx en su capítulo VI inédito. Debe aclararse que tanto Negri como otros autores del llamado "capitalismo cognitivo" no acompañan la tesis de polarización centro – periferia, que para este trabajo, sin embargo, constituye uno de los criterios teórico-metodológicos.

mobiliaria. Otro son los llamados “servicios globales” como los financieros entre muchos otros.

Actividad turística urbana y tensiones abiertas: la espectacularización de las ciudades.

En un trabajo anterior ya referenciado (Falero, 2014), se apeló a algunos aportes de Pierre Bourdieu tratándolos de llevar y aplicar a la ciudad y conectándolos con turismo. En particular, se apelaba al concepto de recursos en un sentido general de materiales y simbólicos, desigualmente distribuidos, que pueden movilizarse y potencialmente convertirse en estrategias. La idea que subyacía -aunque no se hacía explícita- era que la Sociología no sólo podía hablar de la relación ciudad y turismo como realidad vivida en una suerte de fenomenología de la vida urbana. Podía ir mucho más allá de allí.

La desigual distribución de recursos movilizados como estrategias, lleva a un proceso de distinción, de jerarquías de ciudades en la capacidad de producción y venta de un producto turístico. Es decir, que las categorías de percepción sobre la potencialidad turística también se ven afectadas en función de los recursos que se disponen. En aquel trabajo se hacía énfasis en tres tipos de recursos entre otros posibles, atendiendo a que algunos de ellos van mucho más de lo que los tomadores de decisiones vinculados a las ciudades pueden impulsar, es decir que los trascienden ampliamente. Retomando ese esquema, en este apartado se trabajará específicamente la idea de espectacularizar la ciudad para el turismo. En los dos apartados siguientes se trabajará el tema de la relación entre turismo y fractura social y luego algo más intangible como es la relación entre el turismo y el saber social que construyen las ciudades.

La idea general proviene de la línea de análisis que va de Guy Debord y Jean Baudrillard, discípulo del anterior (aunque en su trayectoria se pueden identificar varios “Baudrillards”) y puede identificarse como la capacidad de “espectacularizar la realidad”. Aquí cabría agregar que existen varios conceptos posibles que podrían converger en la misma idea. Por ejemplo, el conocido geógrafo Daniel Hiernaux en un trabajo junto con Carmen González Gómez (2017) hablaban de la “ciudad maquillada” como “las nuevas máscaras” de la ciudad del siglo XXI. En ese marco, decían por ejemplo, lo patrimonial queda fuertemente asociado al turismo. También se podría hablar de “escenarios turísticos” como hace para explicar un sector del centro histórico de Montevideo, la Ciudad Vieja, el sociólogo Gabriel Buere (2014).

Pero más allá de rótulos, la idea general que subyace es la misma. Espectacularizar la ciudad para el turismo supone considerar aquí, como anticipaba con inteligencia Debord en “La sociedad del espectáculo”, el papel de los medios masivos de comunicación y –hoy debería agregarse- de las redes sociales. La vida de las sociedades se presentan como una inmensa acumulación de espectáculos precisamente (Debord, 1967) y esta idea puede aplicarse al turismo. Hoy la relación con la realidad, con otras personas, está mediatizada por imágenes y en general por las tecnologías de la información y la comunicación. Pensar al “espectáculo” como una relación social y como una pieza clave del consumo fue uno de los elementos que marcó especialmente. El turismo es también, por consecuencia, un consumo “espectacularizado” de la ciudad para lo cual los recursos pueden ser muy variables.

Decía el Baudrillard de los setenta que con la producción de bienes, existe una urgencia de producir significaciones, sentidos, lo que lleva a la “desaparición” de lo real bajo un aluvión de representaciones, quedando solo la posibilidad de la simulación. Ya no se trata de imitación ni de reiteración, sino de una suplantación de lo real por los “signos de lo real”, es decir, se trata de una operación de disuasión de todo proceso real. La simulación cuestiona la diferencia de lo “verdadero” y de lo “falso”, de lo “real” y de lo “imaginario” (Baudrillard, 1978).

Esto supone algo así como lo siguiente: las ciudades compiten cada vez más por entrar en una permanente construcción de simulacros, es decir, de generación de “modelos sin origen” que tienden a fagocitar los acontecimientos reales hasta el punto de que la complicidad en el proceso hace ya imposible llegar a la realidad. Un ejemplo por excelencia en este sentido es Disneylandia. Es decir, modelo de órdenes de simulacros entremezclados, escenificación que dibuja el perfil de “América”, de su “way of life”, que tal vez existe –sostenía este autor- para ocultar que el país real, “América” toda, se ha convertido en una “Disneylandia” (Baudrillard, 1978). Pero como en el autor resulta indistinguible lo verdadero de lo falso, llegados aquí se lo abandonaba para volver a Bourdieu y pensar la espectacularización urbana por el turismo como un conjunto de producciones simbólicas y, por supuesto, también materiales.

Las producciones simbólicas –y los productos turístico lo son- deben sus propiedades más específicas a las condiciones sociales de su producción y a la posición del productor en el campo (o espacio social) de la producción (Bourdieu, 2005). La incitación para ser una “ciudad turística” parte de los recursos disponibles de los agentes del capital vinculados al turismo y de los agentes del Estado que deben crear las condiciones para que ello sea posible. De este modo se puede llegar a constantes e innumerables operaciones de cirugía estética urbana como ocurrió con Barcelona o Bilbao en España.

Aquí pueden caber para el estudio numerosos casos, pero la idea central a plantear es la siguiente: se abre una tensión entre recursos materiales y simbólicos aplicados a lugares específicos –con beneficiados igualmente específicos- y el resto de la ciudad. Por un lado se pueden dar intervenciones constantes, en un barrio histórico por ejemplo, para atracción turística, pero por otro esto no supone un beneficio urbano general, de calidad de vida, sino particularizado, con ganadores y perdedores territoriales, eventualmente con consecuencias de gentrificación.

Aquí entra el papel del Estado y de organizaciones y movimientos sociales. No existe un efecto automático de “arrastre” o “derrame” de inversiones y crecimiento –incluyendo por el turismo- para toda la ciudad. Pero no se trata solamente de un problema de gestión de una alcaldía o intendencia, sino de un problema más vasto de un conjunto de instituciones estatales y de si existe capacidad colectiva y política de no quedar atrapado en los intereses sectoriales del capital.

En ese sentido debe repararse finalmente en lo que significa el patrimonio urbano. Sobre el mismo se ha construido una noción cada vez más abstracta y amplia que no se limita a criterios

³ Sobre toda una gama de temas y tensiones que abre el proceso de patrimonialización, puede consultarse el conjunto de artículos editados por Jean Pierre Garnier y María Castrillo Romón “Aléas de la patrimonialisation urbaine” (2013).

estéticos, históricos o artísticos. Si por un lado bien puede devenir en estímulo y oportunidades de redefinición del espacio urbano-turístico, por otro lado bien se puede sucumbir a las exigencias de la lógica inmobiliaria-financiera en ese proceso de procurar conservar lo material (e inmaterial asociado) que se considera “propio” y por tanto distintivo⁴.

Lo mismo puede ocurrir con las infraestructuras de movilidad, un tema particularmente delicado en ciudades de América Latina. Se pueden pensar en infraestructuras que beneficien un gran conjunto de sectores sociales, o que sólo beneficien a los que disponen de automóviles. Esto en general tiene consecuencias devastadoras no solamente en términos de reforzar la desigualdad social sino en términos propiamente urbanos.

En esta idea de tensiones abiertas que se procuran establecer en este trabajo, se identifica entonces una territorial entre áreas revitalizadas y espectacularizadas y áreas que van quedando degradadas o sin las intervenciones urbanas necesarias. Ahora debe pasarse a una tensión más estrictamente ubicada en el plano social: la necesidad de infraestructura y seguridad para el turismo (que puede ser en lugares previamente espectacularizados), está en tensión con las necesidades de los perdedores del proceso, los prescindibles de la fractura social ostensible de las ciudades latino-americanas. Y parece que este segundo aspecto no tuviera nada que ver con turismo. Se intentará mostrar lo contrario.

Fractura social y turismo: ¿ocultemos la marginalidad y la pobreza?

Todos quienes trabajan en el tema turismo, no solo académicos sino tomadores de decisiones, no deberían soslayar que el ocultamiento de la pobreza y la contención policial o militar de los efectos de la marginación y la fractura social como son las trayectorias delictivas, no resuelven el problema y después tiene efectos en la actividad. A largo plazo el problema se reproduce, perjudica el negocio turístico y la tensión que no se quería ver se despliega en toda su magnitud.

El ya fallecido sociólogo Mike Davis habló de planetas de “ciudades miseria” o “planeta favela” para referirse al problema (2014). La urbanización de los países en regiones periféricas se ha producido al margen de la industrialización y el desarrollo de las regiones centrales de acumulación. Esta tendencia ha dado lugar a lo que se conoce como “favelización”, áreas urbanas construidas directamente por la acción de la gente y en las que las infraviviendas, muchas veces levantadas con materiales de desecho en zonas insalubres y sin ningún tipo de servicios, son el paisaje habitual. Agréguese aquí: el paisaje que los turistas no deben ver (más allá de los interesados en los “favela tours”), que los investigadores del turismo no deben abordar, que los tomadores de decisiones en turismo deben soslayar o no entrometerse.

Por ello, en el trabajo propio ya referido se hablaba del recurso de controlar o minimizar la violencia urbana como requisito para maximizar la puesta en valor “turística”. Pero ¿qué capacidad de controlar efectivamente la violencia urbana puede haber cuando los procesos de marginación urbana se reproducen y expanden más allá de gobiernos?. Ese “Estado penal” que visualizaba Loic Wacquant (2007) para las ciudades norteamericanas tiene sus límites. ¿A dónde conducen los “estados de excepción” o las políticas como la del presidente de El Salvador, Nayib Bukele y su megacárcel para enfrentar las pandillas, las maras?.

Efectivamente, situaciones donde existe socialización en la violencia en esos grupos debería llamar la atención como problema común de las ciudades de América Latina. Porque puede estar comparativamente agravado en ciudades de América Central, México o Brasil, pero claramente como proceso social está tomando su lugar en todas las ciudades de América Latina. Incluso ciudades que antes podían verse como relativamente más seguras como Montevideo en Uruguay o Rosario en Argentina, han dejado de serlo. El problema puede estar contenido coyunturalmente pero no se termina y conspira contra la atracción de turismo. No es preciso decir que la etiqueta de “no segura” instalada como sentido común es letal para la atracción de turismo de una ciudad.

Como existe una probada correlación sociológica entre violencia y desigualdad social, puede establecerse que las ciudades menos desiguales son las que ofrecen menores problemas de violencia. De modo que la tensión está en que destinar recursos para enfrentar la desigualdad social y su expresión territorial parece que no tuviera nada que ver con las políticas turísticas cuando en realidad es central. Gestionar esa tensión, en consecuencia, pasa por generar en primer lugar una visión integral y amplia del turismo que incorpore las problemáticas sociales.

Sin entrar en el tema que supondría ya otro trabajo, también los conflictos políticos tienen efectos inmediatos en el turismo si bien se tiende a ocultarse esta relación en lo posible. Para ilustrar esto se puede tomar un ejemplo extremo y alejado como es Irán y sobre el que se ha hecho algún análisis en ese sentido (Arroyo, 2018). En 2022 la indignación de miles de manifestantes, especialmente mujeres jóvenes, por la muerte de Mahsa Amini el 16 de setiembre de ese año y los abusos de la “policía de la moral” seguramente pueden desestimular el viaje turístico a Teheran como ya ocurrió otras veces en el pasado por más interesante que prometa resultar la visita. Más cerca pero también más temporalmente acotado está el caso de Perú. Los eventos posteriores a la destitución del presidente Castillo en 2022, pueden desestimular cualquier viaje que implique la posibilidad de complicaciones en el viaje.

En suma, la conclusión de esto no requiere mayor fundamentación: conflictos fuertes desestimulan la actividad turística. El turismo requiere confianza que es también un concepto sociológico pues lo social siempre está cimentado también en expectativas. Hay una necesidad de tener confianza previa al viaje de que todo va a ir según lo planificado o que ante cualquier problema, existen soluciones posibles. Y esta idea también lleva al tercer recurso de las ciudades que se examinaba en aquel capítulo del libro del 2014 y que seguidamente se retoma como otra tensión más entre ciudades y turismo.

Ciudades, saber social y turismo

El concepto de intelecto colectivo (general intellect) que viene de Marx, también puede ser aplicado al turismo y así llegar a la idea de cómo el saber social acumulado, por ejemplo para resolver problemas, y la disposición a la cooperación social son elementos claves. Se trata de un conjunto de elementos intangibles que hacen a la población en su nivel educativo, capacidad comunicativa, capital cultural, capacidad de perspectiva crítica para leer la realidad, entre otros y que permiten la cooperación social. Va entonces más allá del capital cultural individual acumulado y procura “provocar” en cuanto a que el turismo ya no puede ser pensado como la simple mercantilización de un

servicio turístico concreto o la explotación de una específica “mercancía” turística.

Así como se consumen productos también se consumen experiencias. En la experiencia social del turismo interviene no solamente el tiempo concreto del viaje, la estadía, los lugares visitados sino la memoria posterior y eventualmente un proceso de elaboración mental que se potencia si se intercambia colectivamente. Esto lleva al centro de la discusión: si la experiencia no es de “turismo burbuja”, es decir ser llevado, mirar y no interactuar con nadie, supone también descubrir e interactuar socialmente en el lugar de destino. Es decir que la condición de hospitalidad necesaria implica a toda la sociedad y forma parte de la comercialización de una ciudad.

De modo que está clara la necesaria capacitación de la fuerza de trabajo vinculada al sector turístico –particularmente pero no exclusivamente hoteles y lugares de hospedaje- pero el tema que se propone es otro y más amplio. Va más allá de la educación formal de fuerza de trabajo específica e implica un saber social generalizado. Un tejido social dispuesto a la cooperación también constituye un recurso clave para atraer turismo. Esto supone un conjunto de disposiciones sociales de empatía, capacidad de colaboración y capital cultural incorporado.

¿Dónde está la tensión en este caso?. En primer lugar, que la desigualdad económica por lo general va acompañada de una desigualdad en capital cultural incorporado y el sistema educativo tiende (subráyese esta idea de tendencia) a reproducir la desigualdad. En segundo lugar, la educación en sus distintos niveles tiende hoy a tener un vuelco hacia lo instrumental, lo práctico, la aplicación inmediata de conocimiento. Y lo que se está sosteniendo es que la hospitalidad –aún pensada en forma mercantil- requiere precisamente trascender lo puramente instrumental. Implica saberes más amplios, cultura general que no se resuelve en un buscador de internet, conocer la ciudad en general y capacidad de comunicación, por ejemplo.

En suma, esta tercera tensión apunta a ver la relación entre turismo y educación en forma mucho más abarcativa que la visión reduccionista que pueden tener muchos empresarios y organizaciones empresariales sobre necesidades inmediatas de calificaciones laborales y sobre el papel del Estado. Cuando se habla de turismo, es clave considerar que la educación no puede estar contenida en la formación, el conocimiento o el capital cultural de un guía turístico o del manejo de inglés de un empleado de hotel. Supone pensar que a mayor capital cultural generalizado, a mayor disposición a la cooperación de la sociedad en su conjunto, se favorecen las experiencias turísticas. Es difícil “medir” esto pero Montevideo tuvo algo de eso, tiene algo de eso (como toda la región del Río de la Plata), pero también existen indicadores de que se está perdiendo.

Límites de la espectacularización turística en Montevideo y la movilidad como desafío.

Antes de entrar en el caso de Montevideo conviene tener presente una cuarta tensión que sólo se planteará escuetamente (pues daría para un trabajo por sí mismo) y es la invitación a pensar las contradicciones que se generan permanentemente entre diferentes intereses del capital por el uso del suelo urbano y la capacidad del Estado de administrar los diversos intereses. Una ciudad con el tamaño de Montevideo y su zona metropolitana no escapa a conflictos en ese sentido aunque puede ocurrir que no se visualicen claramente como tales.

La cuestión de siempre es quiénes son los que controlan las llaves de los flujos dinero y poder pero la diferencia de la situación actual respecto a períodos anteriores es lo que Harvey denomina la transformación de la gobernanza urbana con la introducción del “empresarialismo”, es decir adoptar una actitud empresarial respecto al desarrollo económico de las ciudades (Harvey, 2007).

Esto implica una alianza entre el sector público y el sector privado centrada en la inversión, en la construcción especulativa del lugar. Esto no supone la mejora de las condiciones en un territorio urbano determinado. Una de las opciones es atraer el dinero a una región urbana mediante el turismo. Eso significa la mejora física del entorno urbano que puede incluir estilos arquitectónicos y diseño urbano. El Estado puede contribuir a hacer aparecer la transformación como una “innovación”, un lugar “creativo” de regeneración urbana para visitar, vivir, disfrutar, consumir y para lo cual se requieren servicios e infraestructura. Pero, como se verá con el ejemplo de la zona oeste de Montevideo, también emergen distintos intereses del capital

La región metropolitana de Montevideo (es decir, la capital y su zona de influencia) implica unos dos millones de habitantes lo cual es mucho para un país de unos tres millones y medio y con una densidad poblacional baja en general fuera de la costa, el litoral con el Río Uruguay y algunas ciudades en la frontera con Brasil.

Al conectar ciudad y turismo, es necesario pensar varios temas de urbanismo en esa lógica que supera los límites estrictos (administrativos) de la ciudad de Montevideo y del departamento del mismo nombre, pues se da una continuidad en problemas y potencialidades que implica a los grandes corredores de los que diariamente también se nutre la capital uruguaya. La movilidad geográfica y la infraestructura que se requiere para resolverla es un tema por excelencia de esas dinámicas donde Montevideo se configura como un centro gravitacional de una zona mucho más vasta.

De hecho, se habla de “aglomeración” cuando se está, como en este caso, en una región urbanizada que se extiende sin solución de continuidad a lo largo de varias circunscripciones administrativas. Claro que aún así, en términos de escala, el caso de Montevideo queda pequeño en relación a Buenos Aires y su conurbano o a varias ciudades de Brasil, principalmente San Pablo o Río de Janeiro. Ni que hablar de situaciones en otras partes del mundo como Tokio, la mayor conurbación del mundo con sus 37 millones de habitantes.

Cuando se escriben estas líneas (junio 2023), el proyecto de un “tren-tram” o tren ligero o de superficie que conecte el eje de la zona este de Montevideo con Ciudad de la Costa (unos 35 kilómetros) está de nuevo sobre la mesa. Se trata de una aprobación preliminar después de otros innumerables proyectos o propuestas que han emergido –particularmente en tiempos de campaña electoral- sin que el tema nunca pasara del papel, buenas intenciones e imágenes futuristas.

En la década del noventa –contexto de despliegue del neoliberalismo aunque con Intendencia de Montevideo gestionada desde 1990 (hasta la actualidad) por la coalición de centro-izquierda, Frente Amplio- las imágenes futuristas desde el gobierno central solían acompañar la idea de éxito social con la apertura económica, la desregulación y la venta de activos estatales. Nada diferente al resto de América Latina.

La revista semanal Posdata que dedicó algunos números al Montevideo de futuro, permite volver por un momento a aquellos años en que las construcciones simbólicas de palabras e imágenes proyectaban un futuro optimista. Y, por ejemplo, entonces ya se hablaba de un “tren aéreo en Avenida Italia” (aludiendo al corredor que conecta con la costa este del Uruguay y que hasta hoy cuenta con un amplio cantero central para desplegar la imaginación sobre proyectos posibles)⁵.

Pero el punto de inicio de esta avenida es una zona problemática en términos urbanos. Conocida como “Tres Cruces” (aludiendo a un evento histórico), allí se enclava la terminal de ómnibus de media y larga distancia de Montevideo (incluso con conexiones para países vecinos) y constituye actualmente un nudo de tránsito complicado en el que convergen o cruzan avenidas importantes y existen en su entorno numerosos centros de salud. Con un paisaje visualmente esquizofrénico en cuanto a símbolos, subsiste un monumento de un discutido héroe nacional (el general Rivera) a la entrada de un shopping. Frente allí está la Plaza de la Democracia cuyo centro es una gran bandera ya que la plaza fue creada en dictadura con el nombre de “Plaza de la Nacionalidad Oriental” y con una lógica muy militar (por ejemplo, no tenía lugares para sentarse, aunque hoy ya es un espacio público más amigable).

En uno de los cruces principales de vías de circulación del lugar se emplaza una inmensa cruz -en un país donde existe una clara separación entre Estado e Iglesia y los símbolos religiosos en espacios públicos siempre generan discusiones- que recuerda la visita del papa Juan Pablo II y precisamente su estatua acompaña la cruz. A una cuadra de allí está el obelisco de los Constituyentes de 1830, año de la primera constitución y cuando el Uruguay comenzó como país independiente (es decir, luego del frustrado proyecto federal de Artigas, la capacidad geopolítica de Inglaterra para inventar países y la débil posición argentina que habilitó la separación con los “argentinos-orientales”). Claro que la narración turística está mucho más edulcorada que esto. Y cerca del obelisco, está una alta y por tanto muy visible torre de televisión sin ningún atractivo (todo lo contrario).

Se puede decir que en este caso la superposición caótica de intereses y símbolos conectados de todo tipo -comerciales (pues más que una terminal de ómnibus con shopping con las sucesivas ampliaciones hoy es un shopping con una terminal), del poder de la TV, religiosos y políticos configura un cambalache estético mayúsculo que hasta ahora nadie se atrevió a tocar para espectacularizar turísticamente esperando que los criterios de los visitantes no sean muy rigurosos.

Sin embargo, esa superposición caótica actual, en la década del noventa se visualizaba “al tope de la modernidad” y como mucho más armoniosa de intereses y por cierto con mucho más aire turístico. Y por allí, volviendo al tema de la movilidad, pasaba -en los papeles, claro- un “tren aéreo” (ya aludido) puesto que la “Montevideo del futuro”, debía “resolver formas más ágiles de transporte desde el este de la ciudad, y desde la Ciudad de la Costa, en Canelones”⁶.

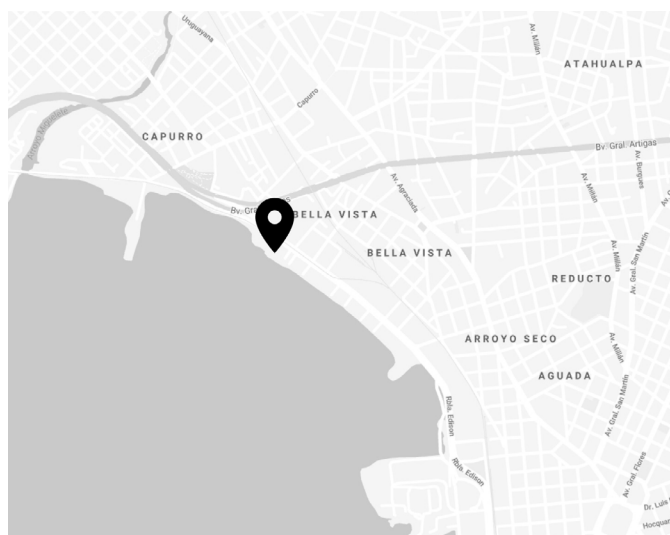
⁵ Archivo personal. Se consultan principalmente los siguientes números: 29 de setiembre de 1995 (“Crónica ilustrada del futuro que se viene”); 19 de setiembre de 1997 (“Plan Fénix: las postales del futuro”); 7 de agosto de 1998 (“Se viene el metro”); 6 de noviembre de 1998 (“Un renacimiento para Montevideo”). Esta última fue probablemente la edición que mejor adelantó lo que luego fueron algunas concreciones reales.

⁶ Revista Posdata Nº 55, Montevideo, viernes 29 de setiembre de 1995. “Uruguay 2020. Crónica ilustrada del futuro que se viene”. Todas las frases entre comillas del párrafo pertenecen a ese artículo.

Un referente urbano importante de espectacularización turística en Buenos Aires es Puerto Madero, en verdad una zona antes degradada. El agente fue la Corporación Antiguo Puerto Madero S.A. y desde el punto de vista urbanístico la transformación operada es impactante. Por supuesto que los mecanismos utilizados para esa reconversión en la década del noventa fueron la especulación y la expansión inmobiliaria lo que fue nutriendo el espacio de torres con vistas al río, proliferación de oficinas, hoteles y restaurantes de lujo. Pero un sociólogo no puede dejar de ver la otra cara del proceso: "con sus negocios oscuros y su voracidad privatizadora, Puerto Madero se convirtió en uno de los símbolos más acabados del menemismo" dice la socióloga Maristella Svampa (2008: 223). Desde entonces, ese lugar creció vertiginosamente y por supuesto las imágenes turísticas actuales ocultan el proceso que lo llevó adelante. También se convirtió en un referente a emular.

En efecto, Puerto Madero se utilizó en algún momento como metáfora recurrente de lo que podía ser la zona oeste de Montevideo, es decir la parte de la bahía que va desde el puerto de Montevideo hacia la zona del Cerro. De la mano del proceso de desindustrialización, privatizaciones e intentos de ellas con especulación inmobiliaria incluida (zona de la Estación Central del Ferrocarril actualmente cerrada y sobre la que se hablará seguidamente) y la afirmación de la logística necesaria para la exportación de productos primarios, la costa oeste de Montevideo ha tenido vertiginosos cambios. Hace pocos años asomó para ese lugar degradado de la bahía (conocida como Capurro) la inspiración de Puerto Madero, pero luego esa imagen se desvaneció de la mano de frustraciones y otros intereses que primaron.

Uno de elementos importantes que llevaron a la frustración de la propuesta fue que la empresa Buquebus que conecta Montevideo con Buenos Aires, desistió de construir allí su puerto de pasajeros, una vez que tuvo claro los costos de dragar el canal de acceso. El revitalizado parque Capurro, en esa zona no ha podido traccionar otro tipo de proyectos que aprovecharan el paisaje de la Bahía desde el oeste aunque muy cerca de allí está en construcción, con grandes exoneraciones impositivas, el proyecto inmobiliario Montevideo Harbour en un predio de dos manzanas a orillas de la bahía con una superficie de 12.000 m². La publicidad lo describe así: "con los pies sobre el agua, ofrece vistas únicas y espectaculares hacia todos los puntos cardinales, especialmente hacia el espejo de agua de la Bahía".



Ubicación del proyecto: Fuente <https://montevideoharbour.uy/>

Por el momento, esa parte de la ciudad constituye una tensión entre intereses económicos y por tanto entre proyectos de utilización del suelo. Hasta ahora se había impuesto notoriamente la logística. Habrá que esperar para ver como se resuelve ese conflicto entre la infraestructura requerida para aprovechar el paisaje y la logística existente: acceso carretero a Montevideo con fuerte tránsito de camiones hacia el puerto, ferrocarril y playa de maniobras de cargas, entorno de depósitos. Es decir, hasta donde será necesario intervenir urbanísticamente desde la Intendencia de Montevideo y el Estado a nivel central para armonizar el lugar y los diferentes intereses.

En verdad, parte de la trama urbana a los costados de la traza ferroviaria que pasa por allí y llega a la Estación Central y el Puerto, ha cambiado profundamente. Hay una parte que sigue signada por la degradación urbana. En el entorno de la Estación Central (ver foto más adelante) comienza ahora un importante viaducto cuya construcción se inició durante el tercer gobierno del Frente Amplio y se inauguró a fines de 2022 y permite pasar por encima de la logística del puerto y las vías férreas y conecta con los accesos a la ciudad desde el norte y oeste del país. Pero más delante de ese viaducto, sobre los costados de la traza ferroviario, el paisaje predominante es de depósitos y restos de lo que fue una zona industrial de Montevideo, parcialmente transformados por actividades logísticas.

Pero en esa tensión por el uso del territorio y del derecho a la ciudad, es preciso volver al abandonado edificio de la Estación Central del ferrocarril, una monumental obra de 1897 del ingeniero italiano Luis Andreoni (sin dudas símbolo de otro Uruguay). Actualmente –como se puede apreciar en la foto- constituye una frustración urbanística y turística.



Foto de la fachada tomada el 16 de junio de 2023. Se observa el tejido perimetral para evitar el vandalismo y la utilización exterior como playa de estacionamiento improvisada

En su momento punto de partida y destino bastante céntrico de numerosos servicios ferroviarios de pasajeros – aunque también integraba tráfico de cargas - constituyó la terminal de una red de más tres mil kilómetros de vías férreas. Esté operativa en 2024 la traza ferroviaria hecha a nuevo sobre el viejo trazado prevista para facilitar principalmente el traslado de celulosa de la nueva planta de la firma UPM ubicada en el centro del país, la parte activa igual representará menos de la mitad de aquella red ferroviaria. Las políticas de desmantelamiento ferroviario (en Uruguay la decadencia se dio ya desde la década del ochenta con la dictadura y se profundizó en democracia) terminaron en unos pocos servicios de pasajeros sobrevivientes para localidades cercanas a Montevideo que fueron suspendidos por las obras aludidas. La pérdida de cultura ferroviaria lleva incluso a que sea socialmente difícil imaginar la relación entre ferrocarril y turismo más allá de conservar algún lugar testimonial.

Pero lo realmente patético fue el cierre de la Estación, su importante deterioro al interior, incluyendo el abandono de depósitos y playa de maniobras, y por tanto también la degradación del entorno urbano. El edificio fue cerrado en el año 2003 para destinarlo a un frustrado proyecto inmobiliario que venía siendo impulsado desde el segundo gobierno del presidente Sanguinetti (fines de la década del noventa): el “plan Fénix” y que terminó en importantes juicios contra el Estado por parte de un inescrupuloso empresario.

Esta situación continúa hasta la actualidad. Numerosos proyectos se han sucedido sobre lo que hacer, pero en general marcados por la miope visión de no volverla nuevamente una terminal ferroviaria importante (como sucede en ciudades europeas o sin ir más lejos en Buenos Aires principalmente con los casos de Retiro y Constitución) aunque integrada con otros usos, por ejemplo, comerciales y eventualmente como nudo multimodal de transporte, como ha reclamado insistentemente un colectivo defensor del ferrocarril⁷.

Con esta situación de degradación urbana del lugar que en verdad se inicia ya con la cercana terminal de ómnibus suburbanos (llamada Baltasar Brum), salpicado con algunos edificios construidos recientemente que mercantilizan el paisaje de la bahía, se puede concluir que se está ante un caso de especulación inmobiliaria y corrupción con espectacularización fallida, con enorme miopía y desinterés sobre las necesidades sociales de movilidad geográfica (derecho al transporte) y, por el momento, un lugar para esconder del turismo.

La rambla de Montevideo entre visión de futuro de principios del siglo XX al derecho a la ciudad y los conflictos actuales.

Existe cierta idealización del pasado en la sociedad uruguaya y es necesario no caer en perspectivas de ese tipo. Pero está claro que con fortalezas y debilidades, en las primeras décadas del siglo XX se fue forjando una visión de futuro también en términos de atracción de turismo en Montevideo que contrasta con algunas miopías políticas contemporáneas. Un epicentro que conjuga ambas cosas es la rambla de la ciudad.

⁷ Grupo de pasajeros en defensa de la Estación Central. Véase su página con abundante información: <https://fu1.tripod.com/inicio.html#:~:text=Est%C3%A1%20compuesto%20por%20adherentes%20y,la%20reapertura%20de%20la%20misma>.

Actualmente se puede transitar por la rambla alrededor de la Ciudad Vieja y desde allí dirigirse al este (siempre sobre la costa del Río de la Plata) y son unos 17 o 18 kilómetros hasta el límite del departamento (dependiendo de donde comience el trayecto y aclarando que el recorrido puede seguir por el departamento de Canelones). Esto está “naturalizado” en la ciudad como si siempre hubiera estado allí. Pero cabe hacer notar la perspectiva de futuro que se tuvo en la construcción del primer tramo de la rambla montevideana con la intención temprana de atraer turistas desde Buenos Aires. Las imágenes históricas sobre esa construcción son impactantes por la transformación que se operaban con las máquinas y herramientas que se tenían en la década de 1920 y según documenta muy bien un libro del Centro de Fotografía de Montevideo (CdF, 2016).

También los flujos turísticos –especialmente pero no solamente desde Argentina– fueron moldeando esta parte de la ciudad. Como se ha indicado en tal sentido, en las primeras décadas del siglo XX, tal política “se apropió del espacio y diseñó un paisaje de uso colectivo e integrador que actuó como instrumento promotor de la imagen turística que las autoridades gubernamentales aspiraban proyectar de la ciudad para luego dar paso a la intensa ocupación residencial” (da Cunha y Campodónico, 2005: 43).

Aproximadamente la franja costera de Montevideo que va desde la Ciudad Vieja hasta uno de los parques principales –el parque Rodó– es una construcción paisajística que contiene y en la que converge la diversidad social en términos de clases. Desde allí hacia el este se ha consolidado como una zona habitacional de clase media alta y alta. En ese marco, han existido intervenciones varias sin que la dinámica de paseo y derecho a la ciudad perdiera totalmente frente al uso del automóvil. Existe una tensión entre rambla vía rápida de circulación, principalmente para automóviles pues por allí circula escaso transporte urbano y rambla para paseo. Actualmente coexisten ambas lógicas en tensión.

Sin embargo han existido conflictos por proyectos posibles y en ese sentido es preciso abordar aquí rápidamente al menos tres de ellos: completar la transformación de la Ciudad Vieja en la zona cercana al puerto, intervenir la zona del dique Mauá y abandonados edificios de lo que fue la compañía del gas (ubicados inmediatamente después de la Ciudad Vieja) y el proyecto de construir una isla artificial, bastante más adelante hacia el este, en un lugar consolidado urbanísticamente conocido como “Punta Gorda”.

Respecto a la Ciudad Vieja, viene perdiendo su carácter de centro de actividades financieras (el desplazamiento se ha dado principalmente hacia el Buceo en una zona de shopping y torres de oficinas del World Trade Center) aunque todavía es una actividad importante del centro histórico. Como es un paseo turístico, se han tratado de controlar situaciones de mendicidad y delitos como rapiñas (en los últimos años es evidente allí la baja de casos). Como ocurre en estos casos, el delito se desplaza a otras zonas.

Sobre la problemática social, un ejemplo puede ilustrar la situación. Bajo el título de “una nueva batalla urbana”, el diario El País informaba que la Policía, el Ministerio de Desarrollo Social y la Intendencia reaccionaron “ante el clamor de los vecinos del barrio” por personas en situación de calle que se instalaban con tiendas improvisadas en distintos lugares, algunas de ellas trabajan como cuidacoches⁸. La desigualdad social visibilizada no es “turística”.

En cuanto al proceso de gentrificación, se ha dado de forma lenta y procurando desconflitivar el proceso. Nunca se configuró una gentrificación violenta. Como existen colectivos de vecinos activos que promueven su perspectiva de uso del suelo urbano y de derecho a la ciudad, se ha impuesto la prudencia en la Intendencia de Montevideo cuando se enuncian proyectos puesto que subsisten varios lugares del centro histórico –manzanas enteras y edificios abandonados- que aún no se han sometido a un proceso de producción turística y que podrían tener diferentes usos, incluso habitacionales de sectores bajos y medio-bajos. Esa tensión subsiste hoy y coloca el caso como un proceso de espectacularización incompleta.

Respecto a lo que fue el Dique Mauá y la vieja Compañía del Gas (es decir, un lugar histórico hoy abandonado) se han venido sucediendo propuestas diversas sin proyección. Uno de los proyectos más importantes fue construir allí por la empresa Buquebus un puerto para los barcos que conectan diariamente con Buenos Aires y para cruceros que llegan a Montevideo. Debe aclararse que esa terminal se encuentra hoy dentro del Puerto de Montevideo rodeada de operaciones de carga y descarga y la idea era quitarla de ese lugar. La ecuación cerraba muy bien para el capital (la empresa Buquebus del empresario argentino Juan Carlos López Mena) porque implicaba hotel y centro comercial y una parte importante del predio se privatizaba.

El colectivo “Por la Rambla Sur”, que había tenido protagonismo anterior en toda esa parte de la costa montevideana (integrado por vecinos y arquitectos), se movilizó contra el proyecto. Su objetivo es que todo el lugar sea un gran espacio público. Deben agregarse a eso las dudas técnicas sobre el lugar elegido para una terminal marítima (por los vientos y la obra de protección en el agua –escollera- necesaria). Para decirlo rápidamente, fue un proyecto muy debatido, con idas y vueltas varias, que hoy fue descartado. No así otros proyectos posteriores en el mismo lugar que van y vienen y que implican que una parte de ese lugar histórico sea usado para fines inmobiliarios. En este caso, puede hablarse en suma de espectacularización coyunturalmente fallida y donde –por el momento, cuando se escriben estas líneas- existe un “stand by” entre intereses del capital y derecho a la ciudad.

El tercer caso a mencionar fue una propuesta de isla artificial en 2022 que así como apareció con apoyo del gobierno nacional, desapareció al poco tiempo. Por supuesto que las cifras que se manejaban eran impresionantes: 2 mil millones de dólares de inversión, 4500 puestos de trabajo, 36 hectáreas, 300 amarres para embarcaciones de lujo, 36 lotes inmobiliarios, puente de 450 metros que uniría la isla con la costa.

⁸ EL PAIS Jueves, 02 Noviembre 2017. Esteban Valenti, empresario y antiguo dirigente comunista, tuiteó: “aumento continuo de indigentes viviendo en la Ciudad Vieja. Comienza temporada turística. ¿No se puede hacer nada?”.

Como ocurre en estos casos, además de impactar con cifras, se genera un lobby importante entre cuadros de gobierno para asegurarse privilegios y un marketing urbano que construye un relato de ciudad. No obstante, el arco de voces críticas fue diverso e importante: desde distintas organizaciones sociales hasta la propia Intendencia de Montevideo enfatizando en este caso "el equilibrio global de la ciudad". Sin embargo, el fondo de la cuestión es otro: se observaba un caso más en la tendencia a la proliferación de espacios cerrados, de urbanismo insular, de propiedad privada pero de uso público, que terminan colocando reglas propias. Es decir que, aún de ser verdad que se concretara en esos términos, la propuesta daba toda la idea de enclave turístico y de clase alta que no contemplaba en absoluto los efectos sobre el entramado urbano de un área consolidada de la ciudad. En este caso, la espectacularización afortunadamente se frutó frente al derecho a la ciudad.

Conclusiones

La conexión entre ciudad o más precisamente regiones metropolitanas y turismo es clave de abordar y se intentó plantear argumentos en ese sentido. Para ello se propuso un marco de análisis general que retomó algunos elementos de un trabajo escrito hace aproximadamente una década e incorporó nuevos elementos para poder abrir planos de análisis a diferentes problemáticas de esa conexión, en términos generales y luego a situaciones planteadas actualmente en Montevideo.

De modo que con la ayuda de la teoría social (en un sentido amplio y no solamente como teoría sociológica) se abrió la discusión a diversos problemas contemporáneos como los siguientes: la tensión entre ciudades para los habitantes y ciudades para el turismo (tema replanteado con la llamada "uberización"), los procesos de gentrificación y como éstos se pueden dar de diversas formas, las infraestructuras de movilidad de habitantes y turistas y en general los conflictos y la compatibilización de actividades, las tensiones entre espectacularización y derecho a la ciudad, el papel de colectivos u organizaciones sociales y del Estado, la relación entre pobreza, marginación y turismo y se podría seguir.

El discurso de derrame automático de beneficios del turismo para todos, forma parte de una visión liberal que oscurece que existen afectados o desplazados por la actividad a los que debe encontrarse solución o que determinadas intervenciones pueden terminar privatizando el espacio público. La competencia entre ciudades por atraer inversiones y la promesa de dinamismo económico y generación de puestos de trabajo, suelen ser buenos disciplinadores de gestores urbanos frente a eventuales demandas de colectivos en defensa del derecho a la ciudad. En el caso de Montevideo esto se mostró con algunas situaciones y proyectos en la rambla.

Se han abordado cuatro tipos de tensiones en la conexión entre ciudad y turismo: una posible es entre espectacularizar espacios urbanos y el derecho a la ciudad que se puede manifestar de diversas formas. También se trabajó en el sentido de cómo incide el turismo en territorios ganadores y perdedores de la ciudad.

Una segunda tensión está en que la actividad turística no puede dejar de mirar la desigualdad social como algo ajeno a sus intereses. La ocultación de lugares y de personas, el alejamiento com-

pulsivo de “no deseables”, desplazar la violencia a barrios no turísticos es un parche a corto plazo que no soluciona un problema estructural de las ciudades de América Latina en general.

Si las dinámicas de fractura social y de marginalidad social se siguen reproduciendo, las visiones de corto plazo de “Estado penal” presentarán límites claro para el desarrollo del turismo. Esto se mostró someramente con el centro histórico de Montevideo, pero a ello habría que agregar un conjunto de barrios periféricos con violencia creciente. Y algunos de ellos –el cerro de Montevideo, en el oeste de la capital uruguaya- tienen enormes potencialidades turísticas.

Una tercera tensión es que la hospitalidad –aún en su versión mercantilizada- requiere pensar con apertura mental lo que se definió como intelecto colectivo (general intellect) pero la tendencia es a pensar en forma reduccionista en fuerza de trabajo con capacidad de manejar determinadas herramientas o idiomas. Sin embargo, cuanto más extendido esté el capital cultural, la disposición a la cooperación o las capacidades comunicativas (entre otros elementos), mayor será la capacidad de atraer y retener turismo. Esto conecta decididamente el turismo con la problemática educativa y –nuevamente- con la reproducción de la desigualdad social. En el caso local, la construcción de un supuesto uruguayo “medio” construido como “educado”, “correcto”, “amable”, “culto”, etc., puede contribuir a atraer turismo pero no permite problematizar el problema de límites y posibilidades que se abren en la realidad.

Una cuarta tensión en este caso de índole territorial se da entre el capital para su realización como actividad turística y el capital expresado en otro conjunto de actividades. Es decir, mercantilizar lo paisajístico es una tendencia global y la presencia de intereses de la actividad turística en tal sentido puede remodelar una parte de cualquier ciudad, pero siempre está presente la posibilidad para otro tipo de actividades, como las logísticas, como se vio en el caso del entorno del puerto y del oeste de Montevideo. En estos casos la capacidad estatal –local y nacional- de compatibilizar actividades se vuelve clave.

Entre las cuatro tensiones se ha preferido focalizar el aspecto territorial. Y en ese marco, se abrió la discusión a áreas y patrimonio con enormes potencialidades pero degradados –es decir, el fracaso de la espectacularización y del derecho a la ciudad- como el caso de la Estación central del ferrocarril que además implica el problema de la movilidad colectiva y del derecho al transporte en la región metropolitana, al menos en un radio de unos 35 kilómetros aproximadamente. Un problema que se repite en varias ciudades de América Latina. También se mostró que en otros lugares -como Tres Cruces- la esquizofrenia estética –efectos de agregación desordenada de símbolos de poder- junto con infraestructura de movilidad y centro de consumo, desplazó la planificación a un segundo plano. Y se podrían seguir adicionando situaciones.

Eduardo Galeano decía a comienzos de este siglo (2002) que Uruguay estaba dedicado a dejar de ser un país para convertirse en un banco con playas. Algunas cosas cambiaron desde entonces, pero para seguir cambiando positivamente se requiere que el turismo como actividad tenga una amplitud de miras bastante mayor a la actual, incluyendo sobre problemáticas sociales que solo en apariencia pueden parecer ajenas a la actividad.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, S. (2018) Selfies en Irán. El nuevo turismo en la república de los ayatolás, *Nueva Sociedad*, marzo. Véase: <https://www.nuso.org/articulo/selfies-en-iran/>
- BAUDRILLARD, J. (1978) *Cultura y simulacro*, Barcelona, editorial Kairós.
- BOURDIEU, P. (2005) [1989] *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil Ltda.
- BROSSAT, I. (2022) *Airbnb. La ciudad uberizada*, Pamplona, editorial Kakrak
- BUERE, G. (2014) Violencia simbólica y la construcción de escenarios turísticos, en A. Falero y R. Campodónico (compiladores) *El turismo bajo la lupa académica*, Montevideo, UDELAR – CSIC – Biblioteca Plural.
- CdF (2016) *La construcción de la Rambla Sur (1923 – 1935)*, Montevideo, Centro de Fotografía de Montevideo.
- CERONI, M (2022) Henri Lefebvre en el siglo XXI: una aproximación a la arqueología de su obra, en *Henri Lefebvre. Lecturas y debates actuales*, Montevideo, UDELAR – Facultad de Arquitectura, diseño y urbanismo y Programa Integral Metropolitano / Ediciones del Berretin.
- DA CUNHA, N. y CAMPODÓNICO, R. (2005) Aportes al estudio comparativo del turismo en el cono sur (1900 – 1930), en *América Latina en la Historia Económica* N° 24 (julio – diciembre), México, Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora
- DAVIS, M. (2014 [2006] *Planeta de ciudades Miseria*, Madrid, Akal.
- DEBORD, G. (1967) *La sociedad del espectáculo*, varias ediciones posteriores y disponible en versión electrónica.
- FALERO, A. (2022) Para una perspectiva centro-periferia de la transición energética en *Revista Novos Rumos Sociologicos*, vol. 10 N° 18, Pelotas, PPGS – UFPEL.
- FALERO, A. (2021) *Ver más allá de la coyuntura. Producción de conocimiento y proyectos de sociedad*, Buenos Aires, Editorial Biblos.
- FALERO, A. (2015) La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio en *Revista NERA*, N° 28, Edición Especial (pp 223 – 240). UNESP – Universidade Estadual Paulista.
- FALERO, A (2014) Producción del espacio urbano y captación del turismo en un contexto de transformaciones sistémicas globales, en en A. Falero y R. Campodónico (compiladores) *El turismo bajo la lupa académica*, Montevideo, UDELAR – CSIC – Biblioteca Plural.

FALERO, A. (2011) *Los enclaves informacionales de la periferia capitalista: el caso de Zonamérica en Uruguay*. Un enfoque desde la Sociología, Montevideo, Universidad de la República – CSIC.

GALEANO, E. (2002) *La soga*, contratapa de Página 12, Buenos Aires, 11 de agosto de 2002. También disponible en New Left Review Nº 17, nov/dic 2002.

GARNIER, J. P. y CASTRILLO, M. ed. (2013) Aléas de la patrimonialisation urbaine en revue *Espaces et sociétés* Nº 1 (2013), Nanterre, Maison des Sciences de l'homme Mondes.

HARDT, M. y NEGRI, A. (2002) *Imperio*, Buenos Aires, editorial Paidós.

HARVEY, D. (2013) *Ciudades rebeldes*. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana, Madrid, Ediciones Akal.

HARVEY, D. (2007) [2001] *Espacios del capital*. Hacia una geografía crítica, Madrid, Ediciones Akal.

HIERNAUX, D. y GONZÁLEZ, C. coords. (2017) *La ciudad latinoamericana a debate. Perspectivas Teóricas*, Querétaro (México), Universidad Autónoma de Querétaro.

LARIAGON, R (2022) Turismo y dinámicas espaciales diferenciales de urbanización: reflexión a partir de ejemplos mexicanos, en *Henri Lefebvre. Lecturas y debates actuales*, Montevideo, UDELAR – Facultad de Arquitectura, diseño y urbanismo y Programa Integral Metropolitano / Ediciones del Berretin.

LEFEBVRE, H. (1973) [1968] *El derecho a la ciudad*, Barcelona, ediciones Península.

LEFEBVRE, H. (1983) [1970] *La revolución urbana*, Madrid, Alianza Editorial.

NEGRI, A. (2020) *De la fábrica a la metrópolis*, Buenos Aires, Editorial Cactus

SASSEN, S. (2007) *Una sociología de la globalización*, Buenos Aires, Katz editores.

SVAMPA, M. (2008) *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*, Buenos Aires, Siglo XXI editores / CLACSO.

WACQUANT, L. (2007) *Los condenados de la ciudad. Gueto, periferias y Estado*, Buenos Aires, Siglo XXI editores.

Um percurso por Cidades Educadoras do Brasil e do Uruguai por caminhos orientados pela dimensão pedagógica intrínseca ao turismo

Un recorrido por las Ciudades Educadoras de Brasil y Uruguay por caminos guiados por la dimensión pedagógica intrínseca al turismo

Francielle de Lima¹

Marcia Maria Cappellano dos Santos²

Resumo

As Cidades Educadoras, sob o escopo da *Asociación Internacional de Ciudades Educadoras* (AICE) e da Carta das Cidades Educadoras (2020), assumem explicitamente o compromisso de transversalizar a educação em suas áreas governamentais, incluindo aí todas as modalidades de educação (formal, não formal e informal). No Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras – BIDCE, têm-se cadastradas experiências intencionalmente realizadas nessa direção, permitindo que delas se tomem conhecimento. Assim, por meio da descrição e análise dessas experiências cadastradas pelas Cidades Educadoras brasileiras e uruguaias, o presente artigo traz a questionamento possibilidades de agregar a essa temática a dimensão pedagógica intrínseca ao turismo, contemplando desdobramentos conceituais e pragmáticos no âmbito dos contextos analisados. Este estudo vem ampliar a abrangência e o escopo de ensaio publicado em 2020, no qual, o contexto brasileiro foi o foco do estudo.

Palavras-chave: Turismo pedagógico; Dimensão pedagógica do turismo; Cidade Educadora; Brasil; Uruguai.

1. INICIANDO O CAMINHO A PERCORRER

No panorama internacional, encontram-se hoje municípios que se qualificam ou são qualificados como Cidades Educadoras ao assumirem explicitamente o compromisso de transversalizar a educação em suas áreas governamentais, incluindo aí todas as formas de educação (formal, não formal e informal).

Nesse sentido, esse movimento político e pedagógico das Cidades Educadoras surge como

¹ Doutora em Turismo e Hospitalidade. Professora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA/Jaguarão Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: franciellelima@unipampa.edu.br

² Doutora em Educação. Professora e pesquisadora do PPGTURH da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mcsantos@ucs.br

um desafio que conduz a administração pública municipal à incorporação da educação como eixo estratégico e transversal de seu projeto governamental. Tal movimento tem chamado a atenção de gestores municipais, empresários, educadores, professores, para a importância de se pensar a cidade como um agente educacional, na direção de contribuir para a formação, sobretudo para a cidadania, em condições de igualdade e liberdade (MORIGI, 2016).

O movimento iniciou em novembro de 1990, em Barcelona, na Espanha, quando ocorreu o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Os representantes das cidades presentes propuseram sistematizar, numa Carta³, inicialmente designada como *Declaração de Barcelona*, os princípios básicos que deveriam formar o perfil educativo das cidades, afirmando assim, um novo direito dos seus habitantes: o direito à Cidade Educadora. A referida Carta contém 20 princípios, estabelecidos e distribuídos em três blocos: Direito a uma Cidade Educadora (1 ao 5), Compromisso da Cidade (6 ao 13) e Serviço Integral das Pessoas (14 ao 20).

Conforme De Lima, Capellano dos Santos e Ferreira (2020, p.97),

[...] a carta é um elemento unificador da Rede de Cidades Educadoras em permanente construção, promovendo e ampliando temáticas, a fim de enfrentar desafios atuais e constantes nas cidades que a compõem. E, ainda, é o documento basilar da *Asociación Internacional de Cidades Educadoras – AICE*, responsável pela congregação das Cidades Educadoras no mundo.

De acordo com sua página virtual⁴, a AICE é uma associação sem fins lucrativos, constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre os governos locais comprometidos com a Carta das Cidades Educadoras, que é o roteiro para as cidades signatárias. Qualquer governo local que aceite esse compromisso pode tornar-se um membro ativo da Associação.

A AICE incentiva ações educadoras nas cidades-membros, organiza eventos integradores tais como congressos, seminários, exposições e busca promover o intercâmbio de experiências entre elas. Essas experiências constam do *Banco Internacional de Documentos Cidades Educadoras - BIDCE*, assim como referências de livros, vídeos, artigos de revistas, dossiês, transcrições de conferências, conclusões de jornadas, seminários e congressos etc., ou seja, há documentos que discutem teoria e outros que remetem a relatos de práticas.

Entre essas experiências, encontram-se as cadastradas no BIDCE pelas Cidades Educadoras brasileiras e uruguaia, cujo relato, inicialmente, suscitaram questões, tais que: Haveria alguma afeta ao turismo? Em havendo, que compreensão de turismo e de educação estaria aí presente? Estaria o turismo sendo entendido como um agente promotor e protagonista de aprendizagens ou como um coadjuvante? Ou ainda, como estaria sendo estimada a potencialidade pedagógica do próprio turismo? O caráter pedagógico lhe estaria sendo atribuído como uma propriedade substantiva ou como

³ A Carta das Cidades Educadoras, versão em português, pode ser acessada por meio do link: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf

⁴ Disponível em: <http://www.edcities.org/quien-somos/> Acesso em: 10 ago. 2022.

característica contingencial? E no caso de não constarem ainda experiências turístico-pedagógicas, o que isso poderia indicar?

Essas e outras questões encontram-se na base deste estudo, que visa construir caminhos conceituais relacionais entre turismo (essencialmente pedagógico) e Cidades Educadoras, tal como se apresenta na sequência.

2. TURISMO PEDAGÓGICO E A DIMENSÃO PEDAGÓGICA INTRÍNSECA AO TURISMO

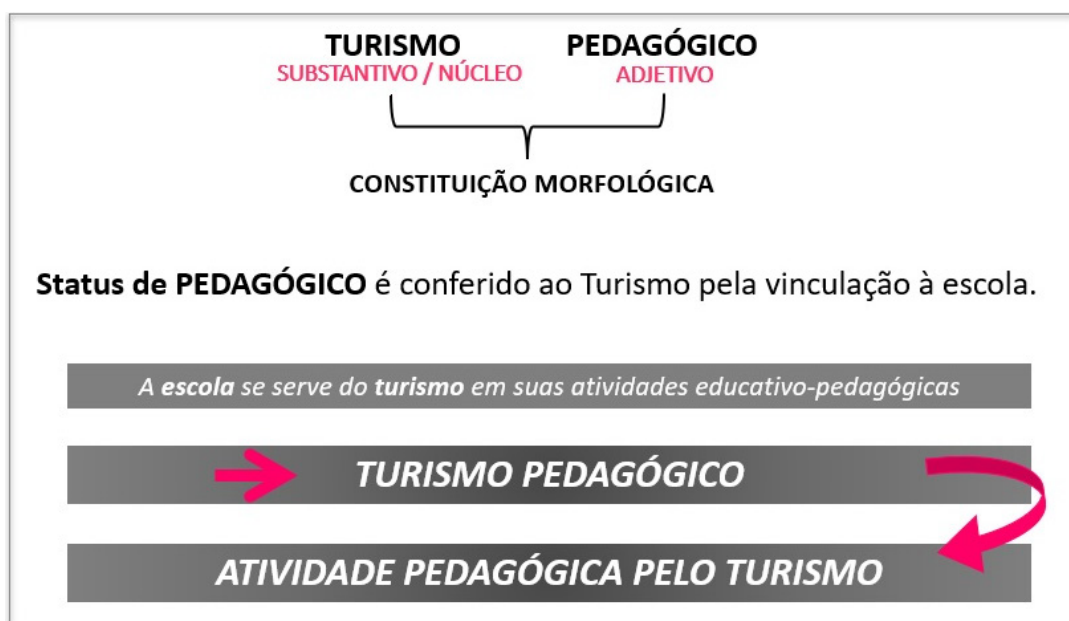
Em pesquisas anteriores, as autoras vêm discutindo epistemologicamente sobre o binômio “Turismo pedagógico”, propondo, inclusive, diversamente do identificado até então na produção bibliográfica, uma outra conceituação para esse binômio, não atrelada a nenhuma contingência.

De acordo com pesquisa realizada em 2014, cujo *corpus* foi constituído a partir de uma revisão prévia de literatura, mediante pesquisa em periódicos científicos, em anais de eventos e no Catálogo de Teses e Dissertações do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES⁵, foram selecionados, conforme critérios estabelecidos, 12 artigos científicos entre os anos 2005-2012, escritos no idioma português, disponíveis e acessados.

Em análise do corpus, encontraram-se concernentes ao conceito de turismo presente no binômio “Turismo pedagógico”, dois caminhos. O primeiro, pautado pela constituição morfológica do binômio, no qual “turismo” – substantivo (o núcleo) é qualificado por “pedagógico” – adjetivo (GARCIA, 2006). Nesse caso, partiu-se de características definitórias, o que permitiu o entendimento de que a qualificação do turismo como pedagógico seria relativa a uma contingência (para a escola/educação formal) e de que o turismo seria uma prática fundamentalmente consubstanciada pela viagem (pelo deslocamento) empreendida(o), de modo que o status de pedagógico lhe seria atribuído quando vinculado à escola. Haveria aí uma espécie de “nucleação invertida” do binômio, na medida em que a escola (espaço tradicional do pedagógico) se serve do turismo (deslocamento/viagem para fora da escola) em suas atividades curriculares (Ver Figura 1).

⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Figura 1 – Nucleação conceitual invertida do binômio “Turismo pedagógico”



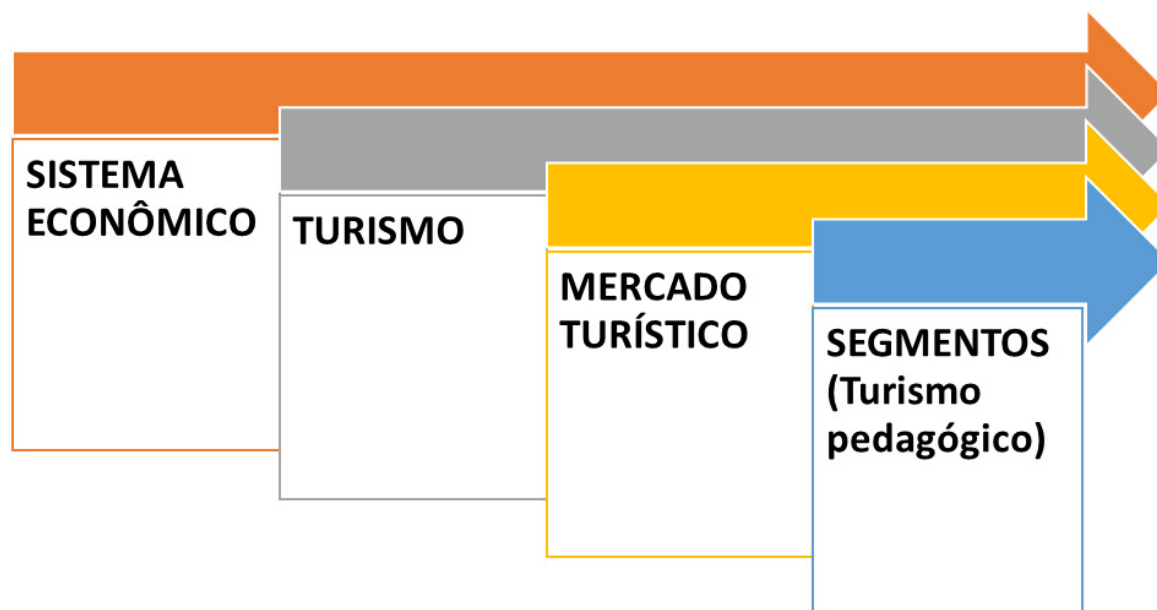
Fonte: De Lima, Cappellano dos Santos e Ferreira, 2020, p.99.

Já o segundo caminho perspectivou o turismo na dimensão econômica, segundo a qual o mercado turístico é constituído pelo conjunto de consumidores/clientes turísticos (demanda) que desejam e podem comprar bens e serviços a um dado preço e pela oferta de produtos turísticos. No caso do Turismo pedagógico, a escola é o mercado potencial; entretanto ela só se tornará um mercado real quando demandar o serviço.

Sob esse enfoque, o turismo pedagógico foi entendido como um segmento de mercado destinado às instituições de ensino (cliente) para o desenvolvimento de suas atividades educativas, no qual o turismo disponibiliza sua infraestrutura, seus serviços e equipamentos para facilitar o alcance dos objetivos propostos; em outras palavras, para satisfazer as necessidades e desejos de seus clientes e de seus consumidores (LIMA, 2014).

Portanto, o termo “Turismo pedagógico” focalizado na dimensão mercadológica, ou seja, como segmento turístico, seria aquele organizado e comercializado pelas agências de viagens e turismo junto às instituições de ensino (escolas), de acordo com os projetos pedagógicos dessas. A agência, nesse caso, seria a responsável pela contratação dos serviços, equipamentos necessários para a viagem, operacionalizando a atividade (ver Figura 2).

Figura 2 – Conceito de Turismo e “Turismo pedagógico” sob a dimensão econômica



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Face às considerações precedentes, nesse segundo caminho, **o turismo seria uma atividade econômica dentro do sistema econômico**, ou, como diria Beni (2008), uma atividade que se move na esfera do econômico, cabendo assim compreendê-la em uma perspectiva sistêmica. Na dinâmica desse sistema, encontra-se o mercado nas suas relações de oferta e demanda, produção, distribuição e consumo. E é em função desse entendimento sobre o turismo, no viés econômico/mercadológico, que o **Turismo pedagógico se institui como um segmento de mercado do turismo**.

A adjectivação “pedagógico” prende-se então à especificidade da demanda, a escola, a qual, entre suas atividades educativas, visa propiciar, no período escolar, viagens com a finalidade de promoção de aprendizagens (desenvolvimento de conhecimentos). Portanto, pontos de vistas que contingenciam o “pedagógico” a uma demanda estabelecida como exclusiva, a escola (LIMA, 2014).

Por outro prisma, a um resultado diferente conduziu a construção de uma nova/outra conceituação, que partiu de outras abordagens teóricas consideradas de referência (particularmente a proposição de Perazzolo, Santos e Pereira, 2013), no intuito de trazer à reflexão os próprios resultados antes encontrados.

As autoras analisaram o turismo sob uma perspectiva humano-social, utilizando-se de uma abordagem conceitual de turismo de natureza psicossocioantropológica. Essa proposta parte da ideia de que a motivação intrínseca ao e constitutiva do fazer turismo está assentada na concepção de que, no cerne do processo que move os sujeitos, estaria a metáfora do desejo.

A perspectiva da metáfora do desejo dimensiona o entendimento do fazer turismo como motivado pelo impulso por conhecimento/experiências

na sua forma mais primária, tal como apresentada no conceito de pulsão epistemofílica proposto por Freud (1992) no texto “Inibição, Sintoma e Angústia”, de 1926. O tema também é abordado à luz das contribuições lacanianas, particularmente na perspectiva da pulsão escópica. A pulsão epistemofílica, ou impulso por conhecer, experimentar, aprender [...] é entendida por Freud como derivação de experiências que integram o processo de formação, na perspectiva da constituição do sujeito como sujeito social. Observado dessa forma, é possível atribuir novos significados para os movimentos das pessoas e grupos ao longo do trânsito humano pela história, determinados ou não por demandas de segurança e provimento (PERAZZOLO, SANTOS e PEREIRA, 2013, p. 141 -142, tradução nossa).

Segundo De Lima, Capellano dos Santos e Ferreira (2020, p.100) e sob essa perspectiva, “[...] a motivação para a busca do novo teria na base a demanda de conhecer ‘outro lugar’, de sorte que o fenômeno estaria, antes, ligado a essa pulsão, do que ao campo administrativo, a efeitos de ações persuasivas de vendas e de marketing, ou a modismos e estratégias de tramas econômico-comerciais”. Esse mesmo impulso, “[...] concebido tal como se caracteriza, em essência, a contribuição da psicanálise, aponta para caminhos que levam à construção simbólica do homem, da busca interminável do que não pode ser conhecido” (PERAZZOLO, SANTOS e PEREIRA, 2013, p. 142, tradução nossa).

Considerando assim essa motivação primária, as autoras postulam que se poderia dizer que todo movimento da vida psíquica na direção do externo a si próprio seria uma forma de turismo. Por outro lado, na medida em que se compreende o turismo como a expressão humana do desejo de conhecer, de saber, e que se considera que esse conhecer (esse saber procurado) se constrói por meio da relação, através de movimentos de interação, o acolhimento institui-se como um elemento fundante do turismo, de tal modo que os sujeitos da experiência turística saíam dela sempre modificados.

Conforme as pesquisadoras (2013, p. 145, tradução nossa), o conceito de acolhimento pode ser entendido como

[...] fenômeno que se instala no espaço constituído entre o sujeito (singular e coletivo) que deseja acolher e o sujeito que deseja ser acolhido. E mais, no espaço onde o acolhedor se transforma em acolhido e o acolhido em acolhedor, num movimento alternado e necessário para que a hospitalidade ocorra (PERAZZOLO, SANTOS e PEREIRA, 2013, p. 145, tradução nossa).

Em síntese, isso significa dizer que, para que ocorra o acolhimento,

[...] ambos os sujeitos têm que se ajustar dinamicamente na interação de suas necessidades, o que exige, de cada um, o olhar do olhar do outro, a abdicação da tranquila certeza do saber prévio, o exercício empático da compreensão, ainda que não necessariamente de forma sincrônica no tempo e no espaço” (PERAZZOLO, SANTOS e PEREIRA, 2013, p. 146,

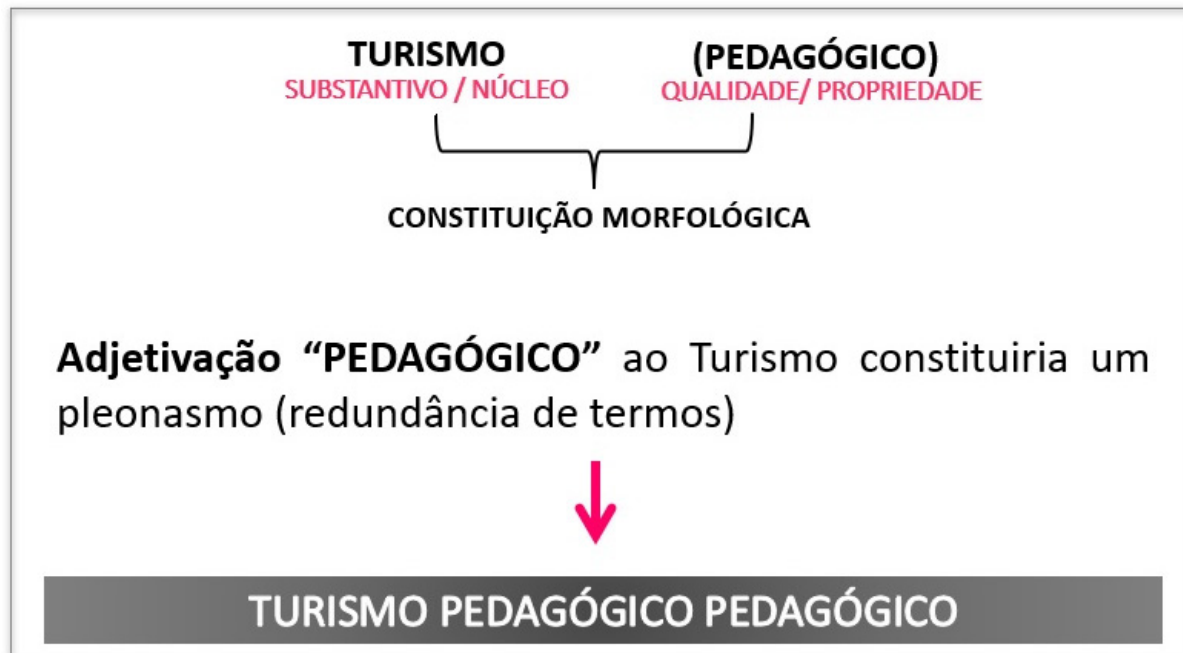
tradução nossa).

Assim sendo, por esse percurso teórico, **construiu-se um outro caminho** na direção de identificar/inferir conceitos de turismo presentes no binômio “Turismo pedagógico, **tendo como foco a promoção de aprendizagem, no sentido amplo de transformações educativo-formativas do sujeito**. Sob esse ângulo, **o pedagógico mostrou-se como uma propriedade intrínseca ao turismo ou como uma qualidade necessária (que lhe é substancial)**. Esse contexto possibilitou construir um conceito de turismo, no qual esse corresponderia

[...] a um fenômeno humano-social que pressupõe um deslocamento realizado por um sujeito motivado/mobilizado para vivenciar/conhecer o novo, o outro, em experiências relacionais no ou fora do local de experiência cotidiana, constituindo-se um espaço de contínua construção, formação e transformação do sujeito, que passa a ter novas percepções do outro e de si mesmo. Em outras palavras, um espaço de aprendizagens em que o pedagógico se configura, substantivamente, como propriedade do turismo (LIMA, 2022, p. 22-23).

Ora, com esse entendimento, adjetivar o turismo como pedagógico corresponderia a um pleonasma (ver Figura 3).

Figura 3 – Binômio “Turismo pedagógico” entendido como um pleonasma



Fonte: De Lima, Cappellano dos Santos e Ferreira, 2020, p.103.

À vista disso, compreendida em seu sentido amplo de transformações educativo-formativas do sujeito, a promoção de aprendizagens, favorecida pelo acolhimento, mostrou-se como uma propriedade intrínseca ao turismo, ou como uma qualidade necessária, o que levou a refletir sobre eventuais implicações dela decorrentes nas Cidades Educadoras sob o escopo da AICE e de sua Carta norteadora.

3. CIDADE EDUCADORA: ORIGEM, CARTA E PANORAMA OUTUBRO 2022

Como referido anteriormente, em novembro de 1990, em Barcelona, Espanha, ocorreu o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Os representantes das cidades presentes propuseram sistematizar, numa Carta, princípios básicos que deveriam formar o perfil educativo das cidades, sobretudo no que tange aos seus habitantes. Por fim, afirmou-se um novo direito dos habitantes das cidades: o direito à Cidade Educadora.

A Carta foi revista no III Congresso Internacional (Bolonha, 1994), no de Gênova (2004) e, em 2020, em razão de seu 30º aniversário, a fim de adaptar suas abordagens aos novos desafios e a novas necessidades sociais. É, ainda, o documento basilar mais importante da *Asociación Internacional de Ciudades Educadoras* (AICE), que reúne, em outubro de 2022, 477 cidades de 35 países.

A administração municipal e outras instâncias que têm influência na cidade são responsáveis pelo direito a uma Cidade Educadora, cujos habitantes deverão comprometer-se com esse empreendimento. Para atingir o novo direito, as cidades pactuaram um conjunto de princípios, como já mencionado na Introdução, centrados no desenvolvimento formativo integral dos seus habitantes, que orientam a Administração pública.

No primeiro bloco de princípios (1 ao 5), afetos ao direito a uma Cidade Educadora, os assuntos que são evidenciados concentram-se: na educação inclusiva ao longo da vida (Princípio 1); na política educativa ampla (Princípio 2); na diversidade e não discriminação (Princípio 3); no acesso à cultura (Princípio 4); e no diálogo intergeracional (Princípio 5).

Já no segundo bloco (6 ao 13), os princípios convergem para o compromisso da cidade. Eles referem-se: ao conhecimento do território (Princípio 6); ao acesso à informação (Princípio 7); à governança e participação dos cidadãos (Princípio 8); ao acompanhamento e melhoria contínua (Princípio 9); à identidade da cidade (Princípio 10); ao espaço público habitável (Princípio 11); à adequação dos equipamentos e serviços municipais (Princípio 12); e à sustentabilidade (Princípio 13).

E, finalmente, no último e terceiro bloco de princípios (14 a 20), relativo ao serviço integral das pessoas, as cidades deverão oferecer: promoção da saúde (Princípio 14); formação de agentes educativos (Princípio 15); orientação e inserção laboral inclusiva (Princípio 16); inclusão e coesão sociais (Princípio 17); corresponsabilidade contra as desigualdades (Princípio 18); promoção do associativismo e do voluntariado (Princípio 19); e educação para uma cidadania democrática e global (Princípio 20).

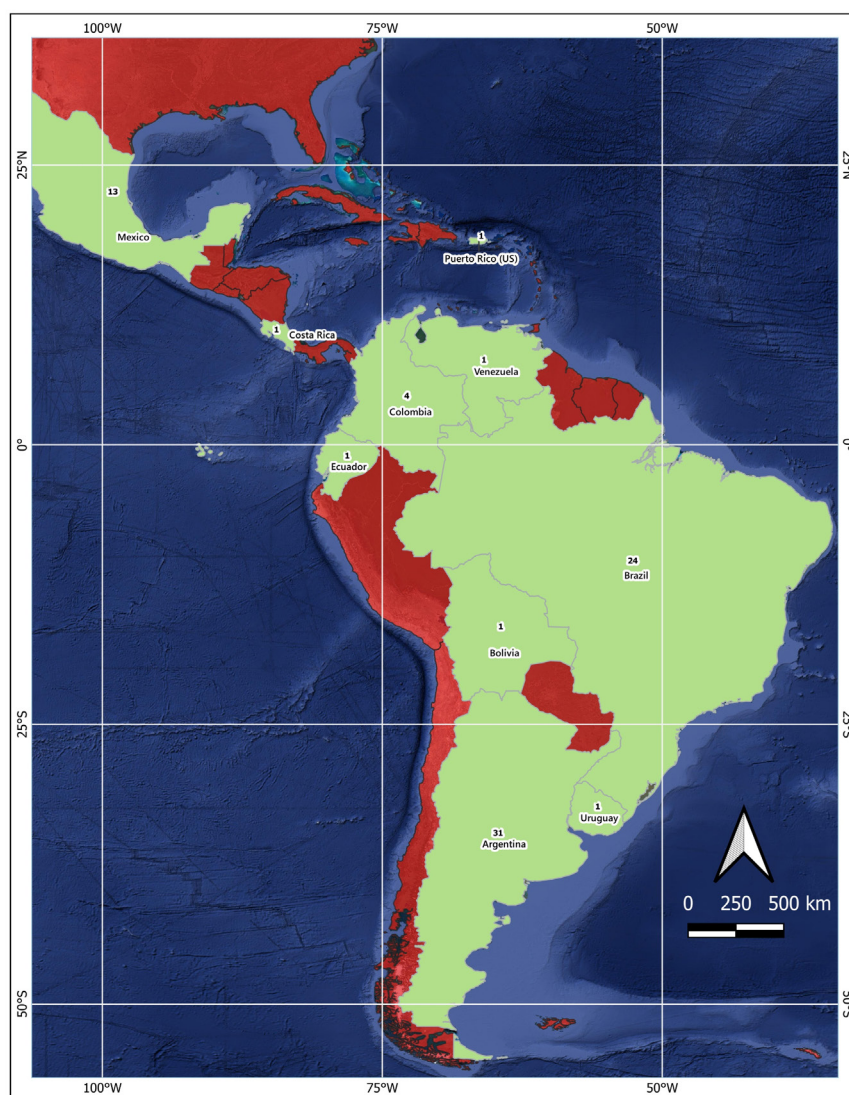
Na Carta (2020, p.4), em seu Preâmbulo, as cidades são consideradas como “[...] um sistema complexo e, ao mesmo tempo, um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de potencializar os fatores educativos e de transformação social”. Elas têm como objetivo constante: “[...] aprender, inovar e partilhar, e, portanto, enriquecer e tornar mais segura e digna a vida de seus habitantes”. Nas Cidades Educadoras, “[...] a educação transcende as paredes das escolas para impregnar toda a cidade”.

Qualquer cidade que se comprometa com os princípios da Carta pode aderir à AICE, desde que observados os seguintes procedimentos: a) aprovação da adesão no âmbito municipal pelos conselhos competentes; b) cumprimento dos princípios da Carta; participação nos canais de debate, intercâmbio e colaboração da AICE; c) pagamento de cota anual.

Ainda, para que as cidades possam ser consideradas educadoras, elas devem oferecer todo seu potencial de forma a que não sejam restritivas, deixando-se envolver por todos os seus habitantes e ensinando-lhes envolver-se com elas.

Na América, são 10 países (ver Figura 4) com 78 cidades associadas. A distribuição dessas cidades na AICE – Delegação para América Latina está assim disposta: Argentina (31), Bolívia (01), Brasil (24), Colômbia (04), Costa Rica (01), Equador (01), México (13), Porto Rico (01), Uruguai (01) e Venezuela (01).

Figura 4 – Mapa panorama América Latina (países e número de cidades) que compõem a AICE (outubro 2022)



Fonte: Elaborado pelas autoras, por meio do QGIS, com base em AICE, outubro 2022.

Contudo, cabe aqui uma observação. Uma vez que o foco do ensaio recai sobre os contextos brasileiro e uruguaio, a partir deste momento, serão detalhados apenas esses dois países.

Atualmente, 24 cidades (ver Figura 5) compõem a Rede Brasileira de Cidades Educadoras – REBRACE. São elas: Araraquara (São Paulo/SP), Camargo (Rio Grande do Sul/RS), Carazinho (Rio Grande do Sul/RS), Curitiba (Paraná/PR), Gramado (Rio Grande do Sul/RS), Guaporé (Rio Grande do Sul/RS), Guarulhos (São Paulo/SP), Horizonte (Ceará/CE), Marau (Rio Grande do Sul/RS), Mauá (São Paulo/SP), Nova Petrópolis (Rio Grande do Sul/RS), Passo Fundo (Rio Grande do Sul/RS), Porto Alegre (Rio Grande do Sul/RS), Raul Soares (Minas Gerais/MG), Santiago (Rio Grande do Sul/RS), Santo André (São Paulo/SP), Santos (São Paulo/SP), São Bernardo do Campo (São Paulo/SP), São Carlos (São Paulo/SP), São Gabriel (Rio Grande do Sul/RS), São Paulo (São Paulo/SP), Sarandi (Rio Grande do Sul/RS), Soledade (Rio Grande do Sul/RS) e Vitória de Santo Antão (Pernambuco/PE). Curitiba (PR) é a cidade coordenadora.

Em outras palavras, as cidades contemplam: 3 regiões do país (Nordeste, Sudeste e Sul) e 6 estados (Ceará, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul). Destas, 3 são capitais estaduais (Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e São Paulo/SP). O Rio Grande do Sul/RS e São Paulo/SP são os estados brasileiros com o maior número de Cidades Educadoras (12 e 8 respectivamente), o que equivale, em números percentuais, a 83% com relação ao número total de Cidades Educadoras brasileiras.

Figura 5 – Cidades Educadoras associadas à REBRACE



Fonte: Elaborado pelas autoras, por meio do QGIS, com base em REBRACE, outubro 2022.

As Cidades Educadoras brasileiras totalizam 33 experiências cadastradas no BIDCE. Esses cadastros trazem em evidência aquelas já realizadas pelas cidades, antes mesmo de suas adesões à AICE. Trazem também outras experiências cadastradas durante o processo enquanto signatárias da Rede.

O quadro 1 apresenta todas elas, informando, além do nome da cidade, o número de experiências cadastradas no BIDCE, ano de início e título.

Quadro 1 – Experiências cadastradas no BIDCE pelas Cidades Educadoras brasileiras

Estado	Cidade Educadora	Nº de experiências	Ano de início	Título
	Camargo	-	-	-
	Carazinho	-	-	-
	Gramado	-	-	-
	Guaporé	-	-	-
	Marau	-	-	-
RS	Nova Petrópolis	01	1994	Cidade da Leitura: programa abrangente de fomento à leitura no município
	Passo Fundo	-	-	-
	Porto Alegre	-	-	-
	Santiago	02	2009	Estação do Conhecimento
			2010	Programa Smequinho
	São Gabriel	-	-	-
	Sarandi	-	-	-
Soledade	-	-	-	
PR	Curitiba	01	2017	Programa Linhas do Conhecimento
	Araraquara	-	-	-
	Guarulhos	-	-	-
	Mauá	-	-	-
SP	Santo André	04	2001	Curso de Promotores Legais Populares
			2009	Programa "Pé no Parque"
			2013	Projeto Música na Escola
			2016	Escola EMEA Parque: Boas práticas educativas para uma cidadania plena e sustentável
	Santos	02	2004	Programa de educação antirracista para a inclusão e valorização da diversidade étnica e cultural
2006			Projeto Olmeca - Surf Terapia	
São Bernardo do Campos	01	2009	Plano Plurianual Participativo	

SP	São Carlos	02	2001	Universidade Aberta do Trabalhador
			2005	Projeto Papo Cabeça
			1976	Ruas de lazer
			1987	Pedagogia Hospitalar em São Paulo
			1997	Bairro-escola
			2001	Programa Crédito Popular Solidário
			2003	Festival Esportivo
			2003	CEU - Centro de Educação Unificado
			2004	Museu Afro-Brasil
			2005	Centro Cultural da Juventude
			2005	Programa "São Paulo é uma Escola"
			2005	Centro de São Paulo é uma Sala de Aula
	São Paulo	19	2006	São Paulo, Selo Diversidade Cidade de São Paulo
			2007	Clube Escola
			2008	Clube de caminhada
			2009	O exercício físico ajuda o cidadão a participar ativamente da comunidade
			2012	Hospitais Veterinários Públicos: acesso inclusivo ao cuidado de gatos e cães domésticos
			2013	PopRua Empregabilidade
			2014	Projeto Memória & Vida
		2015	Transcidadania, um projeto de inclusão social para transexuais e travestis	
		2017	Conselho Municipal de Imigrantes: rumo à participação efetiva de migrantes e refugiados	
MG	Raul Soares	-	-	-
CE	Horizonte	01	2017	Bordando resistência: bordadeiras de Alto Alegre
PE	Vitória de Santo Antão	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em AICE, outubro 2022.

Como é possível notar, via Quadro 1, as 33 experiências brasileiras cadastradas no BIDCE

estão distribuídas em 9 Cidades Educadoras, sendo que 15 não exibem nenhum registro. As experiências cadastradas estão concentradas entre os anos de 1976 e 2017, sendo que os anos com a maior concentração de registros são: 2005 e 2009, com 4, e 2001 e 2017, com 3. A Cidade Educadora brasileira que apresenta o maior número de experiências no BIDCE é São Paulo, totalizando 19 registros.

Em análise preliminar, tendo como base os títulos, é possível perceber que as experiências são bastante diversificadas, o que será detalhado na sequência.

Já no contexto uruguaio, Montevidéu, capital do país, é a única Cidade Educadora signatária da AICE.

Conforme o Quadro 2, pode-se observar que essa cidade apresenta 10 experiências cadastradas no BIDCE, compreendendo o período de 2005 a 2018.

Quadro 2 – Experiências cadastradas no BIDCE pela Cidade Educadora uruguaia

Cidade Educadora	Nº de experiências	Ano de início	Título
Montevidéu	10	2005	Montevidéu, uma cidade saudável
		2006	Somos Todos Artistas
		2007	Acampamento <i>Punta Espinillo</i>
		2007	Programa de Educação Alimentar “Cozinha Uruguaia”
		2009	Pensão social para pessoas em situação de rua
		2009	Sensores: Multiplicadores Combatendo a Violência contra a Pessoa Idosa
		2009	Programa “Promotores de inclusão”
		2010	Aprendendo a cuidar de nossos idosos
		2015	O Parque da Amizade: um lugar sem barreiras para brincar e aprender
		2018	Em termos de coexistência: um espaço socioeducativo e cultural para jovens em centros de detenção

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em AICE, outubro 2022.

Mediante as informações dispostas no Quadro 2, nota-se, por meio de leitura flutuante dos títulos das experiências uruguaias cadastradas, que os temas abordados, igualmente como os brasileiros, são bastante variados, entretanto, apresentam uma certa similaridade quanto aos respectivos públicos-alvo.

Conquanto cada uma dessas cidades revele uma personalidade própria, valorize suas características e peculiaridades, isso não significa que se feche sobre si mesma, ao contrário, por participar da Rede, favorece a que sejam identificadas/estabelecidas relações com cidades de seu país ou de outros, atendendo assim, ao objetivo de promover aprendizagens, inovações, partilha,

enriquecimento, segurança e dignidade à vida de vida de seus habitantes, conforme disposto na Carta.

As experiências cadastradas no BIDCE são exemplos de caminhos percorridos com vistas à minimização de problemas ou à melhoria da qualidade de vida nas cidades.

De acordo com De Lima, Capellano dos Santos e Ferreira (2020, p.108),

[...] O Movimento das Cidades Educadoras incentiva que as cidades, alinhadas aos seus princípios, trabalhem de maneira associada, interligando secretarias, fundações, departamentos e outras divisões, a fim de proporcionar educação integral a seus habitantes. Estariam assim imprimindo uma nova forma de entendimento e atuação da gestão pública, na qual a educação transversaliza todo projeto administrativo da cidade, superando o ambiente de ensino/aprendizagem restrito ao espaço escolar.

Por conseguinte, cada uma dessas cidades assume a bandeira da educação como central de seu governo, o que vem reforçar a pertinência da reflexão a que conduz este texto, ou seja: Uma vez entendendo o turismo como substancialmente pedagógico – logo promotor/agente de aprendizagens –, como esse poderia colaborar nessa direção e, por desdobramento, ampliar o escopo das próprias Cidades Educadoras e do próprio entendimento de turismo, quando perspectivado no âmbito da gestão pública.

4. EXPERIÊNCIAS CADASTRADAS NO BIDCE: OS CONTEXTOS BRASILEIRO E URUGUAIO

Cumprido ressaltar que este trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema abordado, tampouco, apresentar resultados conclusivos expostos com fundamentação rigorosa de literatura especializada, como sói acontecer com um capítulo de livro científico. Aqui se desenvolve uma análise teórica provocativa, questionando e ponderando sobre possibilidades de agregar a dimensão pedagógica intrínseca ao turismo ao que, hoje, mundialmente se designa Cidade Educadora sob o escopo da AICE e da Carta das Cidades Educadoras.

Dito isso e, voltando ao panorama descritivo preliminarmente traçado no item 3, referente a Cidades Educadoras, como pôde ser visto, identificaram-se experiências cadastradas no BIDCE tanto brasileiras quanto uruguaias, 34 e 10, respectivamente.

A partir de uma leitura mais detalhada dos relatos cadastrados, verificou-se que os temas abordados, porém, têm enfoques diferentes: enquanto as brasileiras reportam, sobretudo ao público escolar suas experiências de promoção de leitura, aulas de música, educação antirracista, educação ambiental, artesanato, *surf* terapia, prática de atividades físicas, lazer, respeito à diversidade, as uruguaias reforçam mais questões relacionadas a outros públicos específicos, seja através da promoção cultural para jovens em situação de privação de liberdade, da realização de cursos-oficinas sobre cuidados e direitos com/dos idosos, do acolhimento e oferecimento de cursos para pessoas que residem nas ruas, da estruturação de espaços inclusivos (com foco na acessibilidade universal), bem como da realização de cursos para pessoas especialmente jovens, focalizando o trabalho vo-

luntário em espaços inclusivos, do incentivo de práticas esportivas, da alimentação saudável, entre outros temas.

Todavia, embora se tenham identificados focos distintos, percebe-se que majoritariamente esses temas poderiam ser abarcados pelo turismo compreendido como essencialmente pedagógico, favorecedor da potencialização turística de um destino identificado como tal e, ao mesmo tempo, da releitura crítica do próprio conceito de Turismo pedagógico na sua aplicabilidade conceitual e pragmática, principalmente quando se o entende como promotor de aprendizagens e de formação integral dos sujeitos durante toda sua vida.

Cabe aqui mencionar que, apesar da possibilidade de perspectivar o turismo essencialmente pedagógico na proposição e conseqüente relato das experiências, isso não se evidenciou tanto no contexto brasileiro quanto no uruguaio.

No caso específico das Cidades Educadoras brasileiras, mesmo as experiências relacionadas a um conceito mais “tradicional” de turismo pedagógico, isto é, circunstanciado para a escola/estudantes (saída escolar, aula de campo, visita técnica), não fizeram menção ao turismo.

Isso levou a tecer outros questionamentos: O turismo não seria visto, nem entendido como contributivo da efetivação dos princípios contidos na Carta? Não haveria, por parte dos gestores das Cidades Educadoras, percepção de aproximações, ainda que primárias, entre turismo e educação (deslocamento/viagem empreendido pela escola/estudantes pela cidade)? Por que destinos turísticos consolidados, tanto brasileiros quanto uruguaio, não perspectuariam o turismo em iniciativas cadastradas, sendo que algumas delas estão afetas a segmentos tradicionais do turismo, tais como turismo de eventos, “turismo pedagógico”, turismo cultural, turismo cemiterial ...)? Poder-se-ia de aí depreender insuficientes suportes conceituais sobre turismo? Ou mesmo, depreender o não conhecimento de possibilidades de conjunção das perspectivas turística e educacional em Cidades Educadoras latino-americanas (no presente estudo, brasileiras e uruguaia)?

Na continuidade das análises, no que tange aos registros das cidades brasileiras, duas experiências chamaram a atenção, pois mencionaram o termo “turismo” e “turismo pedagógico”. Essas foram cadastradas por uma única Cidade Educadora, Santiago, situada no estado do Rio Grande do Sul/RS.

No primeiro registro, *Estação do Conhecimento*⁶, experiência cadastrada em 2009, os responsáveis da cidade informam que se trata de um espaço cultural polivalente inaugurado em janeiro de 2011, em que se realizam atividades educativas dirigidas a todos os cidadãos, como resultado da restauração do edifício da antiga Estação de Ferro de Santiago, o qual permaneceu vários anos em estado de abandono.

Esse espaço soma-se a outros projetos que pretendem, por um lado, fortalecer a identidade

⁶ Síntese publicada em Lima (2022, p.107).

cultural da cidade de Santiago como “Terra dos Poetas”, e por outro, ressaltar a importância da Ferrovia para o desenvolvimento da cidade.

A Estação oferece visitas guiadas, oficinas de educação patrimonial, história local, educação para o turismo, educação fiscal, empreendedorismo, oficina de leituras, hora do conto, sessões cinematográficas etc. As atividades são dirigidas a toda a população.

Entre seus objetivos está o de potencializar o **turismo cultural e pedagógico**, promovendo entre os cidadãos o conceito de que todos somos educadores e que todos temos um importante papel na construção de uma cidade que educa com qualidade de vida. A Estação do Conhecimento é atualmente um cartão postal da cidade, sendo visitada cada vez mais por turistas.

Essa experiência é a primeira e única (AICE) a abordar explicitamente o binômio “Turismo pedagógico”. Esse parece estar vinculado às visitas realizadas pelo público escolar na Estação, porém não se observa clareza conceitual sobre o tema.

Referente ao segundo registro, *Programa Smequinho*⁷ (2010), este inicialmente utilizava um microônibus escolar transformado em biblioteca infantil, o qual visitava todas as escolas da cidade. Com a adesão ao movimento das Cidades Educadoras, o Programa foi remodelado, convertendo-se em instrumento para a promoção do conhecimento sobre os princípios da Carta das Cidades Educadoras na cidade.

O Programa atua em dois níveis: “Smequinho vai à escola”, dirigido as crianças de educação infantil e primária, e “Smequinho na comunidade”, dirigido a todos os cidadãos.

Entre as oficinas oferecidas pelo Programa estão: de educação ambiental, educação patrimonial, **educação para o turismo**, educação fiscal etc.

Mais uma vez o termo “turismo” é explicitado em uma ação da Cidade Educadora, contudo a abordagem, o teor, as técnicas de apresentação não são detalhados via relato. Dessa maneira, fica prejudicada a compreensão de como as oficinas de educação para o turismo, por meio do Programa Smequinho, entendem e aplicam o conceito de turismo.

Embora a Cidade Educadora de Santiago/RS, em seus dois relatos de experiência, mencione os termos “turismo e turismo pedagógico”, não se faz possível identificar-lhes os respectivos conceitos subjacentes. E mais: o fato de não se constituir em destino turístico consolidado, instigou novos questionamentos: O que poderia ter levado uma cidade, em estágio inicial de planejamento turístico, fazer menção ao turismo em suas proposições, indo além do que dispõe a Carta?

São muitas inquietações, entretanto, os números apresentados em ambos os contextos (Brasil e Uruguai), não lhes são restritos, pois, de 521 experiências cadastradas até 2020 no BIDCE,

⁶ Síntese publicada em Lima (2022, p.107-108).

somente 16 delas reportavam-se ao turismo. Por conseguinte, essa não aproximação de promoção de aprendizagens e turismo requer maior discussão no âmbito das Cidades Educadoras e da própria gestão pública do turismo, pois acredita-se que ambos, conjuntamente, poderiam expandir/ampliar seus domínios e suas atuações.

Os princípios abordados na Carta das Cidades Educadoras podem ser cumpridos igualmente via turismo, tudo é uma questão de leitura e releitura de situações. Entende-se ser possível traçar caminhos para isso, requerendo apenas intencionalidade e uma concepção de turismo sob uma ótica educacional mais ampla.

Potenciais turístico-educacionais não faltam para ambos os países analisados. A proximidade geográfica entre eles ajuda a pensar conjuntamente esses temas, bastando somente vontade política e a compreensão do papel do turismo na consecução dos objetivos da Carta, instituindo-se como um elemento contributivo para a formação integral dos sujeitos, sem qualquer restrição contingencial. Logo, todos são considerados sujeitos aprendentes sempre (autóctones, alóctones, discentes, visitantes, turistas...), desde que estejam motivados/mobilizados para aprender, conhecer e se transformar na relação.

RECALCULANDO O PERCURSO PERCORRIDO

A título de considerações finais para estas reflexões, valeria destacar a ampliação da abrangência do objeto de estudo, porquanto, diferentemente do artigo publicado em 2020, na Revista *Gestión Turística*, que tematizou o contexto brasileiro das Cidades Educadoras, aqui foi incluído o contexto uruguaio, o que permitiu avançar na descrição e análise das experiências diversas cadastradas no BIDCE em ambos os países.

Mostra-se, ainda, sempre pertinente e oportuno reconhecer não apenas a relevância que representa o compartilhamento nacional e internacional das experiências relatadas com repercussões nas áreas da Educação, do Turismo e no âmbito das políticas públicas, como também chamar a atenção para o que o turismo considerado essencialmente pedagógico pode representar, na qualidade de protagonista, para a consecução dos princípios das Cidades Educadoras no escopo da AICE e, igualmente, para a ampliação do próprio conceito de Cidade Educadora.

Há, pois, muito espaço a ser preenchido com produções científicas acerca dessas importantes temáticas. Veja-se assim, neste trabalho, tão somente um olhar e/ou uma tessitura textual movidos por inquietação científica, cujas questões formuladas, para, além de carecer de respostas, possam estimular novas/outras questões.

REFERÊNCIAS

AICE - Associação Internacional de Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.edcities.org/>
Acesso em: 11 ago. 2022.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do Turismo*. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS (2020). Disponível em: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf Acesso em: 07 jul. 2022.

DE LIMA, Francielle; CAPPELLANO DOS SANTOS, Marcia Maria; FERREIRA, Luciane Todeschini. Ensayos reflexivos cuestionadores sobre la dimensión pedagógica intrínseca al turismo prevista en la concepción de ciudad educadora: el contexto brasileño. *Gestión Turística*, n. 33, p.94-112, 30 jun. 2020. doi:10.4206/gest.tur.2020.n33-05 Disponível em: <http://revistas.uach.cl/index.php/gestur/article/view/6745/7852>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, prendendo a pensar*. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Francielle de. *Incursões reflexivas sobre o conceito de Turismo e a qualificação "Pedagógico" no binômio "Turismo Pedagógico"*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil), 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/840/Dissertacao%20Francielle%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 ago. 2022.

LIMA, Francielle de. *A dimensão pedagógica intrínseca ao turismo perspectivada na concepção de cidade educadora e na construção de processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico*. (Tese de Doutorado, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/10447/Tese%20Francielle%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MORIGI, Valter. *Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

PERAZZOLO, Olga Araújo; SANTOS, Marcia Maria Cappellano; PEREIRA, Siloe. Dimensión relacional de la acogida. *Revista Estudios y perspectivas en Turismo*, v.22, n. 1, p. 138-153, jan.2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180725735008> Acesso em: 15 ago. 2022.

REBRACE - Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Disponível em: <http://www.edcities.org/rede-brasileira/>. Acesso em: 11 ago. 2022.



6. ESPACIOS DE FRONTERA

O TURISMO CULTURAL CONECTANDO ESPAÇOS, INTEGRANDO NAÇÕES: AS FRONTEIRAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL NO MERCOSUL.

Maria de Fátima Bento Ribeiro¹
Angela Mara Bento Ribeiro²
Carlos Jose de Azevedo Machado³

Resumo

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, surge frente às transformações que acontecem no mundo em decorrência da globalização. A sua formação foi pensada visando aspectos econômicos, a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países membros, eliminação das restrições tarifárias, adoção de uma tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas e das legislações (Tratado de Assunção Mercosul, 2011). Com relação as fronteiras, nos últimos 15 anos, no âmbito do MERCOSUL, se fortaleceu a necessidade de fazer com que os governos, sobretudo no Brasil, buscassem conhecer esses territórios, pesquisando, convivendo e conversando com os moradores destes locais. O presente artigo busca discutir a relação do turismo cultural e a sua integração com as experiências culturais das fronteiras. Metodologicamente, realizamos um estudo bibliográfico embasados em determinados movimentos sociais que nos auxiliam a alcançar o nosso objetivo. Por fim, vemos que as mudanças e os desafios que na última década do século XX fomentaram os projetos de integração regional continuam se modificando a cada momento, globalização, revolução tecnológica, fortalecimento das organizações internacionais e, dentro desse cenário, “as fronteiras de separação transforma-se cada vez mais em fronteiras de cooperação” (MATIAS, p.322, 2014).

Palavras-chave: MERCOSUL. Fronteira. Patrimônio Cultural.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, é uma organização de integração regional, composta, inicialmente, pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o qual assinaram o Tratado de Assunção e, mais tarde, contaram com a adesão do Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, como membros associados, além da Venezuela, inserida em 2012. Em 2023 houve o aceite

¹ Pós-doutora pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Professora Adjunta no Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas. E-mail : mfabento@hotmail.com, mfribeiro@ufpel.edu.br

² Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Ucpel/Pelotas/RS e professora Adjunta no Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA
Email : angelaribeiro@unipampa.edu.br

³ Professor do IFRS/campus Bento Gonçalves. Doutorando em Educação pela UFPEL (com fomento pelo IFRS), Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL). cjmaninho@gmail.com

de incorporação da Bolívia. Importante para história do bloco é, também, o ano de 1994 com assinatura do Protocolo de Ouro Preto que institui como sujeito de direito internacional.

O bloco surge frente às transformações que acontecem no mundo em decorrência da globalização. A sua formação foi pensada visando aspectos econômicos, a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos entre os países membros, eliminação das restrições tarifárias, adoção de uma tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas e das legislações (Tratado de Assunção Mercosul, 2011).

Estudiosos da cultura e com forte presença na política dos países do Cone Sul nos anos 90 chamavam atenção para a problemática da cultura ter ficado fora das negociações e, para integração nesse espaço geográfico com características históricas semelhantes, tal movimento vai na contramão de um projeto democrático, inclusivo e que vê à inclusão da cultura como uma demanda urgente. Caberia destacarmos que o debate nos anos 1990 trazia justamente a importância da cultura centrada na democratização, participação, direitos e cidadania.

A questão democrática sempre teve relevância destacada no Mercosul, conforme pode ser observado na "clausulas democráticas", principalmente pelo histórico da região do período de ditadura militar que vigorava até a década de 1980 e, no Brasil, nos anos 1980, além do processo de redemocratização marcado pelo debate e a aprovação da Constituição Federal em 1988. Hertz e Hoffman chamam atenção para o aspecto concedido à democracia "esse aspecto é em particular relevante devido ao fato de o projeto de integração ter se desenvolvido concomitantemente ao processo de redemocratização de seus Estados-parte" (p. 202, 2004).

Os ministros de cultura de ambos os países, na década de 90 se posicionam para que o bloco ocupasse espaço para questões da área da cultura é em 1992, a reunião especializada em cultura foi criada por meio da resolução 34/92 do Mercado Comum. A sua principal função foi a difusão do conhecimento e das tradições culturais de cada Estado-Membros. Em 1995 foi substituída pela reunião de ministros e responsáveis pela cultura, cujo objetivo além da promoção e difusão do conhecimento foi proposta a cooperação e coordenação no campo da cultura no Conselho do Mercosul (RIBEIRO; FERNANDES, p.114, 2016).

Em 1997 a fundação Alexandre de Gusmão organiza um Seminário para refletir sobre a integração regional com o título "Mercosul e a integração sul-americana: mais do que a economia. Encontro de Culturas", na apresentação do livro que reúne os trabalhos do seminário destaca "pensar a região e o Mercosul para além do seu conteúdo econômico, estimular uma reflexão positiva sobre a identidade regional e sobre a integração do ponto de vista social e cultural" (FUNAG, p. 9, 1997)".

A cultura é uma poderosa ferramenta de diálogo, aproximação, cooperação, assume um importante papel de fomentar o conhecimento entre os países que compõem o bloco na busca da promoção de uma identidade regional, sendo um meio poderoso de qualificar a cooperação, manutenção da paz, o desenvolvimento sustentável, a cultura não deve nunca ficar em segundo plano, Renato Ortiz, estudioso da cultura enfatiza as relações entre cultura e desenvolvimento chamando atenção para o "hiato entre o campo cultural e o econômico" (p. 122, 2008). O autor ainda aborda

que “é isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do ambiente (ORTIZ, p. 126, 2008)”.

A dificuldade de colocar a cultura como uma questão importante neste processo de “integração” sul americana ao longo das décadas de 1990 e 2000 pode ser presenciada na dificuldade que os governos de cada país têm para compreender o funcionamento das fronteiras, onde a pluri, inter e transculturação acontecem efetivamente. Em geral, a grande maioria dos responsáveis pelas políticas públicas destes países, quando não todos, não viveram e não conviveram nas regiões fronteiriças, portanto, em geral, desconhecem a realidade destes territórios⁴.

A partir das fronteiras nacionais, por exemplo, é possível refletir, experimentar e vivenciar as relações entre duas ou mais nacionalidades e entre várias culturas que se misturam e formam “espaços compartilhados”, com singularidades e diversidades culturais, caracterizados pela memória e gastronomia comuns, pelo bilinguismo, por literaturas híbridas, por atividades transfronteiriças etc. (ALMEIDA, p. 260, 2018)

Assim a visão majoritária em relação às fronteiras é de limites ou metáforas, muito mais ligadas a questões político-geográficas. Não por acaso, a maioria dos Planos de Integração entre os países não envolve as pessoas e os coletivos culturais que vivem e atuam nas áreas de fronteira, com isso acabam tratando de temas como “nacionalidades”, “cooperação”, “intercâmbio” e, infelizmente, não como “convivência” e “integração cultural”.

Nos últimos 15 anos se fortaleceu a necessidade de fazer com que os governos, sobretudo no Brasil, buscassem conhecer, de fato, as fronteiras, pesquisando, convivendo e conversando com os moradores destes locais. O recuo político no Brasil, que afetou também o continente sul americano, a partir do impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016⁵ atrapalhou este processo, porém não o eliminou, pois os movimentos culturais mantiveram-se atuantes, em busca de alternativas para serem ouvidos e respeitados, e na nova etapa política brasileira, a partir de 2023, há uma forte esperança de retomarmos, juntos, o trabalho de respeito e fortalecimento da integração cultural no continente. Nesta tarefa, é importante citarmos a criação do Movimento Fronteras Culturales⁶ no ano de 2010. Desta articulação, no dia 30 de julho de 2010 foi entregue a Carta da Fronteira aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Pepe Mujica. Em novembro de 2010, o Ministro da Cultura do Brasil, Juca Ferreira, e o Ministro de Educação e Cultura do Uruguai, Ricardo Ehrlich, reuniram-se em Montevideu e se comprometeram a preparar um Protocolo de Cooperação Cultural, o qual foi assinado no dia 30 de maio de 2011, pela presidenta Dilma Rousseff, do Brasil, e o presi-

⁴ Importante trazer a concepção de território do geógrafo brasileiro Milton Santos, para o qual o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (SANTOS, p. 96, 2017)

⁵ 31 de agosto de 2016 data que marca a história brasileira “naquele dia o Senado Federal aprovava o impeachment de Dilma Roussef, a partir de argumentos jurídicos, constrangedoramente precários, arranjos conspiratórios, traições de última hora e acusações genéricas, tudo transmitido em tempo como um melancólico reality show” (CARDOSO, p. 13, 2021).

⁶ O Movimento Fronteras Culturales surgiu em 2010 na fronteira Brasil e Uruguai, em reunião em Livramento/Rivera e consolidado em agosto do mesmo ano em Jaguarão/Río Branco. A intenção do Movimento é aproximar as culturas das muitas fronteiras, multiplicando seus sentidos científicos, culturais e políticos. É um movimento que não se limita às fronteiras estatais e hoje tem atuação em toda as regiões de fronteiras do Brasil com os demais países do continente.

dente José Pepe Mujica.⁷

Entre os anos de 2016 e 2022 este movimento se articulou no continente possibilitando vários encontros, o qual envolveu diversos coletivos e movimentos do centro e sul americanos, da música, dança, teatro, literatura, Universidades, mas também das pautas LGBTQIA+, do feminismo, do racismo, entre outras que foram. Os referidos encontros ocorreram de maneira online. Também se somaram nestas ações, a participação ativa de atores nos Fóruns Sociais Mundiais.

Imagem 01: Presidentes Lula e Mujica assinam acordos de cooperação na fronteira Livramento/Rivera, em 30/07/2010



Foto: Pablo Porciúncula / AFP

As regiões de fronteira são espaços que adquirem importância também, dentro do Mercosul na temática patrimonial, uma vez que o Patrimônio Cultural será um elemento para fortalecer os laços de união, uma ferramenta estratégica para integração regional. Na fronteira é comum a integração entre as culturas o que não é tão intenso fora desses espaços pela falta de convivência, conhecimento da cultura e dos costumes dos países vizinhos. A cultura “espaço onde, por definição, as fronteiras foram feitas para serem transpostas” (MACHADO, p.9, 2010).

O conceito de fronteira dentro do Mercosul assume positividade, pois é um espaço de convivência pacífica em que experiências são compartilhadas nos diversos e diferentes modos de organização cotidiana, como também se manifesta de forma híbrida nos vínculos sociais e políticos, liberdade no trânsito; não existe muros, cercas e, sim, pontes, a exemplo, a Ponte internacional Barão de Mauá que liga o Brasil e o Uruguai, a Ponte da Amizade que liga o Brasil com o Paraguai, dentre outras. Canclini chama atenção de que a “hibridez tem um longo trajeto nas culturas latino-americanas” (p. 326, 2008).

⁷ Estes documentos, “Carta da Fronteira” e “Protocolo de Cooperação Cultural” foram anexados ao artigo Fronteiras Culturais / Fronteras Culturales: um processo de autonomias e de conferências. <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/170020>>. Acessado em 25.mai.2023

Imagem 02: Ponte Barão de Mauá. Jaguarão (BR) e Rio Branco (UY)

Fonte: IPHAN

Chamamos a atenção para a positividade da fronteira no Mercosul, tendo por base a comparação com países que, ao longo da história, tem sido, muitas vezes, portadores de conflitos e controle, como por exemplo as fronteiras México/EUA, Rússia/Ucrânia, Israel/Palestina e Irã/Paquistão. As fronteiras nos países do cone sul são pacíficas, não negamos as fronteiras “simbólicas” construídas cotidianamente em diferentes espaços, embasados em Arantes vemos que os espaços, como exemplo a cidade de São Paulo “como um agregado de tensões e conflitos que se especializam num amálgama de múltiplos territórios (ou lugares) e não lugares” (p. 122, 2000). Nesses lugares de fronteira que se entrecruzam, formam-se sociabilidades, a fluidez desses espaços leva o autor a “flexibilizar conceitos como território, fronteira, identidade, lugar e não-lugar” (Arantes, p. 125, 2000).

A categoria do Patrimônio Cultural do Mercosul aprovada no ano de 2012 pelo Conselho do Mercado Comum (CMC), mediante a Decisão CMC n.21/14, uma importante contribuição para reflexão dos conceitos do patrimônio, fronteira, memória, cooperação. “A categoria amplia o debate do campo do patrimônio cultural ao valorizar uma cultura além-fronteiras, identificando às referências culturais que são compartilhadas” (RIBEIRO; SANTOS, p. 1, 2022). O patrimônio do Mercosul vai ao encontro de buscar, também, novas formas de gestão frente as demandas impostas pela globalização.

O Patrimônio cultural emerge no bloco com certo protagonismo, uma integração da oferta cultural composta por vários espaços compartilhados que carregam uma história e uma memória que remetem desde os tempos dos primeiros contatos entre portugueses e espanhóis, mais tarde brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios. Hugues Varine reflete o patrimônio como recurso, mudança para o desenvolvimento local e sustentável, em tempos de globalização se apoia “no reconhecimento de nosso patrimônio local, uma pedagogia da diferença, que valoriza nossa originalidade e valorize ao mesmo tempo aquela dos outros” (VARINE, p. 232, 2013).

As Missões foram o primeiro elemento de destaque dentre a estratégia de integração, não

por acaso o primeiro selo comemorativo é o das Missões Jesuíticas. As referidas Missões é um dos sítios patrimônio cultural mundial por seu "excepcional valor para a cultura da humanidade". As missões a região dos Sete Povos no passado espaço de conflito "simbolicamente, agora, podia ser lembrada como símbolo de unidade (SANTOS p.14, 2014)". As missões é um clássico exemplo de uma paisagem que ultrapassa os marcos nacionais "é terra de fronteira que ultrapassa a territorialidade dos marcos nacionais" (PESAVENTO, p. 51, 2007).

Imagem 03: Ruínas de São Miguel Arcanjo. Cidade de São Miguel das Missões/RS



Fonte: reprodução. Site: <http://ilumineoprojeto.com/ruinas-jesuistas-no-brasil-os-sete-povos-das-missoes/>

O patrimônio remete a questões de identidade, memória e tradição, é emblemático rememorar Simon Bolívar e sua carta da Jamaica que apelava para unidade latino-americana. Segundo Amado Luiz Cervo "a ideia de integração vem dos anos cinquenta. Os presidentes argentinos, Juan Domingo Péron e Arturo Frondizi, e seus colegas brasileiros Juscelino Kubistisck e Jânio Quadros, queria integração" (p. 3, 2008). Nos anos 90 os presidentes Fernando Collor do Brasil e Carlos Menem da Argentina assinam o Tratado colocando, finalmente, em prática à tão debatida integração entre os países do cone sul.

O primeiro patrimônio compartilhado no Mercosul realizado em 2011 e certificado em 2015 é a Ponte Barão de Mauá que une o Brasil com o Uruguai é um exemplo que enfatiza os elementos culturais nas formações marcadas pela transnacionalidade. Importante destacar que Barão de Mauá, que dá nome ao primeiro patrimônio compartilhado do Mercosul, "foi um dos primeiros a realizar um gigantesco esforço de integração entre vizinhos" (Caldeira, p. 59,1997). Caldeira é o biógrafo do Barão de Mauá a quem considera uma reflexão importante na construção do futuro "rever o passado". Para Caldeira, Barão de Mauá deveria ser considerado "o patrono do Mercosul" (p. 60, 1997) pela sua visão de futuro relacionado a integração. A integração regional tem uma longa história o primeiro movimento foi hispano-americano nas lutas pela emancipação com destaque para Simon Bolivar, San Martin.

São vários os patrimônios compartilhados: a Ponte Barão de Mauá, Pajada (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), o itinerário das Missões Guaranís Moxos e Chiquitos (Brasil-Argentina), o Edifício Sede do Mercosul (Montevidéu), o Chamamé, estilo musical da Província de Corrientes na Argentina, a Serra da Barriga parte mais alcantilada, em Alagoas, onde se situava o quilombo dos palmares, sistema cultural da erva-mate, e a Tava lugar de referência para o povo Guarani⁸.

O turismo cultural consciente se torna um importante veículo de desenvolvimento econômico e tem no patrimônio cultural uma fonte inesgotável de atrações turísticas. Os representantes da Bolívia entendem o patrimônio cultural como um pilar fundamental do Plano Nacional de Desenvolvimento “Para Viver Bem”, pois, se bem planejado, conecta os espaços e aproxima as nações, segundo Zurab Pololikashvili o turismo pode contribuir para a salvaguarda e proteção do patrimônio cultural (p. 33, 2019).

A carta revisada do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) de 1999 é um importante documento na busca de um turismo cultural com sustentabilidade ao trabalhar essas cartas Celia Yáñez alerta “o turismo sustentável deve otimizar os usos do patrimônio cultural e natural (p.86, 2019)”. Beatriz Pérez Galán ao estudar a relação do patrimônio imaterial, turismo e projetos de desenvolvimento no Peru e ao refletir sobre turismo comunitário indígena na América Latina chama nossa atenção para a relação desenvolvimento “interculturalidade e biodiversidade”, fato de reconhecimento do turismo “como recurso econômico cujos benefícios podem dirigir-se a uma luta contra a pobreza” (p. 17, 2012). O turismo cultural é, também, uma importante ferramenta de sensibilização e motivação para o conhecimento das culturas.

O patrimônio cultural pode ser estratégico na promoção do turismo e na divulgação das referências culturais, por exemplo, Missões, um local que mescla história, cultura, aventura e religiosidade, e é essa mensagem em um dos folders de divulgação. Os sítios históricos são um conjunto de remanescentes das antigas reduções vestígios do tempo que narra uma memória da presença indígena, jesuítica, e das disputas entre espanhóis, portugueses e a resistência indígena, no folder de divulgação turística um fragmento da carta atribuída ao líder da Guerra Guaranítica em 1754, chama atenção: “Nossa riqueza é a nossa liberdade. Essa terra tem dono e não é nem português nem espanhol, mas Guarani”⁹.

Ana Lúcia Goelzer Meira descreve a trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) nas Missões:

⁸ “A Tava Guarani é amplamente conhecida pelos não indígenas como Sitio de São Miguel Arcanjo. Situado no município de São Miguel das Missões, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, abriga os remanescentes ou ruínas do antigo povo. Em 1938, por seu valor artístico foi tombado como patrimônio nacional e, em 1983, declarado de patrimônio mundial pelas Organizações das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Seu registro como patrimônio imaterial brasileiro consagrado aos sentidos e significados atribuídos pelos Guaranis Mbyá, ocorreu em 2014” (DOSSIE, p. 7, 2019).

⁹ “No século XVIII acirrou-se a questão de limites entre duas cortes ibéricas na América. Sem levar em conta o interesse dos índios e jesuítas, o Tratado de Madrid (1750) acordou a permuta dos Sete Povos das Missões pela Colônia do Sacramento, base portuguesa fundada na embocadura do Prata, frente a Buenos Aires. Verdadeiro esbulho sobre os Sete Povos, pois não previa nenhuma forma de indenização, o impasse levou, em 1754, à Guerra Guaranítica, que durou dois anos” (SCHULZE-HOFER; MARCHIORI, p. 13, 2008).

especialmente aqueles remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcaño, perpassam e exemplificam os diferentes momentos de preservação do patrimônio: o reconhecimento estadual como lugar histórico em 1922, o tombamento como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, a elevação a Patrimônio da Humanidade, em 1983” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL, p.81, 2007).

Os patrimônios compartilhados trazem elementos de valorização, reconhecendo estratégias e resistências dos povos originários destacados nas referências culturais que compõem muito dos bens tombados, como, por exemplo, Missões, A Tava Guarani, Serra da Barriga. Win Wender ao refletir sobre o cinema além-fronteiras afirma que “nações irão sobreviver e prosperar, no futuro, não por causa de sua força econômica, mas acima de tudo por seu forte sentimento de identidade, de lugar” (p. 65, 2013).

A Serra da Barriga localizada em Alagoas/AL teve seu reconhecimento no Mercosul em 2017, ação impulsionada pela Venezuela, com o apoio do Equador e do Brasil, o reconhecimento dos remanescentes de “Cumbes, quilombos e palenques do Mercosul - La geografía del cimarronaje” foi proposto como forma de preservar a memória de resistência e luta pela liberdade dos negros escravizados nos países que compõem este bloco de integração regional.

Uma narrativa que surge em prol da presença ancestral de populações indígenas e quilombolas é a perspectiva das experiências latino-americanas que passa a ser valorizada, possibilitando uma nova releitura dos processos formadores e da luta contra o racismo, “o racismo é a gramática moderna da política, da economia, do *ethos* social e da produção do conhecimento” (PIRES; QUEIROZ; NASCIMENTO, p.9, 2022). É um espaço também político formado por sentidos políticos da experiência histórica.

A Serra da Barriga considerado o “único parque temático sobre a cultura negra” de acordo com material publicado nos meios de comunicação entrou na rota do turismo internacional, em um ano e meio desde seu reconhecimento recebeu 7,5 mil visitantes nacionais e internacionais¹⁰. O comparativo do fluxo de turistas entre 2019 e 2018 foi de 151%¹¹. Na região, ainda citando material jornalístico de Alagoas, desponta o turismo pedagógico como “segmento mais forte na região é o turismo pedagógico, onde estudantes, pesquisadores e intelectuais dos mais variados níveis de graduação realizam visitas técnicas à região, que é uma das mais importantes para história e cultura do país”¹².

¹⁰ Ver <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2019/07/09/maioria-das-visitas-internacionais-a-serra-da-barriga-al-e-de-turistas-da-argentina-portugal-e-italia.ghtml>>. Acesso em 27 mai. 2023.

¹¹ Ver <<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/02/14/46155-numero-de-turistas-na-serra-da-barriga-cresce-151>>. Acesso 27 mai. 2023.

¹² Ver <<https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/02/14/46155-numero-de-turistas-na-serra-da-barriga-cresce-151>>. Acesso 27 mai. 2023.

Imagem 04: Serra da Barriga



Fonte: <https://tribunahoje.com/noticias/economia/2020/02/14/46155-numero-de-turistas-na-serra-da-barriga-cresce-151>. Acesso 27-05-2023

A Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais chama atenção para o fato de ser “um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos, nações” e que a cultura como “elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais, internacionais, bem como a cooperação internacional para o desenvolvimento”.

Outro elemento de origem indígena é a erva mate, bastante utilizada sobretudo no sul do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, considerada Patrimônio Cultural do Mercosul. A “Erba Mate – Ka’a, parte do Sistema Cultural da Erva Mate” foi apresentada pelo Paraguai e aprovada na Comissão do Patrimônio Cultural do Mercosul em outubro de 2018 durante a XVII Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC) do Mercosul Cultural, em Montevidéu.

Imagem 05: Erva-mate – Patrimônio Cultural do Mercosul



Fonte: <<https://icom-argentina.mini.icom.museum/yerba-mate-patrimonio-cultural-del-mercosur/>>. Acesso em 27 mai. 2023

As mudanças e os desafios que na última década do século XX fomentaram os projetos de integração regional continuam se modificando a cada momento, globalização, revolução tecnológica, fortalecimento das organizações internacionais e, dentro desse cenário, “as fronteiras de separação transforma-se cada vez mais em fronteiras de cooperação” (MATIAS, p.322, 2014). A cultura, patrimônio cultural emergem como um elemento de união e fortalecimento para a manutenção da paz e do desenvolvimento sustentável. Parafraseando Gilles Lipovetsky e Jean Serroy, “a cultura-mundo, por mais globalizante que seja, não é Una; é ambivalente, paradoxal, contraditória. Jogando com suas forças e suas tensões diversas, é possível inflectir o curso das coisas e configurar um mundo melhor” (p. 147, 2011).

Referências:

ARANTES, Antônio Augusto (2000). *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Imprensa Oficial.

ALMEIDA, Ricardo (2018). Fronteiras culturais: metáforas ou realidades? *P2P E INOVAÇÃO*, v. 5, n. 1, p. 260-275.

ALMEIDA, Ricardo & DORFMAN, Adriana (2017). Fronteiras Culturais / Fronteras Culturales: um processo de autonomias e de convergências. *Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras*. V. 3, p. 135-152, Porto Alegre: Unbral Fronteira – Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras; Instituto de Geociências/UFRGS; Editora Letra1.

Brasil, Ministério do Turismo (2010). *Turismo Cultural: Orientações básicas* \Ministério do Turismo, Secretária Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3 ed. Brasília: Ministério do Turismo.

CANCLINI, Nestor Garcia (2008). *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo (2010). *História da política externa do Brasil*. 3 ed. 2. Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CERVO, Amado Luiz (2008). *Mercosul*. Brasília: Thesaurus Editora.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) (2015). *Ponte Internacional Barão de Mauá: dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do Mercosul –PCM= Puente Internacional de Mauá: dossier de candidatura: Patrimonio Cultural do Mercosul – PCM* \Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- Brasília-DF: IPHAN.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) (2019). *Tava: lugar de referência para o povo guarani: Dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do Mercosul* Brasília-DF: IPHAN.

FUNAG (1997). *Mercosul e a Integração Sul-Americana: mais do que a Economia. Encontro de culturas*. Brasília: FUNAG.

GALÁN, Beatriz Pérez (2012). Patrimônio imaterial, turismo e projetos de desenvolvimento territorial no Peru. In. PEREIRA, Walmir; TAMAGNO, Liliana. *Patrimônio cultural e povos indígenas: experiências contemporâneas latino-americanas*. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos.

HAN, Byung-Chul (2022). *Infocracia: digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis, RJ:Vozes.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro (2004). *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean (2011). *A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACHADO, Cassiano ELEK (Org.) (2013). *Pensar a Cultura*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez (2014). *A humanidade e suas fronteiras: do Estado soberano à sociedade global*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer (2007). A trajetória do IPHAN nas Missões. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy; GOELZER, Ana Lúcia. *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ORTIZ, Renato (2008). Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, 1(1), p. 122-128. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em 27 mai. 2023.

PATRIOTA, Antonio (2012). Discurso Inaugural. *América do Sul e a Integração Regional: (28 de setembro de 2011, Rio de Janeiro, RJ)*. Brasília: FUNAG.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2007). Missões, um espaço no tempo: paisagem da memória. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy; GOELZER, Ana Lúcia. *Fronteiras do Mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; QUEIROZ, Marcos; NASCIMENTO, Wanderson Flor do (2022). A linguagem da revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil. In. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

POLOLIKASHVILI, Zurab (2019). Cultura e turismo como estratégia para o desenvolvimento sustentável. In. BRITO, Marcelo (Org.). *Gestão turística e, sítios patrimoniais*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.39, Brasília: IPHAN.

RIBEIRO, M.F.B; FERNANDES, C.C (2016). Mercosul 25 anos: cultura, patrimônio e identidade. In. PENNAFORTE, Charles; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Mercosul 25 anos: avanços, impasses e perspectivas*. Pelotas: Centro de Integração do Mercosul-UFPEL/Grupo de Pesquisa CNPq Geopolítica e Mercosul/Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais/Cenegri.

RIBEIRO, M.F.B; MELO, A. D. (2022). Produção e Política Cultural na Universidade Federal do Pampa- Campus Jaguarão RS: Na fronteira a cultura como horizonte. *RELACult- Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V.08, jan-abr.

RIBEIRO, M.F.B; SANTOS, J. C. (2022). O Mercosul e a centralidade do patrimônio Cultural. In. MASCARENHAS, Milena; PORTZ, Solange; GREGORY Valdir. *Lugares de Memória*. Ponta Grossa - PR: Atena.

SANTOS, José Carlos dos (2014). *Construir fronteiras: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos séculos XIX e XX*. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2014.

SANTOS, Milton (2017). *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

CARDOSO, Alirio (2021). Prólogo: O golpe e as histórias conectadas. IN. SANTOS, Lyndon de Araújo; BACCEGA, Marcus Vinicius de Abreu; MATEUS, Yuri Givag Alhadeff Sampaio (Org.). *O Golpe de 2012 e o futuro da democracia no Brasil*. São Luís: EDUFMA.

SENHORAS, Eloi Martins (2015). Diplomacia e Paradiplomacia Turística Fronteira. In: PERI, Vitor Stuart Gabriel; TELES Reinaldo Miranda de Sá (Org.). *Turismo e relações internacionais: fronteiras transnacionais, paradiplomacia das cidades e inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: CE-NEGRI.

SCHULZE-HOFER, Maria Cristina; MARCHIORI, José Newton Cardoso (2008). *O uso da madeira nas reduções jesuítico-guarani do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: IPHAN.

VARINE, Hugues (2013). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: MEDIANIZ.

YÁÑEZ, Celia Martínez (2019). Carta Internacional de Turismo Cultural do ICOMOS de 1999: primeira aproximação para sua revisão e atualização. In. BRITO, Marcelo (Org.). *Gestão turística e, sítios patrimoniais*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.39, Brasília: IPHAN.

La movida de la frontera a partir de la lectura de Aldyr García Schlee: una propuesta didáctica

O movimento da fronteira a partir da leitura de Aldyr García Schlee: uma proposta didática

Cristina Pureza Duarte Boessio¹

Maria do Socorro de Almeida Farias Marques²

Tuesly de Carvalho Machado³

Patrícia Schneider Severo⁴

1. Introducción

Este artículo tiene el objetivo de trabajar con el turismo pedagógico/educativo para la enseñanza de lengua española, cultura y frontera a partir de las obras de Aldyr Garcia Schlee. Para tanto, primeramente, fue realizada una investigación sobre turismo pedagógico para dar base a la propuesta didáctica, y después, una investigación bibliográfica a partir de los dos libros de cuentos del escritor.

Como forma de analizar los datos, fue utilizado el análisis textual discursivo. La investigación es cualitativa que de acuerdo con Moraes (2003), con base en Bardin (1997), busca,

[...] aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p. 191).

También se realizó un análisis de contenido, aproximado a lo que propone Bardin (2011), seleccionando tres grandes categorías iniciales: La movida; Las lenguas y Los lugares – que serán explicadas más adelante. La misma autora explica que el objetivo del análisis de contenido “é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 46).

Por fin, los resultados fueron tratados e interpretados a la luz de las teorías que sustentaron la investigación. A partir de esas comprensiones, se crearon las sugerencias de actividades presen-

¹ Doutora em Educação; Docente da Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, RS, Brasil; cristinaboessio@unipampa.edu.br.

² Doutora em Linguística Aplicada; Docente da Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, RS, Brasil; mariamarques@unipampa.edu.br.

³ Licenciatura em Letras – Português, Espanhol e suas respectivas literaturas; Universidade Federal do Pampa; Jaguarão, RS, Brasil; tueslymachado@gmail.com.

⁴ Doutora em Agronomia; Docente da Universidade Federal de Pelotas; Pelotas, RS, Brasil; patricia.severo@ufpel.edu.br.

tadas al final del artículo.

2. Turismo educativo o pedagógico

En el mes de noviembre de 2021, más precisamente el día 26, fue sancionada y promulgada la Ley N.º 6.983 que crea el “Projeto Turismo Educativo nas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Jaguarão – intitulado Professora Adriana Pisoni Da Silva”. Esta Ley se origina del Anteproyecto de Ley 0013/2021, firmado por el entonces “vereador” Ricardo Pereira”, que venía dialogando con las docentes del “Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa”, en especial, con la docente que nombró dicha Ley, tras haber fallecido en un accidente con toda su familia. Ricardo llevó adelante el proyecto teniendo éxito en su aprobación por la *Câmara de Vereadores de Jaguarão* siendo, así, sancionada y promulgada la Ley, por el entonces alcalde, Favio Marcel Teles Gonzalez. Según la Ley N.º 6.983:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal instituir o Projeto Turismo Educativo nas escolas da rede pública municipal de ensino, intitulado Projeto de Turismo Educativo nas escolas – Professora Adriana Pisoni da Silva.

Parágrafo único. O Projeto de que trata o caput deste artigo terá por objetivos, além de homenagear a referida professora:

I - possibilitar acesso dos alunos ao acervo cultural, artístico e turístico do Município;

II – propiciar o conhecimento e despertar a valorização e a preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e turístico;

III - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação ao patrimônio cultural, histórico, artístico e turístico.

Art. 2º O Projeto Turismo Educativo poderá ser desenvolvido por meio de roteiros de visitas monitoradas dos alunos da rede municipal de ensino aos parques, praças, ruas, bairros históricos, monumentos, museus, teatros, bibliotecas, universidades, entre outros locais de valor histórico, cultural, artístico e turístico.

Art. 3º As ações do Projeto Turismo Educativo poderão ser coordenadas pelo órgão municipal responsável pela formulação e execução da política municipal de educação e inseridas nos projetos político-pedagógicos das escolas.

Art. 4º No âmbito do Projeto Turismo Educativo poderão ser firmadas parcerias com instituições públicas e privadas, inclusive para a organização e a realização de roteiros de visitas.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação (Jaguarão, RS, 2021).

A partir de ese documento, se percibe un gran avance para el municipio y para los ciudadanos al lanzar una mirada para su entorno desde la perspectiva del turismo y patrimonio dando lugar a la valorización e incluso conocimiento de la riqueza cultural por parte de la comunidad.

En el Art. 3º, que trata de las acciones del *Projeto Turismo Educativo* está dicho que **"poderão"** *ser coordenadas pelo órgão municipal responsável pela formulação e execução da política municipal de educação e inseridas nos projetos político-pedagógicos das escolas*. Esto, de cierta forma, asegura el desplazamiento de alumnos y docentes con respaldo de los órganos competentes por el transporte, seguridad y seriedad, habiendo, entonces comprometimiento de las instancias superiores con las actividades de Turismo Pedagógico, dando soporte a los docentes que antes, quizás lo hacían de forma aleatoria y corriendo riesgos sin algo que realmente les diese seguridad. Un ejemplo de eso, es el Curso de Extensión Española Básico para niños, que funciona desde la creación de la Universidad y que nunca pudo cruzar el puente con transporte oficial por cuestiones burocráticas lo que hoy por hoy, parece ya haber cambiado.

Cabe señalar que está escrito, al comienzo del Art. 3º, el verbo **"poderão"**, no dejando claro, quiénes, de verdad, serán los responsables por eso. Algo que también no quedó claro en la ley es si el transporte oficial podrá cruzar el puente transportando los alumnos para paseos culturales en el pueblo vecino o no, pues en ningún momento aparece en la ley. Una posible causa de su ausencia puede ser porque la Ley fue creada para dentro del municipio de Jaguarão y probablemente no está incluida la idea de frontera como "Uma Terra Só" englobando la ciudad de Río Branco en los criterios presentados en la legislación que fue aprobada en nuestro municipio.

Se añade a eso el Art. 5º muestra que *O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber*. Con esta afirmación, quedamos con una idea de que la ley puede ser aplicada en todas las ocasiones que haya necesidad, lo que nos deja con la siguiente duda, ¿se puede aplicar para las visitas al país vecino?

Por fin, en el Art. 6º está dicho que *esta Lei entra em vigor 180 dias após sua publicação*, por lo tanto, esta ley entró en vigor en el mayo de 2022, lo que podrá ayudarnos enormemente en nuestra propuesta de Turismo Pedagógico a partir del muro pintado en la calle "Uma Terra só", pues, esta propuesta podrá ser ofrecida a las instancias superiores y a las escuelas de *Jaguarão*, teniendo el debido respaldo y seguridad para su efectiva realización.

Tras haber presentado y reflexionado sobre la Ley, se discute como se comprende por *Turismo Pedagógico/Turismo Educativo*. Cabe señalar que, en este texto, utilizaremos como sinónimos estos dos binomios, pero buscamos, como base teórica, autores como por ejemplo, Lima (2014), en su trabajo de maestría, que tiene como título "Incursões reflexivas sobre o conceito de Turismo e a qualificação 'pedagógico' no binómio turismo pedagógico", en el cual, la autora investiga en doce trabajos académicos las concepciones sobre Turismo pedagógico, buscando formular un concepto a partir de muchas discusiones.

Por fin, tras un extenso análisis, Lima, buscando contestar la pregunta: *"Que turismo é esse na constituição do binómio Turismo pedagógico?"* encuentra que Turismo es

um fenômeno humano-social que pressupõe um deslocamento realizado por um sujeito motivado/mobilizado para vivenciar/conhecer o novo, o outro, em experiências relacionais fora do local de experiência cotidiana,

constituindo-se um espaço de contínua construção, formação e transformação do sujeito, que passa a ter novas percepções do outro e de si mesmo. Em outras palavras, um espaço de aprendizagens em que o pedagógico se configura, substantivamente, como propriedade do turismo (LIMA, 2014, p. 208).

En los textos seleccionados por Lima (2014), aparecen diversas palabras y/o expresiones que son utilizadas a veces como sinónimos, a veces como complemento, a veces en situaciones de “deslizamentos conceituais”, como observa la autora, referentes a *Turismo Pedagógico*. La autora también encuentra que Turismo Pedagógico aparece con otros nombres, como por ejemplo, Turismo Educativo, como aparece en la Ley N.º 6.983 que crea el “Projeto Turismo Educativo nas escolas da rede municipal de ensino da cidade de Jaguarão. En la referida Ley aparece, también, (una vez) la expresión “roteiros de visitas monitoradas” (como señalado anteriormente y dijimos que retomaríamos esta expresión), y otra vez, “roteiros de visitas”

Por fin, Lima (2014), a partir de los análisis realizados, observando las recurrencias en los textos, formula la siguiente definición:

Turismo pedagógico é uma atividade / prática pedagógica / educativa / educacional que envolve algum tipo de deslocamento (viagem, visita, passeio, excursão), promove interação com o meio, vivências, experiências, conhecimento de espaços novos e promove aprendizagem, na prática, do que foi visto (conteúdos curriculares) teoricamente em sala de aula (LIMA, 2014 p.208).

De acuerdo con Gastal y Moesch (2007) también creemos que el Turismo

envolve processos de estranhamento, em que o turista, em seus deslocamentos, depara-se com o novo que o mobiliza e o induz a “[...] parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas (GASTAL y MOESCH, 2007, p. 11).

O *estranhamento*, según las autoras (2007, p. 12), “não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada”. E isso pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que se reside”, ou seja, “quando o cidadão sai de suas rotinas temporais e espaciais”. Ese *estranhamento* tiene la experiencia, la vivencia y convivencia sus grandes movilizadores.

Dando continuidad al trabajo, la próxima sección trata de las tres grandes categorías elegidas para estudiar los fragmentos de las obras de Aldyr Garcia Schlee y que hacen, a su vez, alusión al cotidiano fronterizo.

3. Las categorías

Al leer las obras de Schlee, se puede notar la presencia de fragmentos que se repiten en

prácticamente todos sus cuentos, con eso, fueron divididas tres categorías para trabajar: La movida, Las lenguas y Los lugares.

3.1. La movida

En esta categoría, a partir de los cuentos, podemos analizar el ir y venir de la frontera. Las evidencias dibujan Jaguarão y Río Branco como "Uma Terra Só" como afirma Schlee, pues los personajes transitan de un lado al otro como si estuviesen en una única ciudad. Con los fragmentos, retirados de los cuentos de Schlee, se puede comprender como esta categoría está presente:

Box 1 – La Movida

LA MOVIDA

A FLOR DA ALDEIA p. 18 – O marido não nos contará nada. Sabe-se que foi a Jaguarão, sentou esparramado numa mesa de esquina do Café e ficou ali, fazendo hora toda a manhã, provavelmente pensando na vida como se não tivesse preocupações, como se não visse os passantes, como que contando as moscas que pousavam no lameiro de açúcar derramado em volta da xícara cheia. Sabe-se que depois pegou a camionete e atravessou a Ponte até Río Branco, onde esteve mais de uma hora no restaurante do Hotel Boroni, olhando a rua, só olhando a rua diante de um peixe ao escabeche e dos talheres em que nem tocou.

ACONSELHAMENTO DE POSTURA p. 63 – O senhor não conhece a fronteira, doutor...Aqui, às vezes, é como do lado de lá: canta quem tem mais voz... Seguido acontece: passou-se aqui, apagou-se lá; passou-se lá, apagou-se aqui, entende?...Quando se vê, as coisas acontecem; e logo já ninguém pergunta como é que foi nem por que é que foi...

CIRCO DE VARIEDADES p. 191 – Tudo começou no dia em que foi a Rio Branco, comprar carne e uns mantimentos, e resolveu chegar até a Cuchilla, lá no começo da Ponte, para buscar pão sovado, daqueles folheados, feitos com graxa – bom de comer ainda quente, com torresmo ou banha de galinha, e com café bem forte.

OS GURIS DO IPA (ou A MULHER INESQUECÍVEL) p.185 – Num outro domingo de manhã, os que tinham aula de remo – e comandavam no rio a guarnição das guigas quatro-com-patrão – quase enlouqueceram quando a viram de maiô, com outras três professoras do Colégio Elemental, tomando banho de sol na praia uruguiaia, do outro lado da Ponte.

UM BRILHO NOS OLHOS p. 55 –

... Mal cruzaram a Ponte, entrando no Uruguai e pegando a estrada em direção à Lagoa Mirim, a gozação e as risadas foram sumindo enquanto as primeiras claridades lançavam a sombra comprida do caminhão no meio da polvadeira levantada por suas rodas.

...Os castelhanos estavam esperando para uma grande festa, com jogo de futebol, churrasco e demonstrações campeiras.

PRIMEIRO DE JANEIRO p. 68 – E o guarda, guri ainda, chegava ali do lado, na aguinha rasa da margem, embarcava com ele no bote, os dois iam no bote; e vinham. Iam e vinham, iam e vinham. Iam e vinham como toda a vida, no bote em que todos atravessavam.

- Papá, pedira Pardito.

E o pai deixava ele andar no bote. Ir no bote; e vir. Ir e vir. Ir e vir. Ir e vir, ir e vir. De pura broma. Depois a sério, ajudava o pai, na ida; e na volta. Ida e volta. Ida e volta. Ida e volta. O resto da vida com o pai no bote.

- Pardito, dissera o pai.

E punha a mão do lado. E já não podia dirigir o bote. E se ia. E deixava Pardito só no bote, indo; e vindo. Indo e vindo. Indo e vindo, indo e vindo. Para sempre.

p. 68 e 69 - Mamá, avisara Pardito.

E a mãe vinha com ele ver as máquinas e os trastes para construir a ponte. E a mãe perguntava o que fazer. E ele no bote, levava; e trazia gente. Levava e trazia. Levava e trazia, levava e trazia, como para nunca mais.

ENCANTO DE FUTEBOL p. 78 – Era uma época em que se estava mais para lá do que para cá, quer dizer: em cima do Uruguai, como rádio recém-começando na sua impotência, com os jornais brasileiros chegando devagar, e uma baita influência do que acontecia em Montevideú. Além do mais: médico era do lado de lá; compras, era do lado de lá; passeio, era do lado de lá. A gente acabava se emocionando com lágrimas do cenário Iriarte;

MAÑANA POR LA MAÑANA p. 93 Levava Juana pela mão, entravam no Café, sentavam numa mesa, vinha um garçom saber o que eles queriam; iam à Confeitaria, compravam doces; atravessavam a Ponte e faziam compras do outro lado; ela mandava fazer vestidos; depois entravam de sócios para o Clube Instrução e Recreio...

UM CADERNO DE BOLEROS p. 112... Mas ele me pôs o braço por cima e, amparado em mim, dirigiu-nos para sua camioneta rural, com chapa brasileira e chapa de Cerro Largo...

UM CADERNO DE BOLEROS p. 119 Então, incerto dia, quando ela voltou de novo à Cuchilla, sentiu-se sem forças para vê-la. Não foi lá: permaneceu em casa, se martirizando. Foi ao Clube. Depois andou cruzando rua, feito louco. Madrugada alta, percorreu devagar o quarto de légua de Ponte, a pé, até o outro lado – e se deixou ficar, encostado na parede diante da roseira e ao lado da janela dela.

Fuente: Machado (2022)

Para discutir esta categoría, se hizo alusión a algunos autores que pueden complementar nuestras ideas de movimiento en la frontera. Por ejemplo, en el cuento Mañana por la Mañana, cuando dice:

Levava Juana pela mão, entravam no Café, sentavam numa mesa, vinha um garçom saber o que eles queriam; iam à Confeitaria, compravam doces; atravessavam a Ponte e faziam compras do outro lado; ela mandava fazer vestidos; depois entravam de sócios para o Clube Instrução e Recreio... (SCHLEE, 1984, p.93).

En Mañana por la Mañana, se puede percibir la transición del Brasil para el Uruguay por parte de los personajes, cuando están en un café, después van a la confitería comprar dulces y luego atraviesan el puente para hacer compras en el otro lado. Siguiendo este razonamiento, Sturza reflexiona que:

A Fronteira não significa apenas pela sua relação espacial, como o lugar que marca o limite entre territórios. Os limites cartográficos são referências simbólicas que significam a fronteira através de um marco físico, embora a vida da fronteira, o habitar a fronteira signifique, para quem nela vive muito mais, porque ela já se define em si mesma como um espaço de contato, um espaço em que se tocam culturas, etnias, línguas, nações (STURZA, 2006, p. 26).

De esa manera, se puede decir que el acto de ir y venir en la frontera se da de una forma muy sencilla, donde el sujeto tanto puede estar en el Brasil, como en el Uruguay y no necesita viajar para hacer esto, el espacio fronterizo es tratado como uno solamente, sin división, por más que sea dividido por un río, el puente une los dos pueblos y hace con que transiten en los dos lados como si fuera "Uma terra só".

En el cuento "Encanto de Futebol", también se puede percibir la movida en la frontera, como se percibe en:

Era uma época em que se estava mais para lá do que para cá, quer dizer: em cima do Uruguai, como rádio recém-começando na sua impotência, com os jornais brasileiros chegando devagar, e uma baita influência do que acontecia em Montevideú. Além do mais: médico era do lado de lá; compras, era do lado de lá; passeio, era do lado de lá. A gente acabava se emocionando com lágrimas do cenário Iriarte (SCHLEE, 1984, p.78).

Siguiendo esa línea de pensamiento, podemos decir que no se percibe diferencias cuando el autor se refiere a locales de Jaguarão o a lugares de Río Branco, trayendo una idea de que "*La interacción porta la influencia para que un lado de la frontera se parezca al otro, y para que identidades regionales en el espacio transfronterizo florezcan*" (ALEGRIA, 2009 p.358).

Con eso, se puede percibir la interacción que ocurre en la frontera, donde cuando necesita de médico se va a Río Branco, cuando tiene que hacer compras se viene a Jaguarão y así ocurre con las otras cosas como vimos en el cuento Mañana por la Mañana. Así se vive en la frontera, pasando de un lado para otro como si todo fuera lo mismo.

3.2 Las lenguas

En esta categoría, nos dedicamos a analizar cómo las lenguas, la portuguesa y la española, dialogan entre sí en los cuentos. Se pudo percibir que el autor va conduciendo sus narrativas de tal forma que la presencia de las dos lenguas (por más que el portugués sea mayoritario) pase a

ser constante en sus obras. Su lengua propia, como lo designó, se muestra muchas veces por el encuentro de las dos lenguas que le dan a las narrativas el toque fronterizo de Schlee. En todos los cuentos podemos observar que Schlee trabaja con las dos lenguas lo que evidencia el modo de ser, de sentir de los personajes involucrados en las narrativas. Se vale de su propia lengua, de su portugués, de su forma única de conectarse con su tiempo, su espacio, su frontera. Esas marcas lingüísticas también registran un conocimiento compartido, formas de vivir, movidas y relaciones peculiares entre sujetos fronterizos.

Abajo compartimos un box con fragmentos de los cuentos de Schlee para que se pueda comprender mejor la categoría.

Box 2 – Las Lenguas

LAS LENGUAS

LUÍZA VINHA DE NOITE p. 31 – Vivo entre recuerdos, com medo deles. Com medo de desfrutar tão intensamente a relembração de Luíza que ela (a relembração de Luíza) se vá, enfim; e se perca também no esquecimento. Sinto-me como numa letra de tango: Tengo miedo de las noches que, pobladas de recuerdos, encadenan mi soñar. Tenho chorado como uma criança..

YASMINA p. 144 – ...O turco foi sentar numa das portas da frente, para fumar seu cigarro, ler o jornal e, *a lo mejor*, atender algum freguês fora de hora.

– *y ahora ¡atención! Atención a los avisos del... ¡Correo Sentimental!*

Morenita del Correo Sentimental... ¡Por favor, me oulha! – Un brasileiro.

p. 193 *Morenita del Correo Sentimental... quero saber tu nome. Alguem que muitcho te quer.*

Morenita del Correo Sentimental... Eo mourro de amor por ti. – Un apaixonado....

– *sí ya lo sé* – respondeu ela, sovando com os dedos da mão esquerda os retângulos de papel branco que levava dobrados ao comprido entre os dedos da mão direita – creo que es el muchacho aquél con campera a cuadros.

p. 194 – Y ¡atención! Atención que hay más otro aviso:

Morenita do Correo Sentimental... eo nao aguanto mais. – O brasileiro apaixonado....

– *Posso te ditar o aviso?*

– *Sí,¿como no?*

E ele:

– *Moreninha do Correio Sentimental...*

– *¡Usted!*

AMOR AMOR AMOR p.173 – (baile dos expositores no Harmonia) Sentir que tus besos se quedaron en mí igual que palomas mensajeras de luz, saber que mis besos se quedaron en ti haciendo en tus labios la señal de la cruz...

PRIMEIRO DE JANEIRO p. 71 – *Oigamé, pardito...* – diz o primo
 PRIMEIRO DE JANEIRO p. 73 – Pardito monta devagar e se volta:
 – *Bueno, me voy.*
 – *¡Adiós!* - responde o primo.

MAÑANA POR LA MAÑANA

p. 91 – “*Te juro, Juana,
 que tengo gana
 de verte
 la unta del pie*”
 (valsinha portenha)

O BARCO DAS ILUSÕES p. 142 – ¿Qué importa la vida cuando la dicha es buena?

Fuente: Machado (2022)

Para sustentar teóricamente la reflexión en la presente investigación, fueron seleccionados algunos autores que discuten las temáticas referentes a las categorías que señalamos a partir de los cuentos. Para empezar se recurre a una citación del propio Schlee mencionada por Pastore (2018):

Nasci na fronteira e tenho uma obra por causa do encontro do português e espanhol. Precisei construir um idioma próprio. Mas isso não transmite a exuberância e a riqueza que é o mundo da fronteira, passando por esse limite imaginário e o limite institucional, feito para separar.

Con esa afirmación, Schlee nos deja explícito su pasión por la frontera, además de mencionar que sus obras son creadas a partir del encuentro del portugués y el español construyendo su propia lengua que se materializa en todas sus obras.

Como podemos percibir en los cuentos trabajados el autor se utiliza mucho del encuentro de las lenguas.

Portunhol é designação da mistura dessas línguas usada para a comunicação imediata, em qualquer situação informal, seja ela na fronteira ou em qualquer lugar, inclusive como recurso estético em textos literários como os de Fabián Severo e Douglas Diegues. (STURZA; TATSCH, 2017 p. 94)

Como podemos percibir en los cuentos trabajados el autor se utiliza mucho del encuentro de las lenguas. Por ejemplo, en el Cuento Yasmina, cuando habla “O turco foi sentar numa das portas da frente, para fumar seu cigarro, ler o jornal e, *a lo mejor*, atender algum freguês fora de hora.” Como podemos observar en el fragmento, Schlee se vale tanto del portugués como del español como si estuviera hablando en la misma lengua en el desarrollo del texto (SCHLEE, 2011, p.144).

Otro ejemplo que demuestra mayor familiaridad y aproximación con el interlocutor, algo que

podemos percibir en el cuento Circo de Variedades, cuando el personaje brasileiro intenta contacto con la morenita del correo sentimental, *Morenita del Correo Sentimental... quero saber tu nome. Alguem que muito te quer. Morenita del Correo Sentimental... E o mourro de amor por ti. – Un apaixonado.*” En estos fragmentos se percibe una estrategia lingüística usada por el personaje para buscar una aproximación con la Morenita (SCHLEE, 2011, p.193).

3.3 Los lugares

En esta categoría se percibe que algunos lugares se repiten en los textos. Leyendo los cuentos se observa que el autor cita varios puntos de la ciudad de *Jaguarão* y también de la ciudad de Río Branco, creando la posibilidad de hacer, incluso, un mapa de los puntos turísticos citados en los cuentos y posibilitándonos a trabajar con el *Turismo Pedagógico* a partir de los lugares mencionados en los cuentos.

Abajo compartimos un box con fragmentos de los cuentos de Schlee para que se pueda comprender mejor la categoría “Los lugares”.

Box 3 – Los Lugares

LOS LUGARES

ACONSELHAMENTO DE POSTURA p. 56 e 57 –

descrição feita por alguém (escrivão?), da cidade de Jaguarão para o Juiz que estava chegando na cidade:

- Seguindo reto por esta rua aqui da frente da Igreja se sobe até o Quartel e a Santa Casa; já quebrando pra direita, pelo lado, chega-se ao Mercado, à Usina e aí ao Cais, na beira do rio; lá para o outro lado, na esquina aqui da Praça, tem a Confeitaria, depois, mais adiante, o Café, a Prefeitura, o Teatro, e mais adiante ainda, se pega pra cá até o campo do Cruzeiro e pra lá até o Cerro da Enfermaria e o Cemitério das Irmandades; mas, seguindo sempre em frente se passa primeiro pelo campo do Harmonia, se vai até a Praça das Carretas, já saindo da cidade, depois vem a Estação Férrea e, atrás dela, o Cemitério dos Pobres e o Campo de Aviação; agora, ali do meio da Praça pra baixo, lá embaixo, se dá logo com a Ponte – que tem como meia légua – e então, se se quiser, já se atravessa logo o rio, é só passar a Ponte e já se está em Rio Branco, no Uruguai...

ESTAÇÃO RÍO BRANCO p. 25 – A estação ferroviária Río Branco, na Cuchilla, está ali como no dia em que toda a enorme lida acabou. Em que havia sumido por encanto a multidão de tipos sujos, bêbados e barulhentos. Em que afinal dormentes e trilhos tinham se ajustado definitivamente no novo caminho, por onde todos acabariam indo e vindo, e por onde afinal chegaria a primeira máquina de trem ainda inquietante e indomada, ainda um animal que sua e que bufa e que já vai explodir.

p. 25 e 26 – Hoje se entra na estação ferroviária de Ríó Branco e ela está simplesmente ali, alta e imponente no seu segundo piso de platibandas ornadas com tochas flamejantes; ainda ali, pintada e repintada com cuidado, na sua britânica arquitetura ferroviária de requinte e de sobriedade, de pequenos espaços amplos e de sórdidos vazios. Há sempre um vento passando pelo saguão e pela plataforma de embarque: um certo frio antigo, eco das risadas das mulheres que atenderam aos construtores da ferrovia, gemido das dores dos que sofreram a construção sem que possamos agora rememorar-los nesta história.

PRIMEIRO DE JANEIRO p. 65 – Entretanto, era também um dia de festa aquele primeiro de janeiro. Com autoridades, banda de música, roupa nova e girândola de foguetes: inaugurava-se a Ponte, a enorme ponte de como um quarto de légua, ligando finalmente o Brasil e o Uruguai...

.. Os trens, os trilhos dos trens, dormentes, vertigem de movimento, de velocidade tlaque-tlaqueando rumo a Jaguarão e Ríó Branco. Os convidados desembarcando. Gente de fraque. Cumprimentos.

No rio, embaixo, barcos enfeitados, as chatas, os iates que haviam carregado ferro e cimento, cimento e ferro, cimento e ferro meses a fio, para a construção. As pessoas debruçadas na amurada, olhando o rio bem de cima. A água limpa da estiagem passando em desordenados redemoinhos.
p. 36 Logo, a praia, o porto, casas; longe, os telhados, as torres. Do lado de lá, agora, a grande alfândega atravessada sobre a Ponte; e o casario; e a planura a perder de vista.

p. 66 – De lá, do outro lado, vem um sujeito a cavalo; costeia o rio. Quem está do lado de cá, sobre a Ponte, pode vê-lo, enquanto espera a inauguração. E só voltar-se para o Uruguai e olhar à esquerda, acompanhando a margem desde o grande pilar em terra seca, até encontrá-lo lá adiante. Ele desaparece sob o grande vão debaixo da Alfândega.

Fuente: Machado (2022)

Podemos decir que los espacios creados por Schlee en sus narrativas son muy amplios y por más que se trate de creaciones de textos literarios, el trae muchas características reales de los lugares que están presentes en el desarrollo de los cuentos, como por ejemplo en el cuento Estação Ríó Branco cuando habla:

A estação ferroviária Ríó Branco, na Cuchilla, está ali como no dia em que toda a enorme lida acabou. Em que havia sumido por encanto a multidão de tipos sujos, bêbados e barulhentos. Em que afinal dormentes e trilhos tinham se ajustado definitivamente no novo caminho, por onde todos acabariam indo e vindo, e por onde afinal chegaria a primeira máquina de trem ainda inquietante e indomada, ainda um animal que sua e que bufa e que já vai explodir (SCHLEE, 1984, p.25).

Con eso el autor hace alusiones a los locales existentes en la realidad y trabaja cuestiones geográficas de la frontera como un todo, como podemos ver en la perspectiva de Wink:

Em qualquer texto narrativo, a ação e o movimento dos personagens

desenvolvem-se, mais ou menos explicitamente, num espaço narrado. Este espaço pode ser extremamente limitado ou amplo; pode ser um mero palco ou adquirir a qualidade de protagonista; pode ser um espaço inventado, remeter anonimamente à geografia real ou até citá-la (o caso mais comum do romance realista); pode ser estruturado de acordo com as noções de espacialidade ou subvertê-las. Partimos da premissa que este espaço narrado, geralmente não é criado de forma ingênua ou coincidental, mas, sim, que pertence às estratégias narrativas e, portanto, cumpre uma função de relevância para a análise literária. Supomos, ainda, que estas topografias literárias, desenhadas pelo autor, são tanto fruto de uma geografia imaginada individual e/ou coletiva, quanto têm o potencial de afirmá-la ou, inclusive, contestá-la. Isto significaria que representam escolhas – conscientes ou não – com uma dimensão social (WINK, 2015 p.21).

Entonces, se puede decir que Schlee se utiliza de un espacio ya existente en la ciudad de Río Branco de manera que investiga y cita la geografía real a través de un texto literario que de un cierto modo interactúa con la realidad fronteriza.

En los textos de Schlee se puede percibir una ruta que camina en varios locales de la frontera, el cambia de Jaguarão para Río Branco muy rápido y eso es algo muy interesante en sus cuentos, por ejemplo en el cuento Aconselhamento de postura, cuando el escribano hace una descripción de la ciudad para el Juez:

Seguindo reto por esta rua aqui da frente da Igreja se sobe até o Quartel e a Santa Casa; já quebrando pra direita, pelo lado, chega-se ao Mercado, à Usina e aí ao Cais, na beira do rio; lá para o outro lado, na esquina aqui da Praça, tem a Confeitaria, depois, mais adiante, o Café, a Prefeitura, o Teatro, e mais adiante ainda, se pega pra cá até o campo do Cruzeiro e pra lá até o Cerro da Enfermaria e o Cemitério das Irmandades; mas, seguindo sempre em frente se passa primeiro pelo campo do Harmonia, se vai até a Praça das Carretas, já saindo da cidade, depois vem a Estação Férrea e, atrás dela, o Cemitério dos Pobres e o Campo de Aviação; agora, ali do meio da Praça pra baixo, lá embaixo, se dá logo com a Ponte – que tem como meia légua – e então, se se quiser, já se atravessa logo o rio, é só passar a Ponte e já se está em Rio Branco, no Uruguai (SCHLEE, 2011, p.56 -57).

El escritor hace referencia a los espacios reales para crear sus historias, y para quien reside en la frontera es fantástico leer algo sobre un lugar donde se puede ir a pasear y hacer alusiones con la obra literaria, haciendo un viaje del mundo real para el literario, y del literario para la realidad. Sobre eso, Wink comenta:

A categoria do espaço proporciona em maior escala que as categorias ação e personagem, algo “experimentável” ao leitor em busca do real, pois, via de regra, a ação já se cumpriu no passado e os personagens, se não fictícios, costumam ser finados. Ao contrário disso, o espaço, mesmo que distante, passado, ou meramente fictício, nutre, de forma curiosa, a

expectativa do leitor de reencontrá-lo na geografia real, ou, pelo menos, num simulacrum (PIATTI, 2012, p. 276). O que será que leva milhares de turistas, a cada ano, a procurar a suposta "Casa di Giulietta" em Verona que Shakespeare imaginou em 1597, apesar do fato conhecido de que a localização da casa é duvidosa e que a famosa sacada do pátio foi construída apenas para satisfazer a vontade dos visitantes? (WINK, 2015 p. 24).

Con eso, también se puede percibir que Schlee hace un tipo de mapa de la frontera en sus cuentos, mencionando diversos locales existentes en la ciudad de Jaguarão y Río Branco como por ejemplo en el cuento Primeiro de Janeiro en la página 65 cuando habla:

No rio, embaixo, barcos enfeitados, as chatas, os iates que haviam carregado ferro e cimento, cimento e ferro, cimento e ferro meses a fio, para a construção. As pessoas debruçadas na amurada, olhando o rio bem de cima. A água limpa da estiagem passando em desordenados redemoinhos. Logo, a praia, o porto, casas; longe, os telhados, as torres. Do lado de lá, agora, a grande alfândega atravessada sobre a Ponte; e o casario; e a planura a perder de vista (SCHLEE, 1984, p.65).

Con base en las reflexiones hechas a partir de las ideas de los autores mencionados, queda claro que Schlee demuestra la identidad fronteriza que trae consigo mismo en sus cuentos, utilizando las lenguas, la movida y los lugares para dar sentido a las construcciones de sus obras, así, reinventando el espacio geográfico dentro del literario.

Por mais que, no senso comum, se tenha uma concepção muito clara e bem definida de identidade, como se ela pudesse até mesmo ser considerada "natural" a um determinado grupo, devemos partir sempre do pressuposto e de que a identidade cultural é uma construção social-histórica – e, no Texto da nosso caso, também, geográfica. Centralizada sobre a dimensão simbólica da realidade, ela está sempre aberta a novas formulações e, para retomar o termo de Hobsbawm e Ranger, é possível de ser sempre "reinventada" (BRASIL, 2005, p.33-34).

Con todo, se puede decir que Schlee busca que los lectores de sus obras empiecen a mirar la frontera como "Uma Terra Só" donde se habla portugués, español, portuñol y se vive en los dos lados, utilizando el puente como monumento que une los dos pueblos yendo más allá de los límites que separan Brasil y Uruguay.

em que medida o empenho de escritores como Sergio Faraco e Aldyr Schlee, traduzindo escritores uruguaianos não estaria contribuindo para que o leitor comece, como quer Schlee, "a desviar o olhar por cima da fronteira e ver que o pampa é um só e que o gaúcho é um tipo que está além dos limites que separam os países" (CARVALHAL, 2003, p. 158).

Después de reflexionar sobre las categorías presentes en las obras de Schlee con el apoyo de los autores citados en el desarrollo de esta sección, es importante dar visibilidad al trabajo hecho

en la frontera, pues la mayoría de las personas que viven acá no dan la importancia que deberían o no tienen conocimiento de la riqueza cultural que disponen. Con eso sería interesante provocar el interés por la cultura fronteriza desde temprano en los alumnos de las escuelas y para eso se puede contar con el apoyo del Turismo Pedagógico. Con esa motivación, se propone algunas actividades aplicables que pueden ayudar a hacer las provocaciones necesarias para buscar que los alumnos se interesen por el patrimonio cultural que es la frontera donde viven.

4. Actividades aplicables

El Proyecto de los Corredores Iluminados (SEVERO; 2018; SEVERO et al. 2021), coordinado por la profesora adjunta de la UNIPAMPA, Patricia Schneider Severo, que actúa en los cursos de *Tecnología em Gestão de Turismo e Bacharelado em Produção e Políti-ca Cultural*, tiene el objetivo de valorar y potencializar el conocimiento de acciones culturales integradas, promoviendo la experiencia a la comunidad académica y fronteriza de crear trabajos plásticos y visuales buscando el diálogo integrador y también estimulando la comunidad de fuera de la universidad obtener una visión crítica con el arte expuesta, transformando espacios públicos de la UNIPAMPA y del municipio de Jaguarão. Y al mismo tiempo promoviendo el intercambio de cultura y conocimiento. Con eso, dando seguimiento a la exploración pedagógica de la frontera con un trabajo pensado para alumnos del octavo año de la enseñanza media, dándoles la oportunidad e incentivo de conocer y explorar un poco más de la cultura de la frontera donde vivimos.

En los Corredores Iluminados fue pintado un retrato del autor en la calle denominada “Uma Terra Só”. A partir de esa acción y después de la lectura de la obra con el mismo nombre que la calle fue nombrada, fue pensado que podría haber un modo de enseñar los alumnos fuera del espacio del salón de clase, llevándolos para las calles para un paseo turístico educativo y cultural, donde se puede utilizar los cuentos descritos en la obra para hacer comparaciones y alusiones con la vida real en la frontera, y además, explorar las categorías ya habladas en la sección arriba.

Abajo sigue la fotografía del muro dibujado por el artista Guilherme Ges:

Figura 1 – Uma Terra só



Fuente: Guilherme Ges (2021)

¿Por qué trabajar la lengua española en esta perspectiva que valora el patrimonio y turismo local? Generalmente las clases de español tienen su foco en gramática tradicional. Casi nunca los alumnos son invitados o influenciados a leer un libro o conocer algo de la cultura de la lengua adicional que están estudiando.

Con eso nació la idea de trabajar con algunos cuentos de la obra de Schlee que posibiliten crear voluntad en los alumnos para conocer la frontera tan querida por el autor y percibir la relación con los lugares y la movida presentados en las obras, además de reconocer el lenguaje de la frontera y las proximidades y alejamientos de las lenguas portugués y español. Todos los cuentos de los libros "Uma Terra Só" y "Contos de verdade", son escritos en portugués, pero tienen rasgos fronterizos de la lengua posibilitando percibir el contacto del portugués y español presente en todos los textos de Schlee.

El primer cuento seleccionado para la propuesta fue, "Estação Río Branco". El cuento de Schlee trata sobre la construcción de la estación férrea de tren en la ciudad de Río Branco y los cambios que fueron ocurriendo al pasar del tiempo, la migración del tren para los coches y una cierta visión de nostalgia que también es presentada en el cuento.

La propuesta es hacer una presentación del autor de algunas obras y de la pasión que él tenía por la frontera. Luego, sería interesante cuestionar a los alumnos si ya han conocido alguna obra o si ya oyeron hablar de Schlee en la calle "Uma Terra Só" para los alumnos.

Como actividad previa, se propone presentar el video "A linha imaginária" que registra relatos de Schlee y otras personas amantes o vivientes de la frontera como Fabián Severo y Ernesto Diaz que son músicos y escritores conocidos por sus canciones fronterizas. Este un documental nos trae la visión de cómo las cosas ocurren en la frontera, las costumbres, el entrelazar de culturas brasilera y uruguaya, las canciones, la comida y muchas otras cosas importantes de enseñar a los alumnos.

Después de mirar el documental y discutir sobre el autor, haríamos una rueda de charla para conocer y discutir un poco de sus obras ya llamando la atención de los alumnos para los rasgos fronterizos que aparecen en los textos y dejando claro la idea del autor de que en la frontera no existe lado de acá, tampoco lado de allá es toda "uma terra só", como podemos ver en la afirmación "Aqui há uma terra só, uma só gente, seja do lado de cá, seja do lado de lá" (SCHLEE, 1984, p. 6), ya en las primeras páginas de su obra. Con eso, sería interesante cuestionar a los alumnos sobre el asunto, preguntando si están de acuerdo con lo que habla Schlee, si ya habían pensado en la frontera como una tierra sola y como pueden describir la relación que tienen con los hermanos del país vecino.

Siguiendo esta línea de pensamiento, el primer texto elegido para ser leído y discutido con los alumnos sería "Estação Río Branco". En este cuento se puede percibir una cierta nostalgia y melancolía de la parte del narrador cuando presenta la historia al lector, además de eso, se puede percibir que el autor trabaja mucho la cuestión temporal en la obra, como podemos ver en el trecho "passaram-se anos e anos. Tudo mudou; mas na verdade nada mudou" (SCHLEE 1984, p. 28).

El cuento está repleto de memorias y nos deja una visión de desvalorización de la ferrovía del Río Branco con el pasar de los años. “Depois de tudo ainda permanecer ali, como se nem houvesse entrado, um homem magro e velho, de braços caídos e olhos interrogativos” (SCHLEE, 1984, p. 25), en este trecho al final del cuento se puede interpretar que el autor hizo una alusión de modo que, así como el tiempo pasó para el hombre y le dejó magro, viejo y caído, lo mismo ocurrió con la estación.

En la discusión con los alumnos se puede cuestionar la manera en que el autor utiliza la cuestión temporal en la obra, como él ve el pasaje del tiempo, los contactos del portugués y español que aparecen en el texto, y también la intertextualidad que ocurre cuando el autor trae elementos reales de la estación para su texto.

Después de la discusión sobre el primer cuento y de cuestionar a los alumnos sobre la obra, sería propuesto un paseo turístico cultural pedagógico, donde los alumnos junto con el profesor, irían a “turistar” en la antigua estación ferroviaria del Río Branco, donde podrán practicar “la movida” y salir de la lectura para realidad mirando el local y haciendo alusiones y comparaciones con la narrativa de Schlee, además de visitar el país vecino y escuchar la lengua española, hablada por hablantes nativos. También sería propuesto un paseo a la antigua estación de Jaguarão para hacer una visita y distinguir las diferencias y semejanzas de los dos locales.

También sería interesante hacer una invitación de una persona hispanohablante que sea familiarizada con la estación para acompañar la clase presentando el lugar y sacando las dudas que surgirán al desarrollo del paseo. Como tarea después de la visita a la antigua estación, los alumnos podrán hacer un dibujo que represente la estación Río Branco y otro la estación de Jaguarão, después, podrían hacer una alusión de las estaciones y de la obra de Schlee, además deben escribir un pequeño texto sobre la experiencia que tuvieron en el paseo, como, presentando dudas que aún quedaron en abierto y una evaluación del trabajo, puntuando lo que fue positivo y negativo. El texto puede contener palabras en portugués y español como en el texto de Schlee.

El próximo cuento es “Primeiro de Janeiro”. En este cuento el autor nos trae una narrativa en el pretérito sobre la inauguración del puente internacional que liga la ciudad de Jaguarão y Río Branco.

Desde el inicio, la narrativa es demarca la estación del año y la data en que ocurre la historia “Foi o verão mais quente que ja se teve; e foi o dia mais quente de todos os verões, aquele primeiro de janeiro de mil novecentos e trinta e um” (SCHLEE, 1984, p.65), situando el lector del tiempo en que se pasa la narrativa.

Un elemento interesante que podemos percibir en este cuento es que por más que el autor traiga espacios físicos y haga alusiones a elementos reales de la frontera, él utiliza una fecha ficticia para la inauguración del puente. Con eso el deja claro al lector que se trata de un texto literario con algunos elementos verosímiles, pero sin basarse totalmente en la realidad.

Los personajes que forman parte del cuento son: “el gaúcho Pardito, o Primo, o Pai, a Mãe,

a mulher do gringo e o gringo, entre outros". La narrativa empieza con la inauguración del puente:

inaugura-se a ponte, a enorme ponte de como um quarto de légua, ligando finalmente o Brasil e o Uruguai. As caras e o jeito das pessoas vindas de todo o lugar para a inauguração. Os automóveis, as charretes, os carros, as carroças, os cavalos. Os trens, os trilhos dos trens, dormentes, vertigem de movimento, de velocidade tlaquetlaqueando rumo a Jaguarão e Ro Branco (SCHLEE, 1984, p.65).

El puente es un elemento histórico que une los dos países, donde ocurre el contacto entre los pueblos, el acto de ir y venir, "la movida", que hace con que sea posible que las personas crucen para el otro país caminando, en coche, a caballo, de charrete y en tren como ya hemos visto en el cuento "Estação Rio Branco". El puente es un marco importantísimo en la frontera y en el cuento "Primeiro de Janeiro" Schlee demuestra esa ligación del lado de la con el lado de acá por medio del puente internacional trayendo también muchos otros marcos que identifican nuestra frontera, como el río que es lo que divide los dos países, como se puede ver en el trecho abajo:

No rio, embaixo, barcos enfeitados, as chatas, os iates que haviam carregado ferro e cimento, cimento e ferro, cimento e ferro meses a fio, para a construção. As pessoas debruçadas na amurada, olhando o rio bem de cima. A água limpa da estiagem passando em desordenados redemoinhos. Logo, a praia, o porto, as casas; longe, os telhados, as torres. Do lado de lá, agora, a grande alfândega atravessada sobre a ponte; e o casario; e a planura a perder de vista (SCHLEE, 1984, p.65).

En este cuento la cuestión de la lengua española no es distinta de los otros cuentos del autor, prácticamente en todos los diálogos presentados en la narrativa de Schlee, el contacto de las lenguas está presente. Lo que demuestra la identidad fronteriza del autor, la diversidad existente en la lengua y en la cultura que constituye un espacio fronterizo, y todo eso está presente en la obra de Schlee.

Otra marca fronteriza que el autor deja evidente en la narrativa es la delimitación del espacio cuando habla del lado de allá o del lado de acá, como podemos percibir en el trecho:

De lá, do outro lado, vem um sujeito a cavalo; costeia o rio. Quem está do lado de cá, sobre a ponte, pode vê-lo enquanto espera a inauguração. É só voltar-se para o Uruguai e olhar à esquerda, acompanhando a margem desde o primeiro grande pilar em terra seca, até encontrar o próximo (SCHLEE, 1984, p.66).

En el fragmento, nuevamente, el autor muestra el puente y el río, pero también trae otro elemento que es importante en la cultura de nuestra frontera, el gaucho, en este cuento Schlee no da características específicas para el sujeto gaucho, pero no deja de mencionarlo como un sujeto a caballo como vimos en el video "A linha imaginária".

Después, se propone un trabajo de investigación para que los alumnos busquen documen-

tos, fotos, relatos, fechas importantes, acontecimientos, personas responsables por la construcción, inauguración y todo lo que puedan encontrar sobre la construcción del puente Barão de Mauá. Además de eso, los alumnos deben ir hasta el puente y hacer un video hablando sobre lo que descubrieron sobre el monumento en su investigación al grabar el video sería interesante que hablaran lo máximo que consigan en español o portugués.

Luego, los alumnos pueden hacer una entrevista con alguien que resida en la frontera de la ciudad de Jaguarão y Río Branco durante mucho tiempo, la persona puede ser familiar, amigo, vecino, conocido, o incluso desconocido. La entrevista puede contener las siguientes preguntas:

1. ¿Hace cuánto tiempo que vivís en la frontera de Jaguarão y Río Branco?
2. ¿Para ti, cómo es vivir en la frontera?
3. ¿Tienes costumbre de ir al país vecino? Se sí, ¿qué haces allá?
4. ¿Comprendes o sabes hablar español? ¿Cuál es tu relación con la lengua?
5. ¿Consideras Jaguarão y Río Branco una sola tierra, o tratas como tierras individuales?
6. ¿Qué importancia tiene el puente Mauá para el pueblo fronterizo?
7. ¿Tienes alguna costumbre uruguaya? ¿Cuál?
8. ¿Ya viviste en otra ciudad lejos de la frontera? ¿Percibiste alguna diferencia?
9. ¿Conoces otra frontera, además de la de Jaguarão y Río Branco?
10. ¿Conoces la estación férrea de Río Branco? ¿Y el museo de coches antiguos?
11. ¿Cómo percibes “la movida” el acto de ir y venir en la frontera?
12. ¿Qué haces cuando tienes que hablar con una persona que habla español? ¿Hablas en tu lengua o intentas hablar portugués para ser mejor comprendido(a)?

Después de hacer la entrevista y juntar los datos investigados por los alumnos, habrá la posibilidad de hacer un levantamiento con las respuestas de las entrevistas, donde veremos el grado de interés y conocimiento que las personas tienen sobre la tierra donde viven. Y por último sería interesante hacer una exposición de fotos, vídeos y dibujos creados por los alumnos en el desarrollo de las actividades. Con eso encerramos las propuestas de las actividades aplicables y partimos para las consideraciones finales.

5. Consideraciones finales

Como fue mencionado, el objetivo del trabajo es “trabajar con el Turismo Pedagógico/Educativo para la enseñanza de lengua, cultura y frontera a partir del muro y de las obra de Schlee”, y para eso fue preciso conocer mejor las obras del autor y sobre Turismo Pedagógico.

Generalmente, las personas que viven en la frontera no se dan cuenta de su riqueza y tampoco les interesa sobre el acervo cultural que disponemos, no tienen ganas de saber más, de conocer lugares que están cerquita y de fácil acceso, prefieren viajar y conocer las cosas que están lejos, se interesan en lo que está distante, sin conocer el lugar donde viven.

Se pudo percibir que el Turismo Pedagógico/Educativo es importante para cambiar la concepción de educación en la frontera, pues puede funcionar para despertar el interés del alumno por lo

desconocido, y profundizar sus experiencias ya adquiridas. Además de reflexionar sobre las categorías trabajadas en este artículo, pues vivenciamos la utilización del portuñol en las interacciones cotidianas, de la misma forma la movida cuando salimos de la universidad, cruzamos el puente y llegamos a nuestro destino, con todo, también recorrimos diariamente los lugares mencionados en los cuentos.

Con eso, queda clara la importancia del Turismo Pedagógico/Educativo para la enseñanza no solamente de la lengua española, pero también como forma de despertar en los alumnos la voluntad de tener más conocimiento sobre la tierra donde viven, despertar el afecto por lo que es nuestro, por nuestras costumbres y nuestra cultura, y lo más importante, descubrir la identidad fronteriza que cada uno de nosotros llevamos adelante en cada lugar adonde vamos.

Referencias

ALEGRIA, T. *Metrópolis transfronteriza*. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2009. p. 358.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Introduo-e-antecedentes.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

CARVALHAL, T. *Fronteiras da crítica e crítica de fronteiras*. In: _____. O próprio e o alheio. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. p. 158.

GASTAL, S; MOESCH, M. M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

JAGUARÃO, Prefeitura Municipal de. Lei N.º 6.983. *Projeto Turismo Educativo nas escolas da rede municipal de ensino – intitulado Professora Adriana Pisoni Da Silva*. Jaguarão, 2021. Disponível em: <<https://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/LEI-No-6.983-cria-projeto-turismo-educativo.pdf>>. Acesso em: 08 de ago. 2022.

LIMA, F. *Incursões reflexivas sobre o conceito de turismo e a qualificação "Pedagógico" no Binômio "Turismo Pedagógico"*. 2014. 235 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2014.

MACHADO, T. de C. *La movida de la frontera a partir de la lectura de Aldyr García Schlee: una propuesta de turismo pedagógico*. 2022. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português/Español y respectivas literaturas), Universidade Federal do Pampa. 2022.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. São Paulo: *Ciência & Educação*, v. 9, n.2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

MOTA, S. dos S. *O Portunhol e Sua Re-Territorialização na/pela Escrit(Ur)a Literária: Os Sentidos de um Gesto Político*. 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Maria, Santa Maria. 2014.

PASTORE, S. Aldyr Schlee: sem fronteira, na alma e na obra. *Brasil de fato*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/21/aldyr-schlee-sem-fronteira-na-alma-e-na-obra>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

SCHLEE, A. G. *Contos de Verdades*. Porto Alegre: Ardotempo, 2011. 2ed. 224 p.

SCHLEE, A. G. *Uma Terra Só*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

SEVERO, P. S. *Corredores iluminados: a cultura e a expressão artística nos corredores da UNIPAM-PA Campus Jaguarão*. Universidade Federal do Pampa. Programa de Extensão. Registro SIPPEE 06.015.18. Jaguarão: Conselho do Campus Jaguarão, 2018. 10p. Disponível em: <https://www10.unipampa.edu.br/ferramentas/download/downloadProjeto.php?projeto_id=11000>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

SEVERO, P. S; Mello, S. P. T. de; Fischer, V. E. Corredores iluminados: a cultura e a expressão artística nos corredores da universidade. *RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v.7, p. 91-105, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2199/1442>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. *Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato* n. 53, p. 83-98, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/download/43635/24919/147057>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

STURZA, E. R. *Vocabulário sul-rio-grandense: de instrumento linguístico à constituição de um discurso fundador*. Campinas: Pontes Editores, n. 18, p. 101-121, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8672867/31628>>. Acesso em: 30 de jun. 2022.

WINK, G. *Topografias e mapas mentais: a sugestão de espaços geográficos e sociais na literatura*. In: DALCASTAGNÈ, R.; AZEVEDO, L. (Org.). *Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

Memórias de Folias na Fronteira: O Clube 24 de Agosto e seus antigos carnavais

Douglas Conceição Cardoso¹

Alessandra Buriol Farinha²

Introducción

Nosso objeto de pesquisa é o Clube 24 de Agosto do município de Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. É um clube social negro tombado como patrimônio cultural do estado por sua importância como lugar de cultura e resistência negra na fronteira Brasil/Uruguai. O município de Jaguarão originou-se na Guarda do Cerrito e da lagoa, por Manoel Marques de Souza, oportunidade em que os luso-brasileiros anexaram mais da metade do atual território do Rio Grande do Sul. Seus primeiros povoados foram os militares, milicianos e colonos que venceram os espanhóis no início do século XIX (Cunha, 2012).

Jaguarão localiza-se ao sul do Rio Grande do Sul. Encontra-se na fronteira com Rio Branco, departamento de Cerro Largo, no Uruguai conforme se pode ver na Figura 01. Destaca-se pelas características referentes à arquitetura local, principalmente de seu centro histórico. É considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) uma cidade histórica, reconhecimento que se deu pelo tombamento, em 2011.

O Clube 24 de Agosto faz parte do inventário patrimonial de Jaguarão. Está localizado na Rua Augusto Leivas nº 217, na região central do município. Foi fundado por Malaquias de Oliveira, Theodoro Rodrigues e por um grupo de amigos associados ao Círculo Operário Jaguareense em 1918, com o intuito de criar uma sociedade para a comunidade negra da cidade (ESCOBAR e SILVA, 2018). Assim, fundaram o Clube 24 de Agosto, com intuito de organizar bailes, jantares e de festas de carnaval, e outros, além das festividades do Carnaval de Rua, as festas no clube eram, conforme a fala local, animadas e divertidas trazendo o povo de sua região e foliões do carnaval de Jaguarão para suas festas internas.

¹ Tecnólogo em Gestão de Turismo, Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. douglasjag24@gmail.com.

² Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, Rio Grande do Sul, Brasil. alessandrafarinha@unipampa.edu.br.

Figura 01: Mapa de localização de Jaguarão, RS.

Fonte: Google maps com adaptações dos autores (2021).

O Clube 24 de Agosto promovia festas carnavalescas que por anos motivaram a comunidade a participar de suas atividades tradicionais unindo as famílias vinculadas ao clube, trazendo a comunidade negra que com o tempo tornaram-se sócios e dependentes, além dos bailes de carnaval e outras atividades que o Clube proporcionava mensalmente. Havia também concursos de princesas e rainha de carnaval juntamente com sua corte que eram geralmente constituídas por familiares, amigos e parentes das rainhas e princesas, festas de mais bela negra e outros.

O clube desenvolvia jantares para arrecadar fundos para pagar as despesas. No entanto esses eventos não era o suficiente para o clube conseguir se manter, assim eram elaboradas peças e apresentações no teatro para auxiliar nos gastos da entidade proporcionando uma maior visibilidade do clube com atividades culturais para a cidade além de eventos de lazer (Escobar e Silva, 2018).

Conforme pesquisas feitas junto ao acervo do Clube 24 de Agosto, os carnavais de rua de Jaguarão eram conduzidos por blocos burlescos que traziam a folia às principais ruas da cidade. Com o passar dos anos os mais jovens fundaram associações de amigos para fazer os reboques e camisetas para diferenciar do restante do público em geral. Assim os clubes proporcionaram um fim de noite para os foliões, após os desfiles na avenida abrilhantando o carnaval, seguia a festa no clube com música "até clarear o dia", as músicas de carnaval chamadas "marchinhas" que levaram muitas pessoas a conhecer e participar da festa no Clube 24 de Agosto.

O Clube 24 de agosto (Fachada disposta na Figura 02) completou seu centenário no ano de 2018. Essa data foi comemorada junto à comunidade com a publicação de um livro³ sobre o clube

³ <https://unipampa.edu.br/jaguarao/lancamento-do-livro-centenario-clube-negro-24-de-agosto>.

composto por uma série de capítulos ilustrando parte do que foi essa história de luta e união. Se trata de um clube idealizado para a comunidade negra de Jaguarão, para que pudessem ter um lugar para fazer suas festas, sociabilidade e diversões. O clube tem em seu histórico dificuldades financeiras e outras lutas para permanecer em funcionamento, contando com a mobilização da comunidade jaguareense.

Figura 02: Fachada clube 24 de agosto (2019).



Fonte: Do Autor.

Conforme visto, Clube 24 de Agosto encontra-se na esquina das ruas Augusto Leivas e General Marques, na região central do município. Conforme a Figura 02, o edifício encontra-se em bom estado de conservação. O clube tem capacidade para receber aproximadamente 500 pessoas e atualmente conta com cerca de 200 sócios. Na entrada, à direita de quem entra encontra-se uma porta flexível com mola para facilitar entrada e saída. Em seguida há o salão onde está localizado o palco e a pista de danças. Nesse salão também há o acesso aos banheiros à esquerda e ao fundo a sala da presidência. A Figura 03 mostra uma fotografia interna do Clube 24 de Agosto.

Figura 03: Interior do Clube 24 de Agosto na festa dos 100 anos (2018).

Acervo: Dos autores.

Anteriormente o clube oferecia à comunidade atividades como bailes aos domingos, jantares em datas comemorativas (aniversário do clube, escolha de princesas e rainhas do clube). Nesses eventos o clube mostra sua importância junto à comunidade. A maior comemoração ocorre na semana da consciência negra com palestras, atividades culturais oficinas, dança e festa do dia da consciência negra, várias atividades para o público em geral.

Nosso principal objetivo é apresentar memórias de antigos carnavais do Clube 24 de Agosto de Jaguarão através de relatos e fotografias. Os resultados da pesquisa contribuem para dar visibilidade e valorizar a história do clube, demonstrando a trajetória de lutas de seus membros durante o século XX.

Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa exploratória pelos seus objetivos. Quanto a abordagem é qualitativa, pois contribui para o conhecimento do local e sobre um lugar específico com intuito de obter informações que ainda estão contida em pessoas que frequentaram o espaço. Na elaboração do referencial teórico foram utilizados autores que tratam do tema.

Foram feitas entrevistas para ampliar o conhecimento sobre o tema, com as pesquisas e com um questionário elaborado buscando a memória das depoentes que com as perguntas trazendo lembranças das festas e das antigas folias e como funcionava o Clube 24 de Agosto. Segundo Zanella (2018) as liberdades de expressão são vantagens que tem numa pesquisa as lembranças retratam a história já vivida e relatada bom ver essas pessoas com uma felicidade no olhar falando de suas juventudes no Clube.

No decorrer da pesquisa foi elaborado um questionário para entrevistas a algum dos antigos frequentadores para saber como eram as festas, o carnaval e a história do clube. As depoentes

contaram sobre os carnavais, como eram animados e sua convivência no clube. Assim, este trabalho pretende mostrar parte da cultura do Clube 24 de Agosto apresentando algumas memórias de antigos frequentadores do clube através dos carnavais. O trabalho pode instigar a comunidade a conhecer o clube e fomentar que o lugar seja considerado como um atrativo cultural da cidade e fazer com que permaneça seu legado.

Para conhecer a história do Clube 24 de Agosto e memórias de antigos frequentadores, foram entrevistadas 3 pessoas frequentadoras: a Senhora Santa Tereza Machado de Lós Angeles (84 anos), Senhora Vera Lucia Cuimbra Conceição (64 anos) e a Estefani Conceição, ex-princesinha do Clube 24 de Agosto (31 anos). No mês de novembro de 2019 por intermédio da senhora Vera Lucia fomos até a casa da Senhora Santa Tereza onde conversamos sobre sua parte e história no Clube 24 de Agosto. O esposo da Sra. Santa, já falecido, foi um dos primeiros presidentes do clube e que ela esteve presente em diversas atividades do clube. A Sra. Santa encontra-se com dificuldades de mobilidade, não vai mais ao Clube 24 de Agosto.

Foi utilizada a metodologia da história oral para captação dos depoimentos, das histórias e memórias dos depoentes. Assim, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Foram selecionados recortes das mesmas para análise. A coleta das fotografias foi do acervo pessoal de algumas famílias das depoentes.

O presente trabalho se justifica por sensibilizar a comunidade acadêmica e comunidade em geral com relação ao trabalho e dificuldades dos descendentes de negros outrora escravizados. O Clube 24 de Agosto tem valor inestimável para a comunidade de Jaguarão, sobretudo para essas pessoas. Conhecer a história, as manifestações culturais ligadas ao Clube 24 de Agosto é uma forma de valoriza-lo. O clube é tombado como um bem histórico e artístico do estado do Rio Grande do Sul (2012, processo 2627-1100/11-0), e, em relação ao carnaval, era reconhecido no município e região pelos seus concorridos bailes.

A força e união que há num clube negro ultrapassa limites, rompe com o preconceito e pode congrega diversas etnias em um só lugar. No exemplo do Clube 24 de Agosto a população se solidarizou quando o clube estava prestes a fechar suas portas e ser vendido no ano de 2012. Foi a força da população, através de manifestações e um "abraço"⁴ simbólico que impediu que o 24 de Agosto deixasse de existir, um exemplo de sua representatividade na cidade. A divulgação das memórias dos depoentes sobre o Clube 24 de Agosto pode reforçar a união dos seus frequentadores e da comunidade negra de Jaguarão.

A cultura do carnaval de Jaguarão, conforme será visto, partia também dos clubes da cidade para ruas da cidade movimentando a comunidade e proporcionando momentos de entrosamento e descontração para famílias, criando a tradição da folia do carnaval, que perdura no município até os dias atuais. Conforme a fala dos mais antigos, a no carnaval de Jaguarão existia inclusive dispu-

⁴ O abraço no Clube 24 de Agosto foi notícia em diversos meios de comunicação, no Blog do Clube 24 de Agosto, disponível em <https://clube24.blogspot.com/2011/05/abraco-no-24-de-agosto.html> e recentemente mencionado na página de clubes negros, disponível em clubessociaisnegros.com/clube-24-de-agosto/.

tas para ser o melhor bloco, por exemplo. Este trabalho contribui também para registrar parte da cultura do carnaval de Jaguarão, valorizando-o como uma manifestação popular, um bem cultural imaterial.

2. Clube 24 de Agosto: um breve registro histórico

O Clube 24 de Agosto foi fundado em 1918, completando assim no corrente ano, 105 anos de resistência, por ser um dos primeiros lugares sociais de Jaguarão onde era permitida a interação, a socialização e diversão de pessoas negras, porque nos outros clubes da cidade de Jaguarão não era permitida entrada de negros. O Clube 24 de Agosto tem esse nome em função de sua data de fundação. Conforme Nunes, em sua fundação foi ligado ao Círculo Operário de Jaguarão. Se destacou com a organização de bailes de carnaval, além das festividades do carnaval de rua, as festas no clube eram animadas tanto por sócios e frequentadores quanto por membros externos. Sobre o carnaval do clube, Nunes (2010) destaca a fundação do cordão carnavalesco:

[...] o Cordão União da Classe, fundado pelo Clube 24 de Agosto, a ele vinculado, inserem-se no contexto de estruturação da nova sociedade, moderna e civilizada, desejosa de novos avanços tecnológicos e sociais atentando ainda para as políticas raciais do início do século XX, que pretendia a uniformização da população em uma única "raça" (NUNES, 2010, p. 38).

Segundo Nunes (2010), o começo do século XX foi marcado por ações, movimentos que objetivavam mostrar o valor e a unidade dos descendentes de africanos e afro-brasileiros escravizados. Eram tentativas de viver em paz em comunidades, com dificuldades e trabalho coletivo. Os clubes sociais negros acolhiam e ofereciam espaço seguro e oportuno para trocas, para lazer, recreação, entretenimentos. O Cordão União da Classe foi um exemplo de organização que apontava para esse sentido.

Na década de 1940, o Clube 24 de Agosto organizava atividades de apresentação teatral, música e festivais de arte as quais geralmente ocorriam no Teatro Esperança para arrecadar fundos, porque o clube não comportava quantidade de assentos. O dinheiro arrecadado com os festivais contribuía para a manutenção do Clube 24 de Agosto (ESCOBAR e SILVA, 2018, p. 76). Conforme os autores, o clube realiza até hoje concursos como "a mais bela negra", miss simpatia entre outros como rainha do Clube. O Clube 24 de Agosto permanece com seu legado de mobilização da comunidade negra da região, suas práticas culturais, sociabilidade política construída pela resistência do povo negro de Jaguarão.

No ano de 2007 o clube foi a leilão por causa de uma dívida, assim a comunidade, sócios do clube e simpatizantes se mobilizaram para não deixar o clube ser leiloado. Em 2012, o Clube 24 de Agosto foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAE), além de ser reconhecido como ponto de cultura. É o primeiro clube social negro tombado como patrimônio histórico no Rio Grande do Sul. Conforme o IPHAE (2021), O Clube 24 de Agosto não foi tombado pelas suas características arquitetônicas, mas por ser um espaço de memória da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul.

Atualmente o clube tem uma diretoria atuante que busca, a cada dia, desenvolver ações de melhorias e de visibilidade do clube junto à sociedade. Um exemplo é o crescente interesse de estudantes de Jaguarão e de outras cidades, em elaborar trabalhos acadêmicos sobre o clube, querendo conhecer sua história, ações e outros. Destaca-se o convênio estabelecido entre o clube e a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, que expande ainda mais sua história: a de clube negro com mais de 100 anos de resistência.

Com o auxílio da comunidade negra de Jaguarão o Clube 24 de Agosto desenvolve diversas interações culturais na cidade com atividades sociais para crianças, jovens e adultos como dança, capoeira e concursos, incentivando as essas crianças à socialização, educação e artes. O papel social do clube se destaca também através de iniciativas de coleta e distribuição de alimentos e confecção de alimentos para doação. No documentário “Meu Chão: Clubes social Negros do Rio Grande do Sul”⁵ recentemente lançado pela Transe Filmes (2021), o atual presidente, Sr. Neir Madruga, comenta que um antigo presidente afirmava que o Clube 24 o ensinou a “ser gente”. Tal é o significado do Clube 24 de Agosto para seus frequentadores e apoiadores. Conforme Silveira (2015), o clube social negro era a mais importante ferramenta de inserção do negro dentro da sociedade.

O Clube Social Negro 24 de Agosto, ao longo dos seus mais de cem anos de existência, guarda um variado acervo documental, composto de: livros de atas, fichas de associados, documentos administrativos do cotidiano do Clube, fotografias de suas atividades, e outros. A maior parte do acervo foi conquistada através de doações feitas por sócios e pessoas que tinham alguma relação com o espaço, além, de materiais que o próprio clube foi gerando ao longo de suas atividades (MARTINS e ESCOBAR, 2018, p. 05).

O acervo do Clube 24 de Agosto é fruto do trabalho de pessoas que se importam com sua história de ancestralidade e luta de sócios e moradores locais. Atualmente o Clube 24 de Agosto tornou-se objeto de estudo em trabalhos de conclusão do curso de graduação, dissertações de mestrado e até mesmo teses de doutorado, demonstrando a sua relevância social, cultural e histórica.

3. O carnaval e o surgimento dos Clubes sociais negros

A festa é elemento fundamental para a vida humana em sociedade, ligada a diversas motivações, religiosas, agrícolas, ligadas à natureza, místicas, dentre outras. O carnaval é uma dessas festas ditas populares, feita através da criatividade do povo, para o povo. Cavalcante (2010) afirma que o carnaval é “livre e utópico a relativizar verdades estabelecidas, a celebrar a incompletude, a instaurar a experiência da desordem criativa desde quando os grupos humanos se renovam” (CAVALCANTE, 2010, p. 24). Assim, é tempo de brincar, dançar, fantasiar, de exibir alegorias, extravagâncias, para depois voltar ao cotidiano, à rotina.

A palavra carnaval, conforme Arantes (2013), surgiu da religião católica, pois o carnaval se comemora sete semanas antes da Páscoa (Ressurreição de Jesus). Conforme o autor, carnaval “vem

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>.

do italiano *carnevale*, que significa “tirar a carne”, porque termina na noite anterior à Quarta-feira de Cinzas, início da Quaresma cristã, quando não se come carne, e que termina no domingo de Páscoa” (ARANTES, 2013, p. 08).

No Brasil o carnaval é uma tradição trazida pelos europeus, antes conhecido como entrudo, uma procissão alegre, com brincadeiras que era feita em festas religiosas e era livre a participação de todos, até meados do século XIX. Do entrudo participava o povo, é a origem do carnaval como uma festa popular. As fantasias, a dança, as batidas das canções, as letras jocosas, são elementos que se destacam no carnaval. É uma forma que o povo tinha de abstrair, de brincar, dançar, e esquecer de suas mazelas, de seus problemas.

[...] o Carnaval é uma festa democrática, na qual todos brincam, cada um a seu modo. Nenhuma outra festa popular consegue a mobilização das pessoas num contagiante entusiasmo coletivo que o Carnaval consegue. Não importam a condição social e econômica, a cor da pele, a convicção política, a crença religiosa, o sexo e a idade. Todos cantam as mesmas músicas, dançam os mesmos passos e se divertem (ARANTES, 2013, P. 19).

O autor enfatiza que o carnaval é para todas e todos, que não há distinção de qualquer forma. Mas isso não era assim nos clubes sociais no começo do século XX. Assim, socializações e confraternizações começaram a serem organizadas por grupos de amigos negros que não podiam entrar nos outros clubes de Jaguarão. Essa turma de amigos organizou uma associação com intuito de confraternizar e festejar, pois nos outros clubes não era possível essa interação. Assim começa as festas de negros e suas confraternizações, como a população negra foi representativa nas cidades do Rio Grande do Sul teve sempre um público assíduo assim evoluindo em suas festas e mostrando que somos lutadores e vencedores basta querer e seguir em frente.

[...] Tidos como espaços significativos da cultura e da trajetória de uma parte da população negra é reivindicativo para estes locais a condição de patrimônio deve o Estado Brasileiro dirigir políticas de salvaguarda destes espaços coletivos como forma de preservar lugares históricas de expressão da cultura negra e da trajetória dos afrodescendentes no espaço urbano (LIMA, 2015, p. 18).

Com a preservação destes espaços que trazem uma história de lutas é possível que suas populações desfrutem e conheçam seus lugares conquistados pelos antepassados negros. O Clube 24 de Agosto tem sua trajetória e mostra para o estado do Rio Grande do Sul e região que se mantém firme e expandindo sua cultura, com a Universidade Federal do Pampa em Jaguarão e outros apoiadores, proporcionando trabalhos e projetos. É um clube que se mantém de portas abertas para quem queira conhecer suas memórias, tradições e cultura.

De acordo com Silveira (2015), os ditos “Clubes Sociais” foram organizações que surgiram, não apenas de cordões carnavalescos para que a população negra pudesse participar dos festejos de carnaval, mas também de times/clubes de futebol. A motivação era para que as pessoas que

estivessem no carnaval também pudessem aproveitar nos clubes após o carnaval de rua juntamente com os cordões carnavalescos.

Conforme depoimentos colhidos no decorrer da pesquisa, o Clube 24 de Agosto, diferente dos outros clubes da cidade, aceitava a entrada e participação de indivíduos brancos, desde que fosse juntamente com algum negro amigo ou familiar independente de classe social. Outros clubes do município de Jaguarão não permitiam a entrada de indivíduos negros nas festas dos outros clubes porque retratavam que iriam manchar a “reputação” destas entidades de classes média e altas.

A falta de lazer para os povos negros é marcada pelo preconceito e pelo racismo. Eles tinham dificuldades para se divertir, falta de locais direcionados para o lazer, educativos em relação a cultura afro brasileira não permitindo que os afros descendentes conheçam e celebrem a cultura trazida pelos ancestrais. Nunes (2010) afirma que os clubes sociais negros não eram chamados assim nos periódicos da época, eram chamados clube “dos operários”, para que não fosse explícita a divisão entre negros e brancos e o racismo por traz disso.

Aos negros não era permitido participar de festas em clubes sociais de não-negros, não apenas pela cor, mas pela condição social a eles impelida. Tratava-se de um público sem condições de adquirir roupas e fantasias para o carnaval e para os clubes, e também com dificuldades de ter trabalho em meio a sociedade que dificilmente os aceitava, assim mostra um pouco das dificuldades dos negros viver em meio a sociedade e não usufruir de locais de lazer e diversão. De acordo com Silveira (2015), o fato do negro pertencer a um clube, uma organização social, indicava que ele tinha boa conduta e um comportamento familiar adequado.

Nos bailes de clubes sociais negros, as pessoas circulavam nos salões contagiados pela música e pelo clima de descontração e alegria. Era um lugar onde se fazia novas amizades, ouviam música, dançava e bebiam; para outros, sobretudo para as pessoas casadas, os bailes era onde se podia ostentar um comportamento social, baseado na perspectiva de família, muito valorizados por meio dos trajes, dos calçados e dos penteados modernos. Conforme Silveira (2015) os concursos de beleza e as representações do carnaval contavam com a participação das filhas, sobrinhas e esposas dos sócios, o que contribuía para a formação e valorização da identidade étnica. No clube social negro, havia a oportunidade dos descendentes de africanos outrora escravizados demonstrarem sua capacidade de se comportar com civilidade, com respeito e que sua inserção na vida social local, em clubes e outros espaços, era uma conquista irrevogável (SOARES, 2018. p. 22).

Um dos pontos relevantes do clube 24 de Agosto está em chamar os foliões negros da cidade para o clube fazendo com que mais pessoas se associassem juntamente ao clube e suas festas, escolha da rainha e princesinha do clube e suas cortes assim para sair em destaque no carnaval e nos eventos culturais da cidade. De acordo com Nunes (2010), o Clube 24 de Agosto era reconhecido por seus cordões, seus carnavais, por apresentares desfiles “impecáveis” em fantasias, alegorias e organização.

O carnaval é um dos legados culturais que o clube conserva na memória e que precisa ser registrado. De acordo com Silveira (2015, p. 33), os clubes sociais negros foram importantes para a

positivação de uma identidade étnica, para o fortalecimento de uma nova estética, tornando a vida e o cotidiano dos negros e seus descendentes mais socialmente integrada e feliz.

4. Antigos Carnavais e outras festas no Clube 24 de Agosto: memórias da comunidade negra da fronteira

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir com investigações sobre a trajetória da comunidade negra de Jaguarão na perspectiva de seus antigos carnavais do Clube 24 de Agosto, ampliando sua história de diversas culturas desenvolvidas neste Clube como representação de negros na cidade de Jaguarão. No clube, conforme dito, são desenvolvidas atividades como dança afro, capoeira, concursos de mais bela Negra e rainha do clube, o que motiva a comunidade em geral a participar, integrar-se aos eventos. Salienta-se que o Clube 24 de Agosto de Jaguarão é o único clube social negro atuante na cidade.

É uma pesquisa que mostra a alegria das pessoas ao som de marchinhas, que se davam as mãos nos Cordões União da Classe, citado anteriormente por Nunes (2010), e dançavam ao redor do salão, com muita diversão e sorrisos com suas fantasias caprichadas, festas organizadas por parte dos foliões. A partir do conhecimento da história da comunidade negra de Jaguarão, o carnaval de antigamente ganhou novos significados, permeados de luta e organização social. Assim com a renovação da sociedade e mistura de raças as pessoas já não tendo a mentalidade de como eram os costumes de outras épocas, entende-se o racismo diminuiu em vista de anos atrás quando as pessoas negras tinham lugares e empregos diferentes dos brancos por ser descendentes de famílias pobres e negras. Entende-se que não vivenciamos uma realidade ideal, ainda há preconceito e racismo com o povo negro, mas há avanços.

Segundo relatos da Sra. Santa Tereza Machado de Lós Angeles, de 87 anos, viúva de Nilton de lós Angeles, o qual já foi presidente do Clube 24 de Agosto, foi umas das selecionadas para ser depoente. A entrevista aconteceu na casa de Sra. Santa Tereza de maneira informal em sua sala de estar onde conversamos um pouco de sua trajetória no clube e quais as lembranças que lhe marcam. Segundo a depoente:

O Clube 24 de agosto começou com uma turma de rapazes de campanha, que vieram servir no exército de Jaguarão e naquela época os soldados não podiam interagir com a sociedade, então fizeram um grupo de rapazes o que originou Clube 24 de Agosto (Sra. Santa Tereza Machado de Lós Angeles, de 87 anos).

De acordo com a Sra. Santa Tereza, conforme se lê acima, um grupo de rapazes, que por servir o exército para defender a fronteira, precisavam também de momentos de lazer e descontração nos dias de folga, mas não podendo entrar em clubes da cidade por serem negros, então com conversas decidem fundar uma associação para disfrutar de seu tempo livre. Geralmente esses rapazes que vinham servir em Jaguarão eram de cidades vizinhas ou próximas e assim estando longe de seus familiares, sendo assim seus dias de folga eram compartilhados com os amigos.

Conforme a depoente Sra. Santa Tereza, Nilo Machado era o nome de um dos jovens fundadores do Clube 24 em 1918. A primeira rainha do clube chamava-se Eugênia, segundo o relato da Dona Santa Tereza. Ela também afirma que nos bailes do Clube 24 de Agosto os participantes se vestiam com formalidade, com trajes completos (camisas, paletós e gravatas) e as moças eram de vestidos de rendas, vestido bordado o sapato delas era forrado e bordado com a mesma renda e as bolsas. Havia também no carnaval um cordão, ou bloco chamado União da Classe como se pode ver na Figura 04.

O Bloco União da Classe foi o primeiro bloco de carnaval do Clube 24 de Agosto. A fotografia foi disponibilizada pela depoente, Sra. Santa, que afirmou que o registro foi feito defronte a antiga sede do Clube 24 de Agosto, momentos antes do bloco partir para a festa na Avenida 27 de Janeiro, lugar tradicional de desfiles de carnaval de Jaguarão. A fotografia mostra cerca de 45 pessoas com uniformes, ou fantasias parecidas, as mulheres com indumentárias iguais, com saia longa, algumas crianças e homens de camisa social e alguns com violão, todos vestindo chapéus que lembram uniforme militar.

Figura 04: Bloco de carnaval união da classe clube 24 de agosto



Fonte: Santa Tereza Machado de Lós Angeles, data desconhecida.

Destaca-se na Figura 04 a janela, onde aparece um homem fantasiado de morcego. No centro da imagem está o estandarte do bloco. Observa-se na fotografia um menino branco no canto esquerdo. Em seu depoimento a Sra. Vera Lucia Cuimbra Conceição Cardoso fala onde era a primeira sede do clube e como era os antigos carnavais:

Quando comecei a frequentar o Clube 24 de Agosto era nos fundos da Igreja Matriz, depois passou para rua Augusto Leivas onde se encontra agora. Os bailes eram de vez em quando, uma vez no mês eu acho, o carnaval era bom, a maioria das pessoas iam de fantasias, a gente fazia

uns grupinhos assim duas, três pessoas com fantasias iguais (Sra. Vera Lucia Cuimbra Conceição Cardoso, depoimento em novembro de 2019).

No ano de 1971 foi a primeira vez que a Sra. Vera Lucia foi ao Clube 24 de Agosto, quando era localizado na Rua General Marques ao fundo da Igreja Matriz do Divino com seus familiares e amigos. A depoente comenta que o clube funcionava na entrada de uma casa antiga e que havia um degrau alto para entrar. Havia mesas ao redor do salão, também com um degrau na volta e as mesas ficavam naquele local e só eram removidas para dançar. Por volta de 1980 o Clube 24 de Agosto passou para sede onde se encontra atualmente. O Clube ganhou uma sede ampla, com mais visibilidade, mostrando o poder de organização da comunidade negro na época. Nunes (2010) afirma que a sede foi uma conquista comemorada, pois a antiga sede era financiada, ou emprestada por membros da elite branca local. A nova sede do Clube 24 de Agosto remetia também, nesse sentido, conforma a autora, sentimento de liberdade.

A Figura 05 mostra a comemoração de uma festa junina no Clube 24 de Agosto na década de 1970. Observa-se que foi montado um cenário com uma casa de palha e bandeirinhas, com decoração ao redor do salão, sentados no chão encontram-se a depoente Sra. Vera Lúcia, seus irmãos e amigos. A depoente comenta que as festas eram animadas e divertidas. Loner e Gill (2009) afirmam que era comum na programação dos clubes a promoção de festas em datas comemorativas, como aniversário da instituição, Dia das Mães, Dia dos Pais, quermesses, chás dançantes e outros, como festas juninas.

Figura 05: Festa junina do Clube 24 de Agosto 1979.



Fonte: Acervo Sra. Vera Lucia Conceição.

A Sra. Vera comenta sobre as antigas festas juninas no Clube 24 de Agosto: quando havia alguma data comemorativa no ano o Clube 24 de Agosto celebrava com alguma festa temática. Um exemplo era a festa junina, entre outras. A comunidade unida aproveitava as festas com motivação

e alegria com essas festas no clube cada vez a comunidade negra se unia cada vez mais para ampliar o valor que o clube buscava. Sobre as festas juninas, a Sra. Vera comenta:

[...] tinha também festas juninas lindíssimas montavam dentro do salão um ranchinho assim e todos vestidos de caipiras, concurso de mais bela caipira e casal caipira, não tinha brigas graças a Deus, eu adorava os bailes sinto falta até agora que nunca mais fizeram esses bailes caipiras que faziam antes, pois agora é jantares bailes de aniversário sempre fortes, antes eram só baile nos sábados depois que passou a ser bailes aos domingos [...] (Sra. Vera Lucia Cuimbra Conceição Cardoso, depoimento em novembro de 2019).

A depoente enfatiza em seu relato sobre a decoração, os detalhes produzidos no clube para as festas. Observa-se também sua referência com relação a não ter brigas nessas festas, sobre a comunidade do clube não ter esse tipo de problema. Aparentemente a depoente sente falta dessas ocasiões, diversificadas motivações para o planejamento dos eventos.

A troca de presidência do Clube 24 de Agosto do ano 1990 trouxe um planejamento diferentes das festas no clube. Conforme a depoente Vera Lúcia, deixou de ocorrer festas comemorativas das datas especiais. Atualmente na programação do clube há jantares e bailes, mas como no depoimento acima diz que essas festas juninas chamava a população normalmente sócios pessoas de famílias normalmente frequentadores respeitosos e que só iam por seu divertimento sem se envolver em brigas pois o clube sempre foi um ambiente familiar que não admite desentendimentos.

Conforme visto, no clube também havia o compartilhamento de saberes e de diferentes etnias como o exemplo de festas em homenagem a santos da igreja católica (Festas Juninas) quando era possível apreciar a música e as culinárias dos diversos povos trazendo essa cultura para dentro do clube.

A Figura 06 mostra uma fotografia feita no hall de entrada do Clube 24 de Agosto. Nela estão a rainha Carmen com a Sra. Santa Tereza, a rainha vestindo uma fantasia prata com muita luz e brilho e um adorno na cabeça, demonstrando o luxo da composição da fantasia. Percebe-se a felicidade no rosto da rainha, pois este é um importante momento na vida dela e de sua família e a alegria da Sra. Santa Tereza, a qual na época fazia parte da diretoria do clube.

Figura 06: Rainha do Clube 24 de Agosto Carmen 1982.

Fonte: Acervo Sra. Santa Tereza Machado de Lós Angeles

De acordo com Loner e Gill (2009), os Clubes Sociais Negros tiveram papel fundamental na formação de uma identidade étnica positiva através dos concursos de beleza, onde as candidatas eram filhas, netas, esposas de dirigentes e sócios desses clubes. Esses concursos internos de beleza foram referências em reforçar e positivar a imagem do negro, que era visto de forma negativa perante a sociedade.

[...] quando a gente foi da corte com a Rainha Carmen na minha juventude, naquele tempo só se ia acompanhado com alguém maior de idade não se ia sozinha [...] só era permitida a entrada de negros depois com o passar dos anos eles foram liberando aos poucos, as roupas eram simples, nada de roupas muito extravagantes, os bailes de aniversario as pessoas iam mais arrumadas de ternos e vestidos (Sra. Vera Lucia Cuimbra Conceição Cardoso, depoimento em novembro de 2019).

A Sra. Vera Lucia comenta acima quando esteve acompanhando a corte de carnaval da Rainha Carmen. De acordo com Escobar (2021). A depoente também conta que na época na volta dos anos 1980, crianças só participavam das atividades se estivessem acompanhadas de adultos, pois priorizava-se a segurança dos menores. Nessa época a depoente comenta que os negros ainda tinham dificuldade para entrar nos outros clubes da cidade, mas o 24 de Agosto começou a permitir

a entrada de brancos em seus eventos. No carnaval destacava-se o luxo das fantasias, mas a indumentária dos eventos no decorrer do ano era simples, em bailes de aniversário do clube ou outros as pessoas usavam ternos e vestidos os que tivessem condições de comprar ou alugar. A Figura 07 mostra um momento de alegria e descontração no baile de carnaval do Clube 24 de agosto do ano de 1982, onde se pode observar a rainha e integrantes de sua corte, alegres e com brilho em suas fantasias, algumas em destaque com fantasias diferentes, mas todos da mesma corte. Se percebe a alegria e o entusiasmo das mulheres negras, livres para celebrar no seu clube.

Figura 07: Baile de carnaval clube 24 de agosto 1982



Fonte: Acervo Sra. Vera Lucia Conceição.

Escobar (2021) afirma que o Clube 24 de Agosto era um lugar seguro, onde as mulheres podiam se sentir protegidas por seus pares e pela comunidade frequentadora, pelas famílias. O clube social negro era um local que diferenciava-se da sociedade racista vigorante à época. A Sra. Vera, em depoimento, fala um pouco do papel da mulher no Clube 24 de Agosto e como a rainha do clube era tratada, após os bailes:

[...] acho que nenhuma mulher foi presidente do clube porque faltou interesse por parte delas, acho que nenhuma chegou a querer se can-

didatar e que se dispusesse a pegar a diretoria do clube, seria bom que uma mulher pegasse até para mudar na diretoria seria ótimo, os bailes de carnaval eram ótimos os bailes começavam tinham os desfiles como tem agora ai agente íamos para os bailes de carnaval e depois quando terminava os bailes a gente costumava acompanhar as rainhas até a residências delas, quando já voltava de dia claro saia aquela turma tudo fazendo festa pela rua era muito bom. Às vezes ofereciam alguma coisa pra gente, um café, alguma coisa pra comer, nos bailes não podiam sair pra rua depois de entrar como agora, hoje faço parte da diretoria do clube e fui muito feliz na época (Sra. Vera Lucia Cuimbra Conceição Cardoso, depoimento em novembro de 2019).

A depoente comenta sobre como seria enriquecedor se uma mulher assumisse a presidência do clube negro, pois o olhar feminino poderia diferenciar, mudar e dar uma perspectiva para melhorar a visão do Clube 24 junto à comunidade. No entanto sabe-se que as esposas dos presidentes assumiam juntamente a gestão do clube, conforme visto anteriormente.

Com o passar dos anos, os bailes de carnaval do Clube 24 de Agosto ganharam destaque, seja pela indumentária da corte, pela música, pela organização, pelo ambiente familiar. Havia a “tradição” de levar as rainhas até suas casas com música e diversão até o clarear do dia como eram nos tempos antigamente, as pessoas eram felizes com essas festas como se pode ver nas fotografias e depoimentos. A Figura 08 mostra a rainha do Clube 24 de 1982 – 1984 com o casal presidente e a fantasia com inspiração cigana.

Figura 08: Rainha Clube 24 de Agosto 1982/1984.



Fonte: Acervo Santa Tereza Machado de Lós Angeles

A Figura 08 mostra a fotografia da Sra. Santa Tereza e seu esposo Nilton de lós Angeles com a rainha do Clube 24 de agosto 1982/1984. Observa-se que a fantasia da rainha foi confeccionada tendo como inspiração o povo cigano e os membros do clube nesse ano se vestiam todos com mesmo estilo para se destacar das demais pessoas. Na Figura 09 pode-se observar um baile de carnaval do ano de 1997. Se percebe o luxo e a sofisticação das fantasias, na imagem rainhas, princesas e o presidente do clube iniciando o cordão carnavalesco ao redor do salão.

Figura 09: rainhas e princesas do Clube 24 de Agosto no ano de 1997.



Fonte: Acervo do autor Douglas Conceição.

A Figura 09 demonstra um baile de carnaval do clube 24 de Agosto e a apresentação das rainhas e princesinha daquele ano. A rainha do clube em 1997 era Keitti Ricardo Machado, vestida com fantasia no tema Havaí na fotografia acima. Ela está acompanhada de rainhas de outros clubes, e da princesinha Estefani Conceição Cardoso e do presidente Sr. Neir Madruga Crespo em um cordão desfilando pelo salão do clube. Observa-se na Figura 08 e 09 o luxo das fantasias das rainhas, o entusiasmo do Sr. Madruga presidente do clube 24 de agosto.

Conforme Escobar (2021), as meninas e mulheres negras, à época, não eram observadas pela sociedade não negra. Mas em contraponto, no clube social negro, as mulheres eram protegidas no sentido de serem acolhidas, de terem um lugar, dentro do clube, onde elas podiam circular livremente. Na Figura 10 se observa uma fotografia feita pela Sra. Vera Lucia Conceição na ocasião em que Estefani Conceição Cardoso foi princesinha do Clube 24 de Agosto. Ela estava na poltrona em destaque e os outros nas fotos são todos familiares que também faziam parte da corte de carnaval.

Figura 10: Fotografia da princesa do Clube 24 de Agosto com seus familiares.



Fonte: Acervo do autor

A Figura 10 a princesinha do Clube 24 de Agosto na época com 07 anos de idade e sua corte composta de primos e amigos. Naquela época havia desfile de reboques na avenida 27 de Janeiro que eram utilizados para levar a rainha, princesa e suas cortes para desfiles nas terças e nos domingos de carnaval na parte da tarde após baile infantil. A depoente Estefani Conceição comenta sobre suas memórias de carnaval, quando era princesinha do Clube 24 de Agosto:

Lembro que desfilávamos pela Avenida 27 de Janeiro e durante esse trajeto a corte e alguns familiares e amigos acompanhavam a princesinha (eu) até a clube, todos muito felizes, realizando esse desfile representando o clube 24. Ficava muito alegre e sorridente, lembro de me sentir especial sendo que eu representava muitas meninas que queriam ser princesas, me sentia realizada naquela linda fantasia. Quando chegava ao clube todos estavam lá a minha espera e esse era um momento marcante, pois abriam um corredor no clube somente para eu passar, e isso fazia eu me sentir especial (Estefani Cardoso, depoimento em agosto de 2021).

Se pode enfatizar no depoimento sobre a representação, a representatividade, “ser” a princesinha do 24 de Agosto era gozar de um *status*, era ser a representante de várias meninas negras, ser fantasiada com luxo e capricho, desfilando mostrando sua cor, sua identidade e sua memória com orgulho e uma corte de amigos, parentes e companheiros de clube. A alegria e a satisfação, a memória de “se sentir” linda como princesinha do clube é marcante no depoimento da depoente.

A Figura 11 foi feita na secretaria do clube com a princesinha Estefani Conceição. A temática da fantasia era “Havaí encontro e magia tropical”. Na fotografia aparece a corte de carnaval no baile infantil que ocorria a tarde nos domingos e terças de carnaval. As crianças desde pequenas aprendem o significado de integrar um clube que sua família frequentou, dedicou sua vida e que ajudou na estabilidade, na integração social de famílias negras.

Figura 11: Princesinha do Clube 24 de Agosto de 1997 e sua corte.



Fonte: Acervo do autor Douglas Conceição.

Na Figura 11 se observa cerca de 15 crianças com indumentária de mesmo tema da “princesinha Havaí”, vestindo colares e bermudas e camisetas brancas e meninas com tirantes e saias.

Hoje essas lembranças me trazem um misto de felicidade e tristeza. Felicidade em lembrar os momentos felizes vividos nesses dias de folia e representação, e tristeza de olhar as fotos e ver que ao passar dos anos esses costumes vão se perdendo. Na época que fui princesinha era o sonho de muitas meninas que frequentavam o clube ser princesinha representar o 24, lembro de depois ter muita vontade de ser rainha do clube, mas o tempo passou e não se realizou. Participávamos de todos eventos que ocorriam no clube, e isso era ótimo tanto pra construção de nossa identidade, pois o clube sempre foi um local de reencontro com amigos, e tenho hoje muito orgulho de ter sido princesinha, e de poder dizer que representei o clube 24 de agosto (Estefani Cardoso, depoimento em agosto de 2021).

No depoimento acima se percebe a falta que a Sra. Estefani sente daquele tempo, da interação, da confraternização proporcionada pelo clube. A depoente também fala da questão identitária, no sentido de sentir pertencimento, união dos participantes. Se observa que no Clube 24 de Agosto foi importante para quaisquer integrantes que desfilam na representação do clube, pois não é apenas um clube, é mais que isso, é história, é ancestralidade, é um legado que só existe pela luta dos

ancestrais. As mulheres negras representam no carnaval toda a sociedade de um clube negro. Tal é a importância para essas crianças negras que ao crescer têm o exemplo de como é importante a representação, desfilar e concorrer por um importante concurso dentro de um clube que é visível em todo estado e por ser e estar dentro dos clubes negros do Brasil.

5. Considerações finais

Esta pesquisa foi desenvolvida revisitando as memórias das antigas folias, dos antigos carnavais e outras comemorações promovidas pelo Clube 24 de Agosto. Foi possível, através desse estudo, discutir e expandir o conhecimento sobre o clube e mostrar parte da trajetória da comunidade negra de Jaguarão, dando visibilidade e valorizando essa história.

Foram entrevistadas mulheres de diferentes gerações, as quais participaram dessa história, pessoas que vivenciaram o clube recém inaugurado e foi feito o registro de como eram suas festas, promoções, carnavais. Foi verificado que tudo mudou dos anos passados até os dias atuais, como funcionamento do clube, as permissões e festas, dentre outros. As memórias, em fotografias e depoimentos, demonstram diversas questões sociais que permeavam os diferentes momentos da trajetória do clube, tais como o sentimento de conquista em ter uma sede própria, o orgulho da representação do clube negro por parte de rainhas e princesa, a questão da valorização da cultura negra, da segurança de poder festejar em um lugar apropriado, a solidariedade entre os sócios, dentre outros aspectos.

Verificou-se o significado do clube para a comunidade negra de Jaguarão, ter ideia do que ele representa na trajetória da comunidade negra da fronteira. É uma satisfação saber que pessoas negras de Jaguarão podem contar com essa história, que podem se sentir integrados, pois o Clube 24 de Agosto é uma conquista de todas e todos.

Foi visto que o clube esteve prestes a deixar de existir, e que a comunidade o “abraçou”, não permitindo que o clube acabasse e assim mantendo seu legado na cidade de Jaguarão, comunidade negra que conquistou seu espaço na sociedade. Os frequentadores que usam seus momentos de lazer para estar no clube, sendo em festas ou auxiliando um jantar ou baile têm muito orgulho de ajudar e fazer parte deste clube, e agora podem conhecer melhor sua própria história através das publicações e projetos.

As lutas que o Clube 24 de Agosto passou para se manter atividade cultural e desenvolver uma força ainda maior para enfrentar as dificuldades agora seguem trazendo mudanças com benefícios a seus frequentadores com mudanças em suas dependências manutenções diversas em banheiros, salão, sala de reuniões e copa umas aparências diferenciadas e um ambiente agradável para que este espaço de convivência tenha novos frequentadores.

REFERÊNCIAS:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Sociabilidade num clube negro: a pratica cultural como pratica política no Clube social 24 de Agosto. In.: AL-ALAM, Caiuá Cardoso, ESCOBAR, Giane, MURANETTO, Sara (org.) *Clube 24 de Agosto, 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai*. ILU Editora. 2018.

ARANTES, Nélío. Pequena história do Carnaval no Brasil. *Revista Portal de Divulgação*, n.29. Ano III. Fev.2013. Disponível em: <http://revistalongeviver.com.br/index.php/revistaportal/article/download/327/327>. Acesso em 10 set 2021.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Em torno do carnaval e da cultura popular. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 7-25, nov. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/view/11997/9395>. Acesso em 10 out 2018.

CUNHA, James Bolfoni da. *Jaguarão e os Militares*. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

ESCOBAR, Giane Vargas; SILVA, Fernanda Oliveira da. Clubes sociais negros do Rio Grande do Sul: das recentes lutas por permanência as antigas lutas por existência. .: AL-ALAM, Caiuá Cardoso, ESCOBAR, Giane, MURANETTO, Sara (org.) *Clube 24 de Agosto, 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai*. ILU Editora. 2018.

ESCOBAR, Giane Vargas. Depoimento concedido e publicado no documentário *Meu Chão: Clubes Negros do Rio Grande do Sul*, Transe Filmes, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>. Acesso em: 03.09.2021.

LONER, Beatriz Ana; ALMEIDA GILL, Lorena. Clubes carnavalescos na cidade de Pelotas. *Estudos Iberos- Americanos* vol. 35, Núm. 1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009

MARTINS Larissa Pinto, ESCOBAR Giane Vargas. *Clube Social Negro 24 de Agosto: Ressignificando um Acervo Fotográfico Centenário na Cidade de Jaguarão/RS*. Sillogés; Universidade Federal do Pampa; Jaguarão RS; 2018.

NUNES, Juliana dos santos. "Somos o Suco do Carnaval!" *A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) Universidade Federal de Pelotas RS; 2010. <http://livrozilla.com/doc/1101786/universidade-federal-de-pelotas>.

LIMA, Alexandre Peres de. *As Lutas, Os Bales, As Retomadas: reconhecimento, identidades e culturas no processo de patrimonialização do Clube social negro 24 de agosto*; Jaguarão RS; 2015.

SILVEIRA, Darlise. "Suburbanos surgiu por que nós era tudo dessa zona, assim, do subúrbio...": O Clube Suburbanos Enquanto Resistência Negra. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Universidade Federal do Pampa. 2015. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu>.

br/cursos/historia/files/2014/05/TRABALHO-DE-CONCLUS%C3%83O-DE-CURSO.pdf. Acesso em 15 set 2021.

SOARES, Franciéle. *Clube Guarani: Uma Proposta de Reabertura das Atividades de um Clube Social Negro*, Arroio Grande, RS; 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia em Gestão de Turismo) Universidade Federal do Pampa. 2018.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: UFSC; 2013.

Sites:

Documentário Meu Chão: Clubes Negros do Rio Grande do Sul, Transe Filmes, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>. Acesso em: 03.09.2021.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado; 2012 processo 2627-1100/11-0.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/266>.

AGENDA BINACIONAL DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: OS ESPORTES NÁUTICOS E POTENCIALIDADES DO RIO JAGUARÃO¹

Angela Mara Bento Ribeiro²
Sergio Ricardo de Oliveira Affonso³
Rodrigo da Costa Segovia⁴

Resumo

A proposta apresentada nesse artigo se refere à fronteira Brasil-Uruguay, especificamente, entre as cidades de Jaguarão e Rio Branco, onde o náutico se torna uma potencialidade de integração Fronteira. Esta fronteira também conta com o primeiro bem patrimonial tombado binacionalmente, a Ponte Internacional Barão de Mauá. Com o surgimento da pandemia do COVID-19, foi necessário repensar o turismo e a interação dos transeuntes fronteiriços, o que ocasionou o aumento da busca por atividades esportivas junto à natureza. Através do projeto da Agenda Binacional de Integração Fronteira, como vetor de desenvolvimento regional, surge a oportunidade de propor a criação de um Calendário Binacional Esportivo, proporcionando a organização de eventos no Brasil e no Uruguai, uma possibilidade de regionalização turística através de eventos esportivos. Partimos da premissa de termos, no projeto, a participação de diversos atores sociais, praticantes de esportes, prefeitos, vereadores, representantes consulares, entre outros, entendendo que para o projeto ter continuidade é necessária a participação e comprometimento de todos os envolvidos. A pesquisa aqui apresentada busca analisar os fatos ocorridos em um determinado período, e, no decorrer do artigo, será possível compreender sobre os avanços e discussões sobre o projeto em questão, o Calendário Binacional Esportivo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar o projeto da Agenda Binacional de Integração Fronteira entre Brasil e Uruguai, os seus desdobramentos, como também a proposta de criação de um calendário Binacional Esportivo e as potencialidades dos Esportes Náuticos no Rio Jaguarão. No

¹ O presente artigo apresenta o projeto da Agenda Binacional de Integração Fronteira, sua proposta da criação de um Calendário Binacional Esportivo, a segmentação náutica e potencialidades do Rio Jaguarão na fronteira Brasil com Uruguai.

² Professora adjunta do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus de Jaguarão – Rio Grande do Sul, Brasil; angelaribeiro@unipampa.edu.br

³ Tecnólogo em Gestão de Turismo pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Jaguarão – Rio Grande do Sul, Brasil. Autor do projeto aplicado “Esportes náuticos e potencialidades do rio Jaguarão: fronteira Brasil e Uruguai”, em 2022/1; sraffonso15@gmail.com

⁴ Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Doutorando em Geografia pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio.

decorrer desta escrita, compreende-se as possibilidades do desenvolvimento na segmentação do turismo binacional.

O Rio Jaguarão tem grandes potencialidades por fazer parte da paisagem fronteiriça e, principalmente, devido a Ponte Internacional Barão de Mauá, tombada em 2011 pelo IPHAN, sendo o primeiro bem binacional reconhecido pelo Mercosul Cultural desde 2015. Patrimônio considerado de suma importância para o processo de evolução turística nesta região que se soma aos recentes avanços de revitalização da Orla do Rio Jaguarão. Torna-se, assim, possível discutir algumas ações para desenvolver o turismo que envolve o Rio Jaguarão, no qual possui um grande potencial para o desenvolvimento de atividades de esportes náuticos e, ainda, a possibilidade de gerar recursos econômicos para o município.

Além das capacidades futuras de promover o turismo na região da fronteira Brasil e Uruguai, identifica-se desafios, são eles: a) a escola binacional de remo; b) o papel do gestor público e a políticas públicas no esporte; c) gestão do turismo dos esportes náuticos, e outros que surgirem. Este estudo poderá contribuir como base de referência para o planejamento dos esportes náuticos na região da fronteira, na busca por difundir a modalidade esportiva e fomentar a criação futura de uma escola de remo Binacional, além de inserir no calendário da agenda binacional de eventos. O trabalho enuncia a revitalização da Orla do Rio Jaguarão, local de entretenimento e lazer da comunidade da fronteira entre Jaguarão e Rio Branco. A seguir apontamos perspectivas de futuro nesta modalidade esportiva e o que promovem:

- Os eventos, principalmente da área náutica, oportunizam atrair turistas, gerando lucratividade para o município, além de demonstrar todo o potencial de desenvolvimento de novas atividades no rio Jaguarão, que podem ser um diferencial futuramente;
- O lazer como forma de vivência no tempo disponível, demonstrando a importância da comunidade tomar conhecimento sobre as atividades turísticas realizadas localmente, além de compreender a relevância de tais atividades para a região. Segundo Jost Krippendorf (s/p, 2009) “[...] o turismo se torna mais social e sustentável à medida que há interação entre a comunidade e o turista”, nesta perspectiva, entende-se uma relação mais harmoniosa no desenvolvimento do turismo, um processo que pode se estender a longo prazo: certa forma, a troca de culturas; moldar atividade turística de acordo com os objetivos locais, desde aplicação de renda com o aumento do consumo, produção, serviços e, também, criação de empregos; preservação das áreas naturais, melhorando a qualidade de vida da comunidade através de ações em prol do meio ambiente e para que os locais fiquem aptos à prática dos esportes náuticos.

Para o segmento deste percurso, foram contatadas a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Jaguarão, através do secretário Rafael Schneider, e o núcleo de Esportes vinculado à secretaria de Educação, através de seus membros Junior Medeiros, o diretor de esporte Rafael Caetano, responsável pelo esporte escolar. De acordo com o site da Secretaria de Educação e Desporto de Jaguarão (2021), destaca-se: “promover políticas que fomentem o esporte e o lazer”. Neste sentido, revela-se o estímulo aos Esportes Náuticos no Rio Jaguarão.

A cidade de Jaguarão, também conhecida como “Cidade Heroica”, foi fundada em 1802 e se situa no início da BR 116 para quem adentra o Brasil, faz fronteira com o Uruguai, ligada pela Ponte Internacional Barão de Mauá, a cidade de Rio Branco, onde temos o parque comercial de lojas francas, os *Free Shops*, estão ocorrendo investimentos em infraestruturas para receber visitantes, turistas e complexos desportivos como espaços de lazer e atividades competitivas. Com uma população de mais de 27 mil habitantes, conforme dados do IBGE em 2010, Jaguarão possui uma riqueza histórica e cultural, com destaque para a arquitetura, além dos monumentos históricos de diferentes períodos e prédios tombados pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵. Tais características, reforçam a necessidade de desenvolver a cidade como um polo turístico atrativo e profissional, que contribuem com o crescimento da fronteira Brasil/Uruguai.

Diante das potencialidades, pensa-se no turismo náutico no rio Jaguarão, com o foco não só no lazer e no entretenimento, mas também no crescimento financeiro através de práticas de esportes e competições. Destacamos que Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai possuem grupos de remadores dos quais citamos: as Caiqueiras da fronteira, grupo formado por mulheres fronteiriças, os caiqueiros de Jaguarão, com integrantes de ambos países, o Club Frontera com o seu grupo de remo e hoje temos a fronteira contemplada com a Tecnicatura em esportes náuticos na cidade de Rio Branco, recebendo alunos uruguaios e brasileiros.

A fronteira tem as suas representações através do Comitê Binacional Fronteiriço, onde as pautas relacionadas a náutica, suas lagoas (dos Patos e Mirim) e rios (Jaguarão e Cebollati), estão sempre presentes, seja na busca de melhorias em infraestruturas, das quais citamos a busca de atividades relacionadas aos esportes náuticos, ao turismo, a pesca, conservação do meio ambiente e construção de novas infraestruturas (portos e pontes) entre outras. No dia 19 de julho de 2018 o Comitê de Fronteira Rio Branco – Jaguarão esteve reunido na cidade de Rio Branco, Cerro Largo – Uruguai, onde o grupo de trabalho denominado Subcomitê de Cooperação em Matéria de Turismo e Esporte elencou inúmeros pontos das quais apresentamos o fomento ao turismo náutico, no qual, o documento será apresentado no decorrer deste artigo.

Entre as instituições existentes ainda citamos a “*Comisión Mixta de la Cuenca de la Laguna Merim*” e o “*Club Frontera*”, instituição que têm como presidente o senhor Rafael Leites, amparado por uma equipe de colaboradores, Grupos de Trabalho, que inclui a criação de um calendário Binacional Esportivo, atividade que irá contemplar inúmeras atividades durante um determinado momento em cidades uruguaias e, em outros, em cidades brasileiras. Através do Calendário Binacional Esportivo será possível quebrar a sazonalidade turística, bem como potencializar entre os esportes praticados, o esporte náutico, conforme a realidade dos municípios que estejam contemplados com suas lagoas ou rios.

Trazemos como base a teoria de Telles (2020) com reflexões acerca das atividades náuticas no Rio Jaguarão, em que reconhece a complexidade para uma política local de desenvolvimento no segmento náutico na fronteira Brasil e Uruguai, que irá auxiliar nesta compreensão. Buscamos, as-

⁵ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>>. Acesso em 11 de mar. de 2022.

sim, alinhar este estudo com as instituições públicas responsáveis pela revitalização da Orla do Rio Jaguarão⁶, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria de Planejamento e Urbanismo como citado anteriormente pela relevância do envolvimento e gestão.

Desse modo, esperamos contribuir com os estudos existentes sobre o tema e que este sirva de aporte para futuros trabalhos. Procura-se, assim, aproveitar o espaço, a natureza, a paisagem da orla, além de tornar o rio Jaguarão em um atrativo turístico, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, sem causar danos à natureza. A seguir apresentaremos os grupos já organizados na cidade, o projeto de revitalização da orla do rio Jaguarão, as suas potencialidades de desenvolvimento do turismo e finalizaremos com a gestão pública, suas demandas e com encontros da agenda binacional.

Figura 1: Projeto de revitalização da Orla do Rio Jaguarão



Fonte: <http://www.hotelpousadaartisan.com/orla-do-rio-jaguaratildeo.html>

ESPORTES NÁUTICOS E PRIMEIRA REUNIÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA BINACIONAL DE REMO

Em uma tarde de segunda feira, no dia 17 de setembro de 2018, o prefeito em exercício Henrique Edmar Knorr Filho (*in memoriam*), juntamente com o vereador Luiz Veleda e o Chefe de Gabinete Ricardo Pereira, reuniram-se (Figura 2) com o Secretário de Educação e Desporto Adão Samaroni, o Secretário de Cultura e Turismo Rodrigo Segovia, a Secretária Adjunta da Educação Vera Ferreira, entre outras autoridades de Rio Branco (UY) e representantes da sociedade civil, para tratar da implementação da Escola Binacional de Esportes Náuticos.

A reunião também contou com a presença do Diretor de Turismo de Cerro Largo (UY), o Presidente do Moto Club Fronteira, da Comissão de Desporte e Turismo, da Comissão de Políticas

⁶ Disponível em: <<https://www.jaguarao.rs.gov.br/obra-de-revitalizacao-da-orla-do-rio-jaguarao-chega-em-sua-4a-etapa/>>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

Sociais, Equipe da Secretaria de Educação e Desporto, instrutores de remo e representantes dos jovens. De acordo com o Diretor de Esporte Diego Miranda, a reunião teve como objetivo apresentar o projeto e definir algumas diretrizes para sua implementação. Na oportunidade, o vereador Luiz Veleda destacou a importância da iniciativa como forma de valorizar a educação através do esporte, além de explicar sobre a sua vontade em trazer a prática dos esportes náuticos para o rio Jaguarão, com vistas de fomentar o esporte através de uma escola binacional, uma possibilidade de crescimento futuro para região da fronteira.

Durante a reunião, secretário de cultura e turismo de Jaguarão, expôs que o projeto poderia ser uma parceria público/privada em que ambos os governos (Jaguarão e Rio Branco) compartilhassem, em conjunto, o processo de implantação. O Club Frontera assumiu, também, o compromisso de disponibilizar professores para as práticas esportivas e embarcações (caiaques e barcos a remo).

Figura 2 - Reunião na Prefeitura Municipal de Jaguarão para implementação da Escola Binacional de Remo



Fonte: <http://www.prefeituramunicipal.gov.br>

Durante o evento estiveram presentes autoridades brasileiras e uruguaias. Foram apresentadas as embarcações, assinado termo de parceria entre as instituições e uma atividade náutica foi desenvolvida no rio Jaguarão.

Figura 3: Parcerias Prefeitura Municipal de Jaguarão e Club Frontera/ Uy



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo da Costa Segovia

Abaixo, segue a foto do primeiro Encontro de Canoagem de Jaguarão e o certificado entregue junto com as premiações. Participaram do evento as autoridades e atletas de ambos os países.

Figura 4: Representantes dos governos e atletas brasileiros e uruguaios.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo da Costa Segovia

Ressaltamos que a Canoagem, por ser um esporte náutico, praticado com canoa ou caiaque, possui uma considerável representatividade na fronteira Brasil/Uruguai, principalmente devido ao grupo de Caiaqueiros de Jaguarão. A seguir apresentamos o modelo de certificado entregue aos participantes do evento:

Figura 5: Modelo de certificado entregue junto com a premiação do Primeiro Encontro de Canoagem de Jaguarão



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo da Costa Segovia

O SURGIMENTO DO CLUB FRONTERA E A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

O Clube Frontera surgiu no ano de 2008 através de uma reunião com esportistas que discutiam as necessidades enfrentadas no segmento esportivo, bem como a partir da preocupação de haver, em Rio Branco – UY, muitos jovens pilotando motocicletas sem habilitação, o que ocasiona acidentes, estímulo para o nome inicial ser Moto Clube Frontera.

No ano de 2010 a instituição foi criada juridicamente com o registro nº 130/2010 e, hoje, por ter uma equipe de trabalho com diversas formações e experiências de trabalho (biólogo, administrador, turismólogo, video/maker, atletas, professores, etc.) a instituição passou a se chamar Club Frontera.

Desde a sua fundação foram desenvolvidas atividades que promovem ações esportivas, sociais e turísticas, de maneira Binacional, como reuniões com representantes do poder público uruguaio e brasileiro em diversas estancias (municípios, regiões e estados), esportistas e associações civis, sempre buscando construir, em conjunto, atividades, palestras e encontros que proporcionem a integração da fronteira, além de atividades de conscientização ambiental, inclusiva, atividades náuticas, competições esportivas, entre outras.

Sabendo o interesse dos gestores do poder público e a necessidade de as associações civis organizadas participarem de atividades esportivas em diversos segmentos, o Club Frontera busca desenvolver ações entre o Estado de Cerro Largo, Região Leste Uruguiaia, e a Região da Costa Doce Gaúcha/ Brasil, de modo a integrar, através do esporte, a regionalização do turismo de cunho binacional. Assim, surge a proposta de criar uma Agenda Binacional de Integração Fronteiriça, criando grupos de trabalho com pessoas da sociedade civil, representantes do poder executivo, legislativo e consulares de ambos os países, para tratarem questões tão importantes para a construção social, educação, saúde, meio ambiente, cultura, turismo e esporte.

A seguir, veremos um exemplo de acordo tirado em parceria entre instituições públicas, privadas e sociedade civil em prol do desenvolvimento de ações em conjunto para a fronteira, ações que estão contempladas através da diplomacia, mas que na prática ainda não se desenvolveram.

Figuras 6 e 7: Ata de reunião do Comité de Frontera Rio Branco – Yaguarón



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo da Costa Segovia

Conforme a realidade apresentada anteriormente, uma possível solução para que projetos de integração, regionalização entre municípios ou países tenham continuidade, acreditamos que a criação de uma governança poderá ser a solução para a quebra da descontinuidade. Sendo assim, apresentamos que a governança turística é considerada como a busca de uma nova forma de tomada de decisão coletiva, que contribui para a gestão de conflitos de interesses, fortalecimento das comunidades e impulso à inovação social (VELASCO GONZÁLES, 2014).

O calendário está sendo elaborado com a participação de 26 municípios, sendo 13 uruguaios (Acegua, Cerro de Las Cuentas, Cerro Chato, Chuy, Fraile Muerto, Maldonado, Punta del Este, Jose Pedro Varela, Santa Clara de Olimar, Tubambaé) e 13 brasileiros, (Aceguá, Arroio Grande, Candiota, Cerrito, Chui, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul) para a participação dos municípios foram criadas normativas, das quais apresentamos algumas: estar em uma distância de 250 quilômetros da fronteira Rio Branco/Jaguarão, ter secretarias de esporte e turismo, Conselhos Municipais ativos ou em construção, bem como Fundos Municipais, Planos Municipais entre outras normativas que possibilitam a participação de ambos municípios, tendo a participação do poder público, executivo, legislativo e sociedade civil,

com o intuito de fomentar a regionalização do turismo entre Uruguai e Brasil. Neste caso, é importante ressaltar que o projeto surge da sociedade civil organizada que busca sanar lacunas deixadas nas fronteiras pelos gestores governamentais, seja pela distância entre as capitais federais e as regiões fronteiriças, ou pela falta de diálogo com os moradores e transeuntes das fronteiras.

SOBRE OS CAIAQUEIROS DE JAGUARÃO

O grupo Caiaqueiros é um grupo jaguarensense que iniciou as suas atividades em 2019. Formado por quatro pessoas, fundado e administrado por Diego Cassal Barcellos, tem como uma das principais atividades o remo. Ao longo dos anos o grupo foi crescendo e, atualmente, conta com 25 integrantes. O grupo não possui um estatuto, em sua organização e, segundo o líder do grupo, Diego Cassal Barcellos, em entrevista concedida na data de 17 de julho de 2021, o grupo não possui datas específicas para realizarem as suas atividades ou, até mesmo, uma agenda que organize os encontros.

A comunicação do grupo é feita através do WhatsApp e, conforme a disponibilidade de cada integrante, realizam remadas aos finais de tarde e finais de semana. O grupo possui a logomarca de identificação e atua divulgando a modalidade esportiva na fronteira desde 2019, e espera-se dar seguimento com a organização do estatuto.

Figura 8: Logomarca do grupo Caiaqueiros de Jaguarão



Fonte: <https://www.caiaqueirosdejag.com.br>

A adesão de novos membros, se dá com o aval de um membro do grupo. Em novembro de 2021 houve um evento da feira do livro de Jaguarão juntamente com as comemorações em alusão ao aniversário da cidade, tendo como local principal o pátio interno do Mercado Público, com a participação de vários quiosques de livreiros, entre outras atrações. Na orla do Rio Jaguarão aconteceu algumas atrações, dentre estas, a participação do grupo Caiaqueiros, o qual promoveu a prática e a divulgação de esportes náuticos gratuitos. Portanto, o apoio na feira do livro, através da gestão municipal, foi importante para que garantisse o desenvolvimento econômico e do turismo local, além de oportunizar outros projetos nesta área.

A seguir apresentamos uma breve introdução aos Esportes Náuticos possíveis de serem realizados no rio Jaguarão.

ESPORTES NÁUTICOS E POTENCIALIDADES DO RIO JAGUARÃO: FRONTEIRA BRASIL E URUGUAI

Esporte Náutico são atividades que tem como campo de prática as águas de mares, rios, lagoas e lagos. Sendo assim, incluímos nessa categoria esportes como o remo, a vela, o surf, a prancha a vela, como também e sua variante mais recente, o *kitesurf*, o caiaque e a canoagem. Praticar esportes é unir o útil ao agradável, visto que faz bem para o corpo e para a mente. A exemplo disso, o caiaque, por ser um esporte com muita ação, proporciona diversas sensações aos seus praticantes (DEMAISON, 2008).

Ao tratar do Rio Jaguarão, o *kitesurf*, é um dos esportes que pode ser praticado, o qual o esportista necessita, somente, de uma prancha para suporte dos pés e uma pipa (ou papagaio). O seu objetivo é possibilitar a sensação de voar e deslizar na água ao mesmo tempo. A pipa fica presa por um cinto na cintura do atleta, que está posicionado em cima da prancha na água e, a partir desse momento, com o impulsionamento do vento a prancha anda sob a água. As manobras deste esporte podem incluir transição, que é a mudança brusca de direção, saltos no ar e saltos feitos na água (DEMAISON, 2008). Abaixo segue a apresentação de outros esportes:

- *Windsurfe* - esporte de água e de superfície, a técnica radical combina o *surf* com vela. O equipamento utilizado é uma prancha com uma vela fixada em um mastro móvel. O *windsurfe* tem de se mover com as ondas para controlar a placa e ao mesmo tempo administrar a vela de acordo com os ventos (DEMAISON, 2008).

- *Jet-ski* - Veículo aquático que proporciona altas doses de adrenalina. O *Jet-ski*, em suma, se move por um mecanismo a jato que cria uma poderosa corrente de água. Para quem gosta de velocidade, é possível fazer algumas manobras como, por exemplo, submarino, 180 graus e chafariz. Cabe ressaltar, este esporte também é um agente que polui o meio ambiente.

O princípio normativo da navegação é o de não colocar em risco a vida humana e não alterar e ou poluir o meio ambiente, contudo, na esfera da navegação, o *Jet-ski* é considerado instrumento de crime ambiental e a sua atuação independe da inspeção naval. Ao *Jet-ski* se aplica, também, a legislação ambiental, visto que seus turbos rebentam as ovas dos peixes e matam os alevinos. A exemplo, se dez *Jet-skies* andarem durante duas horas despejarão cem litros de combustível com óleo nas águas⁸.

Os jatos dos *jet-skies* além de poluírem as encostas e margens, revolvem os sedimentos do fundo das águas impregnando-os com óleo que não se podem remover, transformando-se em resíduo permanentes. Consequentemente, o fundo das águas passa a ser composto pelo sedimento

⁶ Disponível em: <<https://www.agirazul.com.br/artigos/marinho.htm>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

poluente. Por essa razão as águas ficam barrentas por onde trafegam essas máquinas (DEMAISON, 2008).

- *Stand UP Paddle* – se pratica a partir de uma grande prancha de surf e um remo, únicos elementos que você precisa para praticar *Stand Up Paddle*. A simplicidade, aliás, fez com que este esporte ganhasse muita popularidade nos últimos anos. O objetivo é remar enquanto se está de pé em cima da prancha. Uma boa dica para quem está iniciando é praticar em águas calmas, como em lagoas (DEMAISON, 2008).

A CANOAGEM E AS OLÍMPIADAS DE TÓQUIO/2021

No ano de 2021, nas olimpíadas no Japão, o qual deveria ter ocorrido em 2020 por conta da pandemia de COVID-19, o Brasil teve como um de seus atletas destaque o esportista Isaquias Queiróz que recebeu medalha de ouro na canoagem. Tal conquista reforça o crescimento e o interesse das futuras gerações para os esportes aquáticos. O brasileiro fez uma grande prova no Canal *Sea Forest*, na baía de Tóquio, e terminou com mais de um segundo de vantagem para o segundo colocado.

A prática esportiva, que sempre fez parte da cultura brasileira, é uma forma de interação social e, ano após ano, tem-se verificado um aumento considerável no número de crianças, de ambos os sexos, participantes da iniciação esportiva. Nesta perspectiva, torna-se difícil negarmos o impacto sócio-cultural do esporte na vida das crianças, já que está presente em todas as faixas etárias e quando trabalhada de forma adequada é, sem dúvida, uma fonte permanente de educação e promoção de saúde (CAMPOS; BRUM, 2004).

Para Campos e Brum (2004), o desenvolvimento do ser humano, sendo um processo de extrema importância na iniciação esportiva, está atrelado às aprendizagens e fundamentos que orientam atividades como o cumprimento de etapas, responsabilidades, foco e etc. Aconselha-se que a prática esportiva para crianças e jovens vise o aproveitamento do esporte em todas as suas potencialidades e possibilidades.

Quando tratamos de alguém iniciante, é importante que o sujeito saiba que está ingressando em um mundo novo, em nosso caso, o mundo da canoagem. Um dos objetivos da canoagem é a aproximação do homem com a natureza, favorecendo a compreensão da sua grandiosidade e, conseqüentemente, o respeito, transformando-os em agentes multiplicadores dessa ação (RODRIGUES, 2011).

Ao olharmos para a prática realizada em Jaguarão, vemos que o Conjunto Histórico e Paisagístico da cidade foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) e a Ponte Internacional Mauá, reconhecida como o primeiro patrimônio do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Neste sentido, com essa importância, a nível nacional, é necessário que a cidade organize atividades até chegar na sustentabilidade.

Como abordado acima, as olimpíadas de Tóquio ocorreram no período de pandemia da CO-

VID-19. Em seu início, em 2020, o mundo todo foi muito castigado financeiramente, principalmente os esportes de massa, visto que uma das formas mais eficazes de controlar o contágio era o isolamento. Somente em 2021 com a realização das olimpíadas do Japão, se teve uma constatação que os esportes náuticos poderiam ser realizados com menor risco que os esportes de massa, pois a sua execução se dá em ambientes ao ar livre e de pouca aglomeração. Assim, sustentamos neste estudo, que difundir a canoagem no Rio Jaguarão é uma forma de fomentar a economia no nosso município, sendo imprescindível apresentar a contribuição e o incentivo através do atleta canoista e medalhista olímpico Isaquias Queiroz, representante mundial da canoagem.

Essa modalidade de esporte se adequa ao Rio Jaguarão nas condições para a prática, sendo essencial a retomada das reuniões com entidades envolvidas tanto do Brasil, quando do Uruguai, sobre a canoagem para que seja viabilizada a Escola Binacional de Remo, onde as crianças dos dois países terão conhecimento sobre os esportes náuticos, além de impulsionar a nossa economia com futuras competições. Na abordagem de Daniel Telles (p. 191, 2019), em reflexões sobre a náutica e o turismo em Jaguarão fronteira Brasil e Uruguai, aborda-se que:

Esse grande e diverso recurso hidrico, que e uma via pronta para o transporte de mercadorias e pessoas, para experiencias e envolvimentos e, atraves do turismo, para o incremento economico, exige uma caminhada territorial de compreensão-abordagem-proposição.

O autor observa que a náutica e o turismo são fenômenos que se casam bem. A Náutica é um sistema de análise própria que exige que se faça uma conexão com o território. Na compreensão em escala local: município, zona urbana. O apego, a valorização daquele território que, no caso, vislumbramos como o Rio Jaguarão. A Náutica é a relação com a água através de um instrumento que boie, uma prancha, por exemplo, são muitas as possibilidades.

Quando se fala em multi escalaridade para Jaguarão, o que deixa muito rico, as vezes paradoxal, mas riquíssimo, são as possibilidades binacionais. O Rio Jaguarão se conecta com o mundo através da Lagoa Mirim, Canal São Gonçalo, a Lagoa dos Patos e os demais rios navegáveis que desembocam nessa região.

A REVITALIZAÇÃO DA ORLA DO RIO JAGUARÃO

No que tange o Projeto de Revitalização da Orla do Rio Jaguarão é importante destacar o papel da gestão municipal, através da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, responsáveis pela mudança de todo o aspecto de embelezamento e lazer da beira do Rio Jaguarão. O projeto, primeiramente, atenderá a comunidade da fronteira, além de estar diretamente ligada à economia, pois será um ponto fundamental de atração de turistas.

É um espaço para as pessoas que optam pelo lazer ao ar livre, para quem quer descansar, curtir a natureza e, também, praticar esportes. Por isso, a ideia de fomentar a pratica dos Esportes Náuticos para o município. As obras estão em andamento e são divididas em etapas, sendo concluídas gradativamente. Atualmente, foram construídos parques para crianças e academia ao ar livre,

conforme imagem abaixo.

Figura 9: Orla do Rio Jaguarão revitalizada



Fonte: dos autores

O projeto prevê 6 etapas, conforme resumo abaixo:

- **Primeira Etapa:** o trecho em as ruas 27 de janeiro e General Osório, realizado com recursos financeiros Federais e Municipais, é constituído de uma esplanada com arquibancadas, pista de caminhada no entorno, acessibilidade e recuperação da calçada original com ladrilho hidráulico. Além disso, a orla do Rio Jaguarão possui uma quadra de areia de beach tênis, vôlei e futebol, toda cercada com estrutura em aço galvanizado e telas. Possui uma academia da primeira idade (praça infantil), muita vegetação e iluminação foto voltaica na pista de caminhada, além de postes de iluminação.
- **Segunda etapa:** o trecho entre as ruas General Osório e Marechal Deodoro também é constituído de uma arquibancada, além de pista de caminhada no entorno, acessibilidade e recuperação da calçada original com ladrilho hidráulico. Possui rampa de acessos, escadaria e muita vegetação, paisagismo, mesas e bancos para contemplação e uma academia ao ar livre para maior idade. Iluminação foto voltaica na pista de caminhada, além de postes de iluminação e lixeiras.
- **Terceira etapa:** Local denominado "Cais Alto", entre as ruas 27 de janeiro e XV de Novembro. Constituído de uma arquibancada, pista de caminhada no entorno, acessibilidade e recuperação da calçada original com ladrilho hidráulico. Possui rampa de acessos, escadaria e muita vegetação, paisagismo. Iluminação foto voltaica na pista de caminhada, além de postes de iluminação.

- Quarta etapa: o trecho considera a rua XV de Novembro em direção à Ponte Mauá (Rua Júlio de Castilhos). Constituído de uma arquibancada, pista de caminhada no entorno, acessibilidade e recuperação da calçada original com ladrilho hidráulico. Possui uma estação fit com aparelhos de ginástica. Também possui um talude com gramado. Escorregador e mini play para as crianças, com bancos externos, areia, mesas de jerivá, vegetação, clorofitos. Há um redário com estrutura galvanizada e dez redes. Iluminação foto voltaica na pista de caminhada e postes de iluminação. Foi construída uma mureta de pedra, servindo para sentar em ambos. Recuperação da rampa de acesso de veículos. Sinalização vertical. Instalação de um virabrequim (obra de arte) da antiga estação da CEEE. Piso de concreto armado de acesso da rua Júlio de Castilhos até a rampa de veículos náuticos.

- Quinta etapa: Essa etapa está em andamento e o trecho compreende o Galpão do Cais que será restaurado, a fim de se tornar um centro cultural e gastronômico. Estrutura em concreto armado, vidraçarias no entorno da fachada principal e laterais, terá um acréscimo em pedras e aço portenho, onde será construído um terraço com guarda corpo em vidros. Um mezanino para dentro do ambiente com telhado diferenciado, feito de vidros, ambiente interno contará com banheiros acessíveis, com seis box para alimentação e uma sala para a administração, todos os ambientes com acessibilidade. No lado externo serão recuperadas todas as pedras do pavimento, além de serem construídas duas travessias que ligarão a pista de caminhada ao centro cultural e gastronômico, e uma travessia elevada na frente do centro cultural para colocação de mesas e cadeiras para atendimento ao público. Além disso, a obra também contará com duas muretas banco próximo ao cais. Toda a obra contará com iluminação foto voltaica e o piso das calçadas do entorno.

- Sexta etapa: Esta etapa não foi licitada ainda, compreende o trecho entre a rua Júlio de Castilhos e a Ponte Internacional Barão de Mauá. Foi reconstruída a calçada com ladrilhos hidráulicos, como também uma ciclofaixa que faz o entorno de todas as etapas para facilitar a mobilidade dos ciclistas, além de evitar o estacionamento e, assim, dar qualidade e melhoria no fluxo da avenida da Orla.

A gestão da Orla revitalizada do Rio Jaguarão, está na secretaria de planejamento e Urbanismo. Toda as informações foram fornecidas pelo Engenheiro André Timm, um dos responsáveis pelo projeto e membro do escritório técnico da Secretaria de Planejamento e Urbanismo Municipal.

O Projeto da Orla foi uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento. O Projeto da Orla busca aproximar as políticas ambientais e patrimoniais, com a participação das duas esferas de governo, federal e municipal, junto com a sociedade. Assim, busca-se proporcionar uma nova abordagem ao uso e gestão dos terrenos e acrescidos da marinha, como forma de criar uma aliança cooperativa entre as ações praticadas na orla marítima.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2016), a orla brasileira é um espaço multiuso, sujeito a sérios conflitos socioambientais e de ocupação. As áreas com urbanização prontas, são ocupadas por diferentes públicos, para diferentes fins. Esse espaço também pode ser utilizado para os Esportes Náuticos que, além de trazer benefícios para a saúde das pessoas que praticam, também será um entretenimento para a comunidade.

Assim, vislumbra-se uma parceria através de um grupo de trabalho entre a Prefeitura Municipal de Jaguarão, a Universidade Federal do Pampa e praticantes do esporte náutico, o que viabilizaria a implantação de uma versão adaptada do Projeto Orla na cidade, para a prática contínua de esportes náuticos. Apenas com um estudo técnico e sério é possível definir as ações de cunho ambiental necessárias para a transformação do Rio Jaguarão em um produto turístico e, para tanto, é essencial a ação conjunta do poder público.

A orla do rio é um ponto de encontro da população jaguareense que busca momentos de descontração, principalmente aos finais de semana. É comum ver a população passeando no local e contemplando a paisagem. A orla possui uma infraestrutura mínima que proporciona a prática de alguns esportes, além da prática de exercícios, pois temos academia ao ar livre e jogos como vôlei. A orla do rio também é um local ideal para a realização de eventos culturais como mateadas, encontro de motociclistas, encontro de carros rebaixados, procissões religiosas, como a de Nossa Senhora dos Navegantes, e eventos promovidos pela Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo, com artistas locais. Diante deste contexto apresentado e para melhor compreensão deste estudo a proposta de inserção no calendário municipal de Jaguarão do Esporte Náutico se torna importante.

Convém apontar que no momento em que estamos vivendo, as pessoas buscam atividades ao ar livre, por isso pensarmos no pós pandemia⁹ em relação ao esporte náutico no calendário de eventos poderá proporcionar motivação para prática de esportes e também impulsionar a economia da fronteira. Beni (2001) define turismo desportivo como:

Deslocamento de turistas aficionados das distintas modalidades de esportes, que afluem a núcleos esportivos tradicionais com calendário fixo de eventos ou a núcleos que eventualmente sediarem olimpíadas, competições e torneios. Nesse caso, o principal produto turístico é o esporte (BENI, p. 423, 2001).

De acordo com a citação, não importa o tipo de modalidade esportiva, nem a época em que estes eventos acontecem: o esporte é que define o produto turístico. Turatti de Rose (2002) destacam que eventos como a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas e as corridas de Fórmula 1 são responsáveis pela atenção da maioria da população, e estes eventos têm grande influência na promoção do turismo. Para Romano (p. 26, 2018), por sua vez, “a área do turismo apropria-se dos eventos desportivos realizados no mundo, desenvolvendo alguns segmentos relacionados a essas atividades”.

O trabalho desenvolvido por Costa, Luciana de Castro Neves (2014) denominado “Turismo e paisagem cultural: para pensar o transfronteiriço” reforça a busca de maiores estudos em relação à fronteira, principalmente relacionado ao turismo, desafios que enfrentamos diariamente na fronteira Jaguarão-Rio Branco. Neste sentido, a contribuição de promover esportes náuticos no rio Jaguarão, imerso nesta paisagem cultural (fronteiriça), possibilita um caminho para a construção de um ca-

⁹ Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 10 de março de 2022.

lendário municipal e uma agenda binacional que contemple a modalidade de esportes náuticos na fronteira. Tal ação fortalece as relações internacionais e traz uma condição de vida mais saudável à população. O esporte náutico possibilita que todos, a chance de viver melhor. Para uma compreensão acerca do projeto de revitalização da orla descrevemos no próximo item sobre a gestão pública e suas implicações.

Figura 10: Prática de Canoagem no rio Jaguarão



Fonte: Grupo Caiaqueiros de Jaguarão

GESTÃO PÚBLICA DE ESPORTES NÁUTICOS

Um dos assuntos importantes sobre contexto que está sendo mostrado neste artigo são as potencialidades e possibilidades do desenvolvimento do turismo náutico no Rio Jaguarão, como também o projeto de revitalização da orla. Questões que podem ser ligadas ao tema das Políticas Públicas de esporte e lazer e a Gestão Esportiva, que vem sendo realizada, principalmente, seguindo a lógica do capital de maneira a enxergar o esporte e o lazer sob três ângulos (OLÉIAS, 1999).

No primeiro o esporte e o lazer são trabalhados como conteúdo para a “inclusão social”, muito mencionada em todo e qualquer relatório vinculado às instituições governamentais. No segundo ângulo, o esporte é resumido em seus “fins esportivos ou medalhistas”, de maneira a subestimar o esporte de alto rendimento, a ponto de colocá-lo como “o ápice da pirâmide esportiva”; no terceiro ângulo, “o esporte e o lazer são tratados como mercadorias, estreitamente vinculados à lógica do mercado esportivo, entre outras” (OLÉIAS, p. 73, 1999).

Existe um distanciamento entre os administradores do Estado e os ensejos da demanda social o que impede que se apresente uma perspectiva de melhoria na definição de políticas que sejam, de fato, públicas. Em outras palavras, é possível uma gestão do esporte e do lazer que se ancore em uma perspectiva emancipatória? Será possível que possamos capacitar gestores com um perfil de formação e atuação tal qual a educação se preocupa em fazer? Sim, é possível. É neces-

sário que haja um interesse da gestão pública em tornar a Orla do Rio Jaguarão em um atrativo turístico e despertar no visitante, através de informações, um olhar voltado ao patrimônio, dando a oportunidade para que o forasteiro desfrute de um maior conhecimento da cidade e de seus atrativos materiais e imateriais.

Por isso a importância de o Poder Público organizar entidades locais representativas das modalidades esportivas, criar um Conselho Municipal de Esporte, à qual poderia potencializar o debate de assuntos referentes à atividade esportiva, desde que englobasse integrantes de todas as modalidades unidos para pensar sobre melhorias para a cidade, descentralizando as decisões do poder público. Uma organização melhor, tanto nos âmbitos públicos quanto privado, traria muitos benefícios que vão além de ganhos com o Turismo para a cidade como na parte de Lazer para a comunidade. Os diálogos da agenda binacional desde 2018 revelam esse fortalecimento dos laços entre dois países, Brasil e Uruguai, o qual abrangem as suas relações fronteiriças e as reflexões sobre a importância do turismo.

Apontamos a importância dos eventos em um município ou região, que proporcionam a quebra da sazonalidade, geração de emprego e renda, entre outros. A proposta do Club Frontera visa a criação de um calendário binacional esportivo, partindo da fronteira Rio Branco/UY e Jaguarão/BR - duas regiões turísticas, o qual a leste está o Uruguai e a região da Costa Doce Gaúcha no Brasil.

CONSIDERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

Este estudo permitiu compreender que a Fronteira Jaguarão/Rio Branco, tem um grande potencial para desenvolver o esporte náutico e vivenciar experiências ao ar livre. Entretanto, entre os principais problemas, destacamos que é essencial haver políticas públicas e planos de turismo para viabilizar a continuidade de ações do esporte náutico no rio Jaguarão. Nota-se a, na gestão, uma descontinuidade devido a cada novo governo que assume, sendo comum o estabelecimento de novo plano, onde aconteça atividades em determinando momento no Brasil e em outro no Uruguai. Através de uma organização por parte do Poder Público e da comunidade, muitos benefícios poderão ser conquistados, como, por exemplo, trazer uma qualidade de vida melhor a todos, entretenimento, ganhos econômicos para a cidade e a oportunidade de todos participarem de um Esporte que faz bem para a saúde física, mental, aproveitando a natureza que a fronteira presenteia a todos, o Rio Jaguarão.

O turismo de eventos esportivos é um dos segmentos que mais cresce no Brasil, e em Jaguarão há muito espaço para desenvolver essa área, tendo em vista sua localização, o crescente número de esportistas em diversas modalidades e, principalmente, com o surgimento de novos adeptos ao náutico. Neste caso, apontamos a necessidade de ações a serem desenvolvidas entre os dois municípios com a participação de ambos os poderes, executivo, legislativo, consulares e, principalmente, a sociedade civil com seus esportistas.

Com a criação do Calendário Binacional Esportivo, será possível fomentar a regionalização do turismo, incluir novas modalidades esportivas e criar o fluxo turístico em um município e outro,

quebrando a própria sazonalidade turística através dos eventos. Outra proposta da qual reforçamos é pensar a fronteira como única, que busca desenvolver ações em conjunto, principalmente através da regionalização do turismo, sendo assim apostamos que a criação de uma Governança Turística de cunho Binacional seja o fator que ainda precisa ser implementada. Muitas ações e práticas desenvolvidas em municípios, cidades e regiões muitas vezes deixam de ter sua continuidade ao mudarem os gestores ou por não fazerem parte de um plano de governo ou mesmo por falta de interesse dos gestores. Neste caso os secretários que estavam a frente das pastas, Educação e Desporto e Cultura e Turismo, deixam de compor o governo na cidade de Jaguarão e, por esse motivo, nesta pesquisa se compreende que não houve mais tratativas por parte dos gestores atuais das duas cidades, Jaguarão e Rio Branco. Este estudo se abre para outras pesquisas e visa uma continuidade para futuro do turismo náutico na fronteira Brasil-Uruguai.

REFERÊNCIAS

BENI, M (2001). Análise estrutural do turismo. 5. ed. São Paulo: Editora SENAC.

CAMPOS, W., & BRUM, V. P. C. (2004). Criança no Esporte. Curitiba: Darnolt, 2004.

CASTRO, S. B. & SOUZA, D. L. (2011). Significados de um Projeto Social Esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. *Movimento*. 17(4).

COSTA, L. C. N. (2014). Turismo e paisagem cultural: para pensar o transfronteiriço. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/635/Dissertacao%20Luciana%20de%20Castro%20Neves%20Costa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DEMAISON, A. L. (2008). Equipamentos utilizados por iatistas da classe Snipe: implicações músculo-esqueléticas a partir de uma abordagem ergonômica. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12218/12218_1.PDF>. Acesso em 10 de set. de 2021.

IBGE (2010). Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de ago. de 2021.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2011). Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/sigwebjaguarao/files/2014/09/Dossi%3%AA-TombamentoJaguar%3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21 de ago. de 2021.

KRIPPENDORF, J. (2009). Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed.

OLÉIAS, V. J. (1999). Políticas esportivas do Neoliberalismo. *Motrivivência*, (12), 65-78. Rodrigues, A. (2008). Projeto meninos do lago. Apostila de canoagem. Foz do Iguaçu.

ROMANO, F. S. (2018). *Atratividade turística em estádios de futebol: visitaçao no estádio Arena Corinthians* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

SCHORN, T. M. (2013). Turismo náutico no Rio Jaguarão, um resgate possível. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa.

TELLES, Daniel H.Q. Reflexões sobre a náutica e o turismo em Jaguarão: territórios e complexidade, p.179-195. In Turismo na UNIPAMPA: Uma década de formação no ensino superior. Organizadoras: RIBEIRO, Angela M.B, PISONI, Adriana, MAY, Marilú A.C. Porto Alegre, EVANGRAF, 2020.

TURATTI DE ROSE, A. (2002). Turismo: Planejamento e Marketing. São Paulo: Manole.



7. TURISMO E IMAGEN

El arte rupestre del norte del Uruguay como experiencia hacia el pasado e imagen turística del presente

Gabriel de Souza Cabrera¹

Diana Rosete Simonet²

Verónica Gabriela Albarellos Berardi³

Andrés Costa⁴

Resumen

El artículo propone profundizar en las transformaciones turísticas y patrimoniales que surgieron a partir del proceso de valoración del Centro de Interpretación de Arte Rupestre, inaugurado en 2019 en las Termas del Arapey, Salto. Este camino nos invita a repensar los vínculos entre el turismo, el patrimonio y el conocimiento arqueológico a través de la producción de contenidos, formas de traducir y revelar significados antes desconocidos para residentes y turistas en la región norte de Uruguay. Estos nuevos contenidos proyectan un espejo donde miramos desde el presente y reflexionar acerca de una "pre"historia invisibilizada y marginada en el discurso hegemónico de la identidad nacional. Además, el proceso de valoración patrimonial nos compromete a aportar contenidos alternativos a la imagen del destino turístico termal, al involucrar a diversos actores en un proceso orientado a promover un horizonte más sostenible.

1. Introducción

Una de las cosas que podemos preguntarnos es ¿cómo pasó desapercibido? ¿Cómo recién ahora tomamos contacto con esta realidad? La gente que vive en la zona ignora estas representaciones y tenemos que indicárselas porque no las ven. El Uruguay tiene dificultades para reconocer una historia más allá de los españoles y los portugueses. Es una historia muy corta de apenas 500 años. La presencia de seres humanos en nuestro territorio la podemos remontar a 12000 años y acá estamos en un fragmento del territorio que abordaría los últimos de 4000 años (CABRERA, testimonio de audiovisuales del CIAR)

En el Uruguay se identifican dos grandes regiones de manifestaciones rupestres: la región sur que nuclea los departamentos de Flores y Durazno, caracterizada por la presencia de pinturas y la región al norte del Río Negro, caracterizada por la presencia de grabados (CONSENS, 1985, FEME-

¹ Área de Estudios Turísticos; Docente e investigador; Antropólogo y Doctorando en Sociología Facultad de Ciencias Sociales Universidad de la República; gadesouza@gmail.com

² Docente e investigadora Departamento de Turismo, Historia y Comunicación; CENUR Litoral Norte; Universidad de la República; dirosete@yahoo.com

³ Estudiante Licenciatura en Turismo, CURE, Universidad de la República; Uruguay; veronicagalbarellos@gmail.com

⁴ Coordinador y docente Tecnicatura Audiovisual; DGETP-UTU; materiasonora@gmail.com

NÍAS, et. al., 2004, citado en CABRERA, 2008). Ambas modalidades de arte rupestre se diferencian entre sí por el método de ejecución. Específicamente en el departamento de Salto, en 1995 se localizaron decenas de grabados rupestres al sur del Río Arapey, lo que suscitó el interés científico. Para 1998 el Museo de Arqueología de Salto elaboró un proyecto de investigación con el fin de relevar de forma exploratoria los sitios y manifestaciones rupestres. Esto atrajo el interés de la Comisión Nacional de Arqueología (MEC) y de UNESCO y para el año 2000 se empezó a insistir en la necesidad de investigar y proteger dicho patrimonio.

Sin embargo, al 2008 menos del 10% de los sitios arqueológicos de Salto estaban localizados (CABRERA, 2008). En los últimos veinte años, se pasó de contar solo dos sitios conocidos con petroglifos en todo el territorio nacional, a conocer más 150 sitios arqueológicos con miles de grabados en los departamentos de Salto y Artigas, lo que posiciona a este territorio estudiado, como una de las áreas más relevantes del arte rupestre a nivel sudamericano (CABRERA, 2010, 2014, 2016). El estudio arqueológico de dichas manifestaciones ha permitido conocer algunos de los códigos de comunicación difundidos y socializados por comunidades que antes desconocíamos. En 2005 el Poder Ejecutivo, a sugerencia de la Comisión Nacional de Patrimonio (MEC) declaró Monumento Histórico Nacional dos de los sitios arqueológicos con petroglifos del Departamento de Salto, anunciando el compromiso de transmitir este patrimonio cultural hacia las generaciones futuras (IMPO, 2005).

El área investigada comprende una zona rural con escasa población, caracterizada por un paisaje llano de origen basáltico, con múltiples afloramientos de arenisca silicificada. La roca soporte puede tener tamaños muy variados de más de un metro a unos pocos centímetros. Los petroglifos pueden aparecer agrupados en número que pueden superar los 150 grabados por sitio, en números menores o aislados. Los diseños fueron clasificados en su mayoría como de tipo geométrico abstracto, y para su confección se aplicaron las técnicas de picoteado y abrasión (raspado y pulido), y combinaciones de ellas. Los surcos o trazos rectilíneos presentan sección en "V", o en "U" (ROSETE, 2013).

Algunos de esos diseños, datan de hace más de 4000 años antes del presente, por lo que abren un horizonte temporalmente más amplio sobre el pasado prehistórico. Siendo testimonios de "un pasado incómodo" que contradice los discursos y políticas de la memoria oficiales que durante los siglos XIX y XX construyeron "lo patrimonial", despreciando y desconociendo las poblaciones indígenas del Uruguay (VERDESIO, 2005). El proyecto aquí planteado propone revertir este proceso de desvalorización del pasado indígena apoyado en la declaración de su extinción en el territorio nacional y los dispositivos de asimilación en nombre de un crisol blanco.

Los arqueólogos responsables de la investigación consideran crucial transformar estas manifestaciones en un patrimonio de uso, que permita su conservación y al mismo tiempo garantice el disfrute de la comunidad local. Para lograrlo, es necesario la participación activa de instituciones públicas, la academia y entidades locales. En la región, los afloramientos son utilizados como canteras para extraer rocas destinadas a la construcción de pisos y paredes (CABRERA, 2013, 2014). Esta explotación plantea la urgente necesidad de otorgar un nuevo valor a estas manifestaciones y transformar los significados asociados al pasado indígena, dado que se encuentran en peligro debido a estas prácticas extractivas.

En colaboración entre el colectivo antropologiavisual.org, el Departamento de Arqueología del Instituto de Ciencias Antropológicas⁵ y la Intendencia de Salto, nos embarcamos en un proyecto presentado a la convocatoria de la Agencia Nacional de Innovación e Investigación (ANII) para la Popularización de la Ciencia y la Tecnología. En 2016, recibimos su apoyo para crear el Centro de Interpretación de Arte Rupestre del Norte de Uruguay (en adelante CIAR) en Termas del Arapey. El proceso comenzó al reunir a un equipo interdisciplinario de antropólogos, arqueólogos, realizadores audiovisuales, diseñadores gráficos y turismólogos con el objetivo de revelar nuevos significados de la prehistoria a través de estrategias de comunicación accesibles.

2. Las Termas dei Arapey

Las Termas del Arapey son ampliamente reconocidas como el primer centro termal de Uruguay. Se localizan a 80 kilómetros al norte de la ciudad de Salto, en el litoral noroeste del país. Para llegar a Arapey, es posible tomar la ruta 3 hasta el kilómetro 548 y luego continuar 19 kms hacia el este.

Las principales actividades económicas del departamento están basadas en la producción agrícola intensiva, la ganadería, las agroindustrias, el turismo, el comercio y los servicios. El vínculo de la región con el turismo surge a partir de las perforaciones en Arapey en busca de petróleo que dieron como resultado el hallazgo de la insurgencia del agua termal en 1941 (CAMPODÓNICO & DA CUNHA, 2010).

En este sentido, Quintana (2022) analiza la evolución del destino turístico de las Termas del Arapey desde la mirada de las políticas públicas caracterizando su desarrollo en cuatro etapas: la pre formación de la trayectoria termal (1940-1967), la creación de la trayectoria de la zona termal (1970-1990), el desarrollo del producto tennas (1990-2005) y el declive del destino termas o región termal (2005-2015).

Durante la primera etapa (1940-1967), se establecieron los primeros destinos turísticos termales en la región de Arapey, Daymán y Guaviyú. Dos eventos destacados marcaron este período: en 1960, la transferencia del terreno militar al Gobierno Departamental de Salto para la creación de un centro turístico termal, y en 1962, la declaración de interés turístico nacional mediante la Ley N° 13.079. Durante este tiempo, el gobierno local desempeñó un papel activo, organizando, estimulando y participando como empresario en la actividad turística.

En la segunda etapa (1970-1990), se conformaron los centros termales públicos y los primeros alojamientos apoyados en la difusión de bondades y atributos tales como: “la ‘zona termal’, integrada por las regiones del noroeste del país, que poseían fuentes hidrominerales termales de excepcionales características físico-químicas y bromatológicas” (THUL, 2014, p. 144).

Aquí se conformaron los primeros núcleos turísticos distanciados espacialmente en el ter-

⁵ Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación Universidad de la República, Uruguay..

ritorio donde el gobierno adoptó un enfoque desarrollista que se caracterizó por la realización de importantes inversiones públicas en infraestructura y la implementación de los primeros planes de desarrollo turístico a nivel nacional (QUINTANA, 2022).

En la tercera etapa (1990-2005) aparecen los primeros organismos internacionales entorno a la geopolítica del agua e irrumpen las primeras cadenas hoteleras, gastronómicas y shoppings, al mismo tiempo que se promueve el desarrollo de las pymes de servicios. Las termas empezaron a promocionarse como espacios para el ocio, recreación, descanso, salud y disfrute orientadas especialmente a un público de clase media familiar. En este contexto, se crea la primera marca territorial llamada "Litoral Termal", la cual ha evolucionado hasta convertirse en la actual "Destino Termas".

La siguiente etapa de región termal entre 2005 y 2019 está caracterizada por el declive y estancamiento del destino. El mismo enfrenta escenarios económicos de baja competitividad, conflictos de sostenibilidad ambiental. A su vez, la marca "Destino Termas" fue absorbida por el proyecto del "Corredor de los Pájaros Pintados" hacia un plan regional de descentralización y diversificación de la oferta turística liderado por la gestión pública a distintos niveles de gobierno (QUINTANA, 2022).

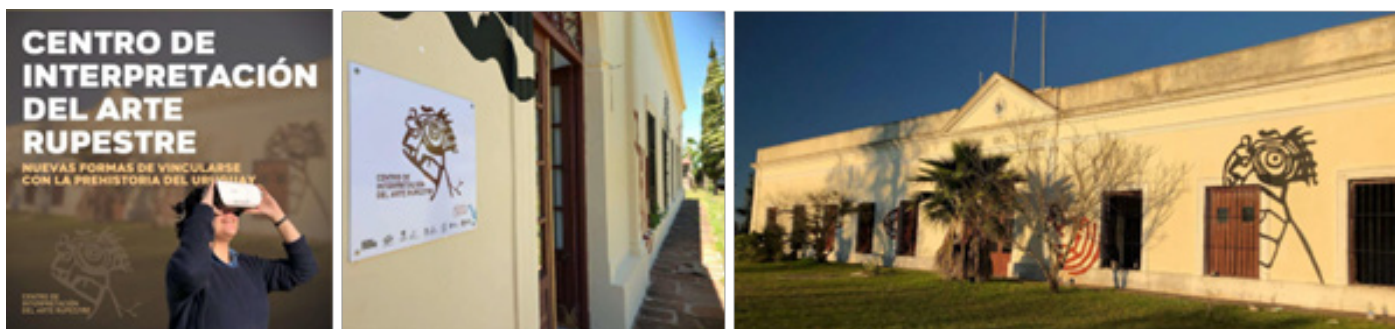
Más allá de estos devenires, el turismo termal tiene una larga tradición en Uruguay y es el principal atractivo de la Región Litoral. Especialmente en los departamentos de Salto y Paysandú (Lombardo, 2015) esta popularidad se apoya también en que el turismo termal recibe flujos turísticos durante todo el año. Según datos recientes, en el primer semestre de 2022, el litoral termal se posicionó como el cuarto destino más visitado del país, con 34.581 visitantes, mientras que en el segundo semestre se convirtió en el destino más visitado, con 152.039 visitantes (UCU, 2018).

3. Centro de Interpretación de Arte Rupestre

A partir de 2016, emprendimos la tarea de incorporar nuevos contenidos temáticos a Termas del Arapey con el objetivo de difundir y presentar los hallazgos de investigaciones arqueológicas a un público más amplio. Como resultado, en 2019 inauguramos el Centro de Interpretación de Arte Rupestre en el antiguo "Museo del Arma de Caballería". Esto nos implicó darle un nuevo significado a un espacio que solía exhibir armamento militar, simbolizando la fuerza del Estado-Nación moderno que, entre otras cosas, estuvo involucrado en campañas de exterminio de los indígenas en el siglo XIX y silenció las historias antes de La Historia Nacional autorizada.

La Intendencia de Salto desempeñó un papel crucial y valiente al emprender la tarea de restaurar y liderar la transformación de un edificio que anteriormente había sido utilizado como un predio militar y luego como museo, donde se exhibía el poderío del ejército mediante la exposición de armamentos. Sin embargo, se llevó a cabo un proceso de resignificación que trascendió el interior del edificio y se extendió hasta su fachada, incorporando motivos de diseños de arte rupestre. Este enfoque representó un cambio significativo en la forma en que se presenta el territorio, poniendo de relieve la importancia de los antiguos pobladores y su profunda influencia y conexión en la región. Este proceso ha creado un ambiente que evoca la presencia de otros pobladores silenciados como seres "pre"históricos en la región norte de Uruguay.

Foto 1, 2 y 3 - Centro de Interpretación de Arte Rupestre



Fuente: Sitio web <https://gadesouza.wixsite.com/ciar> de antropologiavisual.org y <https://www.facebook.com/Centro-deinterpretaciondelArteRupestre/photos>

El Centro de Interpretación consta de 5 salas en donde se revela la labor de la arqueología en su búsqueda de interpretar el significado funcional, simbólico y contextual que tuvieron éstas manifestaciones prehistóricas a través de tecnologías de la información y comunicación.

Los mensajes interpretativos subrayan que el proceso de patrimonialización comienza desde la investigación arqueológica, destacando las reflexiones de los arqueólogos en torno a posibles escenarios de turistificación que podrían causar impactos físicos sobre los sitios arqueológicos con arte rupestre. En estas salas, empleamos estrategias de comunicación que involucran diversos sentidos para crear una experiencia inmersiva y participativa. Los dispositivos y tecnologías recrean el contexto natural del sitio arqueológico a través de recursos gráficos, textuales, proyecciones audiovisuales, iluminación y elementos lúdicos brindando una experiencia interactiva y enriquecedora para los visitantes.

Figura 4 - Recurso gráfico y textual ubicado en el CIAR



Fuente de fotos: "Contenidos simbólicos y técnicas de grabado en las manifestaciones rupestres del norte uruguayo. Un abordaje desde la arqueología experimental" ANII -Fondo Clemente Estable 2015-2018

Los elementos se combinan para revelar los significados y valores prehistóricos a través de proyecciones audiovisuales inmersivas con videos en 360° y sonido envolvente. Estas proyecciones permiten que los visitantes se sumerjan en el sitio arqueológico original y participen en una experiencia de investigación como arqueólogos. La inmersión se produce de tal forma que el visitante

se involucra en el trabajo del arqueólogo en el sitio, desplegando herramientas, equipamiento y sorteando algunas de las dificultades que afrontan los investigadores para descubrir los hallazgos, conocer los diferentes motivos de los petroglifos y analizar las técnicas de grabado utilizadas.

Este enfoque proyecta los diferentes planos del análisis arqueológico: la identificación de los motivos y su cuantificación, la técnica utilizada, la articulación de los motivos en los paneles, el estudio de la incidencia de la luz solar sobre los mismos, la relación de los sitios con manifestaciones rupestres con la topografía, el número de caras grabadas de cada soporte, sus orientaciones, el número de figuras grabadas en la superficie del bloque, visibilidad, estado de preservación de los grabados.

Fotos 5, 6 y 7 - Proyección Audiovisual Inmersiva con vídeos 360° dei CTAR



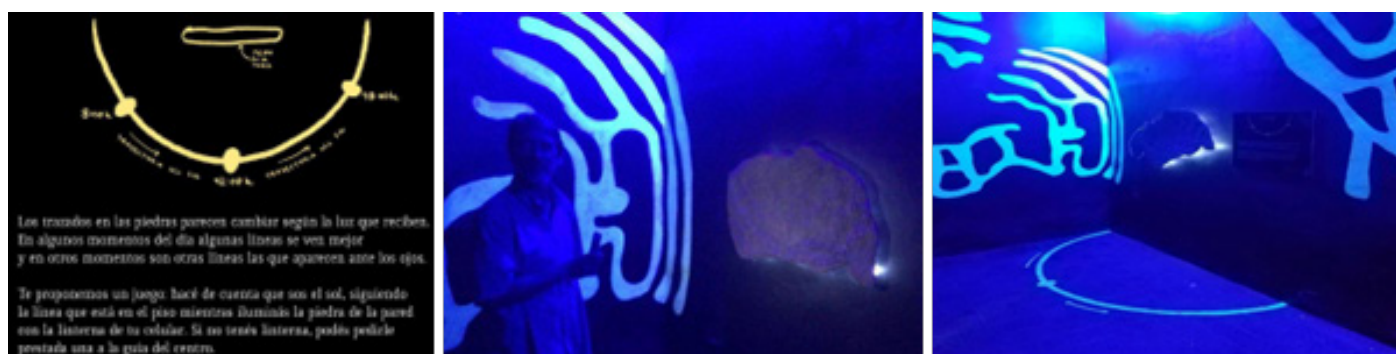
Fuente: Sitio web <https://gadesouza.wixsite.com/ciar> de www.antropologiavisual.org

Además, la muestra se complementa con monitores en los que se proyectan testimonios de arqueólogos que comparten sus experiencias de investigación y su conocimiento⁶. Estas entrevistas brindan a los visitantes la oportunidad de profundizar en las investigaciones realizadas sobre los petroglifos estudiados.

Por otra parte, diseñamos una sala oscura que presenta petroglifos fluorescentes y una réplica a escala real, invitando a los visitantes a descubrir los contornos utilizando lintemas y explorar posibles interpretaciones de los diseños, tales como significados astronómicos. Esta experiencia permite una interacción activa y estimulante donde los visitantes pueden sumergirse y develar nuevos significados a través de su propia exploración.

⁶ Ver canal de Youtube de antropologiavisual.org con entrevistas a arqueólogos participantes dei proyecto. <https://www.youtube.com/@antropologiavisual2943/videos>

Fotos 8, 9 y 10 - Sala Oscura Interactiva dei CIAR

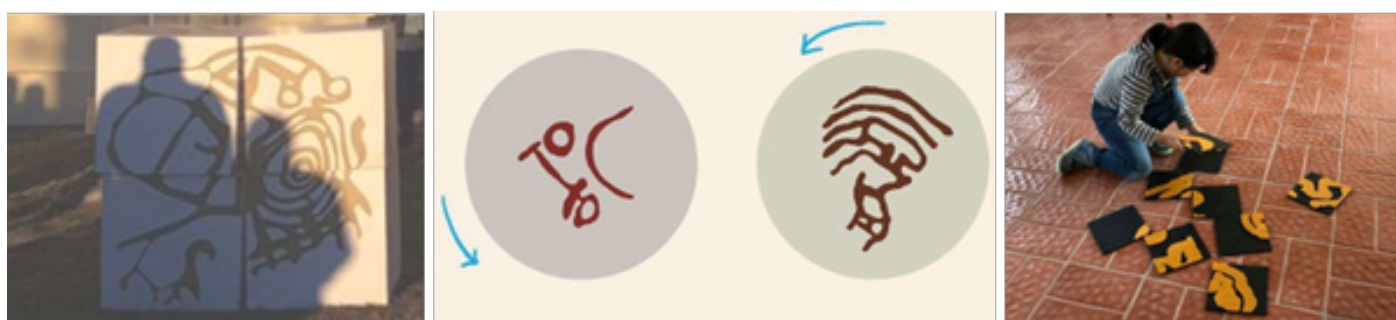


Fuente: www.antropologiavisual.org

Los parlantes y auriculares completan la experiencia y permiten la inmersión en el trabajo de campo de los investigadores y en los ambientes sonoros de los sitios arqueológicos. A su vez, el espacio cuenta con impresiones 3D que además de enriquecer la experiencia sensorial, facilitan un espacio accesible para personas en situación de discapacidad visual y permiten una conexión más profunda con las manifestaciones prehistóricas. De este modo, los visitantes interactúan de forma táctil y experimentan las técnicas de frotado utilizadas en el arte rupestre, más allá de la dimensión visual más evidente.

En la última sala, creamos un espacio lúdico en donde se encuentran disponibles juegos interactivos como rompecabezas, puzzles de cubos, *frottages* y piezas giratorias. Además, se exhiben productos temáticos creados por el grupo de mujeres ceramistas de Arde Belén y otros artesanos locales que diseñaron gorros, tazas, lámparas y pines.

Fotos 11, 12 y 13 - Juegos Interactivos Temáticos dei CIAR



Fuente: www.antropologiavisual.org

4. Contribución dei CIAR ai proceso de patrimonialización

El proceso de valoración del arte rupestre puede ser analizado a través de tres ejes o carninos de patrimonialización: el turístico, el académico y el social. En el ámbito turístico, el proyecto aporta nuevos contenidos hacia la diversificación de la oferta del destino. Además, orienta la valoración del pasado a recursos propios del territorio, fomentando el desarrollo endógeno y comprometiéndose a diversos actores sociales en los procesos de negociación y valorización.

En otro nivel de análisis, desafía los límites de lo que consideramos "lo patrimonial" al pro-

poner una nueva perspectiva de las manifestaciones prehistóricas para cuestionar el proceso de construcción de nuestra identidad y generar nuevas historias apropiadas como "bienes comunes" que establezcan vínculos temporalmente más profundos con nuestro territorio.

Además, el CIAR plantea nuevas perspectivas e interrogantes en el ámbito de las interacciones entre la arqueología y el turismo, provocando la incorporación de nuevos protagonistas en la difusión del conocimiento científico que, tradicionalmente, no han participado en la gestión del patrimonio. El camino de valorización explora nuevas sendas en la implementación de prácticas turísticas como estrategia para fomentar la conservación de los sitios arqueológicos.

4.1. Eje de valorización turística

La conformación de la imagen turística de Salto como destino termal fue un proceso gradual que abarcó un extenso período. Desde las primeras décadas del siglo XX hasta 1970 y especialmente durante la etapa inicial de desarrollo turístico del lugar (1940-1967). A lo largo del tiempo la imagen territorial se fue asociando con vastos campos de naranjales, las "cautivadoras" aguas del Río Uruguay, sus "impresionantes" saltos de agua (CAMPODÓNICO & DA CUNHA, 2010).

Durante la segunda etapa de conformación, la imagen del departamento de Salto experimentó una transformación significativa en donde el elemento agua ganó protagonismo asociado a los centros termales. Como mencionan Campodónico y Da Cunha (2010, p.76), las termas configuraron el principal atractivo territorial, movilizandando muchas personas al encuentro de sus virtudes terapéuticas, de descanso y recreación.

En el siglo XXI, las políticas públicas en turismo han promulgado diversificar la oferta y demanda de la región, integrando los centros termales con otros recursos turísticos que también tienen potencial ya que son parte importante de la identidad de las localidades tales como deportes y actividades náuticas, áreas protegidas, montes, ríos e islas, arquitectura, gastronomía y festivales musicales (CHALAR, 2014). A su vez, las estrategias de diversificación turística a nivel nacional (MINTUR, 2009, 2019) promovieron la integración de "Destino Termas" dentro de un destino más amplio llamado "Corredor Turístico de los Pájaros Pintados", que buscaba valorizar la región en torno al Río Uruguay.

En este escenario el nuevo elemento que le daría unidad a la región ya no eran las aguas termales, sino más bien el Río Uruguay como elemento geográfico articulador. Esta nueva imagen turística territorial seleccionaba una dimensión distintiva que preponderaba sobre las demás (HAESBAERT, 2010) y, reunía en torno a sí, a todos los demás productos (termas, turismo náutico, de áreas protegidas, turismo cultural, pueblos con encanto, sabores de la región).

Sin embargo, con el cambio de gobierno en 2020 el proyecto se interrumpió y algunos actores señalan que el Corredor de los Pájaros Pintados (2012-2019) ha contribuido al estancamiento del Destino Termas y a la pérdida de posicionamiento de imagen a nivel nacional. Aunque es un tema ampliamente debatido que se puede rastrear en documentos técnicos y comunicados de prensa, la integración y complementariedad de los productos turísticos termales con otros no ha generado un

impacto significativo, a excepción de algunos casos. Esta situación ha llevado a cuestionamientos por parte de actores del sector turístico hacia el MINTUR y a las intendencias socias ya que, la mayoría de las inversiones respaldadas por el financiamiento internacional del BID no se han destinado a los centros termales y se han enfocado en el desarrollo de estaciones náuticas, áreas protegidas y sitios históricos como el Paisaje Protegido de la Humanidad Anglo de Fray Bentos y la Meseta de Artigas.

En los últimos años, el Destino Termal ha concitado diferentes grados reflexividad entre sus actores turísticos, quienes reconocen la necesidad de abordar los desafíos y buscar estrategias para revitalizar la zona. Al respecto, el Observatorio Económico de la Universidad Católica identificó en 2018 que el 80% de los visitantes del destino termal provienen de Uruguay (turismo interno), el 9.7% de Brasil y el 8% de Argentina (UCU, 2018). La crisis sanitaria global dei Covid-19 y la dependencia considerable dei mercado uruguayo se suman a un contexto desfavorable en términos cambiarias con Argentina, generando una coyuntura que ha tenido un impacto negativo en el flujo de turistas y en la actividad turística en general de este destino. Ante esta situación, los actores turísticos regionales se han planteado adherirse a tendencias globales y nacionales del desarrollo turístico tales como potenciar la oferta turística, diversificar los mercados turísticos y atraer visitantes de diferentes nacionalidades, fortalecer la infraestructura y mejorar la calidad de los servicios, centrándose en la innovación y la sostenibilidad.

De todas maneras, aún no se han logrado las alianzas estratégicas entre actores públicos y privados en tomo a una visión común del destino turístico para generar sinergias positivas y enfrentar los desafíos actuales en tomo a brindar mayor flexibilidad y segmentación a la gestión de los destinos turísticos (SANTANA TALAVERA, 2015, p. 41). En la planificación de circuitos turísticos que conectan el turismo con el patrimonio, existe un desafío debido a que las instituciones públicas a menudo priorizan la dimensión económica del fenómeno turístico en lugar de valorar adecuadamente los aspectos patrimoniales. Según Prats y Santana (2011), estas instituciones invierten recursos en patrimonio y personal, con la expectativa de obtener beneficios económicos que también benefician a las empresas turísticas y a otros actores indirectos, lo que a su vez les proporciona legitimidad política y recursos financieros para la institución patrimonial. Sin embargo, esta perspectiva descuida otras dimensiones importantes, como la cultura, la identidad, la apropiación y el sentido de pertenencia de la comunidad local, así como la acumulación histórica del territorio (PRATS & SANTANA, 2011, p. 8). Para reorientar estos ciclos viciosos del mercado, la apropiación y participación activa de la comunidad local desempeñan un papel fundamental para posicionar este patrimonio en la oferta turística.

Frente a esta situación, apostamos con el CIAR a contribuir con nuevos contenidos temáticos del territorio con la ilusión de acompañar la emergencia de nuevas modalidades de turismo propiciadas por las cambiantes condiciones y demandas del mercado. El CIAR introduce un atractivo y atributo adicional a las Termas del Arapey para complementar su oferta centrada en las piscinas y tender puentes hacia la diversificación y descentralización geográfica del destino en consonancia con las tendencias actuales del turismo que pretenden ser "alternativos", "sostenibles" y "responsables" (PRATS & SANTANA, 2011, p. 3). Estas tendencias buscan una perspectiva más amplia que trascienda la visión economicista del fenómeno turístico y en su lugar, coloque a los residentes en el

centro de las estrategias, promoviendo prácticas respetuosas con los recursos locales y fomentando un enfoque holístico tendientes hacia el desarrollo sostenible (DE SOUZA & DABEZIES 2019; DABEZIES & DE SOUZA, 2017).

El proyecto enfrenta varias desafíos al momento de beneficiar a más emprendedores y generar nuevas capacidades en las comunidades anfitrionas, permitiendo a los residentes convertirse en embajadores de nuevas visiones acerca del pasado. En el plano local, se plantearon dificultades para comprometer a algunos actores turísticos tales como hoteles, restaurantes, e incluso, a los propios funcionarios públicos anfitriones del centro termal en la difusión y promoción de la visita. Esto puede interpretarse considerando las dificultades de los actores turísticos de los destinos que se limitan a la explotación económica y a una imagen exclusivamente promovida por intereses institucionales y empresariales⁷, con casi ninguna participación de los residentes (SANTANA TALAVERA, 2015 p.41).

En el extremo opuesto, se corre el riesgo de subordinar la actividad económica turística a la gestión académico-patrimonial y de enfocar exclusivamente la región noroeste como un destino turístico centrado en el arte rupestre. Entendemos que un desafío más acertado sería establecer y fortalecer los vínculos entre realidades aparentemente distantes y desconectadas, acercando estas manifestaciones culturales a los actores turísticos locales. Lo que requerirá un proceso más largo de orquestación de actores políticos, turísticos, académicos y residentes.

4.2 Eje de valorización académica

Desde la década del 90, Uruguay ha aumentado de manera significativa su legado arqueológico relacionado con el Arte Rupestre. A partir del año 2009, se iniciaron diversos proyectos de investigación e intercambio en los departamentos de Salto y Artigas debido a la abundante presencia de grabados rupestres en la zona⁸. La exclusión de nuestras poblaciones prehistóricas de las representaciones de la identidad nacional ha llevado a que sean olvidadas y desterradas de la memoria colectiva. Esto remite a preguntas de alcance más general tales como: ¿qué estamos haciendo como sociedades cuando valoramos y conservamos?

Como parte de este proceso de valoración más amplio, el proyecto colabora en la negociación del significado que el pasado tiene en el presente. Tal como afirma Smith, es el uso el que transforma ciertos bienes en asuntos patrimoniales: "Algo encerrado en la bóveda de un museo, o una partitura musical que nunca se cantó, no son patrimonio: son patrimonio sólo cuando se usan o se cantan para ayudar a mediar el significado del pasado en el presente" (SMITH, 2021, p. 142).

⁶ Ver sitio web Destino Termas <https://destinotennas.gub.uy/>

⁸ Entre ellos se encuentran: "Proyecto de excelencia con alto requerimiento de gastos e inversión" (ANII-Fondo Clemente Estable, 2009-2011), "Gestión e Investigación del patrimonio arqueológico prehistórico ('Arte Rupestre'), de la región Norte de Uruguay." (CSIC I+D, Udelar, 2011-2013) y "Contenidos simbólicos y técnicas de grabado en las manifestaciones rupestres del norte uruguayo. Un abordaje desde la Arqueología Experimental" (ANII-Fondo Clemente Estable, 2015-2018) De forma paralela se desarrolló el Programa Ecos-Sud: Dirección General de Relaciones y Cooperación de la Universidad de la República, Uruguay-Gobierno Francés (Comité Cooperación Científica para Argentina, Chile y Uruguay) y el Proyecto de Intercambio, Departamento de Arqueología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-Instituto de Paleontología Humana-Museo del Hombre de París 2009-2011. Área temática concursada: Arqueología de sitios con Manifestaciones Rupestres (Investigadores responsables: Patrick Paillet, Francia, y Leonel Cabrera Pérez, Uruguay)

Tradicionalmente, el concepto de patrimonio arqueológico se limitaba a aquellos objetos materiales que podían ser estudiados a través de métodos arqueológicos. Uno de los retos al que nos hemos enfrentado en el proyecto es reorientar “lo patrimonial” a un sentido más holístico, más allá del concepto sustancialista o coleccionista del patrimonio (DAVALLON, 2014). Entendemos que el acento no debe estar situado únicamente en los objetos patrimoniales como entidades físicas o lugares concretos. Debemos empezar a concebir el patrimonio como una relación dinámica con los significados y valores históricos, que implica acciones políticas relacionadas con la identidad y la memoria. En otras palabras, superar la visión sustancialista y estática (DAVALLON, 2014) del patrimonio como absoluto, propiedad intrínseca, cosa, objeto o lugar en sí mismo y comenzar a concebido como una negociación de significados y valores históricos, una acción política acerca de la identidad y la memoria (**SMITH**, 2021).

La Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico de 2007 propone una definición:

El “patrimonio arqueológico” representa la parte de nuestro patrimonio material para la cual los métodos de la arqueología nos proporcionan la información básica. Engloba todas las huellas de la existencia del hombre y se refiere a los lugares donde se ha practicado cualquier tipo de actividad humana, a las estructuras y los vestigios abandonados de cualquier índole, tanto en la superficie, como enterrados, o bajo las aguas, así como al material relacionado con los mismos (TNCP, 2007, p. 157-158).

Desde nuestro punto de vista, es importante reorientar esta perspectiva y focalizar en la labor arqueológica y las transformaciones relacionadas. Esto implica trascender estos discursos autorizados y permitir un cambio conceptual, reconociendo que el patrimonio no se limita a meros vestigios, sino que es un proceso de construcción de valor social.

Superar la visión sustancialista implica ir más allá de una apreciación estética del arte rupestre centrada exclusivamente en el diseño como criterio de valoración. La importancia del estudio arqueológico de las representaciones rupestres radica en que, como un código de comunicación generado por un repertorio colectivo, es conocido, difundido y compartido por los miembros de una comunidad, formando parte del subsistema simbólico y del sistema sociocultural en su conjunto. Por lo tanto, un análisis sistemático de estas representaciones se vuelve imprescindible para lograr una comprensión más profunda de dicha cultura, trascendiendo así su valor puramente estético.

Durante las últimas décadas del siglo pasado, han surgido debates teóricos sobre la relación entre la arqueología y la sociedad, centrándose en los efectos públicos y las consecuencias sociales de la disciplina. En este sentido, se han desarrollado corrientes como la “Arqueología Pública”, la “Arqueología Social Latinoamericana” y la “Arqueología Aplicada”. Estos enfoques también nos permiten nuevas orientaciones de los tradicionales roles descriptivos y de documentación del pasado (SALERNO, 2013). En vista de estos cambios, la interpretación y comunicación del patrimonio adquieren mayor relevancia en un ámbito complejo. Los sitios arqueológicos representan un pasado material fragmentado o “roto”, en contraste con otros tipos de patrimonio histórico que suelen considerarse más “enteros” o completos y con evidencias materiales más comprensibles en sí mismas (RUIZ ZAPATERO, 1998, p. 7). Transitar estos caminos de valoración “rotos” y empedrados implica

riesgos en tomo a la interpretación del conocimiento arqueológico y sus posibilidades epistemológicas de revelar prácticas, significados y simbologías sobre cómo nuestros antepasados interactuaban con el territorio.

A la luz de esto, las tensiones entre investigación, conservación y democratización de los resultados a través del turismo se pueden extender a un nivel más amplio. Aunque se ha promovido un mayor compromiso en la divulgación, educación y extensión de la arqueología con el objetivo de intervenir en la realidad y transformar la situación existente, el uso turístico del patrimonio arqueológico ha generado diversas discusiones y críticas. Tradicionalmente, se consideraba una amenaza debido a la mercantilización y sus tendencias hacia la banalización, la explotación o la destrucción del recurso patrimonial. Para no paralizarnos frente a estas tensiones y controversias, entendemos necesario asumir un compromiso creativo y activo en la discusión sobre "lo patrimonial", desde el presente, para desempeñar un papel informado en la construcción del futuro (HARRISON, 2013, p. 36).

Con el fin de preservar la integridad de los numerosos sitios arqueológicos que albergan manifestaciones rupestres, se ha decidido ubicar el Centro en una zona distante de su contexto original. Esta medida fue resultado de negociaciones entre arqueólogos y actores turísticos, quienes estaban principalmente interesados en impulsar el turismo en las localidades cercanas a estos sitios.

4.3. Eje de valoración social

Utilizando al CIAR como vehículo transmisor y transformador proponemos nuevas narrativas sobre la identidad nacional donde las manifestaciones prehistóricas alcancen su consagración como bienes comunes y representen una nueva profundidad temporal del territorio.

Nuestro punto de partida parte de un diálogo social más amplio para hacer de la "patrimonialización" un verbo y no un sustantivo, que fomente la participación y la comunicación entre investigadores, actores locales, instituciones públicas y turistas, logrando ciertos niveles de colaboración en la gestión turístico cultural de Salto.

En un contexto de recesión económica a nivel global, donde el Estado reduce selectivamente su apoyo a la cultura y los centros de interpretación se ven desafiados por el predominio de equipos técnicos expertos y élites intelectuales (MELGAREJO & LÓPEZ, 2017), el CIAR ha logrado alcanzar diversos compromisos. Inicialmente, a través del apoyo financiero de la Agencia Nacional de Innovación e Investigación (ANII), la Intendencia de Salto y la Universidad de la República (UDELAR), se logró financiar, difundir y gestionar el espacio.

El Departamento de Turismo de la Intendencia de Salto ha sido un aliado fundamental en el impulso y enriquecimiento de la experiencia de los visitantes en Termas de Arapey. Han asumido la responsabilidad de desarrollar un Plan de Gestión integral y asegurar el funcionamiento ininterrumpido del Centro de Interpretación desde su inauguración. Incluso durante la pandemia (2020-2021), cuando el mismo tuvo que cerrar al público, el personal del CIAR se comprometió plenamente en el cuidado y mantenimiento de la exhibición y los eqmos.

Posteriormente, obtuvimos el compromiso de los actores locales responsables de la gestión turística de Arapey, así como de algunas escuelas públicas que realizan visitas programadas, lo cual le otorga un sentido más amplio al proyecto. Si consideramos, como proponen Trancoso y Almirón (2005), que el patrimonio es interpretable, recreable y objeto de diferentes interpretaciones por parte de diferentes sectores de la sociedad, las instituciones educativas desempeñan un papel crucial en la preservación de estos nuevos valores compartidos. El músico uruguayo Alfredo Zitarrosa cantaba una frase que intentamos cuidar como lema: “no hay revoluciones tempranas, crecen desde el pie”. El CIAR se esfuerza por impulsar transformaciones significativas que promuevan visitas educativas mediante un plan de gestión que busca la participación activa de estudiantes de la Colonia Escolar de Vacaciones nº 118 en Termas del Arapey. Niños de todo el país son recibidos en la Colonia Escolar de Vacaciones por un colectivo de profesores que participan en diversas actividades que involucran a los niños, docentes, funcionarias municipales y la comunidad local durante una semana en Termas del Arapey.

Las actividades nos permiten llevar al mundo de la vida algunas de las recomendaciones teóricas acerca de lo patrimonial como construcción social basada en la valoración de ciertos elementos del pasado en contextos históricos, sociales, políticos y económicos específicos. En dicha selección, nos permitimos desafiar los discursos autorizados para ensamblar una serie de sitios arqueológicos, naturalezas, lugares y diseños de arte rupestre que entendemos significativos y merecen ser sostenidos “como un espejo del presente” de acuerdo a ciertos marcos particulares de valores que “deseamos llevar con nosotros hacia el futuro” (HARRISON, 2013, p. 4).

Reflexiones finales

En una comunidad académica que ha tendido a enfocarse en la meritocracia sin involucrarse de manera activa y significativa en las transformaciones de los lugares donde se genera el conocimiento, es necesario que nuestra intervención vaya más allá de la simple producción de conocimiento.

El camino que enfrentamos es arduo y a veces ingrato en términos académicos y, a su vez, desafiante, ya que implica transitar territorios inesperados y complejos. Las transformaciones nos han llevado a interactuar con académicos que no tienen interés en la divulgación científica; profesionales turísticos que no están familiarizados con los procesos de investigación y diversos actores que no encuentran motivos para ejercitar la interdependencia y colaboración mutua en pro de los destinos turísticos.

Para vencer alguna de estas dificultades, hemos adoptado un enfoque comprometido y holístico en nuestro trabajo que exponga algunos de los límites de los aspectos académicos convencionales para participar activamente en la re-creación de “lo patrimonial”. Este desafío nos permite reflejar desde el presente un nuevo espejo y asumir el papel como herederos de un pasado enriquecedor, orientado tanto para los residentes de los destinos turísticos como para los visitantes. El compromiso también tuvo recompensas en términos de enriquecimiento mutuo, incorporación de diversas perspectivas e implementación de transformaciones turísticas y patrimoniales.

Algunas de estas consecuencias son difíciles de medir en tanto que también involucran emociones, experiencias y recuerdos de los visitantes, anfitriones y estudiantes para promover nuevos sentidos de identidad y pertenencia con la prehistoria de la región. Al decir de Smith, el patrimonio no sólo construye e incorpora sentidos del lugar, etc, sino también “puede entenderse como la encarnación de formas particulares de conocer y comprender el mundo” (SMITH, 2021, p. 142). Esto nos permite comprender la dinámica viva de dichos procesos de valoración que pueden asumir múltiples cursos de acción al encarar las interrelaciones entre turismo, identidad e investigación arqueológica.

El fortalecimiento de los vínculos entre este ejercicio de valoración del arte rupestre y la población ha sido un desafío significativo que requerirá una continua y prolongada coordinación y colaboración entre diversos actores, tales como políticos, instituciones educativas, profesionales del turismo, académicos y residentes. De esta manera, el proyecto abre nuevas sendas que proyectan nuevas visiones sobre el pasado y las formas de vida en el territorio que hoy habitamos.

Referencias bibliográficas

BALLART, J.; TRESSERRAS, J. *Gestión dei patrimonio cultural*. Barcelona: Ed Ariel, 2001. (Obra completa)

CABRERA PÉREZ, L. Informe Proyecto ANII FCE-263: Petroglifos dei Dpto. de Salto: investigación y diseño de un parque arqueológico. *Anuario de Arqueología 2010*, FHCE-Udelar, Montevideo, p. 12-146, 2011. ISSN: 1688-8774. Disponible en: <http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/ANUARIO%202010.pdf> Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en publicación digital)

CABRERA PÉREZ, L. Informe de proyecto: Gestión e investigación del Patrimonio Arqueológico Prehistórico (arte rupestre), de la región Norte de Uruguay. *Anuario de Arqueología 2011-2012*, FHCE-Udelar, Montevideo, p. 6-18, 2013. ISSN: 1688-8774 Disponible en: <http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/ANUARIO%202011-2012.pdf> Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en publicación digital)

CABRERA PÉREZ, L. (2014). Informe de proyecto: Gestión e investigación del Patrimonio Arqueológico Prehistórico (arte rupestre), de la región Norte de Uruguay. *Anuario de Arqueología 2013*, FHCE-Udelar, Montevideo, p. 5-18, 2014. ISSN: 1688-8774. Disponible en: <http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/ANUARIO%20DE%20ARQUEOLOGIA%202013.pdf> Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en publicación digital)

CABRERA PÉREZ, L. Contenidos simbólicos y técnicas de grabado en las manifestaciones rupestres del norte uruguayo. Un abordaje desde la arqueología experimental. *Anuario de Arqueología 2016*, FHCE-Udelar, Montevideo, p. 9-15, 2016. ISSN: 1688-8774. Disponible en: http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/Anuario_Arqueologia2016.pdf Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en publicación digital)

CABRERA PÉREZ, L. Contenidos simbólicos y técnicas de grabado en las manifestaciones rupestres del norte uruguayo. Un abordaje desde la arqueología experimental. *Anuario de Arqueología 2017*. FHCE-Udelar, Montevideo, p. 10-16, 2017. ISSN: 1688-8774. Disponible en: http://www.anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/Anuario_de_arqueologia_2017.pdf Acceso el: 29 mayo 2023 (Artículo en publicación digital)

CAMPODONICO, G.; DA CUNHA, N. Historia del Turismo en Salto: desde el encuentro social al esparcimiento termal. *Aportes y Transferencias*, v. 14, n. 2, 2010, p. 61-78. ISSN: 0329-2045. Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/276/27621284004.pdf>

DABEZIES, J M; DE SOUZA, G; TORENA, D. Rethinking representations of the space in human-environmental relationships in Uruguay. *Geoforum*, v. 82, p. 189-199, 2017.

DE SOUZA, G; DABEZIES, J M. Tourism Development and Environmental Conservation: Tensions in the Protected Landscape of Lunarejo Valley, Uruguay. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 11, n. 2, p. 253-268, 2019.

DAVALLON, J. El juego de la patrimonialización. En: X. Roigé Ventura, J. Frigolé, & C. del Mármol Cartaiá (Eds.), *Construyendo el patrimonio cultural y natural: Parques, museos y patrimonio rural*. Germania, 2014.

EL OBSERVADOR (12 de abril de 2023). Preocupación por "crisis en el litoral": Cámara de Turismo le pedirá medidas de auxilio al gobierno. *El Observador*. <https://www.elobservador.com.uy/nota/preocupacion-por-crisis-en-el-litoral-camara-de-turismo-le-pedira-medidas-de-auxilio-al-gobierno-2023412123629>. Acceso el: 5 mayo 2023.

HARRISON, R. *Heritage: Critical approaches*. Routledge, 2013. (Obra Completa)

INCP. *Documentos Fundamentales para el patrimonio cultural*. Textos internacionales para su recuperación, repatriación, conservación, protección y difusión. Disponible en: <https://patrimoniomundial.cultura.pe/sites/default/files/pub/pdf/1.%20Documentos%20Fundamentales%20para%20el%20Patrimonio%20Cultural.pdf> Acceso en: 29 mayo 2023 (Libro digital)

IMPO. Portal del Centro de Información Oficial. Resolución Nº 1262/005. Disponible en: <https://www.impo.com.uy/bases/resoluciones/1262-2005/> Acceso el: 20 mayo 2023 (Resolución)

LOMBARDO, R. *Termas del Arapey y Termas del Daymán. Las políticas públicas y su influencia en el producto turístico termal*. 2015. 105 f. Tesis Maestría en Economía y Gestión del Turismo Sustentable. Udelar, 2015. Disponible en: [https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/17032/1/TMFCS_Lombardo CustodioMar%C3%ADadelRosario.pdf](https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/17032/1/TMFCS_Lombardo%20CustodioMar%C3%ADadelRosario.pdf) Acceso el: 15 mayo 2023. (Tesis)

MELGAREJO, M. A., LÓPEZ, S. I. Relaciones entre Turismo y Arqueología: el Turismo Arqueológico, una tipología turística propia. *PASOS*, v. 15, n. 1, p. 163-180, 2017. Disponible en: https://www.pasosonline.org/Publicados/15117/PS117_10.pdf Acceso el: 29 mayo 2023 (Artículo en revista digital)

MINTUR. Boletín Estadístico Segundo Semestre 2022 y Vacaciones de Julio. 2022. Ministerio de Turismo. Informe no publicado. Recuperado mayo 2023.

MINTUR. Datos Estadísticos: 1er Trimestre y Semana de Turismo 2022. 2022. Ministerio de Turismo Informe no publicado. Recuperado mayo 2023.

UCU (2018). V encuesta sobre el perfil del turista en centros termales del departamento de Salto. Observatorio Económico de la Universidad Católica. 2018. <https://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/fce/perfil-del-turista-salto-2018.pdf>

PRATS, L. y SANTANA, A. (Coord.). *Turismo y patrimonio, entramados narrativos*. Tenerife, España, Asociación Canaria de Antropología, 2011, 305p. (Obra Completa)

QUINTANA, C. T. *Evolución de destinos turísticos. Políticas Públicas de turismo y cambios en las trayectorias evolutivas en la región termal de Uruguay (1940-2019)*. 2022. Tesis doctoral. Universitat Rovira I Virgili. (Tesis)

ROSETE, D. Técnicas de registro de petroglifos. Metodología aplicada al sitio CI12B01. *Anuario de Arqueología 2011-2012*. FHCE-Udelar, Montevideo, p. 243-274, 2013. ISSN 1688-8774. Disponible en: <http://anuarioarqueologia.fhuce.edu.uy/images/ediciones/ANUARIO%20DE%20ARQUEOLOGIA%202013.pdf> Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en publicación digital)

RUIZ ZAPATERO, G. *Fragmentos del pasado: la presentación de sitios arqueológicos y la Junción social de la arqueología*. En II SEMINARI ARQUEOLOGIA I ENSENYAMENT. Treballs d'Arqueologia, nº 5, Barcelona, 7-34, 1998.

SALERNO, V. Arqueología Pública: Reflexiones sobre la construcción de un objeto de estudio, con comentarios de Daniella Jofré, Lúcio Mesezes y Henry Tantalean. *Revista Chilena de Antropología*, n. 27, 2013. Disponible en: <https://revistadeantropologia.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/27350>. Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en revista digital)

SANTANA TALAVERA, A.. Imaginando la imagen en turismo: Un viaje de ida y vuelta. *Antropología Experimental*, España, n. 15, 2015. ISSN 1578-4282 Disponible en: <https://doi.org/10.17561/rae.v0i15.2364> Acceso el: 29 mayo 2023 (Artículo en revista digital)

SMITH, L. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, v.21, n.2, p. 140 2021. ISSN 1677 6976. Disponible en: <https://doi.org/10.18472/cvt.21n2.2021.1957> Acceso el: 29 mayo 2023 (Artículo en revista digital)

TRONCOSO, C.A.; ALMIRÓN, A.V. Turismo y Patrimonio. Bacia una relectura de sus relaciones. *Aportes y Transferencias*, n.1, v. 9 p. 56-74, 2005. ISSN 0329-2045 Disponible en: <http://nulan.mdp.edu.ar/296/>. Acceso el: 29 mayo 2023. (Artículo en revista digital)

VERDESIO, G. *La mudable suerte del amerindio en el imaginaria uruguayo: Su lugar en las narrativas de la nación de los siglos XIX y XX y su relación con los saberes expertos*. 2005

Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan”: uma análise iconográfica¹

Ieda Nunes Corrêa²

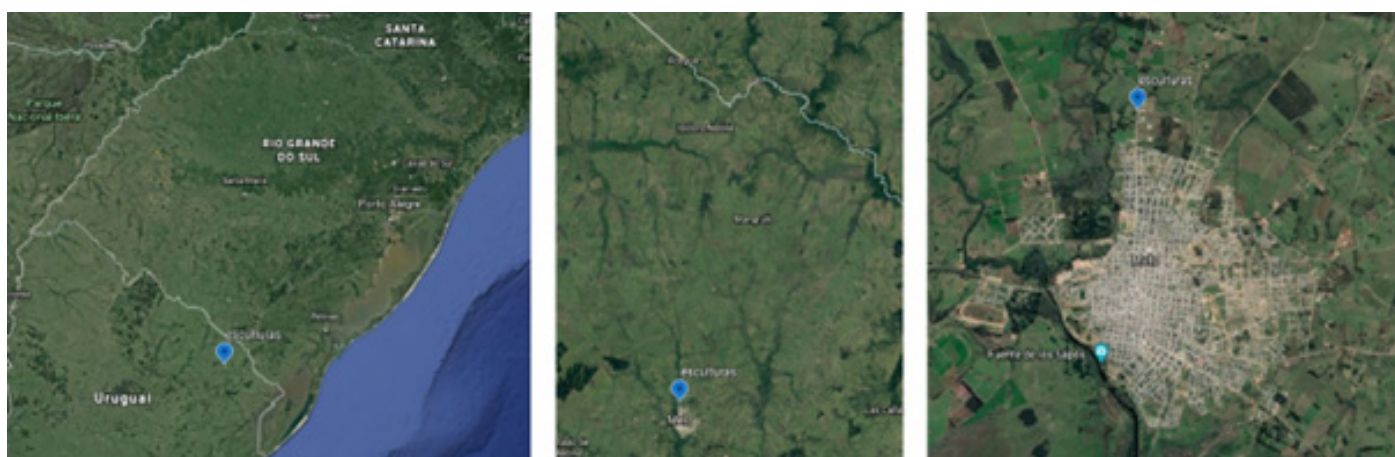
Alice Leoti³

1. Introdução

A arte está presente na vida humana desde a antiguidade, quando foram criadas as pinturas rupestres e ligada por esta razão às manifestações da linguagem humana, sejam elas estéticas ou comunicativas. As possibilidades de fazer arte são múltiplas, sendo a escultura uma delas, representada como a capacidade de transformar algum material bruto em formas de três dimensões (altura, profundidade e largura), que possuem significado atribuído tanto ao material usado quanto ao seu simbolismo.

A escultura é uma das possibilidades de arte, que pode representar ou ilustrar através de imagens um relevo, elemento cultural, ação humana, objetos ou outros, seja de forma parcial ou total. Neste trabalho, busca-se conhecer o Conjunto Escultórico “*El pobre que va por pan*” composto por cinco esculturas instaladas na estrada Brigadier General Juan Antônio Lavalleja - Ruta 8, que liga a cidade de Melo/Uruguai às cidades-gêmeas Aceguá/Uruguai e Aceguá/Brasil, no sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Na figura 1 é possível verificar a localização das esculturas.

Figura 1 - Localização do Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan” entre fronteiras Aceguá/BR e Melo/UY



Fonte: Google Earth (2020)

¹ Este texto foi produzido a partir de pesquisas online em meio a pandemia de COVID 19, quando as fronteiras estavam fechadas.

² Mestra em Turismo e Hotelaria; UNOCHAPECO; Chapecó, Santa Catarina/Brasil; iedacorrea@yahoo.com.br

³ Doutora em Turismo e Hotelaria; UNIPAMPA; Pelotas, Rio Grande do Sul/Brasil; aliceleoti@hotmail.com.

As esculturas foram criadas pelo artista plástico e escultor uruguaio Nicolas Fariña, com a intenção de homenagear os quileiros da fronteira. Deste modo, o objetivo do presente trabalho é analisar a iconografia do Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan”, com base na proposta de Panofsky (1991).

A cidade-gêmea Aceguá/Uruguai com 1686 moradores (INE, 2011) foi considerada uma vila até 2015, quando da elevação à categoria de município, por este motivo Melo/Uruguai por muito tempo era o município que fazia fronteira com Aceguá/Brasil. Melo, é uma cidade com aproximadamente 52mil habitantes (INE, 2011), que segundo o Ministério do Turismo do Uruguai é uma “cidade de Melo é marcada pelo mix cultural que caracteriza os locais de fronteira”. A maioria dos moradores dominam o espanhol e o português (Ministério do Turismo do Uruguai, 2021), e tem o seu carnaval influenciado pelos ritmos brasileiros. A cidade conta com um monumento ao herói nacional general José Gervasio Artigas, igreja catedral *Nuestra Señora del Pilar y San Rafael* - fundada em 1876, Praça da Independência, parques, espaços verdes, Zoológico Municipal, Museu Histórico Regional, Parque Zorilla de San Martín, Figue El Cordobés, Casa de Joana de Ibarbourou, Museu Posta del Chuy, Museo Historico General Aparicio Saravia e outros atrativos. Para Ismagilova *et. al.* (2015) e Richards (2020), o potencial histórico e cultural de um país ou região, configura-se como um dos principais fatores contribuintes ao turismo a partir do seu conhecimento, pois há um envolvimento entre os turistas e o local frequentado. Possibilitando a criação de uma imagem favorável a região, como uma eficaz ferramenta à sua divulgação por meio dos estímulos de desenvolvimento permitindo a eficaz articulação entre os envolvidos.

A importância da presença dos quileiros nas regiões de fronteiras é significativa para a construção da identidade fronteiriça, tendo em vista que é uma peculiaridade destas regiões entre países. Os quileiros são pessoas que compram produtos de um lado da fronteira para vender do outro lado, o fluxo desse transporte de mercadoria muda conforme as cotações cambiais das moedas envolvidas, portanto ora podem ser transportadas mercadorias do Brasil para o Uruguai, ora pode fazer o caminho inverso. Os quileiros, frequentemente são moradores fronteiriços, que fazem desse comércio uma fonte de renda. Perante a lei, é considerada uma atividade ilegal porque são produtos que atravessam as fronteiras de forma não declarada. No entanto, esta atividade é parte da rotina dos habitantes fronteiriços, e por ser quantidade pequena, muitas das vezes para consumo familiar, faz com que as questões legais não tenham relevância. Não é possível precisar temporalmente o surgimento dessa atividade, quizá ocorreram simultaneamente com a criação dos povoados fronteiriços. A análise do conjunto de obras apresenta uma contribuição teórica acerca da compreensão dos símbolos, signos e iconografia das identidades fronteiriças, bem como as demais categorias analisadas, que compõem o conjunto escultural.

Este trabalho está estruturado do seguinte modo: Introdução; Fundamentação teórica, na qual brevemente discorre-se sobre a iconografia e sua relação com o turismo cultural; Metodologia, dedicado a descrição dos métodos e técnicas empregadas; A fronteira e o conjunto escultórico “El pobre que va por pan”, apresenta os conceitos de fronteira e o conjunto em estudo, bem como os resultados da análise iconográfica do conjunto escultórico; e, Considerações Finais, que aponta as contribuições teóricas e práticas desta pesquisa.

2. Fundamentação teórica

Os recursos culturais como obras monumentais, gráficas, arte e ofícios e outras formas de arte, além de eventos, estão ligados ao desenvolvimento cultural e a vida das pessoas (Ismagilova *et. al.*, 2015). Nessa perspectiva incluem-se as obras artísticas desenvolvidas por artistas, arquitetos, escultores, músicos, cientistas, escritores que a partir de seus trabalhos, tanto materiais quanto imateriais, corroboram para o fortalecimento de costumes, heranças culturais e históricas, crenças e propriedades linguísticas.

Compreende-se a cultura por meio de signos e significados, quando Argan (1998) aponta para analogias entre o espaço urbano e a estruturação da linguagem, permitindo imaginar a configuração entre indivíduos e suas referências afetivas. O espaço urbano pode ser entendido por meio dos signos, sinais, mitos, ritos, relações associativas a cores, formas, aglomerações de imagens mnemônicas, perceptivas e eidéticas (Arnheim, 2013). Quanto ao símbolo, este consiste na apresentação de um signo ou imagem como significante, fazendo referência a uma realidade como significado, que apesar de ser distinta da imagem é uma parte intrínseca dela de maneira que acaba por se identificar (González, 1998).

Panofsky (1991), sugere os signos como registros e construções movidos pelo homem, através da mensagem a ser exibida. Portanto, ao transportar os resultados de uma análise da vida cotidiana para obras de arte, permite distinguir certa ligação e combinação entre os motivos artísticos e composições entre os assuntos e conceitos. Tais histórias, alegorias e imagens quando identificadas, remetem aos domínios do que comumente se conhece por iconografia.

Erwin Panofsky em seu livro "Significado nas artes visuais" afirma que a iconografia é "A iconografia é a descrição e classificação das imagens, assim como a etnografia é a descrição e classificação das raças humanas." (Panofsky, 1991, p. 53). Assim, a iconografia possibilita uma ampla compreensão histórica de imagens, esculturas, obras de arte, entre outros.

As interpretações fornecidas pela iconografia, segundo Turazzi (2009), exprimem-se o conhecimento histórico, como a noção de patrimônio e práticas de valorização cultural e patrimonial, que se transformam com o tempo. Seu estudo remete a um lento processo de construção da ideia de patrimônio associado à criação, preservação e divulgação da memória documental, tendo o conhecimento de que as imagens são reduzidas a funções referenciais como identificação de outros possíveis bens patrimoniais (Turazzi, 2009).

A perspectiva intrínseca, que consiste no estudo da obra a partir da descrição e análise de suas qualidades inerentes, trata tanto de sua forma quanto do conteúdo. Abrangendo o estudo das propriedades físicas – tamanho, materiais e técnicas (como); problemas de atribuição (quem) e datação (quando); proveniência (onde), além de características formais (formalismo – cor, traço, composição), temática, simbolismo e função. Portanto, a iconografia – como o estudo dos temas e conteúdo, pertence às perspectivas intrínsecas e sua contribuição é tão fundamental para a compreensão do objeto artístico quanto a análise dos materiais, técnicas e formas (González, 1998).

Quando relacionadas ao turismo, as representações semióticas por meio dos signos e símbolos apresentam-se como importantes ferramentas de comercialização tanto da cidade, como de seus produtos turísticos, culturais e identitários. De acordo com Berselli *et. al.* (2019), o turismo cultural, histórico e patrimonial ainda que por um determinado período de espaço e tempo, possibilitam o vivenciar de expressões culturais identitárias de maneira tradicional, tanto envolvendo os residentes pelas tradições, rituais e memórias, quanto para turistas que buscam por meio do turismo experiências, contemplações e saciar seus desejos.

O turismo cultural em região de fronteira exige do turista uma "atitude de abertura da pessoa e é imprescindível para que ela possa experimentar uma nova cultura, isso significa, adentrar ao mundo do outro, não somente pelo conhecimento inteligível, mas pela valorização da experiência" (Scarano & Leoti, 2018, p.6). Nessa relação, o turismo cultural propicia através da curiosidade um encontro com o outro.

Complementando este pensamento Ismagilova *et. al.* (2015) colocam que os objetos de patrimônio histórico e cultural são considerados como importantes bens para as cidades, pois geram lucros e influenciam significativamente seu desenvolvimento econômico, ao ponto de nivelar as flutuações sazonais e fornecer locais de trabalho e renda aos locais. Promovendo desta maneira, um importante papel na esfera social, com renovação de valores culturais, desenvolvimento da criatividade nacional e tradições locais.

Outra observação conforme estes autores, volta-se para o apelo do patrimônio cultural e histórico às regiões de fronteira, promovendo o desenvolvimento dos serviços da cidade, infraestrutura e organizações culturais tanto aos residentes quanto aos visitantes, considerados neste caso como turistas.

Para Richards (2020) o turismo cultural e portanto criativo, se desenvolve ao passo em que parte de uma mudança em direção ao desenvolvimento dos lugares, tornando estes atraentes tanto para viver, quanto para trabalhar e visitar em uma possível simbiose entre turismo e criatividade sendo o turismo beneficiado pelo valor simbólico agregado pela criação enquanto que a atividade turística e a economia criativa beneficiam-se de uma maior atividade deste referido ramo.

3. Metodologia

A pesquisa apresenta a abordagem qualitativa, pela situação interpretativa em relação ao Conjunto Escultórico "*El pobre que va por pan*", sem se preocupar com dados estatísticos. Na visão de Prodanov & Freitas (2013), a pesquisa qualitativa parte do princípio de que há uma relação intrínseca e dinâmica entre o mundo real e o sujeito, assim sendo, inseparáveis o mundo material e as subjetividades produzidas pelos sujeitos, que não pode ser traduzido em números. A pesquisa pode ser considerada, quanto aos seus objetivos, como exploratória quando busca proporcionar mais informações acerca de um assunto (Prodanov & Freitas, 2013), nesta pesquisa empregada com o escopo de conhecer as esculturas do Conjunto Escultórico "*El pobre que va por pan*". Esta pesquisa, amparada na perspectiva de Prodranov e Freitas (2013) caracteriza-se como descritiva, pois registra e descreve as características do objeto de estudo, as esculturas. E, ainda, entendida

como explicativa (Prodanov & Freitas, 2013) tendo em vista que procura compreender as esculturas e suas simbologias através da análise iconográfica e interpretação de seu conteúdo.

Os dados secundários foram coletados entre Julho e Agosto de 2020, em fontes jornalísticas: El Professional – El diário de Cerro Largo, Jornal Minuano, El país; redes sociais: Facebook, Twitter e Instagram; entrevista concedida pelo escultor à Rádio Nacional del Uruguay; vídeos e fotos. A partir da seleção das temáticas, foram consideradas as pesquisas bibliográficas em meios eletrônicos aproveitando os acontecimentos recentes junto ao objeto de estudo, ou seja, as esculturas em homenagem aos quileiros, para estabelecer o recorte temporal. As pesquisas bibliográficas acerca dos temas iconografia, patrimônio e fronteira foram realizadas em banco de dados como: EBSCO, Periódicos Capes e Science Direct.

Quanto à técnica para interpretação dos dados tomou-se por base o método Iconográfico de Erwin Panofsky (1991), que propõe três etapas de análise: Nível Pré-Iconográfico que é a etapa descritiva do objeto analisado; Nível Iconográfico, que é a etapa analítica, onde recorre-se a elementos resultantes da experiência e erudição individual, e as questões culturais são compreendidas; Nível Iconológico, que é a etapa interpretativa, na qual busca descobrir o significado intrínseco ou conteúdo da obra de arte. A partir destes conceitos permitiu-se criar as categorias para análise das esculturas expostas na Tabela 1.

Tabela 1 -Etapas e categorias de análise

Nível	Categorias	Descrição
Pré-Iconográfico	Gênero	Masculino (3) e feminino (1)
	Posições e movimentos	Estáticas e articulados
	Vestes	Simples, compostas por camisetas, camisas, saia e blusa, calça comprida e sapatos fechados, capacete.
	Objetos	Latas, pequenos embrulhos, gêneros alimentícios.
	Material utilizado	Ferro velho, descartes, latarias, parafusos, tanques, cabos de aço, alumínio.
Iconográfico	Cronologia	Conforme ocorreram
	Meio de transporte	Cavalo, bicicleta, motocicleta.
	Aspectos fronteiriços	Travessia e aspectos identitários
Iconológico	Escultor	Emissor das obras
	Localização da obra	Estrada entre Melo e Aceguá
	Signos e símbolos	Forma e conceito
	Iconografia	Expressividade das esculturas

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Panofsky (1991)

As categorias de análise presentes na Tabela 1, foram propostas a partir do método Iconográfico de Erwin Panofsky (1991), tendo emergido a partir da identificação e análise prévia das esculturas que compõe o conjunto "El pobre que va por pan", ou seja, as próprias esculturas e a história contidas nelas que propiciaram as categorias. As categorias de análise, criadas a partir das particularidades das esculturas estudadas, permitiram encontrar os resultados conforme expostos a

seguir.

4. A fronteira e o conjunto escultórico “*El pobre que va por pan*”

A etimologia da palavra fronteira advém do latim *frons* ou *frontis*, que significa aquilo que se projeta à sua frente, ou seja, a fachada, um fronte, o rosto. Quando está se falando em fronteira entre países vizinhos, faz-se alusão a um conceito territorial, jurídico e político, pois a palavra expressa a concepção de um território a sua frente, “in frente”, e este está às margens de uma linha imaginária, como o caso de fronteiras secas ou de um rio (Leoti & Scarano, 2015).

Segundo Leoti & Scarano (2015, p. 175), “Fronteira remete a ideia de limite, pois, em cada território nacional fronteiriço, está presente algum marco simbólico que marca a separação dos países envolvidos”. Nessa concepção de fronteira, surgem os quileiros, que são pessoas que transportam mercadorias de um país ao outro. Os tipos de mercadoria e a origem/destino desses fluxos são mutáveis de acordo com a variação cambial, uma vez que os quileiros buscam obter vantagens econômicas nesse movimento.

Desde os primeiros quileiros, a travessia era e é feita com o auxílio de uma bicicleta, cavalo, burro e para os mais abastados a motocicleta também tem papel importante no trajeto. Cabe destacar que o transporte motorizado se tornou peculiar e ganhou conhecimento a nível mundial - por meio de imagens, pelo fato de apenas uma motocicleta transportar até 16 botijões de gás na mesma viagem (Pereira & Joaquim, 2020).

As reconhecidas dificuldades financeiras e o arriscar-se nas travessias por parte destes carregadores ilegais, foram motivo de inspiração para composições como “*El Camino de Los Quileiros*”, do cantor uruguaio Osiris Rodrigues Castillo (<https://www.youtube.com/watch?v=ErQp840hIok>). A música relata o cotidiano dos quileiros “*Hay un camino en mi tierra/ Del pobre que va por pan/ Camino de los quileiros/ Por la sierra de Aceguá*”. Ela foi vinculada à trilha sonora do filme de longa-metragem “*El baño del Papa*” (Uru, 2007). O filme retrata baseado em fatos reais, a história da visita do Papa João Paulo II a cidade de Melo/Uruguai, por volta dos anos 1980, a qual inflamada pela mídia acreditava que iria receber aproximadamente 50 mil visitantes vindos de outros países por conta desta visita. Para tanto, os locais preparam-se com a compra de gêneros alimentícios, no intuito de comercializá-los aos turistas, o que não ocorreu pela rápida passagem da Santidade pelo local.

Em razão das comemorações do aniversário de 225 anos da cidade de Melo/Uruguai, em 27 de Junho de 2020, foram criadas esculturas que homenageiam aos que fazem a travessia de mercadorias entre as fronteiras, representando os quileiros, aos deslocarem-se até Aceguá – Rio Grande do Sul, com o intuito de adquirir e comercializar produtos alimentícios e demais artigos aos interessados. Foram criadas cinco obras pelo artista plástico e escultor Nicolas Fariña, compostas a partir de sucata e ferro velho em um processo de construção de aproximadamente um ano de trabalho, entre procura, beneficiamento e montagem da matéria prima para as obras, conforme Fariña (2020).

Segundo Pereira (2020), "cada escultura pesa entre 350 a 400 quilos. A obra mais alta é da bicicleta, que mede cerca de três metros". As obras foram possíveis, graças a parceria com o governo municipal e estão localizadas no canteiro central da rodovia logo na entrada da cidade uruguaia de Melo, capital do Departamento de Cerro Largo, pela Rota 8, na fronteira com Aceguá/Brasil.

Chamado de Conjunto Escultórico "*El pobre que va por pan*", representa o marco na fronteira, pois a sua criação materializa uma cultura presente no cotidiano dos moradores fronteiriços. Permitindo se perceber identificações quanto aos signos e simbologias patrimoniais nas ações de estratégias mercadológicas e em consonância com uma possível construção imagética do destino, vistas como positivas também ao turismo.

A análise se deu a partir do conjunto escultórico "*El pobre que va por pan*", localizado entre as cidades de Aceguá - Brasil e Melo - Uruguai, podendo ser observada primeiramente pelo mapa localizador. Amparadas por Panofsky (1991), cabe neste momento prosseguir ao cumprimento do objetivo desta pesquisa para a análise iconográfica das referidas esculturas, conforme as categorias anteriormente descritas. Inicialmente quanto ao nível **pré-iconográfico** na etapa descritiva dos objetos analisados, a categoria de análise **gênero** faz menção a três personagens masculinos e uma personagem feminina.

As **posições** expressam na primeira referência da imagem do conjunto escultórico (Figura 2), "quileiro a cavalo", duas esculturas integradas, dispostas de maneira horizontal fixadas em um canteiro da avenida sob uma superfície de concreto. A escultura em primeiro plano apresenta de modo figurativo um exemplar do reino animal (cavalo), disposto de maneira horizontal com o apoio de cabos possivelmente em metal dando a entender devido a sua colocação no espaço estar em movimento com a perna esquerda frontal dobrada de maneira expressiva, enquanto a pata da referida perna está levemente curvada. As demais pernas estão dispostas fixadas ao chão, demonstrando o movimento constante, lembrando um cavalgar. O animal representa estar sendo conduzido por um personagem figurativo do quileiro, em alusão às travessias, sob o comando de arreios e sem o uso de sela. Na segunda escultura desta mesma imagem, a perna direita frontal do animal é que está levemente curvada, semelhante a estar dando um passo adiante e em movimento repetitivo acompanhando a condução do animal à sua frente, que o puxa por meio de um cabo condutor provavelmente no intuito de representar uma corda.

A segunda escultura (Figura 2), cavalo sendo guiado pelo quileiro, representa igualmente um exemplar do reino animal (cavalo), como um condutor de cargas para posterior comercialização, este, portanto, disposto de forma horizontal, em tamanho menor.

Na Figura 3, as articulações tanto de braços, quanto de pernas do personagem quileiro levemente dobradas, dão a entender certo movimento semelhante ao andar de bicicleta, rememorando as travessias e paragens.

Figura 2 - Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan” – quileiro à cavalo e cavalo guiado por quileiro.



Fonte: Pereira (2020) e Lema (2020)

Quanto às **vestes** é possível observar a representação do personagem figurativo, em menção ao quileiro expondo um homem aparentemente de meia idade com barba grande fazendo uso de trajés – como se costuma ser aos quileiros, composto por calça e camisa e usualmente um casaco mais encorpado, que serve para proteção das baixas temperaturas e das intempéries climáticas que porventura possam encontrar ao longo da travessia. Há nas costas desta escultura um chapéu utilizado também como proteção às baixas temperaturas e possivelmente, o sol em dias mais quentes (Figura 2). Acredita-se que as vestes permanecem semelhantes para todas as esculturas, no entanto, é possível observar que o personagem da Figura 3 aparenta estar descalço e o personagem da Figura 4 faz uso de um capacete tal qual, os motociclistas. Na escultura representada pela Figura 5, as vestimentas se diferenciam das demais, por se tratar de uma personagem do gênero feminino. Deste modo, as vestes estão compostas por uma saia e blusa e demonstram alusão a um leve movimento proporcionado pela dobradura dos materiais utilizados. Quanto aos pés, esta personagem aparenta estar calçada por botinas ou alguma espécie de sapato mais encorpado.

Na representação dos **objetos** na Figura 2 na escultura do animal, não há um personagem quileiro em seu lombo, no entanto, as cargas como referências de pacotes de gêneros alimentícios, bebidas, roupas, erva – mate como um dos produtos mais comercializados e consumidos.

Em relação ao **material utilizado** a escultura da Figura 2 possui em sua base artigos derivados de materiais de descarte oriundos do ferro velho, (possivelmente peças em metal e sucata), embora não se perceba uma representação de ferraduras nas patas dos animais, a fixação das pernas ocorre ainda assim com as matérias primas utilizadas. A representação das crinas e o rabo do cavalo foram desenvolvidas a partir de pedaços de metal com um corte tanto de largura quanto de espessura fina e levemente torcidos para representar os movimentos quando em contato com o vento. O segundo cavalo como representação escultórica foi construído a partir dos mesmos materiais e apresenta em seu lombo matérias primas como ferraduras, correntes e metais diversos. Os

adereços utilizados remetem a engrenagem, e, possivelmente, tentam representar que o cavalo é a força motriz para que o quileiro possa fazer essa travessia entre países.

Na Figura 3, o que chama a atenção desta representação é o material utilizado para expressar a bicicleta diferente das que se encontram comumente, porém semelhante à dos quileiros ao representar-se com rodas finas base e estrutura em igual espessura. Parecendo de certa maneira com tamanha fragilidade tanto quanto o ato da travessia, tendo em vista os riscos propiciados tanto pelo clima quanto pelos riscos inerentes à uma atividade considerada ilegal. As espessuras finas da estrutura da bicicleta tornam-se vantajosas aos movimentos ligeiros em fugas, por exemplo, necessitando de um material leve, pouco pesado e ágil, e, por ser leve diminuindo o esforço ao pedalar carregando uma grande carga de mercadorias. Nesta escultura, não se identifica o uso de qualquer proteção na cabeça, porém há a representação dos cabelos, feita a partir de correias (de bicicletas) com um leve movimento.

A terceira escultura do conjunto está representada pelo "quileiro de bicicleta" (Figura 3), como meio para o transporte tanto das cargas quanto em benefício próprio na travessia. A partir do uso dos mesmos materiais anteriormente citados, estão a representação de uma bicicleta fixada em uma base de concreto com barras frontais e dianteiras e com apoio de cabos de metal.

Figura 3 - Conjunto Escultórico "El pobre que va por pan" – quileiros de bicicleta



Figura 3 - Conjunto Escultórico "El pobre que va por pan" – quileiros de bicicleta
Fonte: Lema (2020)

Na parte do bagageiro (garupa), da Figura 3, encontra-se uma espécie de caixa em madeira representando possivelmente algum produto a ser comercializado, são percebidos ainda objetos

semelhantes, latas e pequenos embrulhos. Conforme as referências imagéticas encontradas, não se identificam caixas (como as de papelão) com frequência, e sim produtos embalados por papel ou plástico e no caso de abrigo para chuva uma lona que cobre os compartimentos da carga. Quanto ao não uso de caixas pode-se inferir que elas dificultam o manuseio dos produtos nos meios de transportes utilizados pelos quileiros.

O personagem em menção ao quileiro em cima da bicicleta (Figura 3), representa conforme Fariña (2020), a maior de todas as esculturas do conjunto, medindo 3 metros de altura e 2 de comprimento, alusiva a evolução dos quileiros e seus meios de transporte.

Em relação ao nível **iconográfico**, na categoria de **análise cronológica**, tem-se a representação evolutiva dos meios de transporte, deste modo na Figura 2 se percebe o cavalo, na Figura 3 a bicicleta e na Figura 4 a motocicleta, como auxílio às travessias e ao transporte de cargas e dos quileiro.

Conforme anteriormente descritos, os **meios de transporte** utilizados foram inicialmente o cavalo, após fez-se o uso de bicicletas e atualmente o meio de transporte comumente utilizado é a motocicleta.

Na quarta escultura, referenciando os quileiros de motocicleta (Figura 4), de maneira explícita se percebe a mudança tanto do meio de transporte quanto do tipo e quantidade de cargas a serem transportados. Portando, de maneira semelhante às demais, esta escultura encontra-se fixada sob uma base de concreto com barras e cabos de metal tanto frontais quanto dianteiros para segurança do conjunto. Uma escultura, muito semelhante a uma motocicleta comum, uma vez que faz uso de uma estrutura antiga e enferrujada de motocicleta já considerada ferro velho. Embora não seja possível a visualização completa da estrutura, por estarem abaixo dos botijões de gás, as demais peças de engrenagem e composição remetem a uma motocicleta usada pelos quileiros. A representação faz uso de pneus verdadeiros, o cano de escapamento, acredita-se ser também original de um componente de motocicleta, bem como rodas, correias e pedais, tanto dianteiro, quanto traseiro.

Figura 4 - Conjunto Escultórico "El pobre que va por pan" – quileiros de motocicleta

Fonte: Pereira (2020) e Lema (2020)

Por se tratar de uma motocicleta a serviço do carregamento de cargas, a representação faz alusão às motocicletas utilizadas pelos quileiros, com adaptações principalmente em suas partes traseiras. Modificações na suspensão e compartimento para cargas, especialmente para a condução de produtos pesados como os botijões de gás, representados no caso desta escultura com cascos reais e inutilizados devido ao tempo de uso em domicílio ter sido expirado. Conforme Fariña (2020), apenas uma motocicleta comporta até 16 botijões por travessia, sendo que alguns quileiros se permitem repetir tal travessia mais de uma vez por dia. E além dos cascos de botijões de gás algumas motocicletas transportam pneus e demais objetos na mesma viagem.

Junto aos botijões se encontra um pneu amarrado que aparentemente além de manter separadas as cargas, possivelmente funciona como um step caso aconteça algum imprevisto e precise ser trocado no caminho, ou ainda, pode ser mais um produto a ser comercializado tendo em vista que alguns produtos automobilísticos costumam apresentar menos custo do lado de lá da fronteira, podendo variar conforme a flutuação cambial.

Esta representação do quileiro em cima da moto (Figura 4), com um pé apoiado ao chão e o outro no pedal da motocicleta, aparenta fazer uso de vestes semelhantes às outras esculturas já analisadas (Figuras 2 e 3), porém, adotou como proteção o uso do capacete, além do claro respeito às regras de condução vigentes conforme os códigos de trânsito, pode-se pensar que tal cumprimento tem uma segunda funcionalidade: a de não chamar atenção dos agentes de trânsito e não ser fiscalizado.

Dentre o conjunto em exposição permanente, se destaca, conforme Pereira & Joaquim (2020), a quinta escultura que representa a "da mulher de ferro" (Figura 5). Com suas compras acomodadas em sacolas semelhantes a malas, conforme Fariña (2020), com os dizeres, "1 kilo de

esperanza” e *“hay un camino en mi tierra”* – este segundo dizer, trata-se de um trecho da música de Osiris Rodrigues Castillo em alusão às travessias e ao cotidiano do personagem quileiro.

Figura 5 - Conjunto Escultórico “El pobre que va por pan” – quileiros à pé



Fonte: Lema (2020)

A referida escultura representa, portanto, uma personagem do gênero feminino, embora menos frequente, esse trabalho de travessia também é feito por mulheres. As mulheres, tradicionalmente nas regiões de fronteiras, cuidam dos afazeres domésticos e pequenos serviços em domicílio com o intuito de contribuir com a renda familiar. Afirmção que pode ser corroborada pelo filme *“El baño del Papa”*, conforme Fariña (2020).

Assim como nas demais esculturas, se percebe nesta uma leve dobradura nas articulações com o intuito de representar o movimento do caminhar. E quanto aos cabelos, representados por finos pedaços de metal recortados e dobrados suavemente também em alusão ao movimento.

Findada a descrição das cinco esculturas, passa-se a análise do nível **iconológico** conforme as categorias propostas com base em Panofsky (1991) conforme seguem.

A categoria signos e símbolos fundamenta-se nos conceitos de Argan (1998), Arnheim (2013) e Oliveira (2005), que definem signo com conceitos formados por um significante (forma) e significado (conceito) em consonância com a comunicação entre o emissor representado pelo escultor no caso analisado e um receptor podendo ser estes residentes ou turistas ao contemplar as obras do conjunto escultórico.

A transmissão das informações passadas aos receptores para que sejam decodificadas a

partir da linguagem figurativa ocorre por meio físico entre o conjunto escultórico, seu entorno e o emissor (escultor). A este contexto, a partir da realidade objetiva a que se referem tais esculturas, seus significantes apresentam-se como substância expressiva do signo, enquanto o significado diz respeito ao que o escultor quis expressar com sua obra (González, 1998). E, símbolo como realidade apreensível mediante os sentidos que remete a outra realidade que excede o alcance dos mesmos.

A categoria iconografia toma por base a teoria de Panofsky (1991), Turazzi (2009) e González (1998) que afirmam que é composta por um valor icônico apresentado por meio de sua expressividade. No caso das esculturas analisadas, através de posturas e movimentos, homens e animais são capazes de compor imagens cheias de significado por meio do alcance da semiotização de gestos que se caracterizam em certa medida por seu caráter anafórico. Servindo principalmente com o intuito de repetir e reiterar o que foi dito em palavras (González, 1998).

Cabe rememorar as colocações de Panofsky (1991), quando o escultor intenciona ilustrar o cotidiano dos quileiros por signos – nas próprias esculturas; histórias – das travessias; alegorias – com os artefatos que utilizavam e conhecimento histórico (Turazzi, 2009) – como possível bem patrimonial e de valor cultural por meio do conjunto escultórico.

Ao estudo descritivo e classificatório das imagens bem como as associações textuais (González, 1998), convém analisar o fenômeno da linguagem escrita sob três aspectos, sobre os quais se articula o sistema de signos. Como o léxico, quando a linguagem verbal é composta por palavras sendo este contexto visto nas frases expostas na escultura da senhora quilera (Figura 5), nas malas que a personagem carrega uma em cada mão. Configurando a soma de signos tanto pelas palavras, quanto à maneira ordenada para manter um significado, possivelmente expresso pelo ato cotidiano e com os dizeres "*1 kilo de esperanza*" e "*hay un camino en mi tierra*". Tais configurações a partir do léxico, também são percebidas na Figura 2, a partir da representação de movimentos dos animais a julgar pelas suas pernas dobradas, ainda pelas bagagens que o segundo cavalo, nesta mesma imagem, carrega em seu lombo como a representação simbolizando um animal de carga. Já na Figura 3, esta expressão é percebida de maneira semelhante ao se observar o personagem em cima da bicicleta em sinal de movimento com suas mãos apoiadas ao guidão e as pernas flexionadas, tanto quanto o armazenar das bagagens no compartimento traseiro da bicicleta.

Quanto à gramática, na arte figurativa os signos representados pelas linhas e cores aparecem de maneira ordenada, observando as regras básicas que regem os problemas de representação como disposição correta dos horizontais e verticais, distância, luz e sombra, etc. (González, 1998). O que é perceptível a partir da observação dos materiais utilizados para compor o conjunto escultórico sem expressão de cores variadas, mas nuances e tons semelhantes de uma mesma cor além das formas geométricas apresentadas.

No que diz respeito ao estilo as tradições são peculiares a cada artista (González, 1998), sendo que no caso do Conjunto escultórico se percebe o uso de sucata, ferro velho e materiais que anteriormente seriam descartados, possivelmente não seriam reaproveitadas. O artista além de exprimir seu estilo próprio ainda contribui para o meio ambiente em que vive.

Neste sentido, se compreende que o artista, conforme Gonzáles (1998), recorre ao patrimônio artístico de sua cultura tal qual intencionou Fariña (Araújo, 2018) quando concebeu o conjunto escultórico ao relatar que

esta obra es sobre el ser humano, sus sentimientos, sus pensamientos y el sacrificio que han tenido los habitantes de la frontera para arrimar el pan a sus hijos, abaratando el costo yendo a Brasil y al regresar cargados, sorteando a los aduaneros y a la Policía por caminos lejanos a las rutas nacionales para no ser vistos (Araújo, 2018).

Dado que o objeto imediato da iconografia é a imagem, para conhecer seu significado o emissor (historiador, artista, escultor, etc.) conforme Gonzáles, (1998) necessita dominar as leis e elementos que as regem. Posto que tais leis tratam do tema e motivo como assunto ao qual se construiu a obra de arte e na maioria das vezes se corresponde ao título que se deu ao trabalho.

No entanto Panofsky (1991), pontua que o tema aludiria à história literária ou ideia de representação, enquanto o motivo seria cada um dos elementos formais que constituem o tema. Entende-se neste caso que o Conjunto Escultórico intitulado “*El pobre que va por pan*”, faça menção aos quileiros em busca tanto de alimentos para si e seus familiares quanto para demais recursos de subsistência.

Quanto à **figura, personificação e atributo** – representam aspectos físicos, caracterizações e indumentária. Por se tratar de mais de uma figura (personagens) são consideradas um grupo ou conjunto e por estarem desenvolvendo uma ação, tem-se a representação de uma cena, classificada de acordo com sua temática – “pensamentos, sentimentos e sacrifícios” (Fariña, 2020).

À personificação, como uma figura humana normalmente feminina representa ou encarna uma ideia abstrata ou um elemento da natureza. O que é percebido na Figura 5, quanto às vestes que tentam marcar a feminilidade e delicadeza que podem estar presentes em um trabalho predominantemente masculino.

Quanto aos **atributos**, consistem em objetos reais que definem e caracterizam a personalidade de uma figura de acordo com os atos de sua biografia ou com determinados convencionalismos significativos. A este exemplo nas esculturas tem-se os semblantes expostos com indícios de cansaço físico e possivelmente mental e os pés descalços em alusão às dificuldades enfrentadas no percurso. O atributo é, portanto, um signo que depende da figura (divina ou humana) e identifica sua história e identidade, pois se trata de um objeto que é parte acessória, porém fundamental na representação, posto que sem ela a figura possa alterar seu significado o qual a partir de uma parte se denomina o todo.

Ao **símbolo e alegoria**, o primeiro tem muito a ver com o que transcende da imagem (significante) e faz referência a uma realidade (significado), que apesar de ser distinta é uma parte intrínseca dela, de maneira que acaba por identificar-se. A conexão natural percebida neste contexto se dá pela aproximação dos quileiros com as esculturas que intencionaram exprimir a estes de acordo

com o que o escultor tem conhecimento e está ambientado. Neste caso se preservam os valores absolutos de representação o mais fiel possível ao fato, a partir do patrimônio e noções gerais com a representação simbólica que existe entre a figura significativa e a situação significada. Uma relação conceitual, imediata e direta que implica em uma correspondência automática e irreversível. As alegorias acompanham por meio de representações simbólicas abstratas no grupo, quando se observam as representações das bagagens, cabelos dos personagens, lombo do primeiro cavalo e os cascos dos botijões em cima da motocicleta. Já a caracterização emocional destes conceitos trata do caminhar e do semblante dos personagens.

Imagem temática descritiva e imagem narrativa, os elementos figurativos destas imagens apresentam-se atemporais e de forma óbvia aos espectadores por seus estados de alma condizerem com as simbologias propostas bem como as referências as quais foram inspirados e estão destacados em meio a uma natureza que lhes é peculiar, no caso da rota escolhida para fixar as esculturas. Enquanto a imagem narrativa se constitui por um conjunto de elementos relacionados entre si que representam um feito e se referem a uma história. A esse relato de sucesso (real ou imaginário), produzido em um marco temporal e espacial por ordem cronológica em suas imagens, prevalece a ação do emissor a partir do seu ponto de vista.

Quanto à **descrição**, supõe que o tempo e ação não se configuram temporariamente como os elementos relevantes do discurso explorado, mas, sobretudo se concentra na função ornamental e decorativa a partir dos materiais e formas, ao explicar objetos e cenários de uma história real.

O **texto e a imagem** delimitam a tipologia das relações supondo superar a ideia de mera identificação do sujeito, fruto do que a leitura evoca na imaginação do artista com analogias metafóricas e associações da memória com o emprego de signos linguísticos e artísticos. Para o contexto desta pesquisa, o Conjunto Escultórico como a retratação do ser humano, seus sentimentos, pensamentos e o sacrifício percebido pelo escultor ao representar as travessias diárias.

Deste modo pode se compreender que as classificações apontadas por Peirce (1839-1914) são contempladas, pois referem condições de visualização dos fenômenos, distinção e discriminação de experiências e a capacidade de generalizar fatos e organizá-los quanto a iconografia, signos e símbolos.

5. Considerações finais

O Conjunto Escultórico "*El pobre que va por pan*", conforme Fariña (2020), pretendeu remeter a partir do traçado das obras uma linha do tempo. Ela foi estabelecida por meio da cronologia, contando a partir dos primeiros quileiros com o uso do cavalo e o ginete para conduzir outro cavalo, sendo este um carregador dos produtos. A contagem do tempo mostra a introdução da bicicleta, posteriormente a motocicleta, e a última obra, referenciando então, a mulher na condição representativa dos personagens.

A temática, segundo o escultor a naturalização que ocorre na fronteira no processo de travessia e comercialização dos produtos pelos quileiros, contam histórias dos envolvidos. Ao fazer tal

travessia o que melhor se percebia era a situação de sacrifício dos quileiros, pessoas sem condições que lutavam pela sobrevivência, por trabalho digno e alimentos, um tanto perceptível no semblante das esculturas a partir da percepção de mensagens por meio dos signos.

A reação por parte do público que contempla as obras segundo Fariña (2020) é “barbara”, pois justamente identifica o representativo cultural, educacional, espiritual e histórico. E serve como possível fomentador ao turismo por meio dos produtos oferecidos, enquanto divulgação da cidade, valorização do seu patrimônio material e atributos imagéticos referenciados nas esculturas.

A estes preceitos também se destacam a questão de “estarmos acostumados a conviver com os quileiros e bagageiros comumente conhecidos por “traficantes” ou “contrabandistas””. Porém a ideia que o escultor pretendeu destacar foi para o reconhecimento a um povo o qual era visto por ele desde criança como inspiração. Para tanto, desenvolveu as esculturas de maneira muito representativa e em homenagem ao povo do Departamento de Cerro Largo e a todos os que sobreviveram historicamente com esse feito.

Destarte, a presente pesquisa cumpriu com o seu objetivo de analisar a iconografia do O Conjunto Escultórico “*El pobre que va por pan*” à luz das categorias propostas. Por meio da análise foi possível perceber a relevância do quileiro na cultura fronteiriça, onde a troca comercial entre os moradores de ambos os países é parte integrante do cotidiano. Nas fronteiras Brasil e Uruguai, as relações de moradia e trabalho são tão integradas nessas cidades que fazem com que as normas e leis de cada um muitas vezes deixam de ter sentido, assim fazendo com que a ilegalidade seja naturalizada. A análise das simbologias culturais presentes nas esculturas mostra que a particularidade da fronteira Melo (Uruguai)/Aceguá (Brasil), que estão distantes 60km, possibilitou o surgimento da cultura do quileiro.

Referências

- Araújo, Néstor. Chatarra transformada em arte -Colocan en Melo esculturas que homenajean al contrabandista. *El país*, Montevideo/Uruguay. Sociedad, 2018. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/colocan-melo-esculturas-homenajean-contrabandista.html> Acesso em: 02 ago. 2020.
- Argan, G. C. (1998). *História da arte como história da cidade*. (Vol. 5). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- Arnheim, R. *Arte & Percepção Visual: uma psicologia da visão criadora*. Nova versão; (trad.) Ivone Terezinha de Faria. São Paulo: Cengage Learning. 2013.
- Berselli, C., Tricárico, L. T., & de Mello Rossini, D. Os signos e símbolos do patrimônio nas ações do marketing, uma relação possível? Reflexões a partir das campanhas da Feira Nacional do Doce (Fenadoce) de Pelotas/RS, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13(1), 72-91, 2019.
- Fariña, N. "El pobre que va por pan", muestra escultura en Melo. *Radio Uruguay 1050 AM Montevideo*. Entrevista concedida. 2020. Disponível em: <<http://radiouruguay.uy/el-pobre-que-va-por-pan-muestra-escultura-en-melo/?fbclid=IwAR1jKkNwTp85eRdfLfGXjBcY64H-tBxnAAxQUVVUHsfzTZsW3rtGQ5IH5qNQ>>. Acesso em: 30 Julho 2020.
- González, M. A. C. *Introducción al método iconográfico*. Barcelona: Editorial Ariel. 1998.
- Joaquim, L. (2008). *O Banheiro do Papa*. Disponível em: <<https://www.cinemaescrito.com/2008/05/o-banheiro-do-papa/>>. 1998. Acesso em: 27 Julho 2020.
- Instituto Nacional de Estadística. Censos 2011. Disponível em: <<https://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011>> Acesso em: 29 Abr 2021.
- Leoti, A. & Scarano, R. C. V. Fronteiras Chuí/Chuy: um lugar de confluências culturais. IN: Pieri, V.S. G.; Teles, R. M. de S. (Orgs). *Turismo e Relações Internacionais: fronteiras transnacionais, paradiplomacia das cidades e inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais/Cenegri. 2015.
- López-Guzmán, T., Trigo, J. P., Gálvez, J. C. P. & Pesantez, S. El patrimonio inmaterial de la humanidad como herramienta de promoción de un destino turístico. *Estudios y perspectivas en turismo*, 26(3), 568-584, 2017.
- Oliveira, S.R. *Imagem também se lê*. São Paulo: Edições Rosari. 2005.
- Panofsky, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva. 2011.

Pereira, M. *Esculturas em ferro velho homenageiam os "quileiros" na entrada de Melo*, no Uruguai. Disponível em: < <http://www.jornalminuano.com.br/noticia/2020/06/29/esculturas-em-ferro-velho-homenageiam-os-quileiros-na-entrada-de-melo-no-uruguai?fbclid=IwAR3DPzHdV57-fgp3hAIK-Gry6oYVgIQoypQj67v8zFwDPpg6kcdljqDJekdA>>. Acesso em: 27 Julho 2020.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale. 2013.

Richards, G. Designing creative places: The role of creative tourism. *Annals of Tourism Research* 85, 102922. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2020.102922>. 2020.

Scarano, R. C. V., & Leoti, A. Diálogos entre Paul Ricoeur e Turismo Cultural. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 4. 2018.

Turazzi, M. I. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da exposição de história do Brasil e a fisionomia da nação* (Vol. 33). Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

Veal, A. J. *Metodologia de pesquisa em lazer e turismo*. São Paulo: Aleph, 29, 2011.

Andrés-Martínez, Gomez, B., & Mondejar, J. An analysis of the effect of the fairness price perception on the consumer behavior: the case of online hotel reservation. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13(4, Special Issue), 849-864, 2015.

Kotler, P. & Armstrong, G. *Principles of marketing*. Pearson education. 2010.

Ismagilova, G., Safiullin, L., & Gafurov, I. Using historical heritage as a factor in tourism development. *Procedia-social and Behavioral sciences*, 188, 157-162, 2015.



8. TRABALHOS DOS ALUNOS

Accesibilidad física y sensorial en la Avenida Gorlero, Punta del Este - Uruguay.

María Florencia Concepción Aldacour¹

1. Introducción

En Uruguay, según el último censo del Instituto Nacional de Estadística (INE, 2011) existen 517.771 personas con discapacidad permanente, lo que equivale al 15,91% de la población. A nivel nacional, un importante marco jurídico fue la promulgación en 2010 de la Ley N°18.651 "Protección Integral de Personas con Discapacidad". A partir de esta ley se comenzó a contemplar los derechos laborales, educacionales y de salubridad de las personas con discapacidad, estableciendo como prioridad la supresión de las barreras físicas, con el fin de lograr la accesibilidad para todas las personas con discapacidades. Según la mencionada ley, la planificación de las vías públicas y parques, así como la construcción, ampliación y reforma de los edificios de propiedad pública o privada, que estén destinados a un uso público, deberán efectuarse de forma tal, que todas las personas puedan acceder y utilizar. A su vez, esta ley establece que las acciones citadas anteriormente, deben ser contempladas en un plan accesible, el cual deberá realizarse en un periodo de tiempo menor a 8 años desde la promulgación de dicha ley.

La accesibilidad y el turismo guardan una relación muy estrecha, ya que uno de los principales componentes del turismo es la movilidad. En ese sentido, un aspecto fundamental es la calidad y la adecuación de la infraestructura física de los lugares. La actividad turística también está vinculada con la motivación de conocer personas y lugares, así como tener nuevas experiencias, por lo tanto, la comunicación accesible tiene un rol fundamental. Este trabajo tiene como objetivo presentar las principales conclusiones de la tesina de grado de la Licenciatura en Turismo realizada por la autora en el balneario de Punta del Este, ubicado en la costa este de Uruguay, uno de los principales destinos turísticos del país.

La Dirección de Políticas Inclusivas de la Intendencia de Maldonado eventualmente organiza y coordina servicios específicos para personas con discapacidad en Punta del Este, como es el surf inclusivo, la playa accesible, los juegos para niños, en función de eso se optó por tomar como caso de estudio la avenida Juan Gorlero, una de las principales calles del Balneario, lugar donde se concentran restaurantes y locales comerciales. Dicha avenida, históricamente se configura como un espacio de esparcimiento, una importante vía de movilidad, puede ser considerada un atractivo turístico como también un lugar que nuclea diferentes servicios. En ese sentido, se ha planteado el siguiente problema de investigación: ¿Cuál es la situación de la avenida Gorlero de Punta del Este en relación a la accesibilidad física y sensorial?

¹ Licenciada en Turismo – CURE Udelar. Maldonado - Uruguay. E-mail de contacto: florzaffira@gmail.com

Asimismo, como objetivo general se buscó analizar la situación de la accesibilidad física y sensorial en la avenida Gorlero de Punta del Este entre los años 2019 y 2020. Siendo los objetivos específicos los estipulados a continuación: averiguar la existencia de barreras físicas y de comunicación en el área de estudio; relevar prácticas accesibles en el área de estudio e indagar la existencia de planes locales de accesibilidad.

Tal como fue señalado anteriormente, en las últimas décadas hubo un gran avance normativo en Uruguay en torno a la discapacidad, el que ha generado una sensibilización a nivel público, viéndose reflejado posteriormente en el sector privado. Sin embargo, a pesar de todos los ítems escritos en las leyes con relación a la protección de personas con discapacidad, aún es necesario transformar ciertas prácticas para que las ciudades sean cada vez más accesibles, permitiendo así, que todas las personas puedan realizar turismo en igualdad de condiciones. Para ello es imprescindible que la planificación y gestión local de los destinos, tomen en cuenta a estas personas y así seguir incorporando medidas para la eliminación de la obstaculización presente y la adhesión de prácticas accesibles.

2. Metodología

La metodología utilizada en esta investigación fue del tipo cualitativa-cuantitativa y el estudio se caracteriza como descriptivo. Primeramente, se realizó una búsqueda en fuentes bibliográficas confiables sobre terminología y conceptos a ser utilizados en la investigación. Posteriormente, se delimitó un área de estudio y fueron diseñados instrumentos de investigación para el relevamiento y el análisis de los datos, acorde a los objetivos propuestos. La delimitación del área de estudio, fue específicamente la avenida Gorlero, iniciando en la intersección con la calle 32 "La Angostura" y hasta la intersección con la calle "Obenque". Su extensión total es de once cuadras.

El trabajo de campo fue realizado entre los meses de setiembre de 2019 hasta mediados de mayo de 2020. Para averiguar la existencia de barreras (físicas y de comunicación) y prácticas accesibles, en el área de estudio, se utilizó como técnica de colecta de datos la observación del área (veredas y edificios) y la realización de preguntas cerradas a funcionarios o propietarios de establecimientos.

Una vez finalizado el relevamiento de datos, los mismos fueron cuantificados a partir de los indicadores sugeridos por el OMT en el *Manual sobre Turismo Accesible para Todos: Principios, herramientas y buenas prácticas – Módulo IV: Indicadores para el estudio de la accesibilidad en el turismo* (2015) y se tomaron en cuenta las normas UNIT (Instituto Uruguayo de Normas Técnicas) para determinar las medidas correctas de artículos y arquitectura diseñada para que sea accesible. Para alcanzar el objetivo de verificar la existencia de planes locales de accesibilidad se realizó una entrevista a la directora de la dirección de Políticas Inclusivas, Eliana González, quien se ha desempeñado en dicho cargo desde 2015 hasta la actualidad.

3. Resultados obtenidos

A continuación, se presentan algunos de los resultados obtenidos en la investigación llevada a cabo en la ciudad de Punta del Este, específicamente en la avenida Gorlero.

En relación a los elementos accesibles, fueron identificadas 44 rampas ubicadas en todas las esquinas de la Avenida, al comenzar y terminar la vereda. Dichas rampas, están pintadas con color azul, como forma de distinción y señalizadas, con el dibujo de una persona en silla de ruedas. En cuanto a la medida de la rampa, se tomó en cuenta las normas UNIT para determinar ciertos parámetros. Dichas normas, establecen que el ancho de la rampa debe ser igual o mayor a 90 cm con un desnivel menor o igual a 50 cm, en este caso las rampas cuentan con las medidas establecidas, permitiendo que una persona en silla de ruedas pueda circular tranquilamente. A su vez, la rampa debe ser firme y antideslizante. A partir de la observación de las rampas ubicadas en el área de estudios, fue posible averiguar que las mismas cumplen con estos requisitos, ya que el material es duro y no resbaloso.

A lo largo de las 11 cuadras de la avenida Gorlero fueron identificados solamente 4 semáforos, de los cuales ninguno contaba con avisador acústico, recurso utilizado para que personas ciegas o con baja visión sepan cuándo cruzar la calle. Otro elemento importante para la accesibilidad de un destino es el pavimento con relieve, que sirve para avisar a las personas con deficiencias visuales o baja visión que están por llegar a una zona de peligro, un cambio de nivel, escaleras, etc., brindando así más información sobre el trayecto. Esto permite una circulación con mayor autonomía y confianza. Lamentablemente, la avenida Gorlero no cuenta con pavimento podo táctil a lo largo de sus 11 cuadras. Este tipo de pavimento solo existe en zonas cercanas a la Avenida.

Un mobiliario urbano fundamental que se puede encontrar en cualquier vereda de calles transitadas son los bancos, para que las personas puedan descansar y relajarse. Sin embargo, no todos los bancos son accesibles, la diferencia se encuentra en si cuentan o no con respaldos. Los bancos con respaldo brindan seguridad a una persona ciega o de baja visión, personas mayores o con problemas motrices, ya que el respaldo facilita la identificación del mobiliario, así como, el movimiento de sentarse y levantarse. Se pudo averiguar, que, en el momento del trabajo de campo, Gorlero contaba con 84 bancos de los cuales 61 de ellos tenían respaldo.

Uno de los principales obstáculos identificados en esta investigación, en relación a la circulación por las veredas, fueron los carteles de promoción de tiendas ya que algunos presentaban un ancho pronunciado que interrumpe o dificulta la circulación de una persona con silla de ruedas. Además, pueden ser considerados un obstáculo para personas con discapacidad sensorial, particularmente personas ciegas o con baja visión, ya que pueden ocasionar caídas. También fueron encontrados otros elementos en el medio de la vereda, son ellos: postes de luz, palmeras, mesas de restaurantes y quioscos de revistas.

Otro elemento importante para la accesibilidad en un destino, son los estacionamientos prioritarios para personas con discapacidad, es decir aparcamientos reservados especialmente para personas con discapacidad. Sobre la avenida Gorlero se contabilizaron 3 estacionamientos prioritarios,

de un total de 240 estacionamientos (cálculo aproximado). Por lo tanto, se estima que solamente el 1% de los aparcamientos son accesibles.

En la avenida Gorlero, los aseos públicos se encuentran ubicados en la Plaza Artigas, allí se puede observar un baño para hombres, un baño para mujeres y un baño accesible. El baño accesible tiene el espacio necesario para que una persona en silla de ruedas pueda movilizarse, una baranda de 75 cm al lado del inodoro, lavamanos con altura adecuada para personas en sillas de ruedas y la correspondiente señalización, según lo especificado por las normas UNIT. Otro punto importante es la llegada al aseo en sí, si el mismo no se encuentra a nivel del piso, este debe contar con una rampa permitiendo el uso autónomo de las personas con discapacidad. En este caso, la llegada hasta el aseo público cuenta con una rampa con una pendiente muy baja.

A modo de síntesis, a partir del trabajo de campo realizado entre los años 2019 y 2020, fue posible averiguar que en las veredas de la avenida Gorlero predominaban elementos accesibles para personas con discapacidad física como rampas, estacionamientos prioritarios y aseos señalizados, siendo la colocación de bancos con respaldo el único elemento accesible específico para personas con discapacidad sensorial.

Siguiendo con la sistematización de información, a continuación, se presentan los resultados obtenidos mediante el relevamiento de obstáculos y prácticas accesibles en los edificios públicos y privados con acceso al público, ubicados sobre la avenida Gorlero. Para ello, se separaron los edificios acordes a los siguientes eslabones de la cadena: alojamiento, restauración, recursos turísticos y locales comerciales. Dichos eslabones fueron elaborados en base a la cadena de accesibilidad establecida por la OMT en 2015. La misma juega un rol muy importante para aquellos destinos que pretenden identificarse como accesibles, ya que presenta aspectos necesarios para brindar a las personas seguridad y comodidad en el destino, desde el momento en que buscan información sobre el mismo, en sus computadoras o celulares, hasta el regreso a sus hogares.

En la avenida Gorlero fueron identificados dos establecimientos hoteleros y doce edificios con apartamentos en alquiler temporario. Algunos de los temas clave considerados para este tipo de edificación fueron: el acceso al alojamiento, la existencia de habitaciones y baños accesibles, personal capacitado, la distribución de los elementos, desde el acceso hasta la habitación, la existencia de ascensores con sistema de braille o indicación de audio, entre otros ítems.

A través del relevamiento fue posible identificar la existencia de alojamientos con habitaciones accesibles, que permiten la libre circulación de personas con movilidad reducida, en este caso sólo el 28,57% del total de los alojamientos tiene este tipo de habitación. El 51% de los alojamientos relevados cuentan con acceso accesible, es decir que la entrada del establecimiento está a nivel del piso o existe una rampa que permite el ingreso de personas con discapacidad física. En relación a los servicios extras al alojamiento, 6 de los 14 establecimientos cuentan con sala de juegos, piscina o gimnasio en su interior. El 50% de esos establecimientos tienen accesos accesibles a determinadas salas, mediante ascensores o rampas. Otro punto importante a resaltar es que, en el 100% de los establecimientos relevados el personal que atiende al público no está capacitado en lengua de señas o atención específica para personas con discapacidad.

En relación a la restauración, en el área de estudio existe una amplia variedad de establecimientos, dado el expresivo número de edificaciones, fueron relevados once de los diecinueve establecimientos, lo que representa el 58% del total existente. En relación al acceso, el 60% de los establecimientos relevados tienen acceso accesible, ya sea por la existencia de una rampa o porque el ingreso se encuentra a nivel de la vereda.

Otra cuestión a considerar es el tema de los aseos dentro de los establecimientos, en este caso, 4 de los 10 establecimientos de restauración relevados cuentan con baños para personas con discapacidad con la indicada señalización, y los elementos imprescindibles que debe contar un baño para el uso autónomo de personas con discapacidad. Siguiendo con el rubro de restauración, es fundamental considerar a las personas con discapacidad sensorial, como personas ciegas, al momento de pensar en menús o cartas de servicio. A la fecha del trabajo de campo, ninguno de los establecimientos relevados contaba con menús con sistema de braille u otro tipo de comunicación accesible, por lo que una persona ciega o de baja visión no tenía la posibilidad de entender, de forma autónoma, las opciones de comidas que un establecimiento ofrece.

El tercer eslabón estudiado, se refiere a los recursos turísticos, específicamente fueron relevados los dos centros de información turística ubicados en avenida Gorlero (Centro de Información turística de la Intendencia de Maldonado y Municipio de Punta del Este). Un aspecto fundamental a tener en cuenta, en cualquier recurso turístico, es el acceso accesible. A partir del relevamiento, se pudo observar que los dos recursos turísticos tienen acceso accesible, es decir permiten el ingreso autónomo de personas con discapacidad. En relación a la información, documentación y herramientas tecnológicas accesibles para visitantes, a través de la investigación fue posible identificar que ninguno de los recursos turísticos relevados contaba con contenidos accesibles sobre el lugar y/o entorno. Un claro ejemplo, es la falta de folletería en sistema de braille, no permitiendo que una persona ciega pueda entender la información de forma autónoma.

También fueron relevados los locales comerciales ubicados en la avenida Gorlero, en relación a la existencia de prácticas accesibles y obstáculos. Debido a la cantidad de locales comerciales en el área de estudios, fueron relevados aleatoriamente diez de ochenta y tres locales comerciales, lo que representa el 12% del total existente. Aquí se pudo apreciar que 9 de los 10 locales relevados contaban con acceso accesible, debido a la colocación de rampa o entrada a nivel del piso. En este mismo aspecto, de los diez establecimientos relevados apenas 3 poseían un itinerario accesible, desde el acceso hasta la zona de cajas. En algunos casos, la mercadería se encontraba expuesta de forma aglomerada, dejando los pasillos muy angostos, lo que dificultaba la circulación interna.

Para el caso de los locales comerciales que venden ropa, los mismos suelen contar con probadores para que los clientes puedan probar la mercadería. En este caso, de las cuatro tiendas de ropa relevadas, apenas una contaba con probadores amplios o especiales para personas con discapacidad. En general, los datos recabados demuestran una adaptación en la entrada de los locales, especialmente para personas con discapacidad física, no contemplando otros aspectos. Eso deja entrever que, de los 10 locales relevados, ninguno es 100% accesible.

Tal como fue mencionado anteriormente, uno de los objetivos de este trabajo era averiguar

la existencia de planes de accesibilidad a nivel departamental y local. No solo por tratarse de una dimensión importante para evaluar la situación actual, en relación a la accesibilidad, como también las perspectivas de la temática a futuro. Cabe recordar que la necesidad de creación de planes de accesibilidad, está prevista por la ley N° 18.651 "Protección Integral de Personas con Discapacidad", en el capítulo IX "Arquitectura y urbanismo", donde se hace referencia al grupo de reglamentaciones que las instituciones que gobiernan los espacios y edificios de carácter público deberán formular, así como las ampliaciones y modificaciones necesarias para el acceso y uso de las instalaciones, de manera equitativa. Según el artículo 79 de la mencionada ley, los requisitos sobre las adecuaciones establecidas en el capítulo IX, relacionadas a barreras urbanas y edificios de uso público, serán determinadas por la reglamentación en base a un plan de accesibilidad, pero su ejecución total no podrá exceder de un plazo de 8 años, desde la fecha de entrada en vigencia de la ley, ocurrida el 9 de marzo de 2010.

En el caso del área de estudio, la institución departamental responsable por la elaboración y cumplimientos de normas e instrumentos de planificación y gestión es la Intendencia de Maldonado. La dirección responsable por cuestiones vinculadas a accesibilidad, discapacidad e inclusión, es la Dirección de Políticas Inclusivas. Dicha dirección articula con todas las direcciones de la Intendencia de Maldonado, principalmente con la Dirección de Obras y la Dirección de Urbanismo y Espacios Públicos. Para averiguar la existencia de planes de accesibilidad a nivel departamental se realizó una entrevista a la directora de Políticas Inclusivas, Eliana González, quien se desempeña en dicho cargo desde el año 2015. Al ser consultada al respecto de la existencia de planes de accesibilidad la entrevistada afirmó que:

Se han ido planteando y modificando ideas y proyectos accesibles según las necesidades que plantean los usuarios tanto en Montevideo como en Maldonado, no hay un plan de accesibilidad estructurado en el departamento porque cuando hablamos de accesibilidad no sólo hablamos de infraestructura, también brindar herramientas para que las personas se desarrollen (...) Hemos avanzado un montón, yo siempre he dicho que hay que resumir con hechos, no con palabras, yo sé que puedo hacer un plan de accesibilidad precioso, pero si no lo cumplo es exactamente lo mismo(...) (GONZÁLEZ, 2019).

Tal como se puede percibir en el trecho transcrito, hasta la fecha no existe para el departamento de Maldonado un plan de accesibilidad, diferentemente de otros destinos como Canelones y Montevideo. En base a esta afirmación se puede concluir que no se ha cumplido con lo establecido en el artículo 79 la Ley N°18.651, debido a que el presente trabajo de investigación comenzó a realizarse a fines del año 2019 y dicha entrevista fue realizada en noviembre del mismo año, lo que significa nueve años posteriores a la realización y entrada en vigencia de la Ley N°18.651, excediendo el plazo de ocho años establecido por dicha ley.

4. Consideraciones finales

La discapacidad es una construcción y un modo de opresión social y es el resultado de una sociedad que no considera ni tiene presente a las personas con discapacidad (PALACIOS, 2008). En esta línea, resulta urgente gestionar la accesibilidad desde el paradigma social, donde la raíz del problema no está en las limitaciones individuales, sino en las barreras físicas y sensoriales del contexto. Sin lugar a duda, la falta de accesibilidad es un problema de compromiso social, donde la responsabilidad de la misma, es tanto del gobierno nacional, de los gobiernos departamentales, de las direcciones de cada Intendencia como de la sociedad en general.

En ese sentido, se espera que los instrumentos de investigación y los resultados de este trabajo sirvan de referencia para la gestión pública municipal y departamental, para futuros estudios abarcativos y para el diseño de planes de mejora de la accesibilidad física y sensorial para Punta del Este y para el departamento de Maldonado. Así como, sea un insumo de referencia para asociaciones vinculadas a la discapacidad y la accesibilidad como la Asociación de Discapacitados motrices de Maldonado o la Asociación de Sordos del Uruguay.

La eliminación de barreras es una acción urgente y necesaria, que puede ser vista como una inversión para tornar las ciudades más accesibles, en todos los sentidos de la palabra. Una ecuación que beneficia tanto a las personas (residentes y visitantes) como al destino, ya que la accesibilidad es una marca de distinción y de competitividad. Por último, se espera dar continuidad a esta investigación mediante la verificación de barreras y prácticas accesibles, a partir de la percepción de usuarios de espacios públicos y servicios turísticos, como forma de validar los datos recabados, y diseñar otros instrumentos de investigación.

5. Referencias

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censo 2011*. INE, Montevideo, 2012.

INSTITUTO URUGUAYO DE NORMAS TÉCNICAS. *Accesibilidad de las personas al medio físico - Criterios y requisitos generales de diseño para un entorno edificado accesible*. UNIT, Uruguay, 2018.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Manual sobre Turismo Accesible para Todos: Principios, herramientas y buenas prácticas – Módulo IV: Indicadores para el estudio de la accesibilidad en el turismo*. OMT, Madrid, 2015.

PALACIOS, A. *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*. Cermi Es. Cinca ediciones, España, Madrid, 2008.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DEL URUGUAY. *Ley N° 18.651*, promulgada el 19 de febrero de 2010. Establece la protección integral de personas con discapacidad.

Entrevista

GONZÁLEZ, Eliana. *Accesibilidad en Punta del Este [2019]*. Entrevistadora: Florencia Concepción. Punta del Este: Maldonado, 2019. 1 archivo Mp3 (50min).

Análisis de los Eventos Deportivos realizados entre 2012 y 2019 en la Conurbación Maldonado – Punta del Este.

Silvino David Antonio Gómez¹

1. Introducción

En Uruguay, cada vez más las personas utilizan su tiempo libre para la práctica deportiva. Los datos de la Encuesta Nacional sobre Hábitos Deportivos y Actividad Física, realizada por el Ministerio de Turismo y Deporte y el Ministerio de Salud Pública en el año 2005, y de la encuesta de Actividad Física y Deportes presentada por la Secretaría Nacional del Deportes (SND) en el año 2016, demuestran un aumento en el porcentaje de personas que realizan actividad física. El último dato disponible, de la Encuesta Nacional sobre Hábitos Deportivos y Actividad Física, indica que el 67% de las personas mayores de 18 años encuestadas, realizó deportes en el año 2019.

En la actualidad también se observa una expresiva cantidad de eventos vinculados a actividades físico-deportivas que motivan a las personas a trasladarse a determinados lugares ya sea para participar activamente o asistir a competencias. El turismo de eventos deportivos es considerado por algunos(as) autores(as) un producto turístico con capacidad para dinamizar el sector y la vida urbana (PARRA et al., 2014), desestacionalizar la oferta e incrementar las visitas y pernoctación en los destinos (GARRIDO, 2018).

Desde la gestión pública, este tipo de turismo también puede ser visto como una oportunidad para crear o reforzar la imagen positiva de un destino y además, un elemento de diferenciación. En el departamento de Maldonado, la relación entre turismo y deporte, principalmente en las ciudades de la costa, viene siendo construída desde hace mucho tiempo, debido al disfrute del tiempo libre y la recreación asociada al mar y la arena (DA CUNHA y CAMPODÓNICO, 2012).

Actualmente, a nivel local existe una intención en desarrollar esta modalidad de turismo. En una entrevista realizada por el Anuario Punta del Este Internacional (2017), Martín Laventure, Director General de deportes de la Intendencia de Maldonado (IDM) en el periodo 2015-2020, indicaba que la Intendencia había creado un calendario para dar a conocer los eventos deportivos previstos para todo el año para el departamento de Maldonado, y que se veía la actividad deportiva como: “un agente desestacionalizador por sí mismo, que mueve una gran cantidad de gente indistintamente de la fecha, teniendo en Punta del Este un escenario e infraestructura de primer nivel”. Un año después, en una publicación del Diario EL PAÍS titulada “Punta del Este y Maldonado, las capitales del deporte”, se indicaba un aumento en el número de eventos, y se resaltaba algunos beneficios a los destinos, como la desestacionalización, la generación del ingreso de divisas, el posicionamiento y la

¹ Licenciado en Turismo – CURE, Udelar. Maldonado – Uruguay. E-mail de contacto: s davidantoniog@gmail.com

promoción del destino.

Sin embargo, son escasos los estudios sobre la vinculación entre el turismo y los eventos deportivos y en particular, muy poco se sabe sobre los eventos deportivos realizados en el departamento, no se encuentra suficiente información, registros o trabajos académicos sobre la temática. A partir de esta problemática, se llevó a cabo una investigación en el marco de una tesina de finalización de la Licenciatura en Turismo, del Centro Universitario Regional del Este (CURE) de la Universidad de la República del Uruguay (UDELAR). Esta investigación tuvo como objetivo analizar las características de los eventos deportivos realizados en la conurbación Maldonado-Punta del Este entre los años 2012 a 2019 y algunas de sus vinculaciones con el sector turístico. Los principales aspectos y hallazgos de este trabajo serán presentados a continuación.

2. Metodología

En la primera etapa de la investigación se llevó a cabo una búsqueda de fuentes bibliográficas generales relacionadas con el tema de estudio. Posteriormente, se realizó una revisión de la literatura específica.

Se delimitó como área de estudio la conurbación Maldonado-Punta del Este, en función de su importancia a nivel nacional como destino turístico, ya que recibe una gran cantidad de visitantes, especialmente durante la temporada de verano. Otro aspecto que se tuvo en cuenta fue la relevancia que la Dirección General de Deportes de Maldonado ha dado al desarrollo de actividades deportivas en Maldonado, apostando al slogan "capital del deporte". Por su parte, la delimitación temporal se basó en el periodo de 2012 a 2019, ya que durante este lapso se llevaron a cabo eventos deportivos de gran relevancia en la zona.

En relación a la recopilación de datos sobre los eventos realizados, se solicitó información a instituciones públicas (Dirección General de Eventos y Deportes de Maldonado, Ministerio de Turismo) a empresas organizadoras de eventos y se realizó una búsqueda en los medios de prensa en línea. Luego de recabada la información, se creó una tabla organizando la información en columnas, tales como: año de realización, empresa o institución organizadora, local de realización, modalidad, entre otros campos.

Posteriormente los eventos fueron categorizados, según la clasificación realizada por Britto y Fontes (2002) presentada en la figura 1.

Imagen 1 - Clasificación de eventos, según Britto y Fontes (2002).



Fuente: Elaboración propia con base en Britto y Fontes (2002).

De los eventos identificados, fueron estudiados en profundidad diez eventos categorizados como internacionales (que tuvieron participación de personas competidoras extranjeras). Se seleccionaron estos, debido a la gran cantidad de eventos relevados y las limitaciones de acceso a la información. Con estos datos recopilados, se procedió al análisis, utilizando las tipologías y conceptos presentados en la investigación.

3. Resultados

Del relevamiento inicial de esta investigación se obtuvo como resultado la identificación de 150 eventos deportivos, estos eventos comprenden las siguientes modalidades: deportes de pelota, atletismo, actividades acuáticas, automovilismo, ciclismo, artes marciales, entre otros. Debido a dificultades de acceso a información se optó por realizar la categorización de solamente veintinueve competiciones.

A partir de las características estructurales señaladas por Britto y Fontes (2002) y con base en la cantidad de competidores/as que participaron de cada competición, los eventos identificados fueron clasificados en pequeños (10), medianos (10) y grandes (9). Es importante resaltar que independientemente del tamaño, un evento puede atraer una gran cantidad de público o tener una

importante repercusión en los medios de comunicación.

Otra categoría especificada por los autores es la localización², que abarca tanto el lugar, tamaño y personas competidoras en el evento. Teniendo en cuenta la nacionalidad de los/las competidores/as de estos veintinueve eventos, 21 contaron con participación internacional, 4 con participación nacional, 1 con participación solamente local y 3 no fueron clasificados debido a falta de información.

La tercera clasificación empleada es la denominada por tipología, que refiere al tipo de evento. Con base en el análisis, se pudo establecer que el 100% de los eventos relevados se encuentran en la tipología eventos competitivos. La cuarta clasificación refiere a la fecha de realización del evento, para esto se tomó en cuenta por lo menos dos ediciones, en el caso de aquellos eventos que se organizaron por lo menos más de una vez. El resultado obtenido es que doce eventos fueron esporádicos, los restantes diecisiete eventos fueron móviles. Por otro lado, se consideró de suma importancia para la investigación aplicar una clasificación por trimestres, que puede ser observada a continuación (Tabla 1).

Tabla 1 - Clasificación por trimestre de realización (2012 a 2019).

1° trimestre: enero, febrero y marzo.	2° trimestre: abril, mayo y junio	3° trimestre: julio, agosto y septiembre.	4° trimestre: octubre, noviembre y diciembre.
12	3	8	14

Fuente: Elaboración propia. **Nota.** Algunos eventos, de una edición a otra, variaron su fecha de realización, por lo tanto aparecen incluidos en ambos trimestres.

Continuando con el análisis de las diferentes disciplinas deportivas, se obtuvo que los eventos estudiados pueden ser agrupados de la siguiente forma; Running (7) , deportes de pelota (7), natación (3), Triatlón/duatlón (4), artes marciales (3) y otros (5).

Tal como se mencionó en el apartado metodología, a partir de los eventos relevados y de las clasificaciones aplicadas, para un mejor análisis fueron seleccionados diez eventos deportivos (Corrida San Fernando, Maratón Internacional de Punta del Este, Rugby "Seven a Side" - Punta del Este, Torneo Internacional de Karate - Escuel Shotokan, 1° Encuentro Sudamericano de Básquetbol Femenino, Primeros juegos Internacionales especiales, IronMan 70.3, Fórmula E, Clipper round The World Yacht Race, Copa Mundial Femenina Sub-17), que posean características similares, en este caso todos contaron con competidores/as internacionales.

En relación a los organizadores de esos eventos, con base en la información obtenida, es posible afirmar que la Intendencia de Maldonado, a través de la Dirección de Eventos y Promoción Deportiva, organizó algunos eventos y en otros casos promocionó competencias organizadas por

² Es pertinente aclarar que en aquellos eventos que cuentan con participación internacional, también pueden contar con participación nacional o local. En el caso de los eventos con participación nacional pueden competir adversarios locales. Los eventos clasificados como locales sólo cuentan con competidores del lugar donde se realiza la competencia.

empresas privadas. Con la información obtenida, también fue posible identificar la existencia de empresas que prestan servicios de apoyo, como por ejemplo: cronometraje deportivo, sistemas de inscripción para los competidores/as, logística, etc.

Los perfiles de las personas competidoras de los eventos analizados son muy variados; algunos eventos aceptan la participación de personas aficionadas al deporte, mientras en otros casos solo pueden participar competidores/as profesionales que se encuentran federados en sus respectivos países de origen. Cabe mencionar que en determinados eventos la/el competidor puede inscribirse de forma individual y en otros la participación se da por parte de un equipo.

Además, se pudo establecer que en nueve de los diez eventos analizados participaron competidores/as de nacionalidad uruguaya. En seis de estos eventos hubo participación de ambos géneros, y en cuatro el perfil de los/as competidores/as fue solo del sexo femenino (2) y solo del sexo masculino (2). En relación al origen de las personas competidoras, con base en la información disponible, se pudo constatar que la mayoría de las/los competidores/as eran de países vecinos: Argentina, Brasil y Chile, aunque se constató también la participación de personas de países europeos.

4. Consideraciones finales

La exploración bibliográfica a nivel nacional permitió detectar carencias en torno a la investigación del turismo de eventos deportivos. Esto se ve contrarrestado con el panorama internacional, donde se pueden encontrar diversos estudios sobre la temática abordada.

Autores(as) como Lisbona et al. (2008), Donis (2015) y Garrido (2018), señalan que en destinos dependientes del turismo de sol y playa el turismo de eventos deportivos puede contribuir a la desestacionalización. Desde hace algunos años existe una preocupación en el territorio abordado, en relación a la concentración del flujo de visitantes en algunos meses del año, más específicamente en la temporada de verano. Para la gestión pública, tal como fue mencionado anteriormente, el turismo de eventos deportivos es una apuesta a la desestacionalización.

Sin embargo, de esta investigación se desprende que el 70% de los eventos categorizados ocurrió en los meses más cálidos del año, entre octubre y marzo. Este dato es relevante, ya que coincide con los meses de temporada media o alta. Es decir, que si bien hay una preocupación por la desestacionalización, tomando como muestra estos veintinueve eventos, podríamos afirmar que hay una concentración estacional, que coincide con el flujo turístico de visitantes que buscan el producto sol y playa, contrariando el discurso del sector público sobre la influencia del turismo de eventos deportivos en la desestacionalización. Por lo cual se puede entender que aún falta trabajar en este aspecto por parte de las autoridades locales, siendo necesario incentivar la colaboración público-privada y la promoción de eventos deportivos que puedan atraer visitantes a lo largo de todo el año.

Además, se entiende pertinente indagar futuramente sobre los apoyos que reciben los eventos deportivos por parte del sector público, así como las actividades y acciones de planificación y gestión relacionadas al slogan "Maldonado, capital del deporte", es decir, ¿el turismo de eventos deportivos, forma parte de una política pública?, ¿Qué posición ocupan los eventos deportivos en la

planificación departamental?. Cuestionamientos que también se pueden llevar a escala nacional.

El resultado de esta investigación también señala una relación directa entre turismo y eventos deportivos, ya que de los veintinueve eventos analizados, el 72% contó con participación internacional (personas competidoras). Se parte del supuesto que estos competidores/as utilizaron servicio de hospedaje, alimentación y posiblemente actividades recreativas, como paseos y compras.

En relación a las disciplinas deportivas de los eventos analizados, predominaron las vinculadas con el deporte de pelota, como el rugby o el fútbol; y también al running, los maratones, corridas de calle, o triatlón. Si bien en esta investigación se trabajó con una muestra (veintinueve eventos) el dato de las modalidades llama la atención, si consideramos que el territorio abordado comprende la costa marítima, apta para realización de deportes como surf, pesca, navegación, entre otros. Sin lugar a duda, se podría fomentar de manera planificada la realización de eventos vinculados al agua y la playa.

En términos académicos, esta investigación deja abierta una serie de cuestiones que merecen ser profundizadas en relación a futuros eventos deportivos, como perfil de los competidores/as, uso de los servicios turísticos, impactos positivos y negativos generados, percepción de la comunidad local en relación a este segmento, así como cuestiones más amplias como la influencia de los eventos deportivos en la construcción de la imagen turística del destino.

En aspectos generales puede decirse que, si bien existe un amplio calendario de eventos deportivos a lo largo del año, ni el sector público ni el privado cuentan con una base de datos acorde a la importancia del segmento. Hay una carencia de información en general, tanto en el registro de las personas competidoras, como por ejemplo el origen de las mismas y el periodo de estadía en el destino. Por otro lado, tampoco se cuenta con un estudio sobre la infraestructura deportiva existente y las características de las mismas. Contar con esta información es de suma importancia para poder desarrollar acciones futuras en materia deportiva y turística.

Referencias bibliográficas

ANUARIO PUNTA DEL ESTE INTERNACIONAL. *Martín Laventure*: Maldonado todo el año, 2017. Disponible en: <https://puntadelesteinternacional.com/martin-laventure-maldonado-todo-el-an%c%83o/>. Acceso en: 27 may. 2023.

BRITTO, J. y FONTES, N. *Estratégias para Eventos: uma ótica de marketing e do turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.

DA CUNHA, N. y CAMPODÓNICO, R. Uruguay. Hacia la noción de país turístico, 1930-1955. *Anuario IHES*, v.37, p.331-367, 2012.

DONIS, Y. *Turismo deportivo en Canarias: análisis y propuesta de acción*. Trabajo de fin de grado. Universidad de La Laguna. San Cristóbal de La Laguna, España, 2015. Recuperado de: <https://riullull.es/xmlui/handle/915/1372>. Acceso en: 27 may. 2023.

EL PAÍS. *Punta del Este y Maldonado, las capitales del deporte*, 2018. Recuperado de: <https://www.elpais.com.uy/el-empresario/punta-maldonado-capitales-deporte.html>. Acceso en: 27 may. 2023.

GARRIDO, M. *La importancia turística de los eventos deportivos en Segovia*. Trabajo de fin de grado. Universidad de Valladolid. Segovia, España, 2018. Recuperado de: <https://uvadoc.uva.es/bitstream/handle/10324/30430/TFG-N.835.pdf;jsessionid=A067AEDB25369E6B1E06C31F3293676E?sequence=1>. Acceso en: 27 may. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Encuesta Nacional sobre Hábitos Deportivos y Actividad Física*. INE, Montevideo, 2005.

LISBONA, M., MEDINA, F., y SÁNCHEZ, R. El Turismo Deportivo: Visiones críticas sobre posibilidades de desarrollo local en España y México. In: CANTARERO, L.F y MEDINA, X.R.S (Org.). *Actualidad en el Deporte: Investigación y Aplicación*, 2008.

PARRA, D., CALABUIG-MORENO, F., AÑÁ, V., AYORA, D. y NÚÑEZ, J. *El impacto de un evento deportivo mediano: percepción de los residentes de la comunidad de acogida*. Federación Española de Asociaciones de Docentes de Educación Física (FEADEF), p.88-93, 2014.

SECRETARÍA NACIONAL DE DEPORTES. *Encuesta sobre Hábitos Deportivos y Actividad Física*. SND, Montevideo, 2016.

SECRETARÍA NACIONAL DE DEPORTES. *Encuesta sobre Hábitos Deportivos y Actividad Física 2019*. SND

Turismo social en Montevideo: La participación de las y los jóvenes en el programa departamental Paseos de la Ciudad¹

Turismo social em Montevideú: a participação de jovens no programa departamental Paseos de la Ciudad

Fernanda Olascoaga Roland²

Resumen

El desarrollo del turismo social ha estado históricamente vinculado a la implementación de políticas públicas de turismo. En el caso Montevideo, capital de Uruguay, desde la década del '90 el gobierno departamental desarrolla el programa *Paseos de la Ciudad*. Esta investigación se centró en la descripción y análisis del diseño y la evolución de dicho programa, con un énfasis en la reflexión sobre la participación de la población joven.

1. Introducción

Este trabajo de investigación se centró en realizar una descripción y análisis del diseño y la evolución del programa de turismo social que la Intendencia de Montevideo brinda a la ciudadanía desde que se impulsó en la década del '90, con límite del estudio en el año 2020; haciendo énfasis en reflexionar sobre la participación de la población joven en este programa.

El programa considerado para la investigación tiene como nombre *Paseos de la Ciudad*, y se enmarca en la política turística, específicamente la política de turismo social que desarrolla la División de Turismo, bajo la responsabilidad del Servicio de Turismo del gobierno departamental. Dicho programa tiene como objetivo principal acercar a grupos de montevideanos y montevideanas a distintos destinos de la ciudad y área metropolitana.

Se trata de una modalidad de turismo social con costos bajos dirigido a vecinas y vecinos del departamento. Si bien los paseos son para todo público, los datos marcan que la mayoría de las personas que participan son adultos mayores y grupos familiares. De aquí surge la inquietud de que un importante segmento de la población, como lo son los jóvenes, no tiene participación en estos programas.

Las primeras interrogantes que impulsaron esta investigación, con el fin de realizar un aná-

¹ Tesina entregada en febrero de 2022.

² Maestranda en Estudios Culturales, Universidad Autónoma de Chiapas, México. Licenciada en Turismo, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay. Contacto: ferolasroland@gmail.com

lisis del programa de Turismo Social impulsado por el gobierno municipal fueron: ¿Qué conjunto de actividades se impulsan? ¿Con qué criterios se deciden? También se buscó reflexionar sobre en qué términos se permite pensar el ocio turístico en la ciudad para las y los jóvenes Montevideanos.

Considerando esto, la investigación buscó exponer cuáles son las diferentes razones que explican la falta de participación de la población joven en estos planes, y contribuir en el aporte de estrategias y acciones que posibiliten un mayor acceso de las y los jóvenes al ocio y al turismo en Montevideo.

El marco teórico con el que se trabajó, se construyó desde conceptos sobre el derecho universal al descanso, al tiempo libre, al ocio y al turismo, para luego profundizar en el turismo social como una respuesta a las diferentes desigualdades que no permiten que todas las personas accedan de la misma manera a este derecho; buscando reducir las desigualdades entre los individuos, velando por su acceso al derecho al ocio y turismo y logrando una mejor democratización del disfrute del tiempo libre. Por otro lado, se consideraron definiciones y conceptos sobre política turística, política de turismo social y finalmente sobre la institucionalización del turismo social.

Finalmente, cabe destacar que esta investigación fue realizada con metodologías de enfoque cualitativo, mediante un diseño exploratorio y descriptivo. En primer lugar, se llevaron adelante diferentes análisis documentales, específicamente de lo que el programa de Turismo Social de la Intendencia de Montevideo respecta, a través de diferentes publicaciones de difusión de las actividades y bibliografía relacionada con el tema. En segundo lugar, se realizaron para esta investigación, diversas entrevistas informales y una entrevista formal, que aportaron información clave y elementos fácticos de cómo se dio el proceso y desarrollo del programa analizado.

2. Desarrollo

Se eligió realizar un trabajo de investigación que analice el aprovechamiento por parte de la población joven de los programas de turismo social que el gobierno departamental ofrece a la ciudadanía, entendiéndolos como parte de la amplia dimensión de la política turística, en particular la política de turismo social, de nuestro país y considerando dicha categoría demográfica para aportar profundidad a la materia con distintos enfoques transversales.

El interés por el tema investigado surgió a partir de los primeros acercamientos al campo del turismo social en nuestro país. Se destaca que en Uruguay en 2006 comenzó a funcionar el Sistema Nacional de Turismo Social impulsado por el Ministerio de Turismo que tiene como objetivo "(...) lograr que quienes no pueden ejercer su derecho al turismo viajen en condiciones adecuadas de accesibilidad, comodidad, economía y seguridad; materializándose como un Derecho Humano." (Presidencia de la República, 2019, s.n).

El acceso al turismo como Derecho Humano se entiende como consecuencia del derecho al descanso y al ocio a nivel global. El Sistema Nacional de Turismo Social cuenta con programas para la tercera edad, trabajadores, segmentos sociales vulnerables, 15añeras (programa específico para quinceañeras), estudiantes y jóvenes. Tanto en el SNTS, como en programas de turismo social de

otros países, decretos y normativas a nivel mundial, se nombran a las personas jóvenes como un grupo perteneciente de la sociedad al que se debe considerar benefactor de este derecho.

Particularmente fue de interés para la investigación el desarrollo del turismo social en el Departamento de Montevideo, por su importancia como capital del país. En el caso del gobierno departamental, el Servicio de Turismo dependiente de la División de Turismo de la IM ofrece: *citytours* y *caminatours*, que se tratan de recorridos guiados a pie y en ómnibus por Montevideo a modo de conocer lugares emblemáticos de la ciudad, destinado únicamente a instituciones públicas o privadas con previa coordinación. Y el programa Paseos de la Ciudad que se realiza desde la década de los 90, y se trata de un programa de turismo social a nivel departamental pionero en el país.

Este programa tiene como objetivo acercar a grupos de montevidianos y montevidianas a distintos destinos de la ciudad y área metropolitana, que, por su historia, su belleza natural, su desarrollo local y su cultura son de interés turístico. Se trata de una modalidad de turismo social ya que se ofrece a precios bajos y es dirigido a vecinas y vecinos de Montevideo. La Intendencia de Montevideo se hace cargo de parte del costo del pasaje para que este sea lo más accesible posible y también se encarga de realizar convenios o acuerdos con los establecimientos cuyos servicios se incluyen en los recorridos para bajar costos.

El armado de los paseos está a cargo del equipo del Servicio de Turismo (perteneciente a la División de Turismo), y una vez que se realiza el calendario de los paseos el mismo equipo se encarga de la difusión y la venta de los lugares para los interesados. En 2018 se registró un número 1600 vecinos y vecinas que participaron de los paseos, y si bien estos son para todo público, la información que se obtuvo a partir de las entrevistas realizadas muestra que la mayoría de las personas que participan son adultos de entre 65 y 70 años, y también algunos grupos familiares.

El primer acercamiento a la búsqueda de información al respecto de este tema fue motivada desde el cuestionamiento de ¿cómo se integra la población joven en los programas de turismo social? Si se consideran los datos expuestos anteriormente, de que en su concepción dicho programa brinda una oferta para toda la población, pero que en los hechos los usuarios son notoriamente adultos y adultos mayores, se puede reconocer que existe una ausencia de jóvenes como participantes en dicho programa.

Se exploró el desarrollo de dicho programa de turismo social de la IM desde sus inicios, considerando el contexto de la política turística y de turismo social en el que se enmarca. También a que público está dirigido, cómo se diseña la oferta y cómo se difunde. A su vez se reflexionó acerca de las actividades de ocio que la población joven lleva adelante, para entender cuáles consideraciones pueden estar dejándose de lado al momento de buscar ofrecer un programa de turismo social que realmente atraiga a toda la población, o si no es necesario desarrollar distintos programas diseñados para un público objetivo específico.

El análisis de esta investigación se planteó en dos partes: la primera donde se exploró y analizó el programa de turismo social que se ofrece a la población. Empezando con una cronología que contextualiza la política de turismo social a nivel departamental, para luego enfocarse en el progra-

ma *Paseos de la Ciudad*. Sobre dicho programa se desarrollaron algunos de los siguientes aspectos: cuál es la oferta que se realiza; los criterios que se utilizan para definir las actividades y destinos; días y horarios que se realizan los paseos y sus principales usuarios. Y finalmente, la forma en la que estos paseos llegan al público, los canales de difusión y comunicación que se utilizan y la forma que dialogan con los usuarios.

La segunda parte apuntó a la reflexión sobre las características del programa analizado las principales características que puedan ser las que no logren atraer a la población joven. Esto en relación con las actividades de ocio que esta población lleva a cabo, considerando por ejemplo el ocio turístico y también el ocio urbano, como la dimensión que da cuenta de la forma en la que los jóvenes viven sus barrios y su ciudad. También centrándose en aspectos de la comunicación, como por ejemplo si se utilizan medios y un lenguaje más afín a esta población.

3. Consideraciones finales y perspectivas a futuro

Se presentan a continuación algunas consideraciones de relevancia que surgieron del análisis realizado. Resulta pertinente comenzar destacando algunas reflexiones que surgieron a partir de los conceptos y definiciones trabajados.

Como se explicó anteriormente, este programa surgió en la década del 90´ en el departamento de Montevideo, en el contexto de desarrollo de un proyecto político definido por la implementación de políticas sociales y de descentralización. En particular los objetivos y el diseño de la política departamental de Montevideo, en ese entonces, daban un paso significativo en la concepción del derecho al tiempo libre, al ocio y al desarrollo de la identidad ciudadana, promoviendo de manera pionera el desarrollo del turismo social como política pública.

De acuerdo con las definiciones trabajadas se entiende que, por su carácter social, su principio de subsidiariedad, y búsqueda de ampliar el acceso a las actividades turísticas, el programa desarrollado por la IM es de hecho de un programa de turismo social. Sin embargo, se trata de un instrumento programático que cumple el objetivo de abordar una dimensión específica dentro de la política turística diseñada para Montevideo, pero por sí solo no constituye una política de turismo social por su actuación general y menor grado de detalle en su diseño.

En este punto, surgen algunas líneas de reflexión que pueden servir para generar preguntas disparadoras de próximas investigaciones, a modo de continuar profundizando en los estudios de la política turística, y la política de turismo social de Uruguay. En primer lugar, interrogantes de cómo se trabaja la coordinación en la ejecución de la política turística y de turismo social entre los diferentes niveles de gobierno en el país. En segundo lugar, sobre la revisión y evaluación de las políticas turísticas y de turismo social. Resultaría provechoso investigar, no solo el diseño de estas políticas, sino también aportar desde la revisión de objetivos y resultados, y posibles necesidades de ajustes.

Esta última puede considerarse de hecho una debilidad del programa Paseos de la Ciudad. Principalmente si se considera que, se desarrolla de la misma manera, sin cambios en su diseño, desde que surgió, y si bien se valora que esto significó la consolidación del turismo social en el De-

partamento, quizás podría mejorarse en muchos aspectos.

Ahora bien, se pueden desarrollar conclusiones que refieren a los objetivos que guiaron esta investigación. El análisis de la construcción del programa Paseos de la Ciudad, permitió identificar lo que serían tres causas principales por las cuales la población joven no participa de las actividades ofrecidas a la población.

En primer lugar, lo relativo al diseño de la oferta. Se pudo reflexionar que el tipo de actividades que se planifican y se ponen a la venta para el público no son probablemente lo que a las y los jóvenes les despierte interés. Se trata de actividades con un perfil histórico, cultural, que desde la propia institución se entiende que es un perfil para personas adultas. Además, no solamente es la propuesta en el diseño de la oferta lo que no convoca, también detalles como el día y el horario que se realizan.

De igual manera se observa que las y los jóvenes desarrollan sus actividades de ocio en socialización con sus pares, por la importancia de los procesos de sociabilización y la identificación con sus grupos de pertenencia. Si se considera que las actividades de Paseos de la Ciudad constituyen un espacio de identidad de un grupo de características opuestas a la de los jóvenes, es lógico asumir que no va a ser un lugar donde la juventud busque participar.

En segundo lugar, se identifica como una causa importante lo relativo a la difusión de las actividades del programa. La difusión se realiza solamente a través de una web institucional y a través de una cuenta oficial en Facebook.

Si se tiene en cuenta la profunda conexión con el entorno digital de las y los jóvenes, la importante dimensión que ocupan las TIC actualmente en sus vidas y el potencial de las redes sociales como herramienta para la comunicación efectiva con esta población, se puede afirmar que las vías de comunicación y difusión utilizadas no son suficientes para alcanzarles la propuesta.

Es contradictorio que la difusión y comunicación de este programa no esté adaptada al uso de las herramientas actuales, pero que la estrategia actual de la política turística departamental este formulada bajo el paradigma de destinos turísticos inteligentes. Esta contradicción también aporta a la conclusión de que quizá este programa no ha sido evaluado o revisado.

Por último, surgen las consideraciones hacia otro aspecto que ha resultado sustancial. El programa está diseñado en base a los objetivos de acercar a montevideanas y montevidianos a los atractivos de la ciudad, sin limitación de edad; como se exponía anteriormente: "toda la población". Esto, sumado a las otras características ya mencionadas, resulta en el análisis un aspecto para nada menor al momento de pensar causas por las que la población joven no participe. El turismo social por definición cuenta con una demanda formada por diferentes grupos y/o individuos que por falta de recursos son excluidos en el acceso al ocio turístico, y por ello es necesaria la planificación que contemple las características de estos grupos específicos.

Se puede afirmar que la población joven, así como sucede con otras poblaciones, por sus

características particulares necesita de políticas públicas de juventud, entonces las políticas públicas que defiendan el derecho del acceso al tiempo libre, ocio y turismo deben de igual manera contemplar estas características específicas.

De esta manera al tratarse de un programa para “toda la población” su diseño no contempla las diferentes variables de la población, pero evidentemente sus características atraen solo a personas adultas y mayores, y los jóvenes no son convocados. Por lo tanto, si en los hechos el programa no está siendo aprovechado por “toda la población”, como se puede ver, no se está cumpliendo su objetivo.

A modo de cierre, estos resultados demuestran la importancia y necesidad de que, por su historia y consolidación en la política pública departamental, este programa sea revisado y evaluado. Es momento que se refuerce la defensa del derecho del acceso al ocio y el turismo, actualizando y profundizando en su diseño la propuesta de turismo social del gobierno de Departamental de Montevideo.

4. Bibliografía

BAYÓN, F.; CUENCA, J.; CARIDE, JA. *Reimaginar la ciudad. Prácticas de ocio juvenil y producción del espacio público urbano*. OBETS. Revista de Ciencias Sociales, 12(Extra-1): 21-41, 2017. DOI:10.14198/OBETS2017.12.1.10.

CAMPODÓNICO, Rosana. *Turismo en Uruguay. Evolución a partir de 1990*. Estudios y Perspectivas en Turismo, 29(1), 247-265, 2020.

DA CUNHA, N., CAMPODÓNICO, R. *Uruguay: Hacia la noción de país turístico. Estudio Histórico 1930-1955*. Anuario IEHS 27, 331-367, 2012.

ENRIQUEZ, M. et al. *Hacia una caracterización de la Política Turística*. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 10(3), 417-428, 2012.

MARTÍNEZ QUINTANA, V. *La perspectiva sociológica del turismo y ocio en la sociedad posmoderna*. En V, Martínez Quintana, Sesión de comunicaciones orales franja 1: Investigación y metodología aplicada al turismo y ocio. España, 2016.

MUÑIZ AGUILAR, D. *La política de turismo social*. Sevilla: Consejería de Turismo y Deporte, Dirección General de Planificación Turística. España, 2001.

QUINTANA, C. M. *Política pública de turismo en Uruguay. De la política de desarrollo turístico al desarrollo de la política turística (1986-2010)*. Tesis Mag. en Economía y Gestión del Turismo Sustentable, Universidad de la República, Uruguay, 2015.

QUINTANA, C. *La política pública de turismo en Montevideo (2000-2019)*. Aportes y Transferencias, 19(1). ISSN 0329-2045 (En Prensa), 2021.

RODRÍGUEZ-BRAVO, A.E.; LÓPEZ-NOGUERO, F.; GONZÁLEZ-OLIVARES, A.L. *El ocio de los jóvenes vulnerables: importancia, satisfacción y autogestión*. Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria, 31, 81-92, 2018. DOI: 10.7179/PSRI_2018.31.07

SCHENKEL, E. *Turismo social en América Latina. Aprendizajes de las experiencias regionales*. Barcelona: Alba Sud Editorial, 2019.

VELASCO, M. *Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo*. PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 14(3), 577-594, 2016.

Sobre la Prevención de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo (PESNNA-VT). Acciones en el sector turístico de las Américas¹

Jorge W. Morandeira²

Involucrarse para dar con las redes de tráfico y explotación sexual de los niños, niñas y adolescentes y desarticularlas, no va en contra del crecimiento de la actividad turística, porque si es turismo sexual, no es turismo.

Liliam Kechichian (Ex-ministra de turismo de la República Oriental del Uruguay desde 2012 a 2020).

1. Introducción

En esta presentación se abordará la prevención de la explotación sexual de niñas, niños y adolescentes en viajes y turismo, tomando como referencia lo expresado por la ex-ministra de turismo de la República Oriental del Uruguay (2012-2020), citado en el epígrafe de este artículo.

Sus afirmaciones parten de la experiencia, no desde la doxa, tienen una sólida base desde las acciones y desde las leyes, en Uruguay y en la región. Se cimientan en la opinión de la Organización Mundial del Turismo (OMT), dos pilares son el Código Ético Mundial para el Turismo (1999) y el Convenio Marco sobre Ética en el Turismo (2020). A su vez en manifestaciones desde el ámbito privado del turismo. Este trabajo quiere ser una exhortación a la Academia y sobre todo a las investigadoras e investigadores sobre turismo, para que se profundice todo lo que sea necesario en la temática.

Como ex-responsable de la Prevención de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo (PESNNA-VT) en Uruguay (2015-2020), se presentarán acciones realizadas en el país y en el resto de Latinoamérica, sobre la PESNNA-VT.

Las palabras de Kechichian, fueron pronunciadas en un seminario realizado en la Ciudad de Montevideo en 2018, organizado por la Intendencia (gobierno departamental), el Comité Nacional para la Erradicación de la Explotación Sexual Comercial y No Comercial de la Niñez y la Adolescencia (CONAPEES)³, y contó con el apoyo del Ministerio de Turismo y del Grupo de Acción Regional de las Américas – GARA⁴ (Del que ocupé la Coordinación de la Secretaría Ejecutiva entre los años 2016 y

¹ Se recogen en este artículo 10 años de experiencia en Uruguay y en el exterior desde la gestión pública y en contacto con el sector privado del turismo.

² Estudiante de la Licenciatura en Turismo de la Universidad de la República Oriental del Uruguay, Centro Universitario del Este (UDELAR-CURE) Maldonado, Uruguay. Contacto: jorge.w.montevideo@gmail.com

³ Creado en Uruguay por el Decreto 358 del año 2004.

⁴ Creado en Brasil en el año 2005, integrado por institutos, secretarías, servicios y ministerios de turismo de la región, para la prevención de la explotación sexual de niñas, niños y adolescentes en viajes y turismo.

2020).

Se entiende que de esto habla al decir “involucrarse”, la realización del seminario y sus expresiones, demuestran que existe un compromiso desde las autoridades públicas, con eco en la sociedad civil y en el sector privado del turismo uruguayo, para hacer de la prevención de la explotación sexual de niñas, niños y adolescentes una política de Estado.

2. Integración y funcionamiento del CONAPEES y participación en la Mesa Interinstitucional para la Prevención y Combate de la Trata de personas

Para comenzar a recorrer una serie de acciones de prevención es oportuno detenerse en el CONAPEES de Uruguay, que es presidido por el Instituto Nacional del Niño y Adolescente del Uruguay, (INAU), dependiente del Ministerio de Desarrollo Social (MIDES). Como ya se expresó, se creó por decreto, una novedad legislativa fue la inclusión de tres organizaciones representantes de la sociedad civil en su integración, que se convierten en “memoria activa”, cada vez que existe un cambio de autoridades de gobierno. Su trayectoria es otra clara demostración de políticas y compromisos de Estado.

La participación de los organismos públicos y privados es diversa, en este sentido el Ministerio de Turismo (MINTUR), nunca dejó de participar y es uno de los integrantes más activos desde su creación.

Mesas y coordinaciones similares al CONAPEES funcionan en Honduras (CICESCT), El Salvador (Consejo Nacional Contra la Trata de Personas), Guatemala (MENACESNNA), México (SIPINNA), Panamá (CONAPREDES), en Ecuador Colectivo Contra la Explotación de Niñas, Niños y Adolescentes, en Argentina Comité Ejecutivo Contra la Trata y Explotación de Personas, en Chile funcionan varios Comités, desde lo nacional y lo regional, entre otras/os.

En 2008 se constituyó en Uruguay la Mesa Interinstitucional para la Prevención y Combate de la Trata de Personas, que MINTUR integró hasta 2018, año en que cambió su denominación y su integración plena. Se debe consignar que esta Secretaría de Estado cuenta con una Comisión Especializada de Género desde 2007. En Costa Rica, el Instituto Costarricense de Turismo ha creado la Comisión Institucional para la Igualdad efectiva entre hombres y mujeres. La Secretaría de Turismo de México, cuenta con el Comité de igualdad de género del sector turismo.

3. Antecedentes y aprobación del decreto 398/013 que compromete a la totalidad de las/los operadoras/es turísticas/os en la PESNNA-VT.

En el inicio se habló de acciones y de apoyo en lo legislativo, en efecto ese mismo año 2008 se aumentó la sensibilización sobre la PESNNA-VT, se comenzó a exhortar a las/los operadoras/es turísticas/os para que firmaran voluntariamente un convenio de adhesión a las buenas prácticas de prevención, de un total de 2000 operadores, 400 lo hicieron.

Las autoridades públicas, en coordinación con el sector privado, entendieron que se debía

profundizar en la tarea, aunque no existían denuncias concretas hacia turistas como perpetradores de casos de explotación. En 2013 se aprobó el decreto N° 398/013, (Decreto N° 398 de 2013), de esa forma se comprometió a la totalidad de los prestadores de servicios turísticos (2500 aproximadamente). *Con este decreto más que hablar de un "sistema sancionador", sería adecuado hablar de un "sistema de prevención".*

Se establece que los prestadores de servicios turísticos deben realizar acciones tendientes a la prevención de la explotación sexual de niñas, niños y adolescentes en la actividad turística.

Las empresas deben adoptar un Código de Conducta (cuando se redacta este resumen se discutiendo como efectivizarlo) con sus empleadas/os e impedir la explotación sexual y el turismo asociado a las prácticas sexuales con niñas, niños y adolescentes.

Implementar medidas para impedir que sus dependientes e intermediarios ofrezcan servicios turísticos sexuales. Así mismo deberán denunciar la existencia de actos relacionados con explotación, a través del servicio de la línea anónima y gratuita 100 y denunciar ante las autoridades competentes.

No ofrecer en sus programas de promoción turística, expresa o tácitamente, planes de explotación sexual y facilitar espacios para la presentación de materiales que propendan a la difusión de las acciones tendientes a la prevención. (Decreto 398/013).

4. Coordinación y acciones de sensibilización.

En Uruguay se realizó un trabajo de coordinación (de la que participé) con los 19 departamentos del país, con sus direcciones de turismo, con otros ministerios y con cada una de las asociaciones del sector turístico.

La experiencia demostró que si se trabaja coordinadamente entre organismos públicos y privados se puede lograr una mayor visualización del problema por parte de la población. Ya que el hecho de que no hubiera denuncias no garantizaba, ni garantiza, que no se hayan vulnerado derechos de las personas por parte de turistas.

Durante el período 2014 a 2020 se colocaron adhesivos visiblemente en los establecimientos turísticos, se coordinó el texto con el CONAPEES y con la Cámara Uruguaya de Turismo y lucía el logo del GARA, el texto rezaba lo siguiente: *somos empresas responsables condenamos la explotación sexual, de niñas, niños y adolescentes* Es de destacar la participación de las organizaciones de la sociedad civil en las tareas de sensibilización, como la campaña "Uruguay país de buen trato"⁵, en convenio con el Programa Claves.

⁵ Campaña de sensibilización realizada por jóvenes voluntarios a través de un convenio entre el Programa Claves y el Ministerio de Turismo

5. Grupo de Acción Regional de las Américas-GARA

El GARA ha trabajado ininterrumpidamente desde 2005 en cuanto al relacionamiento y a la cooperación internacional. El grupo está integrado por los Institutos, Secretarías, Servicios y Ministerios de Turismo de Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Perú y Uruguay, además de las organizaciones que actúan como observadores: ECPAT y el Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN-OEA). Se realiza una coordinación mensual virtual donde se comparte la metodología para enfrentar este flagelo, qué prácticas han sido exitosas y cuáles no lo han sido.

Se han realizado encuentros anuales presenciales y virtuales durante la pandemia del Covid-19. La última reunión presencial se desarrolló en Paraguay en 2023⁶. Es decir, estos encuentros se han convertido en una importante actividad de sensibilización, ya que se realizan visitas técnicas, se produce un intercambio con los operadores del lugar y normalmente se desarrolla una actividad abierta, con un tema concreto en cada ocasión, pero siempre dentro del turismo y de la PESNNA-VT. Se han ejecutado varios planes de acción bi-anuales, que en realidad recogen el acumulado de trabajo. Se ha utilizado el hashtag #TurismoLibredeExplotación, pero se ha dejado abierta la posibilidad de utilizar hashtag locales.

Desde el GARA se rechazó el mal uso de términos como, “turismo sexual” o “turismo sexual infantil”, para evitar una errónea percepción, como si fueran modalidades lícitas y reconocidas en el sector. Entre varias acciones se lo hizo públicamente en un manifiesto que firmaron varios de los Estados miembros del GARA en la Cumbre Mundial de Prevención realizada en el mes de junio de 2018, organizada por parte de ECPAT y el Gobierno de Colombia.

El esfuerzo entre los actores públicos y privados debe redundar en la mayor prevención de hechos delictivos, siempre, en todo lugar y en toda temporada, sin excepciones. Quienes llegan a un destino turístico, con la intención de explotar a niñas, niños y adolescentes no son turistas, son delincuentes. Otro fundamento para lo expresado por la ex-ministra de turismo de Uruguay.

El trabajo local en cada país es muy importante, en este sentido, un ejemplo a imitar es el de la Red de destinos turísticos comprometidos con la prevención de la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes, que reúne a dieciocho destinos de Colombia. Expresan que están motivados por la Ética personal, la Dignidad Nacional y Territorial, La Seguridad Ciudadana, el Turismo Sostenible y Responsable y el marco jurídico internacional y nacional.

6. Organismos internacionales y Organizaciones No gubernamentales.

Para referirse a actividades internacionales de PESNNA-VT no solo hay que citar al GARA, sino también a las propias oficinas de las Naciones Unidas como la Organización Mundial del Turismo

⁶ En los últimos 10 años se han realizado reuniones presenciales en Ecuador 2014, Colombia 2015, Uruguay 2016, México 2017, Guatemala 2018, Paraguay 2019, Honduras 2022.

(OMT) o UNICEF, la Organización Internacional de las Migraciones (OIM), así como las organizaciones internacionales ya mencionadas como ECPAT Internacional, o el Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes, para citar algunos ejemplos, a los que deben sumarse cada una de las mesas de prevención nacionales y locales, (algunas ya nombradas) y las organizaciones de la sociedad civil.

Otra organización presente en diez países, con trayectoria en la PESNNA-VT, es la Federación Internacional de Asociaciones de Ejecutivas de Empresas Turísticas (FIASEET).

7. Cómo encontrar indicadores de avances en la PESNNA-VT y hechos significativos.

7.1. Constituciones Nacionales, Tratados y Convenciones Internacionales.

Lo primero será realizar un estudio de las constituciones nacionales. ¿Se encuentra la protección de la infancia en sus contenidos? De la misma forma, ¿está o no presente en las convenciones y tratados internacionales que se han firmado, ratificado y puesto en práctica en la mayoría de los Estados de Latinoamérica?

Por lo tanto, ¿existen compromisos y obligaciones nacionales, regionales y mundiales?

7.2. 1927 - Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescente.

Hay algunas decisiones que van a cumplir prontamente un siglo. En efecto, es necesario establecer que la fundación del actual Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescente, ocurrió el 9 de junio de 1927 (actualmente IIN-OEA). El IIN-OEA desarrolla un importante rol en la PESNNA-VT.

7.3. 1948-Declaración Universal de los Derechos Humanos, el Turismo como Derecho Humano.

Es imposible referirse a los derechos de las personas sin hacer mención a la Declaración Universal de los Derechos Humanos del 10 de diciembre de 1948.

De la que se surge también el Derecho Humano a la recreación y al esparcimiento, por lo tanto al turismo. Cuando se elaboran cursos, seminarios o charlas, referidas al turismo, hay que tener en cuenta que esta declaración es fundamental.

7.4. 1989- Convención sobre los Derechos del Niño, aprobada el 20 de noviembre.

Marca un antes y un después en la valoración de los derechos de las niñas y de los niños. Es un pilar sin duda alguna.

7.5. 1996- Primer Congreso contra la Explotación Sexual Comercial de la Infancia.

La realización del Primer Congreso contra la Explotación Sexual Comercial de la Infancia estableció un punto de inflexión. La declaración final, entre sus puntos, es firme al exhortar a los Estados a prevenir el abuso y la explotación sexual, promoviendo la adopción de leyes, políticas y programas a nivel local, nacional y regional.

7.6. 1999- Código Ético Mundial para el Turismo.

Quizá una de las respuestas a la exhortación mencionada anteriormente, fue la dada en 1999 por la Organización Mundial del Turismo, al aprobar en Chile el Código Ético Mundial para el Turismo, el que en su artículo II numeral 3 expresa:

La explotación de seres humanos en cualquiera de sus formas especialmente la sexual y en particular cuando afecta a los niños, vulnera los objetivos fundamentales del turismo y constituye una negación a su esencia. Por lo tanto conforme al derecho internacional debe combatirse sin reservas con la cooperación de todos los Estados interesados y sancionarse con rigor en las legislaciones nacionales de los países visitados y de los países de los autores de esas acciones, incluso cuando se han cometido en el extranjero.

El Convenio Marco sobre Ética en el Turismo, aprobado en 2020, reafirma estas definiciones.

8. Consideraciones finales

Este trabajo, tiene la finalidad de ser una guía de PESNNA-VT, para todas/os las/los integrantes del sector turístico, pues ofrece información sobre lo actuado frente al abuso y a la explotación sexual y la exhortación a modificar el mal uso de la distinción "turismo sexual".

Todos los destinos turísticos, no solo los de la región, sino en el mundo entero, cuentan con suficientes atractivos naturales, culturales e históricos. ¿Es necesario que algunos se los promueva como destinos para "practicar sexo"? Más allá de respetar el uso de las libertades individuales de las/los turistas, si se ha comprobado que donde prima la oferta de sexo, se vulneran los derechos de las comunidades receptoras, sobre todo de las niñas, niños, adolescentes, ¿es lícito promover estos destinos? Es un debate ineludible que el sector turístico mundial debe realizar. Practicar un turismo responsable no quiere decir renunciar a la diversión, al disfrute, al esparcimiento, componentes esenciales de la actividad.

Los visitantes y las comunidades receptoras son siempre "sujetos de derecho" y no "objetos" al servicio de emprendimientos económicos. A este aspecto se refieren los Códigos de Conducta nacionales o internacionales, en particular *The Code*, de ECPAT, cuyo estudio es imposible abordar en esta ocasión.

Al analizar los planes de estudio de las carreras de grado, no se encuentran los suficientes espacios dedicados a la PESNNA-VT. Por lo tanto se aspira a que este trabajo contribuya a proporcionar insumos, antecedentes y fundamentos para que las y los docentes de turismo puedan abordar y profundizar en el tema desde una creciente sensibilización científica, propia de la actividad. No obstante de las miles de consideraciones hechas desde las ciencias sociales, muy respetables, pero sin un abordaje desde el turismo propiamente dicho.

Desde estas líneas se hace un llamado a incorporar las buenas prácticas de PESNNA-VT y adoptar un uso correcto de los términos a las/os responsables de la capacitación de las/los trabajadoras/es de las compañías aéreas y de cada emprendimiento turístico: hoteles, hostels, hostales, casas de campo, agencias de viajes, agencias de transporte, taxímetros, empresas de traslados por aplicaciones, arrendadoras de vehículos, inmobiliarias, plataformas de arrendamiento de alojamientos, servicios gastronómicos y toda empresa que tenga que ver con la actividad turística.

Referencias Bibliográficas

Códigos de Conducta de ECPAT. Disponible en <https://ecpat.org/wp-content/uploads/2021/08/Codigos-de-Conducta-Proteccion-de-Ninos-2020-EC>. Acceso 23.05.23

Código Ético Mundial para el Turismo. Disponible en <https://www.unwto.org/es/codigo-etico-mundial-para-el-turismo>. Acceso 24.04.23

Convención sobre los Derechos de los Niños Disponible en <https://www.un.org/es/events/childrenday/pdf/derechos.pdf> . Acceso 24.05.23

Convención Marco sobre Ética para el Turismo (2020). Disponible en <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284421695> .Acceso 26.04.23

Declaración Universal de los Derechos Humanos. Disponible en <https://www.un.org/es/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acceso 23.05.23

Informe sobre Turismo IIN-OEA (2013). Disponible en <http://www.annaobserva.org/wp-content/uploads/2016/10/XIII-Informe-al-Secretario-General-OEA.pdf> Acceso 23.05.23

Noticias sobre GARA. Disponible en <http://novedades.iinadmin.com/tag/grupo-de-accion-regional-de-las-americas/> Acceso 31.05.23

Primer Congreso Contra la Explotación Sexual, Estocolmo 1996. Disponible en <https://www.mpd.gov.ar/index.php/documentos-t/322-otros-documentos/3264-declaracion-y-programa-de-accion-de-estocolmo-primer-congreso-mundial-contra-la-explotacion-sexual-comercial-de-los-ninos-1996>. Acceso 31.05.23

XV Reunión Anual GARA 2022: "Responsabilidad y Sostenibilidad Turística", disponible en <https://www.iht.hn/index.php/es/gara-2022>. Acceso 31.05.23

Leyes y Decretos de la República Oriental del Uruguay relacionados con la temática desarrollada.

Constitución de la República Oriental del Uruguay. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/constitucion/1967-1967>. Acceso 05.03.23

Ley Nº 16137 Convención sobre los Derechos del niño. Disponible en <http://www.impo.com.uy/bases/ley/1es/16137-1990> . Acceso 09.03.23

Ley Nº 17298 . Peores formas de trabajo infantil. Disponible en <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/17298-2001/1>. Acceso 03.04.23

Ley Nº 17815 .Violencia Sexual Contra Niños, Adolescentes o Incapaces. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/17815-2004>. Acceso 14.04.23

Decreto Nº 358/ 04. Creación del CONAPEES .Disponible en <https://www.inau.gub.uy/conapees/download/708/981/16> .Acceso 31.05.23

Resolución Nº 1544/2010. Declaración del Día Nacional Contra la Explotación Sexual Comercial de Niños, Niñas y Adolescentes. Disponible en <http://impo.com.uy/bases/resoluciones/1544-2010>. Acceso 22.04.23

Decreto Nº 25/017. II Plan Nacional para la Erradicación de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes (2016-2021). Disponible en <https://www.impo.com.uy/diariooficial/2017/03/14/documentos.pdf>. Acceso 22.04.23

Decreto Nº 304/015 Creación de la Mesa Interinstitucional para la prevención y combate de la trata de personas y derogación del Decreto 298/014. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/304-2015>. Acceso 26.04.23

Decreto Nº 398/013.Obligación de los prestadores de servicios turísticos de colaborar con la prevención de la explotación sexual comercial de niñas, niños y adolescentes en la actividad turística (toda la norma). Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/decretos-originales/398-2013> . Acceso 24.05.23

Ley Nº19253. Regulación de la actividad Turística. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19580-2017/13>. Acceso 31.05.23

Ley Nº19580. Ley de violencia hacia las mujeres basada en género. Modificación a disposiciones del Código Civil y Código Penal. Derogación de los artículos 24 a 29 de la Ley 17514. Disponible en <https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19580-2017/13>. Acceso 31.05.23

Ley Nº 19643.Ley de Prevención y Combate de la Trata de Personas. Modificaciones al Código Penal. Disponible en <http://www.impo.com.uy/bases/leyes/19643-2018>. Acceso 24.05.23



BIODATAS

UNIPAMPA

ÂNGELA MARA BENTO RIBEIRO

Professora Adjunta do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo na Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA - Jaguarão-RS). Dra. em Linguística Aplicada na Universidade Católica de Pelotas. Mestra em Desenvolvimento Regional (UNIOESTE). Especialista em Administração de Serviços Turísticos (UNIOESTE). Bacharela em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Coordenadora do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (2021-2023) e do Grupo de Pesquisa Turismo Fronteira e Desenvolvimento da UNIPAMPA (2019-2023). Áreas de estudo: Estudos Culturais, Turismo, Turismo Cultural, Patrimônio Cultural e Cultura Popular.

CARLOS JOSÉ DE AZEVEDO MACHADO

Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), Campus Bento Gonçalves. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (com fomento do IFRS), Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), Especialista em Lógica e Filosofia da Ciência pela Universidade Católica de Pelotas -UCPEL e Licenciado em Filosofia (UFPEL). É membro do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação - CEIHE – UFPEL e do Grupo de Pesquisa Turismo, Fronteira e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. É integrante do Núcleo de Integração do Ensino, Pesquisa e Extensão (NIEPECH) e do Núcleo de Memória do IFRS/campus Bento Gonçalves. Participa do Movimento Fronteras Culturales desde sua fundação em 2010.

MARIA DE FATIMA BENTO RIBEIRO

Pós-Doutorado em Sociedade Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná\ UNIOESTE; Doutora em História na área de Política, Memória e Cidade na Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP, Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, no curso de bacharelado em Relações Internacionais. Foi membro da comissão de implantação dos Cursos de bacharelado em Produção e Política Cultural, Gestão do Turismo e História da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Mestre em História na área de História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. Graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade Federal de Pelotas (1989), graduação em Licenciatura em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (1986). Foi diretora da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão (2008/2011). Foi professora adjunta no curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste(1995/2008).Tem experiência na área de História, com ênfase em Cultura, Poder, Fronteiras atuando principalmente nos seguintes temas: Culturas, cidades, fronteiras, memória, patrimônio cultural, políticas culturais.

RODRIGO DA COSTA SEGOVIA

Turismólogo voluntário no Projeto da Agenda Binacional de Integração Fronteiriça, mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Doutorando em Geografia pela Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio, especialista em Culturas, Cidades e Fronteiras pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, graduado em Gestão do Turismo – UNIPAMPA e graduado em Administração de Pequenas e Médias Empresas pela Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR. Bolsista nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio

de Janeiro - FAPERJ e integrante do Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense – NEGEF.

SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA AFFONSO

Turismólogo, graduado pela Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA-Campus de Jaguarão-RS.

CRISTINA PUREZA DUARTE BOÉSSIO

Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel – (1999), em licenciatura em Letras - Habilitação Língua Espanhola pela Universidade Católica de Pelotas (2004), Mestre em Lingüística Aplicada pela Universidade Católica de Pelotas (2002), Especialista em Língua Espanhola pela Universidade Católica de Pelotas (2004) e Doutora em Educação no PPGE/FaE/UFPel (2010). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA/Jaguarão. Atua nos cursos de Letras Espanhol e Literatura Hispânica e Tecnologia em Gestão do Turismo e coordena, desde 2008, o Projeto de Extensão “Espanhol básico para ninõs”. Pesquisa sobre a aprendizagem e a aquisição de línguas próximas e sobre o trabalho com o idioma espanhol para crianças brasileiras.

MARIA DO SOCORRO DE ALMEIDA FARIAS-MARQUES

Licenciada em Letras Português e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (2006), Licenciada em Português e Espanhol pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2009) e Doutora em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (2016). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Pampa. Atua nos cursos de Letras Espanhol e Literatura Hispânica e Letras Português modalidade a distância. Pesquisa sobre os seguintes temas: fronteira(s), línguas em contato, espanhol coloquial, gêneros discursivos, bilinguismo.

TUESLY DE CARVALHO MACHADO

Licenciado em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal do Pampa – Unipampa Campus Jaguarão (2022). Pós graduando em Gestão Escolar: Orientação e Supervisão pela Universidade Cruzeiro do Sul virtual Polo Jaguarão (2023).

PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

Doutora em Agronomia pelo Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (2018), Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014), Especialista em Comunicação e Marketing pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2009) e Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Pelotas (2006) e em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas (2011). Atualmente é professora adjunta do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, atua nas áreas de gestão de projetos, contabilidade e finanças e coordena o projeto de extensão Corredores Iluminados.

FRANCIELLE DE LIMA

É doutora, mestre e bacharel em Turismo e Hospitalidade pela UCS (respectivamente, 2022, 2014 e 2010). Atua como Professora Adjunta do Magistério Superior na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo - Jaguarão/RS, desde 2016. In-

tegra o Núcleo e os Grupos de Pesquisa: Desenvolvimento Humano e Social, Linguagem e Processos Educacionais (CNPQ) e HoSt - Rede de Estudos em Hospitalidade (CNPq/UFF). Como pesquisadora, atua na área de Turismo, dedicando-se especialmente aos seguintes temas: Educação, Hospitalidade, Cidade Educadora, Gestão e Políticas Públicas.

MARCIA MARIA CAPPELLANO DOS SANTOS

É bacharel e licenciada em Letras, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1973), mestre em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990) e doutora em Educação, pela Universidade Federal de São Carlos (1998). Professora concursada da Universidade de Caxias do Sul, desde 2017, foi docente permanente, pesquisadora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Turismo e Hospitalidade - Mestrado e Doutorado, o qual foi coordenou de 2010 a 2021. Coordenou o Grupo de Pesquisa do Diretório do CNPq e o Núcleo Institucional de Pesquisa denominados Turismo: Desenvolvimento Humano e Social, Linguagem e Processos Educacionais, no âmbito do qual coordenou o grupo de pesquisa sobre Hospitalidade. Suas publicações versam principalmente sobre as temáticas Hospitalidade, Educação e Turismo, Epistemologia do Turismo, Linguagem e Turismo.

ALESSANDRA BURIOL FARINHA

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas - UFPel. Professora Adjunta do Curso de Tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, campus Jaguarão. Bacharela em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas, UFPel, Especialista em Patrimônio Cultural - Conservação de Artefatos pelo Instituto de Artes e Design - UFPel. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Educação Patrimonial e Turismo no Cemitério das Irmandades de Jaguarão RS" e do Projeto de Extensão "Sepultour: Um olhar diferente sobre o Cemitério das Irmandades". Possui experiências profissionais na gestão de diversas empresas turísticas, hotelaria, turismo receptivo, Agência de Turismo. Atua em pesquisas com ênfase em Turismo, Memória, Patrimônio Cultural, Religiosidade, Festas, Devoção e Turismo, Hospitalidade e Lazer, Patrimônio Cultural e Turismo, Impactos do Turismo, História do Turismo e Cemitérios como lugares de fruição, lazer e Turismo.

DOUGLAS CONCEIÇÃO CARDOSO

Turismólogo, graduado pela Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA-Campus de Jaguarão-RS.

RAÍSSA SOUZA DE MOURA

Tecnóloga em Gestão de Turismo e Pós Graduada em Gestão Estratégica do Turismo pela Universidade Federal do Pampa.

IEDA NUNES CORRÊA

Possui Mestrado em Turismo e Hotelaria pelo programa de Pós-graduação Stricto-sensu - PPGTH Univali. Possui Especialização em Empreendedorismo e Negócios Inovadores EAD, pela Universidade do Vale do Itajai - UNIVALI 2018/2019. Possui especialização MBA - Gestão Estratégica do Design pela Universidade do Vale do Itajai - UNIVALI (2011). Possui graduação em Design de Moda pela Universidade do Vale do Itajai (2008). Tem experiência na área de Desenho de Produtos de moda, atuando principalmente nos seguintes temas: moda - vestuário, design, produtos e projetos.

ALICE LEOTI SILVA

Possui graduação em Curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Pelotas (2012). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2013). Doutora em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (2022). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, turismo cultural, patrimônio, memória, Pelotas, patrimônio cultural, gastronomia, identidade cultural e gestão de eventos. Atualmente é Professora Adjunta no Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Turismo na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Jaguarão. É Editora-Chefe da Revista Applied Tourism. E, é Coordenadora do Fórum Internacional de Turismo do Iguassu.

JULIANA ROSE JASPER

Possui Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2003) e Mestrado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (2006) e Doutorando em Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul. Atualmente é Professora do Curso de Tecnologia de Gestão em Turismo da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Jaguarão. Trabalhou como docente em três instituições e como coordenadora de curso na Faculdade La Salle Estrela. Também tem experiência na área de Turismo pela Prefeitura Municipal de Estrela, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão do turismo, roteiros turísticos, eventos, educação ambiental, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e espaço rural.

SIMONE DA SILVA OLIVEIRA

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pampa, com pesquisa em turismo rural (2022) e graduação em Tecnólogo em Segurança no Trabalho pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2018). Pós graduada em Educação Inclusiva e Especial pela faculdade Única de Ipatinga (2022). Atualmente é professora de geografia do ensino fundamental - séries finais, no Colégio Cenecista Carlos Maximiliano, São Jerônimo, RS.

ALAN DUTRA DE MELO

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Coordenador do curso superior de Tecnologia em Gestão do Turismo da Universidade Federal do Pampa. Professor do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural. Membro associado do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ICOMOS Brasil. Pesquisador associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura CLAEAC. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Membro do Conselho Editorial da Revista de Iniciação Científica Verum-CEEINTER. Representante da Sociedade Civil no Colegiado Setorial de Memória e Patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul – mandato 2022-2024. Áreas de atuação: Patrimônio Cultural, Memória, Turismo, Educação Patrimonial, Cidade e Fronteira.

UDELAR

VERÓNICA GABRIELA ALBARELLOS BERARDI

Egresada de la Licenciatura en Turismo de la Universidad de la República (Udelar). Ha participado en proyectos de investigación y extensión que vinculan turismo, memoria y patrimonio en Maldonado y Salto, y ha liderado proyectos vinculados al turismo gastronómico. Líneas de investigación: turismo gastronómico, vínculo entre turismo y territorio, política pública de turismo.

GABRIELA ANGELO

Licenciada en Turismo (UDELAR) con estudios avanzados en Administración de Empresas (UBA). Diplomada en Gobernabilidad, Gerencia Política y Gestión Pública (FCS-UDELAR). Maestranda en Políticas Culturales (UDELAR). Docente e investigadora de la Licenciatura en Turismo (AET-CURE) y docente en el Tecnólogo de Itinerarios Turísticos Sostenibles (CETP- UTU). Ha participado en distintos proyectos de investigación y eventos académicos. Su línea de investigación: Imagen turística, Políticas Públicas de Turismo y Cultura.

FACUNDO BIANCHI

Licenciado en Turismo (CURE) y Maestrando en Desarrollo Turístico Sustentable por la Universidad Nacional de Mar del Plata (Argentina). Es docente ayudante del Área de Estudios Turísticos, participa del Taller de Investigación de la Licenciatura en Turismo. Ha participado en el curso Taller Interdisciplinario de Tópicos Regionales I y Extensión Universitaria del Cure. Miembro del Departamento de Ciencias Sociales y Humanas del Cure. Participa del equipo de investigación Turismo, Patrimonio y Memoria. Ha sido co-responsable de proyectos de investigación de CSIC y de EFI' s sobre Turismo, Redes y Estrategias Asociativas, vinculados a la línea de investigación sobre desarrollo turístico a pequeña escala.

GABRIELA CAMPODÓNICO

Gabriela Campodónico - Licenciada en Ciencias Antropológicas. Profesora Adjunta, docente en la Universidad de la República - Área de Estudios Turísticos – FHUCE - Centro Universitario Regional Este (CURE) gcampod@yahoo.com. Líneas de investigación: los temas en los que he trabajado en los últimos cinco años, se sitúan en la tradición teórica y metodológica desarrollada por la Antropología Social y Cultural, en relación a los Estudios del Turismo. Dichas temáticas refieren a las identidades culturales, el patrimonio y la memoria.

ROSSANA CAMPODÓNICO

Profesora Agregada del Área de Estudios Turísticos de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (Udelar) – Magister en Desarrollo y Gestión del Turismo (Orientación Destinos Turísticos)- Universidad Nacional de Quilmes (Argentina). Directora del Departamento de Turismo, Historia y Comunicación en el CENUR Litoral Norte (Universidad de la República) Categorizada como Investigadora Nivel I del Sistema Nacional de Investigadores (SNI – Agencia Nacional de Investigación e Innovación – Uruguay). Docente en grado y posgrado. Líneas de Investigación: Historia del turismo, imagen turística y epistemología del turismo.

DANIEL CAJARVILLE FERNÁNDEZ

Dr. en Ciencias, mención Integración de América Latina, por la Universidad de San Pablo (USP/Brasil). Magíster en Antropología, por la Universidad Federal Fluminense (UFF/Brasil). Licenciado en Sociología, por la Universidad de la República (Udelar/Uruguay). Integrante del Sistema Nacional de Investigadores del Uruguay. Profesor Asistente de la Facultad de Ciencias Sociales, con desempeño de tareas en el Centro Universitario Regional del Este, ambos de la Universidad de la República. Ha investigado las transformaciones materiales y simbólicas de la Región Este uruguaya, en diálogo con el estudio de movilizaciones contemporáneas. En los últimos años ha indagado respecto de las relaciones Uruguay - Brasil, a partir de la interrelación entre imágenes nacionales y las narrativas asociadas al turismo.

LUIS FRANCISCO CHALAR BERTOLOTTI

Doctorando en Programa de Estudios Territoriales de la Universidad Nacional de Quilmes (R.A.). Magister en Desarrollo y Gestión de Destinos de la Universidad Nacional de Quilmes. Licenciado en Turismo por la Universidad de la República (Udelar) y la Universidad Nacional de Entre Ríos (R.A.). Docente del Cenur Litoral Norte Sede Salto, Udelar, Uruguay. Líneas de investigación: articulación productiva (intra/intersectorial) y la epistemología y conceptualizaciones del turismo. En base a dichos temas incursiona en propuestas epistemológicas, acción colectiva y tercer sector en la actividad turística, desarrollo territorial, innovación, diversificación productiva, calidad de los destinos y concientización turística. chalarluis@gmail.com

MARÍA FLORENCIA CONCEPCIÓN ALDACOUR

Soy Licenciada en Turismo con especialización de posgrado en Marketing, obteniendo estos títulos del Centro Universitario Regional Este (CURE) y Universidad de la República (UDELAR) respectivamente. En mis años de estudio fui adquiriendo conocimiento de las distintas ramas del turismo, y con el correr del tiempo, me percaté de que mi mayor interés estaba en el área de la accesibilidad. Fue por esto, que decidí comenzar a analizar mi ciudad desde esta perspectiva. Mi enfoque inicial fue en primera instancia a nivel nacional, pero con la intención de en un futuro expandir esta iniciativa. Tengo como objetivo intentar reducir la mayor cantidad de barreras posibles que actualmente impiden que todos los seres humanos puedan, no solo realizar turismo libremente, sino que también circular en el día a día con la misma facilidad.

ANDRÉS COSTA

Estudié cine de niño con Eloy Yerle en FUSIÓN, luego sonido de forma particular, y más tarde en la Universidad ORT Uruguay donde egresé como Técnico en Diseño de Sonido. Complementé mis estudios de sonido en Argentina, Chile, Cuba y Colombia. Trabajo desde el 2004 como sonidista de directo y post producción de sonido en películas, animación y televisión.

JUAN MARTÍN DABEZIES

Juan Martín Dabezies es antropólogo (Universidad de la República, Uruguay), Mestre en Historia (Pontificia Universidade Católica de Río Grande do Sul, Brazil), Doctor en Historia (Universidad de Santiago de Compostela, España). Ha sido visiting scholar en las Universidades de Kent y Roehampton, UK. Desde el 2011 es profesor en la Universidad de la República, Uruguay. Es integrante del Sistema Nacional de Investigadores de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación del Uruguay.

Trabaja temas de antropología ambiental, patrimonio, arqueología, conservación y bioseguridad.

ROCÍO DEL PILAR DEHEZA

Rocío del Pilar Deheza. Licenciada en Geografía, orientación Humanística-Social (Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires), Diplomada en Políticas de Drogas, Regulación y Control (Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República) y Maestranda en Ciencias Humanas, opción Estudios Latinoamericanos (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Udelar). Ayudante docente de la Unidad Académica de Estudios Turísticos (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Udelar), del Laboratorio de Estudios Socioterritoriales (Facultad de Ciencias, Udelar) y de la Unidad de Ciencia y Desarrollo (Facultad de Ciencias, Udelar). Mi producción e intereses académicos han estado orientados a la investigación sobre políticas de drogas, con particular interés en el contexto regional latinoamericano. Busco generar puentes entre el campo de producción de conocimiento sobre el Turismo con cuestiones vinculadas a las políticas de drogas. Por eso, encuentro en el turismo cannábico una oportunidad para desarrollar ambos intereses académicos.

ELVIRA DEMASI ZAVALA

Licenciada en Ecoturismo y Máster en Ciencias de la Universidad de Costa Rica especializada en gestión ambiental y ecoturismo. Estudia la temática del turismo sostenible desde el año 2000, enfocando su actividad académica en el análisis exhaustivo de los elementos teóricos detrás del concepto de sostenibilidad y su aplicabilidad en el turismo. Ha estudiado y analizado numerosos casos de proyectos turísticos con diferentes grados de éxito en el proceso de alcanzar el objetivo de armonizar los aspectos institucionales, sociales, económicos y ambientales en la actividad turística. Ha participado en numerosas consultorías y proyectos de investigación vinculados al ecoturismo, turismo de naturaleza y turismo alternativo, tratando de poner el énfasis en las estrategias para aproximarse a los objetivos de la sostenibilidad. Docente del curso 'Productos Turísticos'. Además de la actividad de docencia dedica parte de su tiempo a realizar investigaciones que abordan el turismo desde diferentes enfoques. Regularmente se presenta en eventos académicos internacionales tanto en América como en Europa.

GABRIEL DE SOUZA CABRERA

Mi trayectoria académica se ha orientado a comprender las transformaciones territoriales vinculadas al fenómeno turístico y al análisis de ciertos procesos de valoración patrimonial vinculados a bienes culturales y naturales socialmente significativos. Como implicado en el sector turístico fomento espacios de diálogo, actividades de extensión y transferencia de resultados tendientes a la articulación entre actores públicos y privados implicados en la deliberación de asuntos de ordenamiento territorial. Además de mi rol docente, como investigador me interesa tender puentes entre la investigación y la gestión, buscando dar visibilidad y acceso a la información académica a través de proyectos de extensión universitaria. En este sentido, entre los proyectos desarrollados destaco: Proyecto Centro de Interpretación del Arte Rupestre del Norte del Uruguay. Proyecto ganador del Fondo para la Popularización de la Ciencia (ANII FHCE UDELAR); Proyecto "Voces" Homenaje a músicos de Nuevo Berlín, ganador Fondos Concursables MEC 2019; Proyecto La Pesca y la Laguna de Rocha, mapeo participativo del patrimonio cultural. Ganador Fondos Concursables MEC 2014; Proyecto "Acercando el patrimonio a través de intervenciones urbanas" ganador Fondos Concursables MEC 2012; Proyecto Viviendo a Monte. Proyecto premiado por los Fondos Concursables MEC 2010; Proyecto de in-

investigación audiovisual Diseño de un circuito turístico relativo al patrimonio local, 2006; Proyecto El Paisaje Arqueológico de las tierras bajas uruguayas. Laboratorio de Arqueología da Paisaxe. Universidade de Santiago de Compostela 2006-2009; y como director de documentales para el colectivo Antropología Visual Docente Investigador Área de Estudios Turísticos FHUCE UDELAR Antropólogo FHUCE UDELAR, Magíster en Economía y Gestión del Turismo Sustentable UDELAR- UNISI y doctorando en Sociología Facultad de Ciencias Sociales UDELAR; Coordinador Colectivo Antropología Visual <http://www.antropologiavisual.org/>

MARTÍN FABREAU

Profesor Adjunto de la Unidad Académica de Estudios Turísticos, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Universidad de la República, Uruguay (UAET-FHCE-UdelaR). Miembro de la coordinación académica licenciatura en turismo, CURE Maldonado. Doctor por el Programa de Pós-Graduação em Antropologia de la Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (PPGA – UFPE). Magíster por el Programa de Pós-Graduação em Antropologia de la Universidade Federal de Pernambuco, Brasil (PPGA - UFPE). Licenciado en Ciencias Antropológicas por la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad de la República, Uruguay (FHCE-UdelaR). Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (SNI - ANII). Líneas de interés: procesos histórico culturales vinculados al desarrollo turístico, turismo y movilizaciones, vínculo entre turismo, territorio, desarrollo y estrategias asociativas.

ALFREDO FALERO

Alfredo Falero Cirigliano es licenciado, magister y doctor en Sociología, pertenece al Sistema Nacional de Investigadores de Uruguay, fue docente e investigador de la Facultad de Ciencias Sociales hasta 2021; fue encargado de Sociología del Turismo en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (ambas de UDELAR) y profesor visitante en varias universidades. Actualmente es Profesor e investigador libre del Programa de Posgrado en Sociología (PPGS) de la Universidad Federal de Pelotas (UFPel - Brasil) a cargo del curso Sociología de las relaciones centro - periferia. Autor de numerosas publicaciones en Uruguay y el exterior. Su último libro es "Ver más allá de la coyuntura. Producción de conocimiento y proyecto de sociedad". Sus líneas de trabajo son globalización y territorio (incluyendo turismo); teoría social y pensamiento crítico y movimientos sociales en América Latina.

SILVINO DAVID ANTONIO GÓMEZ

Silvino David Antonio Gomez es un Licenciado en Turismo formado en CURE – UDELAR Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Su interés por la industria turística lo ha llevado a enriquecer su educación con el curso de Introducción al Turismo, Turismo Rural y Buenas Prácticas Turísticas en la misma institución. Además, ha obtenido un diploma en herramientas digitales para el turismo en la Universidad Tecnológica del Uruguay. Durante la trayectoria académica de la Licenciatura en Turismo, ha realizado la tesina de grado, titulada "Análisis de los Eventos Deportivos realizados entre 2012 y 2019 en la Conurbación Maldonado – Punta del Este". Con un fuerte interés en el turismo deportivo, marketing y promoción de destinos.

JORGE W. MORANDEIRA

Estudiante avanzado de la Licenciatura en Turismo, en curso (2023), en el Centro Universitario del Este (CURE), Universidad de la República Oriental del Uruguay (UDELAR). Cursó un Diplomado de Turismo Sostenible (2020), Universidad de Salamanca y un Diplomado de Carnaval Patrimonio (2014), UNESCO - Facultad de Ciencias Sociales (FCS)-UDELAR. En 2005 comenzó a desempeñarse laboralmente en el ámbito turístico público. Ocupó diversas responsabilidades como asesor del Ministerio de Turismo de su país (2011- 2020). Responsable de la Prevención de la Explotación Sexual de Niñas, Niños y Adolescentes en Viajes y Turismo (PESNNA-VT), entre 2015 y 2020. Coordinó la Secretaría Ejecutiva del Grupo de Acción Regional de las Américas (GARA) entre 2016 y 2020. En la actualidad continúa siendo un activista de la PESNNA-VT.

FERNANDA OLASCOAGA ROLAND

Fernanda Olascoaga Roland, Técnica en Gastronomía por la Universidad del Trabajo del Uruguay, y Licenciada en Turismo por la Universidad de la República. Durante dos años se desempeñó como becaria en el Ministerio de Turismo de Uruguay, en el área de Desarrollo Territorial y de Turismo en Espacios Rurales y Naturales. Actual maestranda en Estudios Culturales de la Universidad Autónoma de Chiapas, México. Dedicada a la línea de generación y/o aplicación del conocimiento de Identidades y Agencias.

DIANA ROSETE SIMONET

Estudiante avanzada de la Licenciatura en Ciencias Antropológicas, de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UdelaR). Forma parte del Departamento de Turismo, Historia y Comunicación del CENUR Litoral Norte, siendo éste un equipo multidisciplinario de docentes. Ayudante de la Cátedra de Patrimonio Cultural, integra el cuerpo docente de "Turismo Cultural" y "Una visión Interdisciplinaria del Patrimonio Cultural" de la Licenciatura en Turismo. Participa en diferentes cursos de Educación Permanente de UdelaR, con las disciplinas del Turismo y del Patrimonio como ejes centrales. Participa en diversos proyectos de recuperación y puesta en valor patrimonial y arqueológico; de diversificación de la oferta turística y desarrollo del turismo cultural; y diversas tareas de extensión y relacionamiento con el medio.

MARICIANA ZORZI

Licenciada en Turismo y Magíster en Memoria Social y Patrimonio Cultural (Universidade Federal de Pelotas, Brasil). Docente asistente de la Licenciatura en Turismo (Centro Universitario Regional Este, Universidad de la República del Uruguay). Integrante de los grupos de investigación: Turismo, Memoria y Patrimonio (CURE/UDELAR) y Labor Movens: Condiciones de Trabajo en el Turismo (Universidade de Brasília, Brasil). Es colaboradora de Alba Sud, centro de investigación iberoamericano en turismo desde perspectivas críticas. Sus áreas de interés son: memoria y patrimonio, las condiciones de trabajo y empleo en el turismo, y las políticas públicas de apoyo a emprendimientos turísticos en Uruguay.

O TURISMO NOS ACERCA

ENCONTROS TEMÁTICOS NOS ESTUDOS TURÍSTICOS ENTRE A UNIPAMPA (BRA) E UDELAR (URU)



UNIVERSIDAD
DE LA REPÚBLICA
URUGUAY



Universidade Federal do Pampa